

ALMANAQUE MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

2025.1

ISSN 2359-6651

Carta das Editoras de Apresentação para a Edição 2025.1 da Revista Multidisciplinar

Prezados Leitores,

É com imensa satisfação que apresentamos a edição 2025.1 do *Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa*, um espaço consolidado de diálogo, reflexão e difusão científica, que se propõe a ultrapassar fronteiras disciplinares e aproximar diferentes campos do conhecimento. Esta publicação é fruto de um esforço coletivo, que reafirma o compromisso com a produção acadêmica de qualidade e com a valorização de múltiplas vozes e perspectivas.

Vivemos em um tempo marcado por intensas transformações sociais, tecnológicas, culturais e ambientais, que nos convocam a repensar constantemente os modos de compreender e intervir na realidade. Nesta edição, reunimos artigos que transitam entre as ciências humanas, sociais, da saúde e das exatas, compondo um mosaico de reflexões que revelam a riqueza da abordagem multidisciplinar. A diversidade dos temas aqui presentes reforça o papel do *Almanaque* como espaço fértil para o diálogo acadêmico e a construção coletiva de saberes.

Destacamos, especialmente, a relevância das contribuições interdisciplinares, que se tornam cada vez mais necessárias diante da complexidade dos desafios contemporâneos. Questões como sustentabilidade, inovação tecnológica, saúde coletiva e cidadania crítica não encontram respostas isoladas em apenas um campo de estudo, mas exigem olhares múltiplos e complementares. Ao promover essa convergência, a revista contribui para a formulação de caminhos mais criativos, consistentes e socialmente relevantes.

Agradecemos, com especial reconhecimento, aos autores e autoras que compartilharam suas pesquisas, aos avaliadores que colaboraram de forma criteriosa e generosa, e aos leitores que acompanham e fortalecem a trajetória desta publicação. Sem esse engajamento coletivo, não seria possível manter a vitalidade e a relevância do nosso trabalho.

Desejamos que a leitura desta edição seja inspiradora e instigante, fomentando novas reflexões, diálogos e práticas acadêmicas que ultrapassem os limites das disciplinas e contribuam para o avanço da ciência e para a transformação social.

Atenciosamente,

As Editoras

Renata Oliveira e Marcia Barroso

Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa

COMITÊ EDITORIAL**Editoras-chefe**

Profa. Dra. Renata de Almeida Oliveira (PPGHCA/AfyauNIGRANRIO)
Profa. Dra. Marcia Regina Castro Barroso (PPGHCA/Afyau NIGRANRIO)

Unigranrio | Afya

Profa. Dra. Anna Paula Soares Lemos
Profa. Dra. Ana Carolina Motta
Prof. Dr. Davi José de Souza da Silva
Profa. Dra. Márcia de Melo Dórea
Prof. Dr. Márcio Luiz Corrêa Vilaça
Profa. Dra. Tamara Souza Campos
Profa. Dra. Haydá Maria Marino de Sant'Anna Reis
Profa. Dra. Etyelle Pinheiro de Araujo
Profa. Dra. Lilia Aparecida Costa Gonçalves
Prof. Dr. Renan Gomes de Moura

Nacional

Profa. Dra. Elina Gonçalves da Fonte Pessanha (UFRJ)
Profa. Dra. Maria Cristina Paulo Rodrigues (UFF)
Prof. Dr. Thiago de Souza dos Reis (UERJ/UVA)
Prof. Dr. Thiago Cavalieri Mourelle (Arquivo Nacional)
Profa. Dra. Bárbara Proença do Nascimento (UFF)
Profa. Dra. Antônia de Castro Ribeiro (Fiocruz)
Profa. MSc. Larissa Thans Carneiro (Universidade Castelo Branco)
Profa. Dra. Bruna Nunes Teixeira (COPPE/UFRJ)
Profa. Dra. Sabrina Dinola Gama Silva (UNIRIO)
Profa. Dra. Bianca Rihan Pinheiro Amorim (UNIRIO)
Profa. Dra. Valéria Cid Maia (Museu Nacional/UFRJ)

Hanseníase em populações indígenas brasileiras: Análise de um agravo negligenciado de saúde pública

Isabelly Carolina da Silva Santos¹

Mylla Albert Lopez²

Natascha Balbinot³

Yhúnara Éllen Karsten Souza Silva⁴

Rafael Ademir Oliveira de Andrade⁵

Resumo

Este artigo analisa a hanseníase entre os povos indígenas brasileiros, destacando sua persistência como um grave problema de saúde pública negligenciado. A partir de uma pesquisa documental e de revisão sistemática da produção científica, com abordagem qualitativa e quantitativa, foram examinados dados epidemiológicos, documentos oficiais e estudos científicos que revelam altos índices de incidência da doença, especialmente em regiões como Maranhão, Tocantins, Amazonas e Acre. Os resultados apontam para uma predominância da forma clínica multibacilar, diagnóstico tardio e presença de incapacidades físicas já no momento da detecção, evidenciando falhas no acesso ao tratamento precoce. Fatores como barreiras culturais e linguísticas, ausência de políticas públicas culturalmente sensíveis, mobilidade territorial e carência de dados desagregados por etnia agravam o cenário. O estudo reforça a urgência de estratégias específicas, como a valorização de agentes indígenas de saúde, ações educativas bilíngues e fortalecimento do SASI-SUS, a fim de promover um cuidado integral e equitativo para essas populações.

Palavras-chaves: Hanseníase; Saúde indígena; Populações vulneráveis.; Doenças negligenciadas.

Abstract

This article analyzes leprosy among Indigenous peoples in Brazil, highlighting its persistence as a serious and neglected public health issue. Based on documentary research and a systematic review of scientific literature, using both qualitative and quantitative approaches, epidemiological data, official documents, and scientific studies were examined, revealing high incidence rates of the disease, especially in regions such as Maranhão, Tocantins, Amazonas, and Acre. The results indicate a predominance of the multibacillary clinical form, late

¹ Discente do Curso de Medicina pelo Centro Universitário São Lucas Porto Velho Afya.

² Discente do Curso de Medicina pelo Centro Universitário São Lucas Porto Velho Afya.

³ Discente do Curso de Medicina pelo Centro Universitário São Lucas Porto Velho Afya.

⁴ Discente do Curso de Medicina pelo Centro Universitário São Lucas Porto Velho Afya.

⁵ Etnólogo, Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio ambiente. Docente no Curso de Medicina do Centro Universitário São Lucas Porto Velho Afya.

diagnosis, and the presence of physical disabilities already at the time of detection, pointing to failures in access to early treatment. Factors such as cultural and linguistic barriers, lack of culturally sensitive public policies, territorial mobility, and scarcity of data disaggregated by ethnicity worsen the situation. The study underscores the urgency of specific strategies, such as valuing Indigenous health agents, implementing bilingual educational actions, and strengthening the SASI-SUS, in order to promote comprehensive and equitable care for these populations.

Keywords: Leprosy; Indigenous health; Vulnerable populations; Neglected diseases.

Introdução

A hanseníase é uma das doenças mais antigas da humanidade e continua sendo um desafio significativo para a saúde pública, especialmente em populações vulneráveis, como os povos indígenas. Causada pelo *Mycobacterium leprae*, essa doença infecciosa e crônica afeta principalmente a pele e os nervos periféricos, podendo levar a incapacidades físicas permanentes se não for diagnosticada e tratada precocemente. Embora o Brasil tenha registrado avanços no controle da hanseníase, ainda é um dos países com maior número de casos no mundo, concentrando cerca de 92% das ocorrências das Américas, segundo a Organização Mundial da Saúde (Brasil, 2024).

A transmissão ocorre de forma direta, de indivíduo para indivíduo, especificamente aqueles com hanseníase multibacilar sem tratamento, por meio da eliminação desse bacilo pelas gotículas provenientes das vias aéreas superiores. Vale ressaltar que, o desenvolvimento da doença não ocorre apenas pelo contato prolongado com um indivíduo portador da hanseníase, mas também por fatores genéticos, que estão interligados no processo de desenvolvimento da doença (Santos *et al.*, 2019).

De acordo com a pesquisa conduzida por Lopes *et al.* (2021), para propósitos práticos de tratamento, os pacientes são categorizados como paucibacilares quando apresentam até cinco lesões cutâneas e resultados negativos na baciloscoopia do raspado intradérmico, se disponível, ou multibacilar quando exibem seis ou mais lesões cutâneas ou resultados positivos na

baciloscopia do raspado intradérmico. A classificação como multibacilar é destacada por representar as formas mais severas da enfermidade, correlacionadas diretamente com uma maior capacidade de transmissão do *Mycobacterium leprae*, até que o tratamento com poliquimioterapia seja iniciado.

Conforme os dados da Organização Mundial da Saúde, no mundo, foram registrados 174.087 novos casos de hanseníase no ano de 2022, dos quais, segundo o Ministério da Saúde (MS), 19.635 foram relatados no Brasil, permanecendo em segundo lugar no ranking mundial em número de novos casos, sendo considerada uma nação prioritária para a hanseníase (Brasil, 2024).

Já na população indígena, embora pouco estudada, tornou-se mais evidente quando esses grupos começaram a migrar para áreas fora de suas terras tradicionais. Esse deslocamento gerou crises demográficas significativas e aumentou o contato prolongado com não indígenas, favorecendo a disseminação de diversas doenças, incluindo a hanseníase. Essa situação está associada a fatores econômicos, sociais e ambientais, que influenciam o processo de adoecimento das populações (Teófilo, 2014).

Embora seja considerada uma das doenças mais antigas da humanidade, ainda representa um relevante problema de saúde pública em países em desenvolvimento, como o Brasil e, apesar de existir um tratamento eficaz com a poliquimioterapia, fornecida gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a detecção tardia ainda é um desafio, especialmente em populações vulneráveis como os povos indígenas (Brasil, 2016; Teófilo, 2014).

Entre os povos indígenas, a situação se agrava devido a fatores como dificuldades de acesso aos serviços de saúde, condições socioeconômicas precárias e barreiras culturais que dificultam o diagnóstico e o tratamento adequado. Historicamente, o contato interétnico tem desempenhado um papel central na disseminação de doenças infecciosas nessa população, expondo as comunidades indígenas a novas endemias, incluindo a hanseníase. Além disso, a subnotificação de casos e a carência de dados epidemiológicos específicos

tornam ainda mais desafiador o enfrentamento da doença nessas comunidades (Coimbra Jr. *et al.*, 2005).

As Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI) desempenham um papel fundamental na assistência primária à saúde dos povos indígenas no Brasil. Elas são parte integrante do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS), regulamentado pela Lei nº 9.836/1999, que garante o acesso diferenciado e respeitoso aos serviços de saúde, considerando as especificidades culturais, sociais e geográficas dessas populações. A criação do SASI-SUS decorre do reconhecimento das desigualdades históricas enfrentadas pelos povos indígenas no Brasil, buscando assegurar o direito constitucional à saúde de forma equitativa (Brasil, 1999).

Diante desse cenário, esta pesquisa documental tem como objetivo analisar os principais resultados e indicadores da hanseníase entre os povos indígenas no Brasil, a partir da revisão de artigos científicos e documentos oficiais. A abordagem adotada permitirá compreender não apenas a distribuição geográfica da doença, mas também as dificuldades enfrentadas pelas populações indígenas no acesso ao diagnóstico e ao tratamento, além de avaliar o impacto da hanseníase na saúde dessas comunidades.

Ao reunir e sistematizar as informações disponíveis sobre o tema, o estudo busca contribuir para o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao controle da hanseníase em territórios indígenas, ressaltando a necessidade de estratégias específicas que levem em consideração as particularidades socioculturais desses povos. A erradicação da hanseníase em populações indígenas não depende apenas de intervenções biomédicas, mas também de um olhar mais atento às desigualdades estruturais que perpetuam a vulnerabilidade desses grupos diante de doenças negligenciadas

Metodologia

A metodologia deste trabalho está fundamentada em uma abordagem descritiva, com características qualitativas e quantitativas, por meio de uma pesquisa documental. O objetivo principal é analisar e interpretar os principais

resultados e indicadores relacionados à hanseníase em populações indígenas no Brasil, com foco em evidenciar a negligência em relação a esse problema de saúde pública. Para isso, foram utilizados artigos científicos, relatórios epidemiológicos e documentos oficiais que abordam a ocorrência da hanseníase em diferentes regiões do país, buscando compreender a incidência da doença, as condições socioeconômicas que contribuem para sua disseminação e a eficácia das políticas públicas voltadas a essa população.

A coleta de dados foi realizada a partir da análise de artigos acadêmicos publicados em periódicos reconhecidos e documentos institucionais, com destaque para informações extraídas do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Entre as fontes analisadas, incluem-se: artigo sobre hanseníase em povos indígenas do Maranhão (2016-2020); Estudo epidemiológico em indígenas do Tocantins (2001-2022); Análise de casos em populações indígenas do Acre; Pesquisa sobre hanseníase em municípios do Amazonas (2000- 2005); Estudo nacional sobre hanseníase em indígenas no Brasil (2001-2011); Capítulos do livro Epidemiologia e Saúde dos Povos Indígenas no Brasil. Esses documentos apresentam dados relevantes sobre a incidência da doença em comunidades indígenas, destacando a predominância de casos em faixas etárias jovens, a prevalência de formas clínicas mais graves e a presença de incapacidades físicas já no momento do diagnóstico, o que evidencia o diagnóstico tardio e a falta de acesso adequado aos serviços de saúde.

Os critérios de inclusão para a seleção dos documentos foram a disponibilidade de informações detalhadas sobre hanseníase em povos indígenas no Brasil, publicados entre 2000 e 2024, e que apresentassem dados epidemiológicos concretos. Foram excluídos trabalhos que não especificarem a população indígena ou que não trouxessem informações metodológicas claras. A análise dos dados foi conduzida por meio de uma categorização temática, com foco em identificar padrões epidemiológicos, fatores socioeconômicos e culturais associados à propagação da doença, além da avaliação das políticas públicas voltadas ao controle da hanseníase em comunidades indígenas.

A hanseníase na população indígena do Brasil configura-se como um problema negligenciado, refletindo desigualdades históricas e estruturais no acesso à saúde. Diversos estudos analisados apontam que, apesar das diretrizes nacionais e internacionais para o controle da doença, persistem desafios significativos, como a subnotificação de casos, a ausência de estratégias de saúde adaptadas às especificidades culturais indígenas e a dificuldade de acesso aos serviços de diagnóstico e tratamento (Coimbra Jr. et al., 2005).

A alta incidência da hanseníase em algumas regiões de maior concentração indígena, como o Norte e o Centro-Oeste, revela a permanência de focos endêmicos e a falta de políticas públicas efetivas que considerem as vulnerabilidades sociais e ambientais dessa população. Além disso, a detecção de casos em crianças e adolescentes em determinadas áreas aponta para a transmissão ativa e reforça a necessidade de ações preventivas e de monitoramento contínuo (Imbiraba et al., 2009).

A validação e a confiabilidade dos dados foram garantidas por meio da utilização de fontes oficiais e de artigos revisados por pares, além da comparação de achados em diferentes regiões e períodos. A análise comparativa permitiu identificar discrepâncias na cobertura dos serviços de saúde e a existência de áreas com maior necessidade de intervenção. Em síntese, a metodologia adotada neste trabalho busca evidenciar, por meio da análise documental, a negligência em relação à hanseníase na população indígena no Brasil, destacando a importância de políticas públicas específicas e culturalmente sensíveis para enfrentar esse grave problema de saúde pública.

Resultados e Discussões

Os resultados e análises dos estudos revisados sobre a hanseníase em povos indígenas no Brasil evidenciam a gravidade do problema e a negligência no enfrentamento dessa doença em comunidades vulneráveis. Os principais achados dos documentos analisados incluem altas taxas de incidência, diagnóstico tardio, dificuldades no acesso aos serviços de saúde e a

necessidade de políticas públicas adaptadas às especificidades culturais desses povos.

No estado do Maranhão, entre 2016 e 2020, foram registrados 461 casos de hanseníase em indígenas, havendo maior prevalência no ano de 2016 (169 casos). A maior taxa de incidência foi registrada no sexo masculino (64,2%), com destaque para a faixa etária de 15 a 19 anos. A predominância de casos em adolescentes indica a transmissão ativa da doença, um fator alarmante, pois a ocorrência em menores de 15 anos é um indicador de alta endemicidade (Martins *et al.*, 2021).

O estudo evidencia ainda a predominância da forma multibacilar, mais grave e transmissível, e relata que muitos pacientes já apresentavam graus de incapacidade física no momento do diagnóstico, revelando falhas importantes na detecção precoce. Entre os desafios apontados estão a barreira linguística, a falta de profissionais capacitados e a interrupção de políticas públicas contínuas. A mobilidade territorial das comunidades também compromete o acompanhamento e a vigilância dos casos. A presença de agentes indígenas de saúde foi apontada como uma estratégia fundamental para aumentar a adesão ao tratamento e reduzir o estigma (Martins *et al.*, 2021).

No estado do Tocantins, entre 2001 e 2022, foram diagnosticados 180 casos novos de hanseníase em indígenas, representando 0,7% do total de casos no estado. A forma clínica mais comum foi a multibacilar (63,9%), com destaque para a forma dimorfa (56,1% dos casos). A análise demonstrou um aumento inicial de casos, seguido de uma queda após 2018, que pode estar relacionada à redução da capacidade operacional dos serviços de saúde. Além disso, 22,8% dos pacientes apresentavam grau 1 de incapacidade física no diagnóstico e 10,6% já estavam em grau 2, evidenciando diagnóstico tardio e, consequentemente, maior risco de sequelas. Os autores ressaltam a necessidade de estratégias culturalmente adaptadas às realidades indígenas (Almeida *et al.*, 2024).

No Amazonas, em municípios como Autazes, Eirunepé e São Gabriel da Cachoeira, entre 2000 e 2005, foram registrados coeficientes hiperendêmicos de detecção de hanseníase entre indígenas. Embora a forma paucibacilar tenha

sido predominante, a forma dimorfa — mais grave e transmissível — representou cerca de um terço dos casos. O estudo destaca a importância da correta classificação étnico-racial nas fichas de notificação para evidenciar desigualdades em saúde. A baixa cobertura das ações de controle, aliada às distâncias geográficas e à escassez de profissionais treinados, compromete o combate à doença. Além disso, o diagnóstico tardio contribui para a evolução para formas incapacitantes e para o agravamento do estigma social (Imbiraba et al., 2009).

No Acre, especificamente na região do Alto Rio Juruá, foram identificados três casos de hanseníase em indígenas entre 2009 e 2012. Os casos apresentaram formas multibacilares e graus avançados de incapacidade física. O estudo aponta que as condições socioeconômicas precárias, a ausência de conhecimento sobre a doença e a mobilidade urbana dificultam o diagnóstico precoce e favorecem a transmissão. A falta de acompanhamento dos contatos dos casos confirmados também é um fator de risco significativo, indicando falhas nos mecanismos de vigilância ativa e prevenção (Teles et al., 2014).

Em nível nacional, a análise dos casos de hanseníase em indígenas no Brasil entre 2001 e 2011 mostrou que as regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentaram as maiores taxas de detecção, especialmente entre 2005 e 2008. Dos 1.476 casos registrados, 56,98% ocorreram em homens e 518 foram classificados como multibacilares. A análise espacial demonstrou a persistência de áreas de alta prioridade para controle da hanseníase, sugerindo a existência de focos endêmicos, sobretudo nos estados do Maranhão e Pará (Teófilo, 2014).

Em síntese, os estudos analisados convergem para a conclusão de que a hanseníase na população indígena do Brasil é um problema de saúde pública negligenciado. A alta incidência, o diagnóstico tardio e a insuficiência de políticas públicas culturalmente sensíveis agravam a situação e perpetuam as desigualdades em saúde. A implementação de estratégias específicas, como educação em saúde, busca ativa de casos e ampliação do acesso a serviços de saúde adaptados às realidades indígenas, é fundamental para o controle efetivo da hanseníase nessas comunidades vulneráveis.

Considerações Finais

A hanseníase, apesar de ser uma das doenças mais antigas da humanidade e de possuir tratamento eficaz, ainda representa um desafio significativo para a saúde pública no Brasil, especialmente entre os povos indígenas. Os resultados desta pesquisa documental evidenciam um quadro preocupante de negligência e desigualdade que acomete essas comunidades historicamente vulnerabilizadas. A alta incidência da doença em determinadas regiões do país, associada à predominância das formas clínicas mais graves, como a multibacilar, e ao diagnóstico tardio, revela a ineficácia das estratégias convencionais de controle da hanseníase nas áreas indígenas.

Fatores estruturais como a precariedade dos serviços de saúde, a carência de profissionais qualificados, as barreiras linguísticas e culturais, bem como a mobilidade territorial dos grupos indígenas, dificultam o acesso contínuo ao diagnóstico precoce, ao tratamento e ao acompanhamento adequado dos casos. Soma-se a isso a subnotificação e a ausência de dados epidemiológicos confiáveis e desagregados por etnia, o que impede uma resposta eficaz e direcionada às reais necessidades dessas populações. Como aponta Coimbra Jr. et al. (2005), “a falta de um sistema de informação estruturado para a saúde indígena contribui para a invisibilidade desses povos frente às políticas públicas, dificultando a implementação de ações específicas”.

Nesse sentido, torna-se urgente o fortalecimento do SASI-SUS, com a ampliação da cobertura das UBSI, a valorização e capacitação dos agentes indígenas de saúde, e a formulação de políticas públicas culturalmente sensíveis, que respeitem os saberes tradicionais e as especificidades sociais, ambientais e culturais de cada etnia. Estratégias como a busca ativa de casos, ações educativas bilíngues, o envolvimento das lideranças indígenas nas decisões sanitárias e a integração das práticas tradicionais com os protocolos biomédicos são fundamentais para um enfrentamento mais eficaz da hanseníase nestas comunidades.

Além disso, a presença de casos em crianças e adolescentes indígenas, como evidenciado nos estudos do Maranhão e do Tocantins, revela uma

transmissão ativa e persistente da doença, o que reforça ainda mais a necessidade de medidas preventivas urgentes. A persistência de áreas com altos coeficientes de detecção também indica a existência de focos endêmicos que necessitam de atenção prioritária por parte do Estado. Portanto, a erradicação da hanseníase nas populações indígenas brasileiras não se resume à distribuição de medicamentos e à realização de campanhas pontuais. Ela exige um compromisso político e institucional com a equidade em saúde, o respeito aos direitos dos povos indígenas e a superação das desigualdades sociais e territoriais que historicamente os afetam.

Como afirma Souza et al. (2019), “a promoção da saúde nas comunidades indígenas deve ser pensada não apenas a partir da lógica biomédica, mas também com base no reconhecimento das suas identidades culturais, valores e modos próprios de viver e cuidar”. Dessa forma, é imprescindível que os resultados aqui apresentados sirvam de subsídio para a formulação de políticas públicas mais efetivas e humanizadas, que promovam justiça social e assegurem o direito à saúde integral das populações indígenas, contribuindo para a eliminação da hanseníase como problema de saúde pública no Brasil.

Referências

ALMEIDA, Maria Clara Conti, et al. Hanseníase em indígenas do estado do Tocantins: perfil de casos e análise de tendência, 2001-2022. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 10, p. e17423, out. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e17423.2024>. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999. Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 24 set. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9836.htm. Acesso em: 22 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico Especial: Hanseníase - Ano 2024.** Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2024/be_hansen_2024_19jan_final.pdf. Acesso em: 14 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes para Vigilância, Atenção e Eliminação da Hanseníase como Problema de Saúde Pública: manual técnico-operacional.** Brasília, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_hansenias.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégia Nacional para Enfrentamento à Hanseníase 2024-2030.** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/hansenias/estrategia-nacional-para-enfrentamento-a-hansenias-2024-2030>. Acesso em: 14 mar. 2025.

COIMBRA JR., C. E. A.; SANTOS, R. V.; ESCOBAR, A. L. (Orgs.). **Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; ABRASCO, 2005. 260 p. ISBN 85-7541-022-9. Acesso em: 16 mar. 2025.

IMBIRIBA, E. B., et al. Hanseníase em populações indígenas do Amazonas, Brasil: um estudo epidemiológico nos municípios de Autazes, Eirunepé e São Gabriel da Cachoeira (2000 a 2005). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 5, p. 972–984, 2009. Acesso em: 14 mar. 2025.

LOPES, F. C., et al. Hanseníase no contexto da Estratégia Saúde da Família em cenário endêmico do Maranhão: prevalência e fatores associados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 5, p. 1805–1816, maio 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021265.04032021>. Acesso em: 15 mar. 2025. Acesso em: 16 mar. 2025.

MARTINS, Julia Pinheiro, et al. Hanseníase em povos indígenas do Maranhão no período de 2016 a 2020. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 12, p. 1560–1569, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i12.3612>. Acesso em: 14 mar. 2025.

SANTOS, K. C. B., et al. Estratégias de controle e vigilância de contatos de hanseníase: revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 121, p. 576–591, abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912122>. Acesso em: 14 mar. 2025.

SOUZA, L. R., et al. Hanseníase: diagnóstico e tratamento. **Revista Multidisciplinar**, v. 16, n. 1, 2019. Disponível em: http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/680/490. Acesso em: 7 abr. 2025.

TELES, Stéfanie Ferreira, et al. Aspectos clínicos, epidemiológicos e sociais da hanseníase em indígenas na região do Alto Rio Juruá/Acre, Brasil. **Hansenologia Internationalis: hanseníase e outras doenças infecciosas**, v. 39, n. 2, p. 47–54, nov. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.47878/hi.2014.v39.36184>. Acesso em: 14 mar. 2025.

TEÓFILO, Jullyana da Silva. **Hanseníase em indígenas no Brasil no período de 2001 a 2011**. 2014. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014. Acesso em: 13 mar. 2025.

Violência Não Física Contra a Pessoa Idosa: Abandono, Abuso Psicológico e a Proteção Legal

Carlos Victor Sacramento Almeida¹

Jaciara Nair Dias Gomes²

Tamires Jesus dos Santos³

Tatiane Francisca da Paixão Santos de Almeida⁴

Israel Marques Campos⁵

Resumo

O perfil sociodemográfico brasileiro tem mudado significativamente nas últimas décadas, principalmente devido ao envelhecimento populacional. Em 2022, o número de idosos no país correspondia a quase 15% da população (IBGE, 2022). Esse crescimento, ocasionado pelo aumento da expectativa de vida e redução da taxa de natalidade, traz questões relacionadas à vulnerabilidade dos idosos, que se tornam mais suscetíveis a diversas formas de violência. O objetivo deste estudo é analisar as formas de violência não física cometidas contra a pessoa idosa, incluindo o abandono e o abuso psicológico, que, muitas vezes imperceptíveis, impactam diretamente na qualidade de vida. Além disso, busca-se refletir sobre o papel da família no cuidado e atenção à pessoa idosa, enfatizando a importância da proteção legal e dos Direitos do idoso, destacando os mecanismos jurídicos existentes para assegurar sua dignidade. Para isto, foi aplicada uma revisão narrativa de literatura utilizando bases de dados científicas como a LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library) e Google Scholar, verificando a existência de DOI (Identificador de Objeto Digital) e publicados entre 2005 e 2025, além de reportagens atuais e um documentário sobre a temática. A dificuldade em encontrar referencial teórico atualizado evidenciou a necessidade de maior produção científica. As buscas encontradas sugerem que o abandono

¹ Acadêmico do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde. Acadêmico do Bacharelado em Medicina pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

² Acadêmica do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde. Acadêmica do Bacharelado em Enfermagem pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

³ Acadêmica do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde. Acadêmica do Bacharelado em Enfermagem pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

⁴ Acadêmica do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde. Acadêmica do Bacharelado em Enfermagem pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

⁵ Doutor em Educação - Universidade Federal da Bahia. Mestre no Programa Interdisciplinar e Profissional de Desenvolvimento e Gestão Social-Universidade Federal da Bahia. Especialista em Gestão e Estratégias em Indústrias e Culturas Criativas- Universidade de Lisboa. Formação complementar em Direitos Humanos pela Network of Strategic and International Studies (NSIS) e Amnistia Internacional Portugal. Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade Federal da Bahia. Aprovado em seleção pública para profissionais Doutores(as) para ser Consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI.

e o abuso psicológico, aliado à ineficiência do Estado e ao despreparo da sociedade, impulsionam a vulnerabilidade vivenciada por muitos idosos.

Palavras-chaves: Direitos dos Idosos, Abuso de Idosos, Saúde do idoso

Abstract

The Brazilian sociodemographic profile has changed significantly in recent decades, mainly due to population aging. In 2022, the number of elderly people in the country corresponded to almost 15% of the population (IBGE, 2022). This growth, caused by the increase in life expectancy and reduction in the birth rate, brings issues related to the vulnerability of the elderly, who become more susceptible to various forms of violence. The objective of this study is to analyze the forms of non-physical violence committed against the elderly, including abandonment and psychological abuse, which, often imperceptible, have a direct impact on quality of life. In addition, it seeks to reflect on the role of the family in the care and attention of the elderly, emphasizing the importance of legal protection and the Rights of the elderly, highlighting the existing legal mechanisms to ensure their dignity. For this, a narrative literature review was applied using scientific databases such as LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library) e Google Scholar, verifying the existence of DOI (Digital Object Identifier) and published between 2005 and 2025, in addition to current reports and a documentary on the subject. The difficulty in finding an updated theoretical framework highlighted the need for greater scientific production. The searches found suggest that abandonment and psychological abuse, combined with the inefficiency of the State and the unpreparedness of society, drive the vulnerability experienced by many elderly people.

Keywords: Rights of the Elderly, Elder Abuse, Health of the Elderly.

Introdução

O perfil sociodemográfico da população passa por grandes alterações em relação à faixa etária. Esse fenômeno global, que é observado também no Brasil, evidencia uma inversão da pirâmide etária, a qual se curva para o aumento da população idosa em detrimento da população mais jovem. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2022, a população idosa corresponde a aproximadamente 15% da população, cerca de 32 milhões de brasileiros (IBGE, 2022). O envelhecimento é um processo natural do percurso da vida, considerado o momento em que o indivíduo vivenciou experiências, alcançou

muitos objetivos e é a etapa em que ocorrem diversas transformações e perdas, sendo a saúde uma das perdas mais afetadas (Mendes *et.al.*, 2005, p.423).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) determina como pessoa idosa o indivíduo com 65 anos ou mais nos países desenvolvidos e 60 anos ou mais nos países em desenvolvimento. No Brasil, a legislação estabelece como população idosa o grupo etário com mais de 60 anos, definido com base no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) que visa regular e assegurar os Direitos desse perfil social. Entretanto, esse processo de envelhecimento não é homogêneo. Isso ocorre porque algumas populações podem sofrer com mais intensidade os fenômenos advindos da senescência e, a partir disso, demandarem estratégias mais eficazes para vencer os desafios de um país com alto índice de indivíduos com idade avançada (Rêgo *et al.*, 2018, p. 115). De acordo com dados do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), pesquisa divulgada em 2023, idosos com menor renda têm piores indicadores de saúde e menos acesso a cuidados médicos, evidenciando uma desigualdade estrutural que afeta diretamente a qualidade de vida dessa população.

Ademais, muitos idosos no Brasil dependem exclusivamente da aposentadoria para sobreviver e, em diversos casos, são os principais provedores de suas famílias. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) do IBGE, em mais de 18 milhões de famílias, tal população destina sua renda não apenas para a própria subsistência, mas também para sustentar filhos, netos e outros parentes, arcando com despesas essenciais como alimentação, moradia e contas básicas. Essa realidade os coloca na linha da pobreza, uma vez que o valor da aposentadoria ou de benefícios sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), muitas vezes não é suficiente para garantir condições dignas de vida. Segundo pesquisa do Laboratório de Desigualdades, Pobreza e Mercado de Trabalho – PUCRS Data Social, publicada em 2023, a parcela de pessoas na terceira idade vivendo na linha da pobreza no Brasil era de aproximadamente 2,8 milhões de pessoas, evidenciando a precarização da seguridade social e a vulnerabilidade dessa comunidade.

Esse contexto torna os idosos ainda mais suscetíveis a diversas formas de violência não física, como o abandono e o abuso psicológico. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos afirma, em cartilha publicada no ano de 2020, que a violência contra os idosos pode assumir várias formas e ocorrer em diferentes situações. O abandono pode acontecer tanto de forma material, com a falta de assistência financeira ou cuidados básicos, quanto de forma afetiva, caracterizada pela falta de atenção, isolamento e/ou negligência emocional por parte da família. Já o abuso psicológico inclui comportamentos que prejudicam a autoestima ou o bem-estar, entre eles, xingamentos, sustos, constrangimento, destruição de propriedade ou impedimento à interação social.

Essa violência não física, a qual se insere no contexto da violência simbólica, pode ser tão cruel quanto a violência física, pois diminui a autoestima, a autonomia e a dignidade do indivíduo, levando a impactos profundos em sua saúde mental e emocional. De acordo com a Constituição Federal de 1988 é dever do Estado e da Família “amparar as pessoas idosas assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”. Além disso, o Estatuto do Idoso (2003) reconhece e pune essas formas de violência, destacando que todos têm direito à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. No entanto, a efetivação desses direitos ainda enfrenta desafios, pois muitas vítimas não denunciam seus agressores por medo, dependência financeira ou vergonha, perpetuando um ciclo de violência invisível e causando perdas financeiras e/ou psíquicas, muitas vezes irreversíveis (Reis *et.al.*, 2014, p.438).

Nesse sentido, este estudo busca analisar as formas de violência não física praticadas contra a pessoa idosa, com foco no abandono e no abuso psicológico, bem como em suas causas e consequências. Para abordar o abandono, toma-se como base o documentário “Abandono aos idosos - uma realidade despercebida”, juntamente com outras fontes da literatura. Além disso, pretende-se discutir a importância da família, da sociedade e do Estado na proteção e garantia dos direitos dessa população, bem como avaliar a eficácia das políticas públicas e dos instrumentos legais existentes para combater essas violações. Por meio desta análise, espera-se contribuir para a conscientização

sobre a vulnerabilidade dos idosos e fomentar o debate sobre estratégias mais eficazes de proteção e promoção da dignidade desse grupo específico.

Metodologia

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura desenvolvida a partir das seguintes etapas: 1º) elaboração da questão norteadora; 2º) busca de referencial teórico em bases de dados científicas; 3º) coleta de dados; 4º) análise e construção do artigo. Na primeira etapa, definiu-se a questão norteadora: “De que forma o abandono e o abuso psicológico podem impactar a qualidade de vida da pessoa idosa e o que há na legislação para amparar esse público?”.

Na segunda etapa, realizou-se a busca por referencial teórico, em língua portuguesa, em bases de dados científicas, incluindo LILACS, PubMed, SciELO, Revista Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa, Google Scholar (verificando a existência de DOI), utilizando descritores relacionados ao tema: violência contra o idoso, abandono ao idoso, abuso psicológico, violência psicológica, Direitos do idoso, Estatuto do Idoso, pessoa idosa, violência contra a pessoa idosa.

Na terceira etapa, foram selecionados 15 artigos, entre os anos de 2005 a 2025, além de coleta de dados em sites oficiais do Governo Federal que tratam sobre Leis relacionadas aos Direitos da pessoa idosa, priorizando as publicações mais recentes. Além disso, foram consideradas notícias contemporâneas de amplo conhecimento midiático, uma produção da sétima arte: “Abandono aos idosos - uma realidade despercebida”.

O intervalo de tempo adotado se justifica pela dificuldade de encontrar estudos recentes e uma base mais ampla de referências sobre o tema. Os critérios de exclusão foram artigos que, embora relacionados ao assunto, não se adequaram ao eixo de pesquisa, artigos internacionais, artigos pagos, artigos que tratavam exclusivamente da violência física e artigos publicados em período anterior ao estudo, exceto Minayo (2003), pela sua relevância e contribuições sobre o tema.

Resultados e Discussões

Documentário: “Abandono aos idosos - Uma realidade despercebida” - A Fragmentação dos Laços Familiares e Sociais

O crescimento da população idosa no Brasil tem sido acompanhado por um aumento significativo de casos de abandono, tanto por parte da família quanto da sociedade. Embora exista o dever de oferecer suporte, promover a inclusão e garantir condições dignas de vida para essa parcela da população, na prática, essa assistência muitas vezes não ocorre de forma efetiva, resultando na institucionalização de muitos idosos.

O abandono pode ser definido como a falta de suporte emocional, social e financeiro por parte da família, gerando impactos negativos na saúde mental e física dos indivíduos afetados, especialmente os idosos. Fatores como mudanças nas estruturas familiares, dificuldades financeiras e falta de tempo são frequentemente apontadas como justificativas para o descaso dos cuidados dessa população.

Segundo Santos (et. al. 2024) a desestruturação familiar tende a impactar diretamente na saúde mental dos idosos, podendo levar a casos de depressão, ansiedade, isolamento social e, em casos extremos, ao suicídio. Pessoas idosas abandonadas são mais propensas a desenvolver transtornos psicológicos graves e comportamentos reclusos. Além disso, a negligência da rede de apoio pode comprometer cuidados básicos, como: alimentação, higiene e administração de fármacos, agravando comorbidades preexistentes.

Em alguns casos, essas pessoas são encaminhadas de maneira compulsória às instituições de acolhimento temporário que, posteriormente, tornam-se permanentes. Esses locais auxiliam na manutenção da saúde da população idosa e são fundamentadas a partir de políticas públicas, como a Política Nacional do Idoso, Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e o Estatuto do Idoso (MOURA, 2020, p. 205). As Instituições de Longa Permanência para Idosos desempenham um papel fundamental na assistência a essa população vulnerável. Embora sejam concebidas como espaços de acolhimento e cuidado, muitas ILPIs enfrentam dificuldades estruturais e limitações de

recursos humanos, comprometendo a qualidade de vida dos residentes (Silval e Rodrigues, 2024, p. 14).

Dentro destas entidades, quando não há o acompanhamento familiar e o suporte afetivo contínuo, pode ocorrer a intensificação da sensação de solidão e desvalorização, reforçando sua exclusão social e elevando o risco de declínio cognitivo. Conforme apontam Silva e Rodrigues (2024) o agravamento de doenças, comumente associados às pessoas idosas como: hipertensão, transtornos psíquicos, diabetes e problemas cardiovasculares, está relacionado diretamente ao estresse emocional crônico e à ausência de estímulos sociais adequados.

O documentário “Abandono aos idosos - Uma realidade despercebida” (2015) reforça essas constatações ao mostrar relatos reais de idosos que sofrem com a carência familiar e social. Ele evidencia como a falta de apoio emocional compromete a qualidade de vida dessa população. Em um dos depoimentos, um idoso relata: “O abandono de um cidadão como um pai, uma mãe, isso não é o certo, sabe. Porque eles deram a vida pra gente, então, abandonar [...] no asilo não faz parte. Dá a impressão pra mim, que eles vão querer me ver só quando eu morrer, entendeu”, em outro momento o idoso fala em aguardar ansioso a chegada de um ente que nunca se consolida, sendo possível observar sua expressão facial de descontentamento e tristeza (Figura 01).

A narrativa do documentário demonstra que, apesar das leis existentes, o abandono de pessoas da terceira idade ainda é uma questão recorrente na sociedade brasileira, demandando maior atenção das políticas e conscientização social.



Figura 01: Documentário: Abandono aos idosos - Uma realidade despercebida, 2015.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cBryEUI9uGc>. Acesso em: 12/02/2025

O abandono social e familiar da pessoa idosa é uma realidade preocupante que exige uma abordagem multidisciplinar, envolvendo família, Estado e sociedade. A implementação de políticas públicas eficazes e a promoção de uma cultura de respeito e valorização dos idosos são essenciais para garantir um envelhecimento digno e cuidados adequados para essa crescente população. Vale ressaltar que o abandono afetivo não apenas impacta a dignidade e a qualidade de vida das pessoas idosas, mas também cria um encargo adicional para o Estado, que acaba por assumir a responsabilidade em diversos casos de abandono. Essa situação evidencia a necessidade de se discutir a responsabilidade civil dos filhos na garantia de cuidados condizentes aos pais, destacando a necessidade de trilhar outros caminhos que permitam a compreensão das implicações do processo de envelhecimento em uma sociedade que, historicamente, encontra-se centrada na produtividade, lucratividade e consumo (Silva e Tomé, 2015, p.77).

Por conseguinte, o documentário analisado ilustra a urgência dessas medidas ao apresentar histórias reais que demonstram a fragilidade de idosos abandonados e a necessidade de um suporte mais eficaz para essa parcela da população. Além disso, a obra apresenta a perspectiva de alguns especialistas de áreas distintas do conhecimento, incluindo psicóloga, médico geriatra,

coordenador da comissão do idoso e coordenadora dos Direitos Humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). A produção ainda discorre sobre as diretrizes previstas pelas leis nacionais voltadas à pessoa idosa e aos Direitos Humanos e menciona estratégias favoráveis ao não abandono, como, por exemplo, a promoção de saúde.

Em silêncio, eles sofrem: O Abuso Psicológico Contra a Pessoa Idosa

A violência não física envolve comportamentos que causam danos emocionais ao indivíduo, afetando a saúde mental e o seu bem-estar. Intimidação, manipulação, humilhação, isolamento social e controle coercitivo exemplificam este tipo de violência que viola os Direitos Humanos. Embora ocorra com pessoas de diferentes idades, desconfia-se que afeta majoritariamente a população idosa, especialmente em ambiente familiar e apesar das políticas e legislações voltadas à sua proteção.

Minayo (2005, p.33), destaca que a violência intrafamiliar é recorrente, sendo os agressores, em sua maioria, pessoas que deveriam garantir proteção e cuidado. Em outro estudo, Minayo (2003, p.08) discute a complexidade da violência contra a população idosa e aponta que é um problema de difícil identificação, haja vista que muitos não percebem que estão sendo maltratados e não denunciam os abusos sofridos por medo ou vergonha. Desta forma, levanta-se a hipótese de que esta situação decorre, em parte, por dependência afetiva, material e/ou física, que os tornam suscetíveis a abusos que podem até não gerar marcas aparentes, mas causam profundos danos à qualidade de vida e à saúde mental.

Para Gaioli e Rodrigues (2008, p.06), os maus-tratos à pessoa idosa têm se tornado cada vez mais evidente na sociedade, ganhando não apenas dimensão social, mas de saúde pública. Isso demonstra que a violência contra essa população não se limita à questões privadas, assumindo dimensão social e exigindo ações coletivas. Em 2022, por exemplo, uma mulher de 82 anos foi vítima de um golpe milionário aplicado pela própria filha. Além da violência

patrimonial, a idosa sofreu violência psicológica ao ser manipulada e isolada socialmente, tendo sua segurança emocional e autonomia destituídas (O GLOBO, 2022). Outro caso que repercutiu nacionalmente, em abril de 2024, foi do idoso “tio Paulo” (como ficou conhecido) que, morto, foi levado por sua sobrinha a uma agência bancária do Rio Janeiro, na tentativa de obter um empréstimo financeiro no nome dele, o que levantou questões sobre possíveis abusos psicológicos e negligências que o idoso possa ter sofrido antes da sua morte (G1, 2024).

A violência contra a pessoa idosa carece de atenção especial tanto do Estado quanto da sociedade. Além do medo e da dependência emocional, muitas vezes, há a dificuldade em acessar as redes de apoio, que impedem as vítimas de denunciarem seus agressores, perpetuando o ciclo do abuso. Isso reflete o fracasso do Estado no que tange a garantia e efetivação dos Direitos da pessoa idosa, ressaltando a necessidade de maior fiscalização, conscientização da população e fortalecimento dos mecanismos de proteção.

Amparo legal: Como a Lei Combate à Violência Contra Idosos?

Um ponto essencial para a garantia de Direitos ao idoso é a legislação, a qual está principalmente representada no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e define diretrizes para assegurar a dignidade, a proteção e a inclusão da pessoa idosa na sociedade, prevenindo e punindo diferentes formas de violência, incluindo o abandono e o abuso psicológico. Ademais, o Estatuto reforça o papel social da família nos cuidados e na proteção ao estabelecer que é dever dos filhos cuidarem dos pais na velhice, imputando, inclusive, penalizações de natureza cível e criminal aos que não cumprirem a norma de proteção, deixando os pais no abandono, seja ele afetivo ou material (Pina *et al.*, 2016, p.35). Entretanto, apesar da legislação atuar na defesa dos direitos dos idosos, a efetivação dessas normas ainda enfrenta desafios. A omissão do Estado se evidencia na falta de políticas públicas eficazes voltadas para a fiscalização e o suporte aos idosos em situação de abandono (Freitas; Silva, 2021, p. 24). Muitas

vezes, o amparo disponibilizado pelo Estado não dispõe de mecanismos suficientes para garantir a aplicação da lei, deixando essa população ainda mais vulnerável.

Esse cenário é agravado quando se trata do abandono afetivo, uma forma de negligência emocional mais difícil de ser comprovada e fiscalizada. Diferente do abandono material, que pode ser identificado pela privação de recursos básicos, o abandono afetivo manifesta-se na indiferença, no isolamento e na ausência de suporte emocional, prejudicando a saúde mental do idoso e comprometendo sua autonomia e qualidade de vida. De Marco e De Marco (2013, p. 37) afirmam que: "o Estado não tem como obrigar os pais a amarem seus filhos, ou os filhos a amarem seus pais, porém, deve-se possibilitar ao menos que receba uma indenização pelo dano sentimental causado". Segundo os autores, essa medida teria um caráter pedagógico, servindo como um desestímulo à negligência afetiva, ao imputar responsabilização pelo abandono emocional.

O Projeto de Lei 4294/2008, o qual aguarda designação de caráter conclusivo dos órgãos competentes, estabelece o direito à indenização por dano moral em razão de abandono afetivo dos pais pelos filhos, acrescentando o parágrafo de alteração ao artigo 3º do Estatuto. Embora essa solução pareça interessante, sua efetivação encontra barreiras. Primeiro, quem fiscalizaria o afeto dado ao outro? Diferente de uma violação material, que pode ser identificada explicitamente, a ausência de amor e cuidado é pessoal e subjetiva, portanto, difícil de mensurar. Além disso, ainda que a justiça admitisse a reparação por danos morais nesses casos, como seria possível calcular o tamanho das dores emocionais causadas pelo abandono afetivo? O sofrimento causado pela negligência emocional pode variar conforme a família e as gerações, tornando a avaliação e quantificação do dano uma questão difícil. Dessa forma, a responsabilização pelo abandono afetivo ainda enfrenta desafios jurídicos e éticos, exigindo um equilíbrio entre a proteção do idoso e o respeito à subjetividade das relações familiares.

O envelhecimento escancara um dilema que perdura entre muitas pessoas em suas relações: a ideia de que envelhecer é algo que acontece com

o outro, e não consigo mesmo. Esse distanciamento da realidade contribui para a negligência, o abandono e diversas formas de violências não física contra a pessoa idosa, que muitas vezes se vê privada de autonomia e dignidade (DE MARCO; DE MARCO, 2013, p.36). Além do abandono físico e afetivo, há também o abuso psicológico, outra forma recorrente de violência que pode se manifestar de diferentes maneiras e entre diferentes atores sociais. A cartilha de Violência contra a Pessoa Idosa, publicada em 2020 pelo, na época, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, afirma que:

Abuso psicológico praticado com atos, tais como, agressões verbais, tratamento com menosprezo, desprezo, ou qualquer ação que traga sofrimento emocional como humilhação, afastamento do convívio familiar ou restrição à liberdade de expressão; bem como submeter a pessoa idosa a condições de humilhação, ofensas, negligência, promovendo insultos, ameaças e gestos que afetem a autoimagem, a identidade e a autoestima do ofendido, é considerado violência psicológica e crime passível de pena de detenção (Brasil, 2020, p.20).

Nesse sentido, o abuso psicológico pode ocorrer de diversas formas, desde palavras e gestos que desvalorizam o idoso até atitudes que o isolam e restringem sua participação na sociedade. Segundo Reis et al. (2014, p. 436), muitos idosos relatam sofrer agressões psicológicas no ambiente familiar: "Um dia meu neto me chamou de desgraça. Isso porque eu pedi para ele desligar o computador porque eu queria assistir o jornal" (E-12, Homem)". Esse tipo de violência, muitas vezes naturalizado dentro do ambiente doméstico, pode gerar impactos profundos na saúde emocional e mental dos idosos, levando a quadros de ansiedade, depressão e sentimento de inutilidade. A ausência de respeito e empatia por parte dos familiares contribui para o isolamento e a perda da autonomia, agravando ainda mais a vulnerabilidade dessa população (Pina et al., 2016, p.36).

Considerações Finais

O presente estudo foi realizado após observada a carência de publicações voltadas para o debate das necessidades e proteção da pessoa

idoso. Aliado a isso, há o aumento da expectativa de vida e o expressivo descaso que muitos indivíduos podem enfrentar ao alcançar a velhice. As buscas encontradas neste estudo sugerem que o abandono e o abuso psicológico afetam significativamente a qualidade de vida da pessoa idosa. Os achados mostraram que a negligência familiar e social, somada à ineficiência do Estado em aplicar políticas públicas, impulsiona a vulnerabilidade vivenciada por muitos idosos, o que reforça a importância de intervenções que garantam a dignidade da pessoa humana.

Os resultados analisados indicaram que o abandono e o abuso psicológico comprometem diretamente a saúde mental e física dos idosos, levando a quadros de depressão, ansiedade e isolamento social. Apesar da legislação brasileira prever a proteção desse público, sendo o Estatuto do Idoso o instrumento mais relevante nessa garantia de direitos, a efetividade das medidas previstas nesse documento enfrenta barreiras. O abandono de idosos, tanto material quanto afetivo, é considerado crime, podendo resultar em penalidades como a detenção. Além disso, o abuso psicológico também é reconhecido como uma forma de violência e pode levar à responsabilização legal dos agressores. Desse modo, a lei estabelece que é papel da família, da sociedade e do Estado assegurar a dignidade e proteção do idoso contra a negligência e violência, seja ela física ou não.

Apesar da relevância do tema, observa-se uma escassez de estudos aprofundados tanto sobre os impactos da violência e abandono, quanto propriamente sobre a vida da pessoa idosa, o que justifica o intervalo de tempo desse estudo e, também, levanta questionamentos sobre um possível desinteresse acadêmico e social pela área. Essa desatenção apresenta uma contradição, haja vista que o envelhecimento é um processo natural e universal, atingindo todas as pessoas em algum momento da vida. Ignorar essa realidade pode resultar em uma sociedade despreparada - que já se mostra sem preparo - para lidar com os desafios da longevidade, tanto no âmbito individual quanto coletivo. Dessa forma, incentivar pesquisas nessa área não apenas contribui para a construção de políticas públicas mais eficazes, mas também se apresenta como um meio de compreender melhor nossa existência interpessoal no futuro,

promovendo um envelhecimento digno e amparado para as próximas gerações.

Portanto, sugere-se para próximos estudos a ampliação das investigações sobre a eficácia das políticas voltadas à proteção, bem como a qualidade de vida da pessoa idosa. Esses estudos são primordiais para que seja possível levantar debates na sociedade civil, os quais sejam capazes de estimular a conscientização e a participação da população, garantindo que os direitos sejam efetivamente cumpridos. Além disso, é fundamental que futuras pesquisas analisem estratégias para fortalecer a rede de apoio familiar e comunitária, reduzindo os índices de abandono e abuso psicológico.

Referências

BECKER, D.; ESKELSEN, S.. Documentário: Abandono aos idosos - Uma realidade despercebida. Brasil. **PEC - Projeto Experimental em Comunicação**, Faculdade Ibes Sociesc, em Blumenau (SC). 13 de julho de 2015.1 vídeo (10 min). Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cBrvEUI9uGc>. Acesso em: 08 fev. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília - DF, 1º de outubro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 16 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Nota Informativa n. 5/2023 MDS/SNCF**. Envelhecimento e o direito ao cuidado. Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento->

social/noticias-desenvolvimento-social/mds-lanca-diagnostico-sobre-envelhecimento-e-direito-ao-cuidado/Nota_Informativa_N_5.pdf. Acesso em: 11 de fev.2025

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI). **6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa: Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação.** Novembro 2024 - Brasília DF. Disponível em: 6 CONADEP - Material Orientador - Conf-Livres.pdf . Acesso em: 08 fev. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Secretário Alexandre da Silva sinaliza perspectivas do MDHC para 2024 em defesa das pessoas com 60 anos ou mais.** Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/secretario-alexandre-da-silva-sinaliza-perspectivas-do-mdhc-para-2024-em-defesa-das-pessoas-com-60-anos-ou-mais>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI). Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Cartilha "**Violência contra a pessoa idosa: vamos falar sobre isso? Perguntas mais frequentes sobre direitos das pessoas idosas**". Brasília - DF, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/junho/cartilhacombativotenciapessoaidosa.pdf>. Acesso em: 09 fev.2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 4294/2008. Acrescenta parágrafo ao art. 1.632 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - **Código Civil e ao art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso**, de modo a estabelecer a indenização por dano moral em razão do abandono afetivo. 2008. Comissão aprova indenização por dano moral em caso de abandono afetivo. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=415684#:~:text=PL%204294%2F2008%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Acrecenta%20par%C3%A1grafo%20ao%20art.,em%20raz%C3%A3o%20do%20abandono%20afetivo>. Acesso em: 16 fev. 2025.

DA SILVA, Janaina Barbosa; TOME, Cristinne Leus. Faculdade Aberta da Melhor Idade: um projeto de inclusão social. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**, [s. l.], v. 2, n. 1, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/amp/article/view/2921>. Acesso em: 16 fev. 2025.

DE MARCO , Charlotte Nagel; DE MARCO, Cristhian Magnus. O DANO MORAL POR ABANDONO AFETIVO DO IDOSO: PROTEÇÃO A DIREITOS FUNDAMENTAIS CIVIS: II Simpósio Internacional de Direito: dimensões materiais e eficaciais dos direitos fundamentais 37. **Editora Unoesc**, [s. l.], 10 fev. 2025. Disponível em: <https://editora.unoesc.edu.br/index.php/simposiointernacionaldedireito/article/download/1489/1036>. Acesso em: 10 fev. 2025.

DE OLIVEIRA GAIOLI, Cheila Cristina Leonardo; PARTEZANI Rodrigues, Rosalina Aparecida. Ocorrência de maus-tratos em idosos no domicílio. **Online Rev Latino-Americana de Enfermagem**, vol. 16, núm. 3, junho 2008. Universidade de São Paulo - SP, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281421890021>. Acesso em: 07 fev. 2025.

FREITAS, Beatriz Mabel Correia; SILVA, Jéssica Aline Caparica da. A RESPONSABILIDADE DO ESTADO DIANTE DA SITUAÇÃO DE ABANDONO DO IDOSO: ENFRENTANDO O ABANDONO ASSISTENCIAL DO ESTADO. **Direito Cadernos de Graduação**, [s. l.], v. 6, ed. 3, 7 maio 2021. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cdghumanas/article/view/9110/4567>. Acesso em: 9 fev. 2025.

GALVÃO, Julia. **Dados do IBGE revelam que o Brasil está envelhecendo**. [s. l.], 11 jul. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-revelam-que-o-brasil-esta-envelhecendo/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

GOMES, Irene; BRITTO, Vinicius. **Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos**. [s. l.], 27 out. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012->

agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos#:~:text=J%C3%A1%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20idosa%20de,sexo%2C%20do%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202022. Acesso em: 11 fev. 2025.

G1.: “Tio Paulo”: quem era o idoso levado morto por mulher a banco para sacar empréstimo de R\$17 mil”. **Fantástico**. Brasil, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/04/22/tio-paulo-quem-era-o-idoso-levado-morto-por-mulher-a-banco-para-sacar-emprestimo-de-r-17-mil.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. **IBGE**, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 09 de fev. 2025

IDOSOS de menor renda têm piores indicadores de saúde e menos acesso a cuidados médicos, aponta estudo do IEPS. [S. I.], 25 abr. 2023. Disponível em: <https://ieps.org.br/idosos-de-menor-renda-tem-piores-indicadores-de-saude-e-menos-acesso-a-cuidados-medicos-aponta-estudo-do-ieps/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MARTINS, Maristela Santini; MASSAROLLO, Maria Cristina Komatsu Braga. Conhecimento de idosos sobre seus direitos. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo - SP - Brasil, v. 23, n. 4, p. 486-492, 2010. DOI /10.1590/S0103-21002010000400006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/zcFhdTwbTYBZQsfYFQyx7FL/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MENDES, Márcia R.S.S. Barbosa et al. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Acta Paulista de Enfermagem**, [s. l.], 23 fev. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/9BQLWt5B3WVTvKTP3X8QcQJ>. Acesso em: 12 fev. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 783-791, mai./jun. 2003. DOI:10.1590/S0102-311X2003000300010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/RqXm785ywkK9dYxTwMvfmXz/?lang=pt>. Acesso em: 09 fev. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra Idosos: O avesso do respeito à experiência e À sabedoria/ Texto: Maria Cecília de Souza Minayo - Brasília: **Secretaria Especial dos Direitos Humanos**, 2º edição, 2005. Disponível em: <https://fiapam.org/wp-content/uploads/2013/12/Violencia-contra-idosos.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2025.

MOURA, S. V. Fatores sociais que contribuem para o acolhimento institucional de idosos. **Barbarói**, n. 57, p. 204-217, 5 jul. 2020. DOI: 10.17058/barbaroi.v0i57.15212. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/15212>. Acesso em: 09 fev. 2025.

PINA, Selma Cristina Tomé et al. O papel da família e do estado na proteção do idoso. **Ciência et Praxis**, [s. l.], v. 09, ed. 18, 29 jul. 2014. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/praxys/article/view/2532>. Acesso em: 7 fev. 2025.

PUCRS Data Social: 2,8 milhões de idosos vivem abaixo da linha de pobreza no Brasil. [S. I.], 8 set. 2023. Disponível em: <https://portal.pucrs.br/noticias/impacto-social/idosos-pobres-no-brasil/>. Acesso em: 10 fev. 2025

RÊGO, Ramon; DE JESUS, Irene Maria; SANTOS DA CRUZ, Guilherme Henrique; SOUZA, Meriele Santos; AMARAL, Edilene Oliveira; BARBOSA TELES, Mariza Alves. Assistência prestada por Enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família à população idosa do município de Montes Claros-MG. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**, [s. l.], v. 4, n. 2, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/amp/article/view/4385>. Acesso em: 16

fev.

2025.

REIS, Luciana Araújo dos et al. Expressão da violência intrafamiliar contra idosos. **Acta Paulista de Enfermagem**, [s. l.], 29 jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/sSQLGt3Ps3PKkCGp7d4MhvM/?lang=pt>. Acesso em: 09 fev. 2025.

SANTOS, K. R. B. de L.; FRANÇA, N. E. Q.; ARAÚJO, R. S. de. Os impactos causados pelo abandono familiar em idosos institucionalizados. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 7, n. 15, p. e151717, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55892/jrg.v7i15.1717>. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1717>. Acesso em: 08 fev. 2025.

SERRA, P.; DE SOUZA, R. N.: “Filha presa por golpe milionário deixava idosa sem comida e colocava faca em seu pescoço, apontam investigações”. **O Globo**. Rio de Janeiro - RJ, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/08/filha-presa-por-golpe-milionario-deixava-idosa-sem-comida-e-colocava-faca-em-seu-pescoco-apontam-investigacoes.ghtml>. Acesso em: 09 fev. 2025.

SILVA, N. da S.; RODRIGUES, T. C. “Abandono afetivo dos idosos na instituição de ILPI”. Revista FT Ltda 1996 - 2025, Brasil, Rio de Janeiro-RJ. **Revista Científica Eletrônica Multidisciplinar**. Ciências Sociais Aplicadas, Volume 28 - Edição 134/MAI 2024. DOI: 10.5281/zenodo.11406833. Disponível em: <https://revistaft.com.br/abandono-afetivo-dos-idosos-na-instituicao-de-ilpi/>. Acesso em: 09 fev. 2025.

ENTRE RIMAS E ESQUINAS: AS BATALHAS DE RIMAS E RODAS CULTURAIS NAS ENCRUZILHADAS DA CIDADEⁱ

Guilherme Marcelino dos Santos¹

Resumo: As Rodas Culturais e Batalhas de Rima no Rio de Janeiro transformam a rua em um espaço de criação, encontro e disputa simbólica. Esses eventos reúnem MCs, poetas, grafiteiros e DJs, ressignificando o ambiente urbano como palco para a expressão artística e o debate político. No entanto, a ocupação da rua por essas manifestações enfrenta desafios como a falta de apoio institucional e a repressão estatal, evidenciando a tensão entre cultura popular e políticas públicas. Este estudo, parte de uma pesquisa de doutorado em Sociologia, investiga como a rua se constitui como território cultural e político dentro do Hip-Hop. A análise parte de referenciais teóricos como Stuart Hall, Homi Bhabha, Michel Foucault e Antonio Gramsci, além de pesquisas sobre Hip-Hop no Brasil. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa, com observação participante, entrevistas com artistas e produtores culturais e análise de registros audiovisuais e documentos institucionais. Os resultados indicam que a rua é mais do que um espaço físico: ela é um território de disputa, pertencimento e criação coletiva. As Rodas Culturais, ao ocuparem o espaço público, reafirmam a cidade como um direito e promovem novas formas de articulação comunitária. A valorização dessas práticas é essencial para a formulação de políticas públicas que garantam sua continuidade e reconhecimento enquanto patrimônio cultural.

Palavras-chaves: Hip-Hop; Rodas Culturais; Rua

Abstract: Cultural Circles and Rap Battles in Rio de Janeiro transform the streets into spaces of creation, encounter, and symbolic dispute. These events bring together MCs, poets, graffiti artists, and DJs, reimagining the urban environment as a stage for artistic expression and political debate. However, the occupation of public spaces by these manifestations faces significant challenges, including a lack of institutional support and state repression, revealing the persistent tension between popular culture and public policy. This study, part of a doctoral research in Sociology, explores how the street becomes a cultural and political territory within the Hip-Hop movement. The analysis is grounded in theoretical frameworks by Stuart Hall, Homi Bhabha, Michel Foucault, and Antonio Gramsci, as well as in existing research on Brazilian Hip-Hop. Methodologically, the study adopts a qualitative approach, including participant observation, interviews with artists and cultural producers, and the analysis of audiovisual records and institutional documents. The findings indicate that the street is more than a physical space: it is a territory of contestation, belonging, and collective creation. By occupying public spaces, Cultural Circles reaffirm the city as a right and foster

¹ Doutorando em Sociologia (PPGS – UFF), Mestre em Culturas e Territorialidades (PPCult – UFF). E-mail: gmarcelino@id.uff.br

new forms of community engagement. Recognizing and valuing these practices is essential for the development of public policies that ensure their continuity and recognition as cultural heritage.

Keywords: Hip-Hop; Cultural Cyphers; Street

Introdução

O Hip-Hop é um movimento nascido nas ruas, dentro dos guetos, como apontado por Tricia Rose (1994), que analisa suas origens nos bairros periféricos dos Estados Unidos, destacando sua conexão com as desigualdades sociais e as expressões culturais da juventude negra. Entretanto, suas raízes podem ser traçadas para além do contexto urbano contemporâneo, remontando a tradições orais e musicais africanas. Conforme Elijah Wald (2012) demonstra, práticas como *The Dozens*—um jogo verbal presente em comunidades afro-americanas—possuem conexões diretas com formas de expressão da diáspora africana, estabelecendo um vínculo entre as práticas performáticas da cultura Hip-Hop e tradições orais africanas. Assim, compreender o Hip-Hop exige um olhar que reconheça suas ligações históricas e culturais com a África, não apenas como um passado distante, mas como um elemento vivo que se reinventa nas ruas e nos guetos contemporâneos.

Escrever sobre a rua colabora no entendimento nas motivações e movimentações das juventudes presentes nas Rodas Culturais e Batalhas de Rimas que são os objetos principais desse estudo. Para além, ela parte da “essênciaⁱⁱ” do Hip-Hop, onde esses movimentos culturais estão inseridos.

As ruas são um mosaico de realidades contrastantes, onde o asfalto, o barro e a pedra se entrelaçam. Semelhanças e repetições se fundem com a diversidade, criando um caleidoscópio de vivências. Espaços de sociabilidade onde a realidade de um se torna a distopia do outro. As histórias que brotam desses lugares, narradas pela “voz” dessa “entidade”, transcendem as diferenças.

Dentro da reflexão sobre as ações da e na rua, há pretensão, sim, em apontar como ela foi utilizada pelo movimento cultural. Deve-se entender e

compreender que o movimento Hip-Hop, enquanto cultura, modos, táticas e astúcias de resistência e re-existência foram criadas pelos negros dos guetos.

Como proposta para a compreensão da rua e sua importância para as Rodas e Batalhas, buscamos compreender - metodologicamente - como a rua é importante e como ela se mostra, como é entendida e o que, a partir dela, pode ser realizado.

Neste estudo, propomos uma imersão profunda na complexa relação entre a rua e as práticas culturais urbanas, com foco específico nas Rodas Culturais e Batalhas de Rima do movimento Hip-Hop. A rua, para além de um mero espaço físico, emerge como um ator social dinâmico e multifacetado, carregado de significados e práticas que moldam as experiências e identidades dos indivíduos que a habitam.

Para compreender a riqueza e a complexidade dessa relação, utilizamos uma abordagem metodológica que combina diferentes perspectivas teóricas e empíricas. Baseamos nossa análise a partir de diferentes perspectivas, utilizando as contribuições de Arno Vogel (2009) para entender as relações entre a rua e a casa como espaços complementares e, por vezes, intercambiáveis, também Jane Jacobs (2011), Harvey (2014) e Park (1967) para compreendermos a rua a partir de um sentido um pouco mais objetivo.

A rua, palco pulsante das Rodas Culturais e das Batalhas de Rima, emerge como um espaço sagrado e de profundas significações. A filosofia ubuntu, com sua ênfase na interconexão e no cuidado mútuo, encontra um eco nas relações estabelecidas nesse ambiente, onde o respeito, a solidariedade e a valorização da palavra são pilares fundamentais. A figura de Exu, por sua vez, como orixá das encruzilhadas e da comunicação, nos auxilia a compreender a rua como um espaço de transição e transformação, onde diferentes culturas, identidades e experiências se encontram e se misturam. Assim como Exu, a rua atua como um atravessador, conectando indivíduos e comunidades, promovendo a troca e o diálogo.

Ao explorar as letras de música, percebemos como a rua é representada como um espaço de resistência, de afirmação de identidade e de construção de uma comunidade. As Rodas Culturais, nesse contexto, podem ser vistas como

rituais que celebram a vida, a comunidade e a ancestralidade, fortalecendo os laços sociais e promovendo a valorização da cultura local.

Para complementar essa abordagem teórica, realizamos um trabalho de campo, que incluiu entrevistas semi-estruturadas com frequentadores, produtores de Rodas Culturais e artistas envolvidos no movimento Hip-Hop, além de uma etnografia participante em diversas rodas no Rio de Janeiro. Essa imersão nos permitiu captar a vivência cotidiana da rua, compreendendo as nuances de suas práticas e significados a partir da perspectiva dos próprios sujeitos.

Ao analisar letras de músicas de artistas como BK, Felipe Ret, TZ da Coro e Orochi, investigamos como a rua é representada e re-significada dentro da cultura Hip-Hop. A música, enquanto elemento central dessa cultura, é tratada como um processo contínuo que interage com o contexto social e cultural, refletindo as experiências e as aspirações dos jovens que a produzem.

Dante dessa perspectiva, este estudo busca aprofundar a compreensão da rua não apenas como um espaço físico, mas como um território social e simbólico fundamental para as dinâmicas culturais e identitárias do Hip-Hop e das Rodas Culturais. Para isso, exploramos diferentes abordagens teóricas que problematizam a noção de rua, desde sua função como espaço de convivência e sociabilidade até sua ressignificação pelas juventudes periféricas. Também analisamos a presença da rua no discurso do rap, mostrando como a música reforça seu caráter de pertencimento e contestação, e, por fim, examinamos as Rodas Culturais e Batalhas de Rima como fenômenos que emergem dessa relação, evidenciando a importância da rua para a construção artística e social dos jovens que nela atuam. Dessa forma, propomos uma reflexão ampla sobre como a rua, mais do que um cenário urbano, é um elemento ativo na constituição de identidades e expressões culturais.

A RUA ENQUANTO RUA

A rua é parte indispensável do espaço urbano. É através dela que os sonhos, pessoas e por que não, as diversas formas de capital escoam e fazem a cidade se movimentarem. É importante percebemos, a priori, que trataremos

a rua enquanto um elemento muito utilizado e reverenciado. Enquanto espaço coletivo onde muito da vida cotidiana acontece. Mas como trataremos esse espaço?

Bem, em primeiro lugar, podemos apontar a forma como não será tratada. A rua, conforme DaMatta (1986) indica, apesar de servir para o lazer é o contraste da casa. Mesmo que em sua análise, aponte que em ambos os espaços - casa e rua - somos membros de grupos e de uma família, sua ideia é de que esses dois mundos sejam opostos, assim como moral e imoral.

Aqui compreendemos que esses dois espaços se complementam e se fundem. Na rua se tem a casa, a rua também é casa, estar na rua é estar em casa. Compreendemos que alguns aspectos materiais são possíveis apenas em um. Sabendo disso, não nos interessa tratar a rua a partir dessa visão que não leva em conta determinada vivências, experiências e subjetividades.

Contudo, tomamos inicialmente do mesmo DaMatta (1997) o fato de reconhecer o espaço, em si, como uma parte indispensável da vida, pois "O espaço é como o ar que se respira. Sabemos que sem ar morreremos, mas não vemos nem sentimos a atmosfera que nos nutre de força e vida. Para sentir o ar é preciso situar-se, meter-se numa certa perspectiva." (ibid, p. 19). Pois trataremos aqui a partir do sentir, daquilo que afeta.

Consoante a Jane Jacobs (2011), as ruas e calçadas são os órgãos mais preciosos de uma cidade, pois é a primeira das coisas que qualquer pessoa externa quando se pensa em uma cidade e isso significa que "se as ruas de uma cidade parecerem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecerem monótonas, a cidade parecerá monótona (Jacobs, 2011, p.30). Ora, as ruas e cidades são interessantes não apenas por sua função e arquitetura, pois os usos e desusos dela, fazem parte da vida que pulsa ali.

Para isso, é importante perceber que os sujeitos que vivem, sobrevivem, utilizam e ressignificam elas (tanto a cidade como a rua) estão exercendo um direito que deve ser reverenciado. Como aponta Harvey (2014), não é apenas uma questão de acesso individual ou de um determinado grupo ao que a cidade abraça, sendo na verdade "um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos profundos desejos" (ibid, p.28); sendo assim a reinvenção

da cidade um exercício coletivo. O autor sublinha o sociólogo Robert Park, sobre sua definição de cidade que seria uma forma de refazer o mundo em que se vive de forma que estejam em conformidade com seus mais profundos desejos.

Ainda seguindo este pensamento, Park (1967) afasta a definição de cidade de uma perspectiva dura, que seria a de um aglomerado de sujeitos voltados para sua individualidade, ruas, edifícios etc. e a aproxima de algo mais subjetivo como um "estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos" (ibid., p.25). Ambos os estudiosos, em suas específicas áreas de saber, concordam que a cidade não é algo individual, ao contrário, é construída, pensada e vivida a partir do coletivo, não sendo somente uma construção artificial.

E dentro dessa utilização e criação coletiva, pensamos na troca entre essas ruas - enquanto territórios - e seus viventes: um resultado!

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (Santos, 2015, p. 96-97)

A RUA ENQUANTO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA

A rua é aberta aos significados e eles sempre são contextuais a cada caso, teoria, epistemologia e etnografia, principalmente as experiências vividas a partir dela. Assim como a ciência busca entender o mundo mediante métodos racionais e conceituais, também devemos aplicar uma abordagem semelhante para compreender o significado e a sua função na sociedade. É apropriada para os mais diversos fins; por isso, tem esse caráter onipresente nas relações urbanas das Rodas Culturais e, de maneira ousada, do Hip-Hop. Pode se afirmar que é movimento! Assim como as identidades, assim como as suas construções, não é uma "entidade" estática. É um fato que ela é configurada socialmente. Há relações em que ela envolve os sujeitos e em outras em que é envolvida; estando

em "seus braços e abraços", todos os sujeitos se encontram, em alguma medida, sob uma tutela aberta as vacâncias. Mas ela não é de abandonar, pois nunca deixa de estar presente: seja no imaginário ou em sua forma geográfica, física. Ali não há frequentadores, para entendê-la como esse personagem, deve-se vivê-la e vivenciá-la.

Não existe apenas uma "rua"; existem ruas. As ruas são criadas e personificadas a partir dos afetos e intimidades de determinados sujeitos e grupos. Nenhuma relação "de rua" é imune ou distanciada de afetos. Quando se fala que "a rua sabe" ou "a rua vê", se está falando de uma rua em particular que tem ligação entre outras ruas, entre outras "entidades". A rua é um espaço personificado dentro da cultura que é onisciente em um grupo, mas que não conhece necessariamente as outras ruas. Mas todas estão interligadas pelo ethos comum.

Nossa visão do espaço privilegia explicitamente o aspecto processual, a dinâmica que resultam dos diferentes usos possíveis. O motivo da escolha é teórico: não acreditamos na existência prévia e selada de um conjunto de regras anexado a um conjunto de lugares. A regularidade existe precisamente em todas as maneiras pelas quais um lugar realmente passa a ser apropriado e utilizado. As regras para usar o espaço está permanentemente em construção. Mas, ao fazê-lo, a sociedade também estará construindo um conjunto de relações sociais úteis aos seus intérpretes. As atividades meio que "escolhem" seus espaços, apropriando-se deles, moldando-os e sendo moldado de volta. A distinção entre forma e fundo perde o seu significado, pois há combinações de espaços e atividades em que os primeiros são não apenas formas que abrigam um conteúdo eventual na medida em que contribuem para a sua realização. Da mesma forma, o que acontece num lugar não constitui apenas o essencial que, despejada num recipiente vazio, toma forma, pois contribui decisivamente para moldar e qualificar ambientes. Em suma, diríamos que um espaço é sempre o espaço de alguma coisa, assim como as coisas só podem acontecer em algum espaço. O problema da adequação da forma e do conteúdo revela-se uma falsa emitir. Isto resulta numa dificuldade prática: a etnografia de um espaço social pode ser apenas a etnografia do que acontece nele. (Vogel, 2009, p.49)

Por isso não é qualquer um, e particularmente não acredito que haja alguém, que conheça a rua em sua totalidade e complexidade. Ela tem diversas faces. Ela é igual a todas as outras, mas de maneiras muito diferentes, simbólica

e praticamente. Por exemplo, uma rua na Barra da Tijuca – bairro nobre da Zona Oeste do Rio de Janeiro - não pode ser pensada da mesma forma como uma rua no centro da cidade, em que a vida pulsa de modo diferente e em outro ritmo.

Há uma ética e moral entre elas que pode fornecer um sentido de unidade. Ética e moral que vão conforme os modos de convivência dos grupos, mas podem ser complementares, convergentes e até distintos.

Os artistas de freestyle se tornam os “MCs da casa”, aplicando aqui o sentimento de pertencimento aquela comunidade. Logo dentro desse espaço afetivo, os rimadores passam a ser cuidados, da mesma maneira também são cobrados pela sua postura. Logo, parte da rua também o cobra.

Dentro desse universo, por exemplo, há grupos que permitem utilizar, de maneira recreativa, maconha durante eventos de rua, enquanto outros, mesmo sendo favoráveis a utilização da planta, não a fazem. Em uma conversa informal, enquanto realizava pesquisa sobre a Batalha do Tanque (Silva, 2018), um dos fundadores da batalha e, naquela época o responsável por toda a gestão do evento, Luã Medeiros, mais conhecido como Luã Gordo ou apenas Gordo, apontou que todos os frequentadores da Roda tinham ciência de seu posicionamento quanto a legalização e utilização da maconha, porém em dias de batalha ele não fazia utilização naquele espaço, pois ele - e todos - sabiam de sua responsabilidade e que era um exemplo para as crianças que frequentavam a praça às quartas. Por isso ele pedia para que aqueles que quisessem fazer a utilização, não ficassem tão próximos ao local onde aconteciam as batalhas.

Tão por isso, que percebemos aquilo cantado por Ramonzin em "Os donos da rua", que "*conceito é o que traduz essa rotina. Onde ainda a principal moeda de giro é a palavra*", carrega a valorização do que "não se compra", pois a palavra dentro da ética da rua vale mais do que dinheiro. A valorização da rua muitas coisas se encontram no intangível. O reconhecimento, conceito que é muito presente no universo da rua, é a confiança, como explana Arno Vogel, "a confiança é, por princípio, a negação da troca mediada pelo dinheiro e só pode existir entre pessoas" (p.88). Isso vai de encontro com o que Gordo representava

para a Batalha e como a sua palavra na rua, dentro da sua ética e moral, é valiosa.

FBC e Dougnow na música "O retorno é a única lei", também corroboram na ilustração da sabedoria impregnada nas ruas quando cantam que "[...]Assim sendo, humildade é o carro-chefe. Respeito quem merece e até quem não merece. Relevo e deixo rolar, todos vão ser julgados por Deus, até lá. O retorno é a única lei, as ruas sabem que foi verdadeiro. Não sabem da metade que eu passei e ainda querem me julgar por inteiro".

Existe uma certa moralidade, maleável, que transforma a rua em uma casa. Assim como é possível desenvolver o mundo da rua dentro de casa, deixando de ser um lugar onde se mora (Vogel, 2009, p.69), também é possível desenvolver a casa no espaço infinito da rua, pois ambos constituem o domínio da vida social. Nela se encontram os sujeitos com suas famílias. A família aqui pode ser representada de diversas maneiras, como grupos de rap, *crews* de dança, grupos de *xarpi*, entre outros tipos de afinidades artísticas ou de outros interesses em comum. As conexões estabelecidas nesse ambiente, através das Rodas e Batalhas, pelas ruas (simbolicamente ou não), durante as horas que compõem os encontros e eventos, transformam-se em "somente" mais um dia de reunião e encontros. De fato, outras interações acontecem em diferentes momentos, espaços e por variados meios além do contato direto. Essa proximidade e o reconhecimento de múltiplas afinidades comuns frequentemente resultam na formação de "famílias"

Existe uma máxima popular que é "educação se aprende em casa". A rua enquanto espaço educativo, entidade fraternal, paternal e maternal, que serve de abrigo e casa, também educada. Assim a educação também vem da rua, se aprende na rua. Sabemos que existem "regras de etiqueta" nela e dela. Por isso que, parafraseando Emicida, "*a rua é nós* (gostamos de nós, vivemos por nós)" enquanto a soma da moral e ética - ou a falta delas - de um grupo, com as subjetividades daqueles membros pertencentes.

As Rodas Culturais se tornam locais de segurança e também abertura dentro do universo urbano, replicando ao seu modo a casa. Durante a Batalha do Tanque - falarei mais sobre ela à frente, em São Gonçalo, houve uma situação

que poderia não ter sido resolvida: um furto. Um frequentador daquela batalha teve a sua bicicleta furtada e, durante a apresentação da próxima disputa entre os MCs, um dos apresentadores, o mestre de cerimônias Mozart MZ falou ao microfone o que havia acontecido e acrescentou: “*Não se rouba dentro de casa! Se alguém viu a bicicleta do amigo, avisa. Isso não vai ser papo de x9, mas de coletividade! Não se rouba em casa e essa batalha é a nossa casa*”.

A bicicleta foi recuperada. Vemos que dentro desse universo existe um conjunto de expectativas e obrigações mútuas, pois há uma comunidade nas ruas que transcende a mera funcionalidade, como a formação de redes de apoio entre vendedores ambulantes e a criação de mecanismos de segurança e vigilância informais. As juventudes são como proprietárias naturais da rua ao mesmo passo em que são propriedades dela, porém em um tipo de fusão, elas também são parte, sendo assim são criaturas e criadores ao mesmo tempo.

A rua permite diferentes formas de sociabilidade e isso colabora com que ela pareça tanto com uma pessoa. Como nós: brinca, ri, se emociona e é aberta ao lazer. Isso é o que abre a possibilidade para conhecer a rua no outro e conhecer o outro diretamente através das suas subjetividades. Saber quem é quem, na rua, vai além do simples conhecimento. Além disso, significa saber quem é determinado indivíduo conforme as situações em que está participando; é a partir dela que entramos e podemos manter contato com o outro. A rua só existe enquanto tipificada como pessoa, por conta dos usos que damos a ela.

A RUA NAS VOZES RAP

Quando iniciamos a pesquisa sobre Rodas Culturais e Batalhas de Rima (Santos, 2018), a rua foi um personagem muito importante dentro do estudo para compreendermos como as questões de identidade, resistência e re-existência estavam presentes na Roda Cultural - Batalha do Tanque. A rua se mostrou importante e imponente dentro da fala dos atores que conversamos.

Também, dentro da mesma cultura, esse espaço de movimentação e identidade, é citada em diversas músicas. A música é um componente muito importante dentro da cultura Hip-Hop, sendo ela um dos elementos primordiais.

A música não deve ser estudada isoladamente, ao contrário, é enriquecedor entendê-la de acordo com seu contexto social e cultura; um processo dinâmico que interage com a sociedade e cultura (De La Barre, 2012). Música não pode ser vista apenas como o produto final, mas sim como um processo contínuo, o que inclui a criação, performance, recepção e evolução. A partir disso, podemos comprehendê-la a partir de como elas podem influenciar e como influenciam, pois, de forma que:

nem a sociologia, nem a etnomusicologia olham para a música como um objeto em si, mas sim como um objeto em relação, e, cada vez mais, como um processo, com as dimensões mais gerais do social ou da cultura conforme as respectivas tradições e cada vez mais as dimensões do social e da cultura. (*Ibid.*, p. 116)

Conforme o objeto que estamos dialogando, iremos analisar alguns trechos de músicas que contrastam com aquilo que viemos discutindo até aqui. As obras escolhidas foram selecionadas a partir de alguns critérios consoantes à pesquisa:

- i) A obra deve estar dentro do recorte temporal entre 2010 a 2024;
 - ii) Por se tratar de um diálogo com as Rodas Culturais e Batalhas de Rima, as músicas selecionadas são interpretadas ou escritas por artistas que têm sua história vinculada ao movimento cultural;
 - iii) A partir do nosso recorte geográfico, os artistas selecionados são cariocas.

A partir desses critérios, encontramos uma diversidade de músicas que explanam a rua de diversas maneiras e fins.

A primeira letra a analisarmos o uso criativo da rua, se trata da música “Sonho Das Esquinas” (2019), dos artistas BK e Felipe Ret, produzida por Portugal no Beat.

[...] Ret e BK', nova era, essa porra aqui não é novela
A missão tá sendo cumprida com foco, sem tempo pra perder com pela
Nós vai tá melhor agora, nada é da boca pra fora
Atirando lírica sem dó, nós vai tá da melhor forma
Pique rua, dez na prova, playboy se incomoda
Quem transfere a responsa tá cavando a própria cova
Nêgo, ouve a revolta do povo, o poder do meu santo
Tribal 808 nossos tambores rufam [...]
Mantendo vivo o sonho das esquinas (oh, me mantenho vivo)

Mantendo vivo o sonho das esquinas (oh, me mantendo vivo)
(BK e Felipe Ret - Sonhos das Esquinas - 2019)

Inicialmente, neste trecho, os artistas colocam a rua como um contraponto aos "playboys". A rua aqui se mostra como uma possibilidade de existência díspar das classes mais abastadas, até burguesas. A rua é considerada um espaço de confirmação identitária a partir da diferença e distanciamento. Ser "rua" está próximo ao sujeito embebido em uma determinada malandragem.

A rua mostra a autenticidade e realidade, pois "pique rua" sugere que o sujeito tenha uma atitude autêntica e realista, contrastando diretamente com a ficção da frase anterior "essa porra aqui não é novela"; a rua é a representação de uma realidade, longe daquela imaginada. Assim também é tida como o símbolo de resistência e luta, pois nesse espaço, as pessoas enfrentam diversas adversidades e batalham por seus sonhos, já que está "mantendo vivo o sonho das esquinas (oh, me mantendo vivo)".

Na música "Nome nas Ruas", também de BK (2022), a rua é vista como meio de reconhecimento e respeito, pois fazer o "nome nas ruas" significa conquistar o respeito por meio de desafios do cotidiano.

Há também a autenticidade e legado que é ganho e formado nas ruas, pois a rua é uma afirmação de onde o legado é construído com base em experiências significadas e significativas.

Eu tenho cicatrizes que às vezes sangram
Crises que às vezes cantam
Eu tenho anjos e demônios
E o que faz eu ser quem sou é a forma que eu controlo isso
Ela senta no meu colo e fala: É isso
Viver pode ser bom
Os deuses prometeram
Então sem arrependimentos, decepções ou tédio
O tempo é curto
Não vou usar o meu como remédio
Eu fiz o meu nome nas ruas
Recebi amor e as lutas
E quando ela beija minha nuca
Eu esqueço que a vida é curta
(BK (participação Carlos do Complexo) - Nome nas Ruas - 2022)

Outro artista que tem sua história narrada de forma que passa pelas Rodas e Batalhas, é TZ da Coro, que na música "Castelo de Areia", com participação dos cantores Veigh e Djonga, o carioca inicia com o seguinte verso:

Daqui de cima eu vejo as nuvens, a saudade me destrói
 Me perdoa se nesse jogo eu não sou um herói
 Eu vou atrás da vitória se ela não vem até nós
 Se a rua for uma selva, eu sou um leão feroz [...]
 (TZ da Coro (participações de Veigh e Djonga) - Castelo de Areia - 2023)

A partir desse trecho podemos ver outro aspecto da rua: o de ambiente hostil para determinados grupos. Quando comparada a uma selva, simboliza um ambiente desafiador, o que reflete a e na realidade dura - principalmente de "quem é rua" - dentro da vida urbana.

Enquanto na música "Criminal", do Mc Orochi com participação de Baco Exu do Blues e Djonga, temos dois momentos em que a rua é apresentada de duas formas. Na primeira, Orochi canta

Criminal, criminal, criminal, criminal
 Ma-mano, eu nasci desse jeito
 A rua me fez ver a vida sem medo
 Criminal, criminal, criminal, criminal
 Ela diz: Qual foi desse preto?
 Ele diz: Meu ouro parece suspeito [...]

No primeiro momento, a rua é descrita como formadora, pois a partir dela é possível ver a vida de uma forma lógica, apesar dos desafios, podendo assim conceber uma visão destemida da vida, pois a rua representa a realidade dura e muitas vezes perigosa da vida urbana.

Logo após, em outro verso, dessa vez cantado pelo baiano Baco Exu do Blues, temos o seguinte:

[...] Pouco tempo pra dormir
 Uma gostosa mamando, tentando expulsar o meu ódio
 Essas ruas dependem de mim
 A raiva atrapalha, preciso ser lógico
 Que-quem é de fora não entende
 Acha que falamos por código
 Eu não aceito perdão
 Prefiro pagar seu velório (criminal) [...]
 (Orochi (participação de Djonga e Baco Exu do Blues) - Criminal - 2023)

Quando o artista fala que "as ruas dependem de mim", podemos observar uma visão da rua enquanto comunidade, pois enquanto uma figura influente, suas ações e decisões geram um impacto direto ou indireto, na vida das pessoas ao seu redor. Seguindo a frase "quem é de fora não entende", é um indicativo de que a rua tem sua própria cultura e linguagem, que pode ser incompreensível para aqueles que não fazem parte desse ambiente. Isso reforça a ideia de uma identidade coletiva e de códigos de conduta específicos da rua.

A RUA PELAS RODAS

A minha época, pra gente fazer valer a nossa palavra aí, a nossa cultura, ou o movimento, como queria entender, a gente tinha que ir pra rua, fazer palestra, palestrar na rua e fazer passeata também, enfrentar os caras furiosos que não queriam aquele bando de preto e brancos, não tão brancos assim, a maioria pretos, andando nas ruas, reivindicando os direitos, né? Como cidadão e como rapper. (Dexter, 2011)ⁱⁱⁱ

Não apenas através das músicas que essa cultura demonstra a importância da rua. Esse espaço, tão caro, é meio de produção e reprodução de potências artísticas e subjetivas. A sua importância é dada em diversos aspectos. A rua é espaço de acontecimentos e de grande importância para o movimento cultural do Hip-Hop e, consequentemente, para as Batalhas de Rimas e Rodas Culturais. Nosso estudo se trata de um fenômeno cultural recente, pois, como aponta Rôssi Alves (2013), as Batalhas de Rimas são anteriores as Rodas Culturais, porém ambas efervesceram dentro dos anos 2000, tendo assim pouco mais de 12 anos de existência.

Com esse fato, é importante pensar o fenômeno, suas utilizações e utilidades não apenas com o olhar acadêmico, mas também a partir de uma visão mais aproximada. Isso, pois para nós é importante compreender e levar em consideração os saberes que estão fora da academia. Não é segredo que esses saberes, muitas vezes não escritos em livros, estão imersos na sabedoria vinda da experiência dos sujeitos.

Aqui levamos em conta que não estamos dando voz aos atores, mas sim, estamos os ouvindo e articulando esses dois tipos de saberes. Não é dever do pesquisador falar pelo ator, pois isso é negar-lhes o poder da fala e a

potencialidade do seu saber; função aqui é falar “de” e “sobre”. Isso aproxima o pesquisador do fenômeno que está sendo estudado e leva em conta aquilo que as pessoas fazem dele, pois são feitos por uma grande diversidade de pessoas, subjetividades e objetivos.

Tendo isso em mente, para compreender como é a rua, o que é feito dela e a partir dela e toda a sua importância, conversamos com artistas e produtores.

Conversar com essas pessoas, trouxe um aspecto desafiador. Em primeiro lugar, devemos nos afastar da ideia de que por um jovem estar na rua, em uma Batalha ou Roda, ele está desocupado. Essa ideia não leva em conta a quantidade de atividades que uma pessoa consegue articular dentro daquele tempo-espacó.

Estar na rua é uma das grandes, caso não seja a maior, ocupações artísticas e profissionais desses sujeitos. No decorrer de idas e retornos das Batalhas, as movimentações eram incessantes: quando se falava com um MC, é comum ser interrompido por um admirador querendo uma foto ou apenas apertar a mão e dizer que aprecia o trabalho daquele artista, porém por vezes também há uma negativa de que não poderia falar naquele momento, pois estava se concentrando para a batalha que ia começar em pouco tempo.

O sujeito quando ali, de peito aberto na rua, colocando o seu corpo para a arte, é o seu próprio gestor de imagem e carreira. A todo o tempo aquela pessoa é observada e seu gestual, sua postura (que é um componente da identidade exigido por todos os que estão em volta, pois uma pessoa sem postura não é uma pessoa de confiança, logo não merece o respeito) é colocada em xeque. Sendo seu próprio gestor, dono do seu tempo e arte, o valor dado por eles faz com que o seu espaço pessoal dentro daquela esfera pública seja considerado.

Os produtores, sempre se mostraram muito solícitos, porém não menos ocupados: quando estão na rua, na verdade, estão em seu escritório - se equipararmos pelo modo formal empresarial - e devem proceder conforme o que aquele espaço pede: eles são responsáveis por aquele espaço público, por mais irônico que seja, também pelas pessoas que ali estão, pela estrutura, pela logística e tudo o que gira em torno do evento. Quando há uma equipe, há um coordenador ou gestor e isso não deixa os sujeitos menos atarefados.

Dentro desse universo, conversar com esses sujeitos dentro desse espaço de fora, foi em si uma grande experiência para entender, entre diversos, alguns de seus significados. Vale pensar que essas pessoas, dentro desse grupo, comunidade e universo, desempenham um papel em praça pública. Todas as interações são permeadas por aquilo que eles desejam mostrar, seja por meio de representações quanto com as práticas defensivas e protetoras Goffman (2002).

Historicamente, o Hip-Hop é ligado a rua e a rua ao Hip-Hop. Há uma grande e abrangente quantidade de documentos que endossam esse fato. Assim como a boate Mars, criada por Yuki Watanabe, teve grande importância para Nova York e seus rappers nos anos 80, em vista que os jovens escutavam rap pelas ruas, mas os clubes da cidade não aderiam ao gênero. O Hip-Hop estava nas ruas, onde os artistas aprendiam, se conectavam e aprimoravam sua arte e tinha na boate um local para se expressar. Os renomados e mundialmente famosos: Q-Tip, Big Daddy Kane, KRS-One, Public Enemy, Ice Cube, Kool Keith, The Jungle Brothers, Kid Capri, DJ Scratch, Jaz-O, Jay-Z e Rakim eram alguns dos nomes que frequentavam Mars. Na rua não há vagabundos! Só há quando vem de olhar preconceituosos.

A gente é vezes visto como vagabundos. Muitas vezes. Entendeu? É muito complicado. Então isso é o que a gente mais tem dificuldade hoje em dia. É a gente conseguir, desde sempre, né, até hoje em dia é a gente conseguir ter ajuda desses lugares. Deles enxergarem a gente, né, realmente enxergarem o nosso trabalho e verem que, cara, a gente não tá ali porque a gente quer fazer uma roda e fica todo mundo tocando só, é rap, e Hip-Hop, bebendo, enchendo a cara e... não! A gente está fazendo isso porque tira muita gente da rua, a gente tira muita gente de lugares horríveis fazendo esse movimento. Entendeu? Mas é óbvio, é difícil eles não querem olhar para a periferia, é difícil eles quererem olhar para o preto, é difícil eles quererem olhar para as mulheres, é difícil eles quererem olhar pro lado do LGBT. Sabe, ainda está tendo um processo, ainda existe muito preconceito. Então é enfrentar esse preconceito, conseguir mostrar para eles o trabalho que a gente faz, né? (Ariela Assahi, 2024)^{iv}

Esses movimentos estarem na rua, enquanto espaço geográfico, se mostrou importante em primeiro sentido por conta de algo que se aproxima de uma essência, mas é possível pensar enquanto raiz a partir da perspectiva de algo que é constantemente cultivado e, dessa árvore, os frutos e desses frutos

sementes. Cada uma dessas sementes tem em si a expectativa de uma grande árvore. Dentro desse panorama, como uma pequena semente pode se tornar uma poderosa e grandiosa árvore se não cultivada no solo fértil com a chance de crescer? A rua se mostra esse solo.

O olhar dos que estão na rua, passando por elas, são componentes importantes para toda aquele apanhado artístico que ali acontece. Ocupar espaços convencionais se torna uma tática política, porém a principal política feita por esses sujeitos é na rua. E de forma alguma a rua pode ser considerada aqui como imutável ou inegociável. Caso a observarmos a partir de um ponto de vista mais humanizado, há a possibilidade de modificar aqueles aspectos que são nocivos.

É muito diferente a gente fazer isso na rua e fazer dentro de um lugar assim. Pessoal gosta disso porque a cultura do Hip-Hop, ela vem daí. Né, então como que a gente vai tirar algo que é básico da cultura do Hip-Hop? Entendeu? Isso é muito bom porque a gente, estando na rua, também outras pessoas, que não conhecem esse tipo de cultura, não conhecem esse tipo de música, elas vão passar, vão ver e tem gente que não vai gostar. Tudo bem, ninguém é obrigado a gostar de tudo, mas tem gente que vai amar. [...] E aí chega lá e vê aqueles jovens incríveis batalhando, um mais inteligente que o outro. Dando a vida por algo que eles amam, sabe? Isso encanta as pessoas, atraí mais gente. Então é a rua, é o nosso lugar e a rua que a gente quer mudar também. (Ariela Assahi, 2024).^v

Assim também, a rua é um palco onde é possível maximizar a visibilidade artística dos sujeitos, funcionando também como vitrine. A ideia de visibilidade implica na forma que as manifestações culturais se comportam.

A rua é super importante, porque a rua acaba popularizando a arte do MC. Então na rua a gente consegue maximizar o máximo de público que talvez não teria condição de batalhar numa Batalha com essa estrutura no local privado, por ser caro. E nosso trabalho tem muito cunho social, tá ligado?! De poder tentar modificar, impactar a vida de pessoas que vivem pela marginalidade nesse sentido. Então, para a gente a rua é uma essência e faz parte do dna da Batalha do Tanque que é uma batalha que surgiu em si e permanece na rua mais de 600 eventos (Felipe Gaspary, 2024)^{vi}

Há uma questão na rua que levanta um questionamento sobre o respeito e tudo o que gira em torno dele. Como se ganha o respeito e, além disso, quem

valida esse respeito na rua? Observando o movimento e toda a movimentação, dentro desse panorama, a resposta está no outro. Cada indivíduo é uma parte da rua. O outro atua como validador, transformando a entidade rua em um conjunto de signos, regras, afetos, códigos e condutas, onde todos são responsáveis, em alguma medida, pelo outro. Trata-se de uma experiência coletiva, e não individual.

Neves (1999) sugere que os indivíduos que se integram à rua devem inserir-se numa rede de comunicação, troca de informações, apoio e alianças de interesses. Essa integração não é apenas uma adaptação passiva, mas uma inserção criativa em um modo de vida e um conjunto de atividades produtivas. Assim, o respeito é conquistado através da construção da própria conduta, que se alinha com o papel definido por determinado grupo.

Dentro desse espaço, cada indivíduo desempenha um papel ou função específica, o que contribui para a estruturação do respeito. Por exemplo, ao passar por outros frequentadores, o simples gesto de acenar com a cabeça, semelhante a um "sim" silencioso, demonstra uma forma de educação e respeito mútuo.

A rua, enquanto espaço público urbano, é uma fronteira em constante movimento, definida pela disposição para a invenção de novos significados e apropriação de benefícios (NEVES, 1999). Essa dinâmica de significados e apropriações reforça a ideia de que a rua é um lugar onde as interações humanas e as relações de poder estão sempre em fluxo, permitindo que novas formas de respeito e convivência sejam constantemente negociadas e redefinidas.

É, cara, a gente tá tendo o respeito da rua, tá podendo chegar e ver os olhares de pessoas tendo a gente como referência, né!? A gente leva essa parada na risca, esse respeito, essa humildade aí, esse pé no chão, pra poder tá sempre mantendo o respeito, certo? Respeito mútuo. Respeito gera respeito, tá ligado? (Choice Mc, 2024)^{vii}

Outro fato é o aparecimento da rua como figura educadora. Dentro dessa visão, a rua age como espaço educador dos códigos: a partir deles é que se é possível compreender as dinâmicas e rupturas entre o que é "certo e errado". Porém, nesse teor educador dado a rua, enquanto um espaço social, não se

trata apenas de uma educação básica, também há a educação empreendedora e econômica que é dada através das relações criadas pelo indivíduo. As suas redes de conhecimento corroboram para poder ter algum tipo de vantagem dentro de determinados jogos de interesses, pois toda relação interpessoal é alvo de algum tipo de interesse. A rua, portanto, transcende sua função primária de deslocamento, transformando-se em um verdadeiro laboratório social.

A rua é um lugar de vivência real. Onde você aprende a malandragem. Sai da bolha da família dentro de casa e até da escola e passa a ver coisas diferentes, conhecer pessoas diferentes. A rua te ensina a se cuidar e tem o lado bom e ruim que você vai conhecer e escolher para onde seguir. Acho que é isso. Escolhas e vivências. Os amigos que fazemos nos ambientes que frequentamos quando estamos na rua também podem virar família e você vai discernir entre verdadeiro e falso porque aprende na marra. A importância para as rodas se encaixa em tudo o que eu disse acima. A rua vai criar o mc, o dj, o produtor... até ele começar a seguir o caminho e se encontrar nesse lugar de artista. Vai se apresentar para o “mundo” e botar para fora toda a vivência que adquirir nessas experiências que a rua vai ensinando durante a vida. Quem não anda nas ruas e não conhece as ruas é peixe fora d’água e a vida derruba em algum momento. (Lilo, 2024)^{viii}

Existe uma gigantesca potencialidade e possibilidades que só é possível ver nas ruas, pois existe um grande poder de realização desses sujeitos, inspirados por suas vielas e esquinas, pois eles não desistem de si, por mais que estejam em algum tipo de encruzilhada da vida.

O espaço da rua, enquanto local de construção, também é um território de disputadas. As identidades são também meios de disputas dentro desse universo de Rodas e Batalhas. Há uma disputa dentro dessa cultura, assim como ela, as identidades também são meios e espaços de disputas pela visibilidade e respeito (Hall, 2003).

A rua se torna um espaço para além da sua extensão física, ela não se transmuta, mas se faz presente e importante. Ela consegue ser vista de modo que garanta determinada autenticidade e autoridade perante os demais. O valor que se ganha na rua e como se valoriza algo que advém dessa dinâmica, faz com que se vença ou se perca algo para a cultura ou - talvez - para o outro. Existe um grito dentro das Batalhas de Rima dado antes dos MCs começarem a

disputa que ilustra esse fato: “Se não perdeu nada pro rap, você nunca vai ganhar. Vai matar ou vai morrer? Vai morrer ou vai matar?”

Figura 1 – Discussão sobre questões envolvendo a rua em redes sociais



Fonte: Twitter/X^{ix}

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rua, mais do que um espaço físico, é um território de experiências, trocas e disputas simbólicas. No contexto do Hip-Hop e das Rodas Culturais, ela assume um papel central na construção de identidades, no estabelecimento de redes de sociabilidade e na ressignificação da cidade pelos jovens que a ocupam. Esse estudo buscou compreender a rua não apenas como um cenário, mas como um agente ativo na produção cultural e na afirmação de subjetividades, sobretudo no universo das Batalhas de Rima.

Partimos da compreensão de que a rua opera como um espaço dinâmico e multifacetado, sendo tanto um palco de expressão quanto um território de resistência. Essa perspectiva permitiu analisar como as Rodas Culturais e Batalhas de Rima se apropriam desse espaço, ressignificando-o a partir de lógicas próprias que combinam ancestralidade, performance e pertencimento.

Dante disso, buscou-se responder à seguinte questão: de que maneira a rua influencia as práticas culturais e identitárias das Rodas Culturais e Batalhas de Rima? Para tanto, objetivou-se investigar como esse espaço é vivido e ressignificado por seus frequentadores, analisando as interações que nele ocorrem e os significados que dele emergem.

Para responder à questão central, a pesquisa combinou teoria e análise empírica, estruturando-se em diferentes seções. Inicialmente, exploramos a rua como um conceito sociocultural a partir de autores como Harvey (2014), Jacobs (2011) e Vogel (2009), destacando sua função na cidade e suas múltiplas camadas de significado. Em seguida, analisamos a rua como um espaço de convivência, onde interações e dinâmicas urbanas influenciam a construção de identidades. Depois, investigamos sua representação nas letras de rap, demonstrando como a música reafirma pertencimento e resistência. Por fim, aprofundamos a discussão sobre as Rodas Culturais e Batalhas de Rima, examinando as narrativas de artistas e produtores para entender como esses espaços se articulam na lógica urbana.

Cada discussão contribuiu para ampliar a compreensão do papel da rua no Hip-Hop e nas Rodas Culturais. Compreendemos que a rua não é apenas um espaço físico, mas um território simbólico e afetivo, onde se desenrolam disputas e ressignificações constantes. Além de ser um local de convivência e troca, a rua se estabelece como palco de criação e fortalecimento de identidades coletivas, reforçado pela música como ferramenta de enunciação da experiência urbana. A análise das Rodas Culturais mostrou que esses espaços são essenciais para a juventude periférica, funcionando como ambientes de socialização, aprendizado e formação artística. Os relatos evidenciaram que a rua é mais do que cenário para essas expressões: ela é um agente ativo na construção de subjetividades e na expansão das possibilidades dentro da cultura Hip-Hop.

Os resultados apontam que a rua desempenha um papel fundamental na construção das identidades periféricas e na consolidação das práticas culturais ligadas ao Hip-Hop. Ao conectar as diferentes abordagens discutidas, percebe-se que a rua não apenas abriga essas manifestações culturais, mas também as transforma e é transformada por elas. A cultura urbana, nesse sentido, emerge

como um campo de disputa simbólica e de resistência, onde os sujeitos negociam seu pertencimento e afirmam sua existência no espaço público.

Além disso, a pesquisa contribui para os debates sobre cultura urbana ao demonstrar que a rua não pode ser compreendida apenas a partir de uma perspectiva material. Ela deve ser vista como um espaço de relações sociais e produção cultural, onde se articulam diferentes formas de sociabilidade e de construção simbólica. Esse entendimento reforça a importância de estudos que abordem as práticas culturais urbanas a partir de uma perspectiva interdisciplinar, reconhecendo a complexidade das dinâmicas que se desenvolvem nesse território.

Como continuidade desta pesquisa, pretende-se aprofundar, em uma tese no campo da Sociologia, as implicações dessa relação entre a rua, o Hip-Hop e as Rodas Culturais. Um dos caminhos possíveis é expandir a análise para outros contextos urbanos, investigando como diferentes territorialidades influenciam a forma como o Hip-Hop é apropriado e ressignificado em distintos espaços. Além disso, pretende-se explorar com mais profundidade as relações entre oralidade, performance e resistência no contexto das batalhas, aprofundando o entendimento sobre a rua como um espaço de criação e contestação dentro da cultura Hip-Hop.

Referências

- Bíblia Sagrada Ave-Maria, 141. ed. São Paulo: Editora Ave- Maria, 1959, (impressão 2001)
- BOURDIEU, P. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989
- CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. Companhia das Letras, 1990. 1^a ws. [Le città invisibili, 1972] Tradução: Diogo Mainardi
- DAMATTA, Roberto. O que faz o brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986
- DAMATTA, Roberto. A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5^a ed. - Rio de Janeiro: 1997

DE LA BARRE, Jorge. Sociologia e etnomusicologia: o diálogo. p. 115-128, 1. sem. in: Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia — n. 32, 1º sem. 2012, (n. 1, 2. sem. 1995). Niterói: Editora da UFF, 2012.

DEBORD, Guy. Teoria da deriva. Revista Internacional Situacionista, nº 2, p. [número das páginas], dezembro 1958. Tradução em português por membros do Gunh Anopetil, publicada em Protopia, março 2006. Disponível em <https://bibliotecaanarquista.org/library/guy-debord-teoria-da-deriva> Acesso em 20 de julho de 2024

DURKHEIM, Émile. Da Divisão do Trabalho Social. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo, Martins Fontes, 2003 [1912]

FERNANDES, C. S., & HERSCHEMANN, M. (2020). Música, sons e dissensos: a potência poética feminina nas ruas do Rio. MATRIZes, 14(2), 163-179. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v14i2p163-179>

FERNANDES, Cíntia Sanmartin; BARROSO, Flávia Magalhães; SILVA, Lawrenberg Advíncula da; BELART, Victor (Org.). Cidades em festa: comunicação, territorialidades, imaginários e ativismos políticos. Cáceres: Editora UNEMAT, 2023.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. Olojá: Entre encontros - Exu, o senhor do mercado. Das Questões, [S. l.], v. 4, n. 1, 2016. DOI: 10.26512/dasquestoes.v4i1.16208. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/16208>. Acesso em: 13 jul. 2024.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Ed. 10. (2002) Tradução: RAPOSO, Maria Celia Santos. Petrópolis, Vozes: 1985

HABERMAS, Jürgen. Moralidade e consciência moral: Reconstrução de uma razão prática no marco da ética do discurso. Tradução de Flávio A. Moura Neto. São Paulo: Edições Loyola, 1990

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações. São Paulo: Loyola, 2003

HARVEY, D. O direito à cidade. Lutas Sociais, [S. l.], n. 29, p. 73–89, 2012. DOI: 10.23925/ls.v0i29.18497. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497>. Acesso em: 31 jul. 2024

HARVEY, D. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014

JACOBS, Jane Morte e vida de grandes cidades / Jane Jacobs; tradução Carlos S. Mendes Rosa ; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro ; revisão técnica

Cheila Aparecida Gomes Bailão. – 3 ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. – (Coleção cidades)

JORDAN, D. P. (1995). Transforming Paris: The Life and Labors of Baron Haussmann. Free Press. Disponível em https://docdrop.org/ocr/download/David-P.-Jordan-Transforming-Paris---Part-1-of-2-blu4b_ocr.pdf Acesso em: 2 de junho de 2024

KAKOZI KASHINDI, Jean-Bosco. Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva. Veritas, São Leopoldo, v. 15, n. 254, p. 17-34, 2017. Tradução: Henrique Denis Lucas. Disponível em: <https://www.unisinos.br/institucional/periodicos-unisinos>. Acesso em: [DATA DE ACESSO]. ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online).

KERN, Leslie. Cidade feminista: A luta por espaço em um mundo desenhado por homens. Oficina Raquel, 2021. 256 p. ISBN 6586280710, 9786586280715.

MARTINS, Raquel Márcia Fontes. Línguas & encruzilhadas: Pambu Njila e o poder da palavra no candomblé de angola. III Copene Sudeste. Vidas negras importam: afirmação de direitos das populações negras e indígenas e fortalecimento da luta antirracista. Campus de Goiabeiras - Alaor de Queiroz Araújo. Vitória: 2019

NEVES, Delma Pessanha. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. In: CADERNO CRH, Salvador, n. 30/31, p. 111-134, jan./dez. 1999

PARK, Robert. (1967), “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, in G. Velho, O fenômeno urbano, Rio de Janeiro, Zahar

RAMOSE, Mogobe B. A ética do ubuntu. Tradução para uso didático: RAMOSE, Mogobe B. The ethics of ubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 324-330, por Éder Carvalho Wen.

RAMOSE, M. (2019). Motho ke motho ka batho, an African Perspective on Popular Sovereignty and Democracy. 10.1093/oxfordhb/9780190253752.013.43.

RIO, João do. A alma encantadora das ruas. 1908. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000039.pdf> Acesso em 21 de julho de 2024

SANTOS, Milton. por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Milton Santos. - 25^a ed. - Rio de Janeiro: Record, 2015.

SILVA, Guilherme Marcelino dos Santos. Roda Cultural Batalha do Tanque, o que vocês querem ver? “Sangue”, orgulho e identidade. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2018. Orientadora: Prof^a Dr^a Rôssi Alves Gonçalves.

SILVA, M. G. C. F. (2019). Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, e10180179. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180179>

SOUZA, T., & CUNHA JUNIOR, H. (2024). A Ética Ubuntu dos Bairros Negros. *Intellèctus*, 23(1), 93–117.

VERGER, Pierre Fatumbi. Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo. Tradução de Maria Aparecida da Nóbrega. Rio de Janeiro: UUCAB, s.d.

VOGEL, Arno. Quando a Rua Vira Casa: Espaço Público e Espaço Privado na Cidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

Fundação Oswaldo Cruz. Na Diretoria Geral de Saúde Pública. Disponível em: (<https://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/biografia/trajetoria-cientifica/na-diretoria-geral-de-saude-publica/reforma-pereira-passos>). Acesso em: 2 de junho de 2024

ⁱ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

ⁱⁱ Utilizo aqui a palavra essência, pois a mesma apareceu em algumas entrevistas em que poderia ser substituída por "raízes" ou "criação". Mantendo o termo inicial para não mudar o que foi dito pelos atores entrevistados, mesmo compreendendo que o termo essência pode evocar a rigidez do entendimento de algo com características inatas e predefinidas; assim como uma universalidade e atemporalidade existente independente do contexto social que não leva em conta a diversidade e a fluidez que deve ser levada em conta. Vale ressaltar que a identidade cultural é um processo contínuo de negociação e significado (Hall, 1994)

ⁱⁱⁱ RAP a poesia da rua. Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social com habilitação em rádio e tv. São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, 2011. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=a0WPSGYW2tY&t=8s&ab_channel=lImaginari. Acesso em 02 de junho de 2024.

^{iv} Entrevista pessoal cedida ao autor em 13 de maio de 2024.

^v Ibid.

^{vi} Entrevista pessoal cedida ao autor em 29 de maio de 2024

^{vii} Entrevista pessoal cedida ao autor em 21 de julho de 2024

^{viii} Entrevista pessoal cedida ao autor em 19 de junho de 2024

^{ix} Disponível em https://x.com/nabrisa_oficial/status/1815913476361183451?t=kobMPigtn-1d_HVm7cE3Ag&s=19 Acesso em 30 de julho de 2024

Ocorrências de casos de cardiopatia congênita no Estado da Paraíba no período de 2011 a 2021: uma análise descritiva

Fernando da Silva Lima¹

Ana Beatriz Silva Costa¹

Denize Miquele dos Santos Barrêto¹

Anajás da Silva Cardoso Cantalice²

Resumo:

As malformações congênitas representam a segunda principal causa de mortalidade em menores de um ano de idade, sendo as Cardiopatias Congênitas (CC) as mais frequentes e com maior letalidade. A cardiopatia congênita é uma anormalidade na estrutura ou função cardiocirculatória. No Brasil, os casos registrados das CC no Sistema Único de Saúde (SUS) podem ser verificados através dos sistemas nacionais de informações em saúde. Assim, objetivou-se analisar a ocorrência de casos de CC registrados nos sistemas de informações em saúde do Estado da Paraíba no período de 2011 a 2021. Esta obra é um estudo epidemiológico, de análise descritiva. Foram incluídos os dados referentes a crianças que apresentaram notificação relacionada à cardiopatia congênita, no período de 2011 a 2021 no Estado da Paraíba. A coleta de dados foi em um período de 90 dias, entre os meses de janeiro e março de 2023, através do DATASUS. No período analisado, 197 crianças foram diagnosticadas com alguma malformação do aparelho cardiocirculatório ao nascer, sendo verificado um aumento gradativo no número de casos entre 2011 e 2019. Quanto aos óbitos registrados no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) relacionada a CC, observou-se maior número de casos (701) de crianças menores de um ano se comparado às outras faixas etárias e o ano de 2012 com

¹ Graduandos em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Centro de Educação e Saúde, Cuité, Paraíba. E-mail: fernando.s.lima@estudante.ufcg.edu.br; ana.s.costa@estudante.ufcg.edu.br; denize.miquele@estudante.ufcg.edu.br.

² Docente pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Centro de Educação e Saúde, Cuité, Paraíba. E-mail: anajascardoso@gmail.com.

destaque para maior número de registros de óbitos relacionado a CC. Observou-se um aumento gradual no diagnóstico de CC no período avaliado e maior concentração de óbitos relacionados às cardiopatias no primeiro ano de vida. Diagnósticos mais precoces, desenvolvimentos de tecnologias e tratamentos mais efetivos para esse público são fundamentais na redução da mortalidade infantil por cardiopatias congênitas no país, sobretudo no estado.

Palavras-chaves: cardiopatias congênitas; epidemiologia descritiva; sistemas de Informação em Saúde.

Abstract:

Congenital malformations represent the second leading cause of mortality in children under one year of age, with Congenital Heart Diseases (CHD) being the most common and with the greatest lethality. Congenital heart disease is an abnormality in cardiocirculatory structure or function. In Brazil, registered cases of CC in the Unified Health System (SUS) can be selected through national health information systems. The aim was therefore to analyze the occurrence of CC cases registered in health information systems in the State of Paraíba from 2011 to 2021. This is an epidemiological study, with descriptive analysis. Data referring to children who were reported related to congenital heart disease, from 2011 to 2021 in the State of Paraíba, were included. Data collection took place over a period of 90 days, between January and March 2023, through DATASUS. In the period analyzed, 197 children were activated with some malformation of the cardiocirculatory system at birth, with an increase in the number of cases year after year between 2011 and 2019. Regarding deaths registered in the Mortality Information System (SIM) related to CC, the highest number of cases (701) of children under one year of age was observed compared to other age groups and the year 2012 highlighted the highest number of records of deaths related to CC. There was a gradual increase in the diagnosis of CHD in the period evaluated and a greater concentration of deaths related to heart disease in the first year of

life. Earlier diagnoses, development of technologies and more effective treatments for this population are fundamental in reducing child mortality due to congenital heart disease in the country, especially in the state.

Keywords: congenital heart disease; descriptive epidemiology; systems.

of health information.

Introdução

As malformações congênitas representam a segunda principal causa de mortalidade em menores de um ano de idade, sendo as Cardiopatias Congênitas (CC) as mais frequentes e com maior letalidade. A cardiopatia congênita é uma anormalidade na estrutura ou função cardíocirculatória, dessa forma não sendo caracterizada como doença, mas como defeitos, que podem resultar em morte intraútero, neonatal, na infância ou ainda na vida adulta (FRANÇA et al., 2017).

Na classificação mais comum dentre as CC se observa as cianóticas e acianóticas, o que sugere que podem, ou não, provocar cianose. A partir disso, comprehende-se melhor as manifestações clínicas relacionadas. As CC acianóticas são as mais comuns, dentre elas: Comunicação Interventricular (CIV), Comunicação Interatrial (CIA), Persistência do Canal Arterial (PCA) e Coarctação de Aorta (CoAo) (SILVA et al., 2018).

Quando se trata das cianogênicas, a característica mais evidente é a tonalidade azulada dos lábios e da pele, indicando que o oxigênio no sangue é insuficiente. A forma mais comum é conhecida como tetralogia de Fallot. Muitos casos são leves e podem ser tratados com cirurgia e medicamentos, já casos graves podem necessitar de transplante de coração para evitar complicações fatais. Outros tipos de CC cianóticas são: Transposição das Grandes Artérias, Atresia Tricúspide, Anomalia de Ebstein e Defeitos do septo atrioventricular (DSAV) (BRASIL, 2017).

O diagnóstico precoce dessas anomalias faz com que se aumentem as possibilidades de tratamento e melhoria das condições de saúde dos recém-nascidos, levando em consideração a gravidade de alguns defeitos os quais podem ser revertidos com procedimentos cirúrgicos efetuados nos primeiros meses de vida, evitando possíveis complicações, comprometimentos cardiovasculares e, em alguns casos, óbito (SALIBA et al., 2020).

No Brasil, os casos registrados das cardiopatias congênitas no Sistema Único de Saúde (SUS) podem ser verificados através dos sistemas nacionais de informações em saúde: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), no Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS) e no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) (BRASIL, 2024).

A geração de informação específica sobre as cardiopatias congênitas no SUS, sobretudo para aquelas que não são facilmente identificáveis no momento do nascimento, necessita de uma análise conjunta dos dados do SINASC, do SIH/SUS (caso tenham ocorrido procedimentos que necessitem de assistência hospitalar) e do SIM (caso o recém-nascido venha a óbito após o nascimento) (BRASIL, 2024).

Ter o conhecimento sobre a disponibilidade dessas informações favorece a obtenção de indicadores relacionados à prevalência de casos, práticas assistenciais efetivas e evoluções não esperadas, como o óbito. Dispor dessas informações faz com que se possa melhorar o planejamento de políticas públicas direcionadas a esse grupo de crianças, além da própria relevância da investigação, não só acadêmica, mas, principalmente, para melhor entendimento dos serviços de saúde (CATARINO et al., 2017).

A grande parte da população de crianças cardiopatas no Brasil é atendida pelo SUS. A prevalência dentro da população brasileira é de 9,58 para cada 1000 (mil) nascidos vivos, dentre os quais de 20 a 30% com defeitos estruturais graves e, destes, 3 a 5% morrem no período neonatal. Em torno de 30% dos neonatos

que recebem alta hospitalar sem o diagnóstico evoluem para choque, hipóxia ou óbito precoce, antes mesmo de receberem tratamento adequado (SILVA et al., 2018).

Considerando o impacto dessa problemática à população, foi instituído o Plano Nacional de Assistência à Criança com Cardiopatia Congênita com o objetivo de estabelecer diretrizes e integrar ações que favoreçam o acesso ao diagnóstico, ao tratamento e à reabilitação da criança e do adolescente com cardiopatia congênita, bem como alcançar a redução das taxas de morbimortalidade desse público (BRASIL, 2017).

A motivação principal para a elaboração deste estudo é a escassez de estudos que utilizam dados oficiais a respeito das CC no SUS, especialmente em Estados da região Nordeste, onde as pesquisas sobre cardiopatia congênita são praticamente inexistentes após 2012.

Em 2019, um hospital público localizado na capital Paraibana, realizou o primeiro cateterismo infantil no estado da Paraíba, para tratar uma cardiopatia congênita. Em 2022, tornou-se notícia novamente ao realizar o procedimento de aortoplastia com stent para tratamento da coarcação da aorta em uma criança de 11 meses de vida.

Partindo das dificuldades elencadas referentes ao diagnóstico e tratamento da cardiopatia congênita no Estado, o presente estudo apresenta a seguinte questão norteadora: qual a ocorrência de casos de cardiopatia congênita no estado da Paraíba, registrados nos sistemas de informações nos últimos anos?

Para responder tal questão a pesquisa se propõe a analisar a ocorrência de casos de cardiopatia congênita registrados nos sistemas de informações em saúde do estado da Paraíba no período de 2011 a 2021; verificar os números de óbitos infantis relacionada às cardiopatias congênitas; identificar a cardiopatia mais prevalente na população paraibana e em qual região de saúde do estado

elas mais ocorrem; e analisar a distribuição temporal dos casos de cardiopatia congênita do estado da Paraíba no período de 2011 a 2021.

Metodologia

Trata-se de um estudo epidemiológico com análise descritiva e série temporal. Os estudos descritivos têm por objetivo determinar a distribuição de doenças ou condições relacionadas à saúde, seja com o uso de dados secundários, como neste estudo, ou com dados primários (LIMA-COSTA, 2003). O estudo foi realizado no Estado da Paraíba, o qual compreende uma população estimada em quase 4 milhões de habitantes (IBGE, 2024).

A coleta de dados foi realizada em um período de 90 dias, entre os meses de janeiro e março de 2023, no período da manhã, em horários definidos pelo pesquisador. Foram incluídos todos os dados referentes às crianças que apresentaram notificação nos sistemas de informações SIM, SINASC e SIH/SUS relacionadas à cardiopatia congênita, considerando os códigos Q20.0 a Q28.9 da Décima Revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), códigos esses referentes às malformações do aparelho cardiovascular no Estado da Paraíba no período de 2011 a 2021.

O SINASC tem como documento base a Declaração de Nascido Vivo (DNV), um instrumento padronizado e impresso em sequência numérica única, constituído de três vias auto copiativas. O SIM tem como documento base a Declaração de Óbito (DO), enquanto o SIH/SUS é um banco de internação hospitalar destinado ao pagamento de procedimentos realizados no SUS, a partir do preenchimento da Autorização da Internação Hospitalar (AIH-SUS).

Foram usados como critérios de inclusão: dados de crianças de 0 a 9 anos com diagnóstico de cardiopatia congênita no período de 2011 a 2021.

Não foram considerados critérios de exclusão, pois todos os casos registrados foram utilizados.

Os dados foram extraídos na plataforma do Ministério da Saúde – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) com anexo da opção Informações em Saúde (TABNET). Assim, a delimitação dessa pesquisa foi baseada em duas etapas:

- I) Coleta de dados no DATASUS, sobre a ocorrência de registros de cardiopatias congênitas, considerando os anos 2011 a 2021;
- II) Coleta de dados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) sobre óbitos registrados, ocasionados por CC no período temporal de 2011 a 2021.

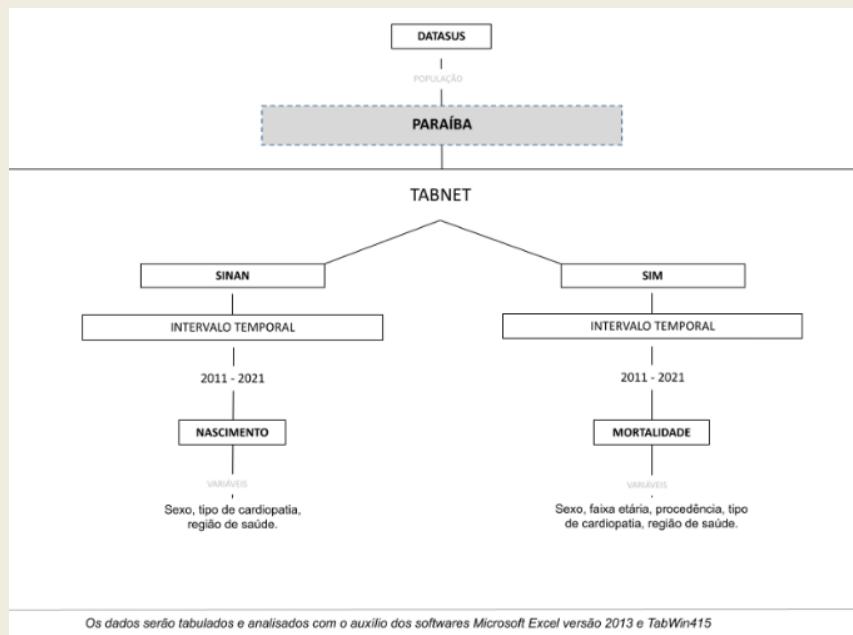


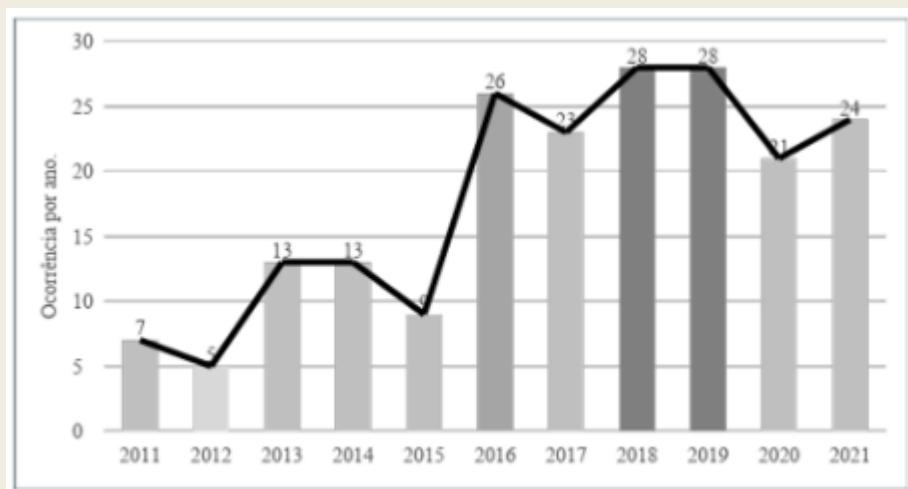
Figura 1: metodologia aplicada para extração dos dados.

Os dados foram digitados duplamente em banco de dados eletrônicos. Foram descritos no formato de frequência absoluta e relativa de casos e óbitos das cardiopatias congênitas notificadas. Posteriormente foram analisadas por sexo, faixa etária e região de saúde com maior notificação. O presente estudo fundamenta-se na resolução 510/16 art. 1 (I, II e III), na qual pesquisas com dados secundários de acesso ao público estão isentas de avaliação pelo sistema CEP/CONEP.

Resultados e Discussões

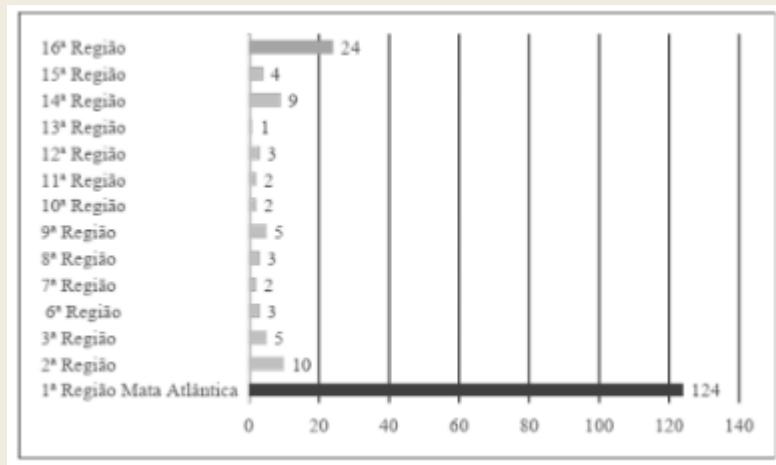
No período analisado, foram registrados na base de dados do SINASC 632.885 nascimentos em todo o território paraibano, dos quais 197 (0.03%) foram diagnosticados com alguma malformação do aparelho cardiocirculatório ao nascer. Os anos de 2018 e 2019 apresentam o maior quantitativo desses casos, com 28 registros cada, o que equivale a aproximadamente 15% das ocorrências, como descrito no Gráfico 1.

Gráfico 1: Casos de malformações no aparelho circulatório, 2011-2021, SINASC.



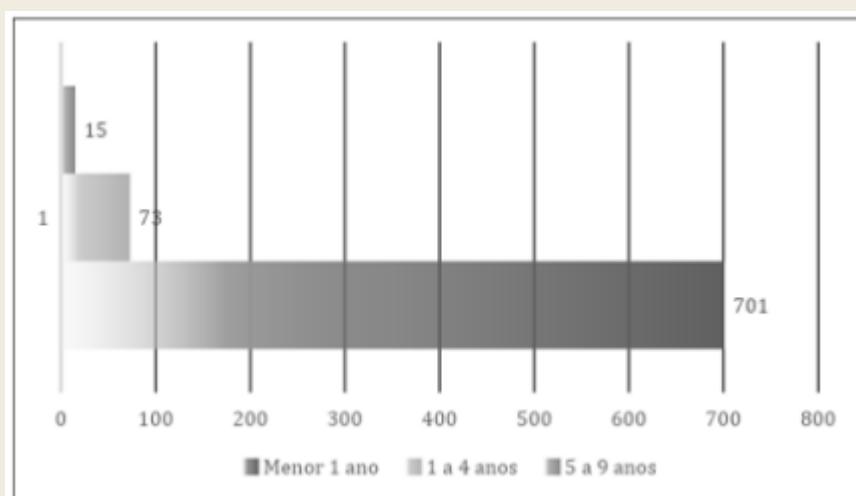
Estratificando por sexo, foi observada uma predominância do sexo masculino em praticamente todos os anos, com 52,53% dos casos registrados no geral. A distribuição dos casos registrados de acordo com as Regiões de Saúde da Paraíba, exibe uma incidência maior na 1^a Região a qual corresponde a João Pessoa e cidades circunvizinhas, com 124 casos (63%), um valor bem acima quando analisadas as demais regiões do estado, como por exemplo a Região de Campina Grande (16^a) com 24 casos e a Região de Guarabira (2^a) com 9 casos registrados, o que pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Casos de malformações no aparelho circulatório em cada região de saúde. 2011-2021, SINASC.



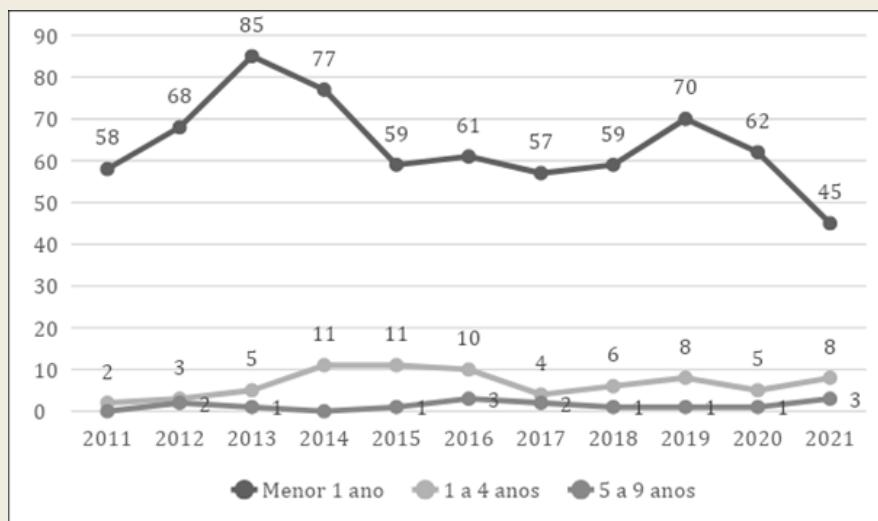
Quanto ao SIM, analisando os dados com base na faixa etária, foram registrados 8.310 óbitos de crianças menores de um ano de idade, dos quais 701 destas tiveram como causalidade alguma das malformações congênitas do aparelho cardiocirculatório, representando 8,5% de todos os óbitos nessa faixa etária na Paraíba. Quando se trata da faixa etária de 1 a 4 anos, houveram 1.271 óbitos, sendo 73 ocasionados por CC, enquanto a faixa etária de 5 a 9 anos totalizou 774 óbitos, sendo 15 registros de óbitos por malformações cardíacas.

Gráfico 3: Quantitativo de óbitos por malformação congênita do aparelho circulatório segundo faixa etária. 2011-2021, SIM.



Ainda de acordo com os dados do SIM, o ano de 2013 obteve o maior quantitativo de óbitos, com 91 registros, somando as três faixas etárias, sendo equivalente a 11,5% dos 789 óbitos ocorridos no período estudado, como demonstrado no Gráfico 4.

Gráfico 4: Quantitativo de óbitos por faixa etária segundo o ano. 2011-2021, SIM.



Quanto à distribuição geográfica, destaca-se novamente a Região de João Pessoa, com 247 óbitos (31,8%), seguida pela região Campina Grande com 123 óbitos (18%), enquanto a Região de Esperança registrou 51 óbitos (7,2%). Ressalta-se que 681 óbitos ocorreram em ambiente hospitalar, o que representa mais de 97% dos óbitos.

Ampliando um pouco o olhar e analisando cada um dos tipos de malformações congênitas do aparelho cardiocirculatório, pôde-se perceber uma maior letalidade, com 493 registros, no grupo compreendido como Q24 (CID-10), que diz respeito à um conjunto de alterações cardíacas (composto por Dextrocardia, Levocardia, Cor triatriatum, Estenose do infundíbulo pulmonar, Estenose subaórtica congênita, Malformações dos vasos coronários, Bloqueio

congênito do coração, Outras malformações congênitas especificadas do coração e Malformação não especificada do coração).

Logo em seguida está a categoria Q25, a qual representa as malformações congênitas das grandes artérias, apresentando 48 registros de óbitos, e categoria Q21, que são as malformações congênitas dos septos cardíacos, com 43 registros. Na maioria das categorias, a 1^a região de saúde aparece com maior número de casos, entretanto, foi observado ainda que a categoria Q27, a qual engloba outras malformações congênitas do sistema vascular periférico, apresenta apenas 3 registros, todos localizados na 16^a região, de Campina Grande.

Ao analisar os dados obtidos, observa-se um sub-registro importante quando comparados o número de casos registrados e o quantitativo de óbitos ocasionados pelas cardiopatias congênitas, o que pode estar associado à dificuldade do diagnóstico no pré-natal e/ou horas depois do nascimento, principalmente nos casos de cardiopatias menos graves.

Regiões de Saúde compostas por cidades interioranas e sertanejas, as quais apresentam maiores índices de pobreza e menor aporte tecnológico, apresentaram menor percentual de registros de óbitos ocasionados por malformações cardíacas, o que pode ser atribuído à menor capacidade diagnóstica e assistencial, bem como pelo baixo acesso ao diagnóstico pré-natal ou ao nascimento.

Visando aumentar o número de diagnósticos, em 2014, o Ministério da Saúde, junto com sua Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, publicou a Portaria MS/SCTIE nº 20, de 10 de março de 2014, que incorporou o uso da oximetria de pulso a ser realizado de forma universal, publicando em 2021 uma Nota Técnica para sistematização e padronização do teste (BRASIL, 2014; BRASIL, 2021).

Observa-se que houve uma melhora gradativa no diagnóstico após a inserção do chamado teste do coraçãozinho, ainda assim uma baixa taxa de

sobrevida é observada no período neonatal. Um estudo descritivo das taxas de mortalidade em menores de 20 anos, realizado no Rio de Janeiro, aponta que o risco de morte por doenças no aparelho circulatório nos menores de um ano foi de 14,7 por 100 mil nascidos vivos, caindo nas faixas etárias seguintes (SALIM *et al.*, 2020).

Tal estudo apontou ainda que, no Nordeste, a maior mortalidade proporcional ocorreu sem diagnóstico preciso. Mais de 60% dos óbitos por Malformações do Aparelho Circulatório (MAC) não foram classificados de forma específica (CID 10 Q24.9). A segunda categoria de MAC mais frequente foi a má formação de septos cardíacos em todas as regiões (SALIM *et al.*, 2020).

Apresentando resultados semelhantes em sua dissertação, Andrade (2018) descreve que até o ano de 2014 o Estado da Paraíba era o único no Nordeste a não ter nenhum hospital cadastrado para realização de cirurgias cardíacas pediátricas, o que dificultava ainda o acesso dos pacientes tanto ao diagnóstico quanto para o tratamento. O Estado, em parceria com o Círculo do Coração (CirCor) do Estado de Pernambuco, iniciou um programa estadual de triagem e diagnóstico para cardiopatias congênitas.

Através do estudo citado, foram comparados os dados das cidades onde houve a implementação de políticas de rastreio com os municípios sem essas políticas. Ao final, concluiu-se que nos 15 municípios contemplados com o programa houve uma redução nos óbitos por CC entre 2011 e 2014, o que tem relação direta com a implementação destas políticas (ANDRADE, 2018).

De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), cerca de 1 a 2 de cada mil nascidos vivos apresentam CC crítica, e 30% destes recebem alta hospitalar sem diagnóstico da cardiopatia, podendo evoluir para choque, hipóxia ou óbito precoce antes mesmo de receberem tratamento. Dessa forma, a realização do pré-natal e exames obstétricos poderiam reduzir esses óbitos, viabilizando o diagnóstico precoce e tratamento especializado, até mesmo antes do nascimento (BRASIL, 2020).

A delimitação epidemiológica das crianças e adolescentes é imprescindível tendo em vista que o conhecimento dos dados epidemiológicos e clínico-hospitalares atuam para a reorientação de políticas públicas de promoção da saúde de crianças e adolescentes com cardiopatia congênita, visando à redução do número de óbitos, por meio do diagnóstico precoce (CAPELLESSO, 2017).

Uma publicação americana expõe que estudos multiestatais forneceram informações críticas, incluindo estimativas de prevalência nos Estados Unidos da América de defeitos congênitos graves, e que ela vem sendo um recurso importante para investigar defeitos congênitos e informar decisões relacionadas ao planejamento de serviços de saúde para prevenção e cuidados com deficiências secundárias (BASCOM *et al.*, 2023).

Como a metodologia utilizada para obtenção dos resultados desse estudo foi o uso de dados secundários, existe a implicação de que haja uma importante subnotificação, o que também foi demonstrado por Catarino (2017) em seu estudo realizado no Rio de Janeiro. Além disso, outra dificuldade enfrentada foi a qualidade do preenchimento da variável ‘diagnóstico’ nos sistemas de informações, visto que o código da CID-10 mais frequente foi o Q24.9 demonstrando pouca especificidade.

Ainda no que diz respeito aos tipos de CC, estudo realizado por Madruga (2023) no estado de São Paulo, mostra que o principal defeito relatado foi a Comunicação Interatrial (CIA). Assim como nos registros obtidos na Paraíba, muitas malformações cardíacas não foram especificadas, mas mesmo que todas estas fossem defeitos do septo interventricular, ainda assim seriam menos frequentes que a CIA.

Considerando como o maior incentivo a carência de estudos dessa natureza no Brasil e, sobretudo no Estado, tendo em vista a incidência e a gravidade das CC, pesquisas como essa, embasadas em dados concretos, possibilitam um conhecimento mais recente contribuindo para a memória

epidemiológica do Estado, de forma a ajudar compreender o uso dos recursos assistenciais necessários nas diversas apresentações clínicas advindas.

Esses dados poderão ser utilizados visando identificar oportunidades de melhorias no planejamento e gestão para indivíduos portadores de cardiopatia congênita, especialmente as críticas, desde o seu diagnóstico até o tratamento, possibilitando uma chance de sobrevida ainda maior.

Considerações Finais

O presente estudo possibilitou uma descrição das ocorrências de cardiopatias congênitas no estado da PB, observando-se um aumento gradual no diagnóstico de CC no período avaliado e os anos de 2018 e 2019 como apresentando maior número de casos notificados. Verificou-se ainda que 2013 apresentou o maior número de óbitos e que a maior concentração desses óbitos se deu no primeiro ano de vida.

A provável subnotificação dos casos, seja por falta de diagnóstico pré-natal, no nascimento ou pós-natal, dificulta a criação de novas políticas públicas voltadas para a problemática. Nesse contexto, a necessidade da construção de um arsenal epidemiológico se torna ainda mais evidente, pois isso poderia evitar diversas complicações e, até mesmo, óbitos infantis.

Há a expectativa de que esse trabalho possa incentivar a elaboração de outros estudos, para que se torne cada vez mais difundido quais são os aspectos clínicos e epidemiológicos característicos do grupo de crianças com cardiopatias congênitas. Além de demonstrar a necessidade da capacitação dos profissionais atuantes no cuidado durante o pré-natal e, ainda mais, no período neonatal, para que o diagnóstico aconteça o mais breve possível, articulando uma assistência ainda mais qualificada.

Referências

FRANÇA, E. B. et al. Leading causes of child mortality in Brazil, in 1990 and 2015: estimates from the Global Burden of Disease study. *Revista Brasileira De Epidemiologia, São Paulo*, v. 20, supl. 1, p. 46–60, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-5497201700050005>.

SILVA, L. D. C. et al. Diagnóstico precoce das cardiopatias congênitas: Uma revisão integrativa. *Journal of Management & Primary Health Care*, [S. l.], v. 9, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/jmphc.v9i0.336>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Síntese de evidências para políticas de saúde: diagnóstico precoce e tratamento das cardiopatias congênitas no Brasil. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sintese_evidencias_politicas_cardiopatias_congenitas.pdf

SALIBA, A. et al. Genética e genômica na cardiopatia congênita: uma revisão clínica. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 96, p. 279–288, 29 jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/WWPtjLvN8wgrwCfhLPC3sMP/?format=html&lang=pt>

BRASIL. Ministério da Saúde. Informações em saúde. Biblioteca Virtual em Saúde, Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/svs/inf_sist_informacao.php

CATARINO, C. F. et al. Registros de cardiopatia congênita em crianças menores de um ano nos sistemas de informações sobre nascimento, internação e óbito do estado do Rio de Janeiro, 2006-2010*. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 26, n. 3, p. 535–543, jul. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/s1679-49742017000300011>

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.727, de 11 de julho de 2017. Aprova o Plano Nacional de Assistência à Criança com Cardiopatia Congênita.

Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jul. 2017. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt1727_12_07_2017.html

LIMA-COSTA, M. F; BARRETO S. M. Tipos de estudos epidemiológicos: conceitos básicos e aplicações na área do envelhecimento. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 12, n. 4, dez. 2003. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742003000400003>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Paraíba, Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb.html>

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/SCTIE nº 20, de 10 de junho de 2014. Torna pública a decisão de incorporar a oximetria de pulso – teste do coraçãozinho, a ser realizado de forma universal, fazendo parte da triagem Neonatal no Sistema Único de Saúde – SUS. Brasília: MS, 2014. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sctie/2014/prt0020_10_06_2014.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. Nota técnica nº 18, de 29 de novembro de 2021. Orientações sobre cardiopatia congênita. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em:
https://egestorab.saude.gov.br/image/?file=20211129_I_notatecnica18cardiopatiacongenita_3941354402197404449.pdf

SALIM, T. R. et al. Desigualdades nas Taxas de Mortalidade por Malformações do Sistema Circulatório em Crianças Menores de 20 Anos de Idade entre Macrorregiões Brasileiras. *Arquivos brasileiros de cardiologia*, v. 115, n. 6, p. 1164–1173, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36660/abc.20190351>

ANDRADE, A. C. A. Impacto da triagem de cardiopatias congênitas sobre os indicadores de mortalidade infantil e neonatal: o caso do CirCor. 2018.

Dissertação (Mestrado em Gestão e Economia da Saúde) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Gestão e Economia da Saúde, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 21 maio 2018.

Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/31891/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Ana%20Carla%20Alves%20de%20Andrade.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Anomalias congênitas prioritárias para a vigilância ao nascimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. P. 414.

Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_anomalias_congenitais_prioritarias.pdf

CAPPELLESSO, V. R; AGUIAR, A. P. Cardiopatias congênitas em crianças e adolescentes: caracterização clínico-epidemiológica em um hospital infantil de Manaus-AM. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 144-153, abr. 2017.

Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/periodicos/mundo_saude_artigos/cardiotipias_congenitas_crianças.pdf

BASCOM, J.T. et al. Scientific impact of the National Birth Defects Prevention Network multistate collaborative publications. *Birth Defects Research*, [S.I.], v. 116, n. 1, p. e2225, jan. 2023. Disponível em:

<https://doi.org/10.1002/bdr2.2225>

MADRUGA, I. et al. Associated Factors with Congenital Heart Disease in the Most Populated State of Brazil Between 2010 and 2018. *International Journal of Cardiovascular Sciences*, v. 36, 2023. Disponível em:
<https://doi.org/10.36660/ijcs.20210283>

A Visão de Berger sobre Religião, Secularização e Pluralismo

Erivelton da Silva Lopes¹
Shirley Cristina Cabral Nascimento²
Eliane da Costa Lopes³
Aquila Mescouto Miranda⁴
Ivete Furtado Siraides Silva⁵

Resumo:

O artigo explora as contribuições de Peter L. Berger para a compreensão da relação entre religião, secularização e modernidade, dando destaque a sua teoria do pluralismo cognitivo e suas implicações no mundo contemporâneo. O objetivo é analisar como Berger reinterpretou o conceito de secularização, reconhecendo que a modernidade não necessariamente leva ao declínio da religião, mas à sua transformação em formas mais individualizadas e pluralistas. A metodologia consiste em uma revisão teórica das ideias de Berger, contextualizando-as com estudos recentes e exemplos globais. Ele define secularização como a subtração de setores da sociedade e cultura ao domínio das instituições religiosas, mas argumenta que isso não elimina a religião, apenas a desinstitucionaliza. Os resultados mostram que a secularização não é uniforme: enquanto na Europa Ocidental há maior secularização institucional, nos Estados Unidos e no Sul Global a religião permanece resiliente, especialmente em movimentos neopentecostais e fundamentalistas. As conclusões enfatizam que a espiritualidade individualizada ("espiritual, mas não religioso") reflete a busca por autonomia na construção de significados transcendenciais. No campo educacional, isso exige abordagens inclusivas que promovam valores universais e habilidades como empatia e pensamento crítico, preparando os indivíduos para navegar em um mundo pluralista. Também se torna essencial compreender os múltiplos pertencimentos religiosos, respeitando identidades híbridas e os diversos modos de expressão da fé no cotidiano, especialmente em sociedades marcadas por intensa diversidade cultural e religiosa.

Palavras-chaves: Secularização; pluralismo religioso; espiritualidade.

¹ Doutorando em Ciências da Educação, Dinâmica Social Pós-moderna e Religiosidade, Florida University of Science and Theology Fust University). Flórida. EUA. Professor da Secretaria Municipal de Santa Bárbara do Pará e da Secretaria Municipal de Educação de Belém

² Doutora em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Pará. Rio de Janeiro, Brasil. Professora da Universidade Federal do Pará.

³ Graduanda em Licenciatura em Química.

⁴ Mestra Em Educação pela Universidade Federal do Pará. Professora da Secretaria Municipal de Santa Bárbara do Pará e da Secretaria Estadual de Educação do Estado.

⁵ Especialista em Educação Especial. Professora da Secretaria Municipal de Santa Bárbara do Pará.

Abstract:

This article explores Peter L. Berger's contributions to understanding the relationship between religion, secularization, and modernity, highlighting his theory of cognitive pluralism and its implications for the contemporary world. The aim is to analyze how Berger reinterpreted the concept of secularization, recognizing that modernity does not necessarily lead to the decline of religion, but to its transformation into more individualized and pluralistic forms. The methodology consists of a theoretical review of Berger's ideas, contextualizing them with recent studies and global examples. He defines secularization as the subtraction of sectors of society and culture from the domain of religious institutions, but argues that this does not eliminate religion, but only deinstitutionalizes it. The results show that secularization is not uniform: while in Western Europe there is greater institutional secularization, in the United States and the Global South religion remains resilient, especially in neo-Pentecostal and fundamentalist movements. The conclusions emphasize that individualized spirituality ("spiritual but not religious") reflects the search for autonomy in the construction of transcendental meanings. In the educational field, this requires inclusive approaches that promote universal values and skills such as empathy and critical thinking, preparing individuals to navigate a pluralistic world.

Keywords: Secularization; religious pluralism; spirituality.

Introdução

Peter L. Berger, um dos mais sociólogos importantes da religião do século XX, apresentou uma perspectiva, rica e multifacetada acerca da conexão entre religião e secularização no mundo moderno. Para Berger (1967): "[...] a secularização é o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominações das instituições e símbolos religiosos". Em contraste, ele cita que a modernidade cria ambientes sociais marcados pela "desinstitucionalização" das tradições religiosas, ao mesmo tempo em que proporciona oportunidades para as novas formas de manifestação espiritual. Nesse contexto, Berger menciona o seguinte:

[...] "a religião representa o ponto máximo da auto exteriorização do homem pela infusão, dos seus próprios sentidos sobre a realidade. A religião supõe que a ordem humana é projetada na totalidade do ser. Ou por outra, a religião é a ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo" [...] (Berger, 2009, p. 41).

A relevância de suas concepções torna-se ainda mais evidente ao analisar os debates contemporâneos sobre a coexistência entre religião e secularismo. No cenário presente, caracterizado pelo pluralismo cultural, avanços tecnológicos e globalização, assuntos como a diversidade religiosa, a emergência de novas formas de espiritualidade e a influência das religiões nas esferas públicas ganham mais destaque. Segundo Berger (2017), o pluralismo é “fato empírico” que tem por eixo a dúvida, por meio da qual abrange uma diversidade de concepções com potencial de permeabilidade em todas as culturas, desde que se mostrem acolhedoras e receptivas.

Nesse cenário, a análise de Berger oferece contribuições relevantes para compreender como a religião se adapta e ressignifica sua presença na vida social em diferentes contextos. Segundo o autor, em consonância com uma perspectiva inclusivista, a aceitação do pluralismo deve ocorrer com base no respeito às convicções individuais, evitando os “falsos absolutos do fanatismo” (Berger, 1994, p. 499). Para Costa (2023), as igrejas inclusivas são coletivos independentes e altamente diversificados, o que reforça a importância de uma abordagem aberta à multiplicidade religiosa. Assim, a leitura de Berger fornece uma perspectiva valiosa sobre como a religião pode se renovar e manter sua relevância na sociedade contemporânea, deixando um legado marcado pela tolerância e pelo respeito mútuo.

Por derradeiro, o objetivo deste artigo é compreender como Berger reinterpretou a teoria da secularização, argumentando que a modernidade não extingue a religião, mas a transforma, promovendo formas mais individualizadas e pluralistas de crença.

Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e teórica, de natureza exploratória, sustentada em uma revisão bibliográfica e interpretativa do pensamento de Peter L. Berger, com foco especial em suas contribuições para a compreensão das relações entre religião, secularização e pluralismo na modernidade. Trata-se de um estudo de caráter analítico que visa não apenas recuperar conceitos-chave elaborados pelo autor, como “pluralismo cognitivo” e

“desinstitucionalização da religião”, mas também interpretá-los à luz de transformações contemporâneas nos campos religioso, educacional e cultural.

Para isso, foram mobilizadas fontes primárias — especialmente obras fundamentais de Berger (1967, 1985, 1994, 1999, 2009, 2017), bem como textos clássicos e contemporâneos de autores que dialogam ou problematizam suas ideias, como Hervieu-Léger (2008), Zygmunt Bauman (2004; 2011), José Casanova (1994), Voegelin (1982), e outros estudiosos da espiritualidade individualizada e dos movimentos de dessecularização, como Prazeres (2021, 2022), Cruz (2015) e Mariz (2000). Também foram considerados trabalhos interdisciplinares das áreas da educação, psicologia, comunicação digital e ciências da religião.

A investigação seguiu os seguintes procedimentos metodológicos:

- Levantamento e seleção do corpus teórico: foram reunidas obras clássicas de Berger e de autores correlatos, além de artigos acadêmicos e ensaios publicados em revistas científicas indexadas, que tratam da interface entre religião, secularização e contemporaneidade. A busca incluiu palavras-chave como “secularização”, “pluralismo religioso”, “espiritualidade individualizada”, “desinstitucionalização” e “modernidade líquida”, com recorte temporal privilegiando produções dos últimos 20 anos;
- Análise interpretativa e hermenêutica do conteúdo: partindo de uma leitura crítica, foram identificadas categorias analíticas centrais, como pluralismo cognitivo, mercado simbólico da fé, espiritualidade personalizada, resistência fundamentalista e reconfiguração da esfera pública religiosa. A análise seguiu uma perspectiva hermenêutica sociológica, que permite interpretar os conceitos à luz de suas implicações sociais, culturais e subjetivas, bem como suas ressignificações na atualidade;
- Diálogo interdisciplinar e contextualização empírica: embora a pesquisa tenha caráter teórico, buscou-se dialogar com dados empíricos presentes na literatura — como o crescimento de comunidades religiosas híbridas, o uso da internet como espaço espiritual e as disputas por presença

religiosa no espaço escolar e terapêutico. Essa etapa permitiu ampliar a compreensão das ideias de Berger, conectando-as a fenômenos atuais observáveis em contextos diversos (Estados Unidos, Europa, Sul Global, Brasil);

- Identificação de limites e contrapontos teóricos: por fim, a metodologia compreendeu a problematização da aplicabilidade da teoria de Berger no cenário contemporâneo. A partir das críticas de autores como Mariz (2000) e dos desafios apontados por Dal-Farra e Geremia (2010) à especialização acadêmica, procurou-se evidenciar as limitações da abordagem sociológica tradicional diante da complexidade da espiritualidade individualizada e das novas dinâmicas religiosas mediadas pela globalização e pelo ambiente digital.

Portanto, a metodologia aplicada, se ancora em uma leitura rigorosa e ampliada das obras de Berger, em diálogo com contribuições críticas e complementares, visando uma compreensão multifacetada do fenômeno religioso na modernidade e suas implicações nos campos educacional, psicológico e social. Esta estratégia teórica permite não apenas reinterpretar conceitos clássicos da sociologia da religião, mas também refletir sobre suas ressignificações diante das transformações culturais, tecnológicas e espirituais do século XXI.

Resultados e Discussões

A Teoria de Berger sobre Secularização e Modernidade

Para Peter L. Berger (1985 p. 119), “o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos”. Ele introduz o conceito de “pluralismo cognitivo”, que trata o estado de incerteza e multiplicidade de significados gerados pela modernidade, que viu em sociedades quase modernas, porque a religião estava profundamente entrelaçada com normas sociais e culturais, oferecendo uma visão unificada para compreender a realidade do mundo. Contudo, com o advento da era moderna, a expansão do conhecimento científico, o surgimento de várias correntes filosóficas e a crescente diversidade religiosa levaram à fragmentação desses

sistemas de crença unificados ligados por séculos. Para mais, é necessário reconhecer que até mesmo fenômenos claramente seculares na Modernidade ocultam uma lógica religiosa (Prazeres, 2021, 2022; Voegelin, 1982; Cruz, 2015). E com isso, esse pluralismo cognitivo enfraquece a capacidade das instituições religiosas tradicionais de impor suas narrativas como verdades absolutas, resultando na chamada "desinstitucionalização" da religião.

Na mesma linha de pensamento, nas interpretações de Berger (1967) e Luckmann (1967), por meio dos processos de secularização e pluralização, o campo religioso adquire os contornos de um mercado, tornando-se também um mercado de significados. Nesse mercado simbólico, instituições religiosas, políticas e sociais, dominando os mecanismos de marketing, entram em relações e em processos de negociação e competição entre si para ocupar fatias do espaço simbólico e promover seus serviços. Além disso, a secularização moderna levou muitas pessoas a abandonarem ou questionarem tradições religiosas, o que pode criar um vácuo existencial difícil de preencher ao longo da vida.

Em relação a secularização como problema sociológico, Berger "Traçou um caminho intelectual no qual, em sua etapa inicial, afirmou que "a modernidade acarreta necessariamente um declínio da religião" (Berger 2017, p.11); na sua etapa seguinte, adotou uma postura favorável à ideia de "dessecularização do mundo"; para, por fim, admitir:

"Contudo, agora estou preparado para conceder que os teóricos da secularização não estão tão errados como eu achava antes. Compreendo agora mais plenamente a realidade global do discurso secular, não só na Europa e nas associações do corpo docente em todo o mundo, mas também na vida de muitos crentes comuns que conseguem ser tanto seculares quanto religiosos. Eu diria que são estas pessoas que realizam o ato de equilíbrio cognitivo prototípico da modernidade, e com este ato modificam a forte dicotomia entre os teóricos da secularização e aqueles que anunciam "o retorno dos deuses" (Berger, 2017, p.15).

Nesse contexto, o pluralismo cognitivo não apenas fragmenta os sistemas simbólicos tradicionais, mas também intensifica a individualização da experiência religiosa. Cada indivíduo passa a ser o principal responsável pela construção de sua própria cosmologia, escolhendo, reinterpretando ou mesmo

criando significados que ressoem com sua realidade existencial. Isso gera uma multiplicidade de formas de crer e viver a espiritualidade, que muitas vezes escapam aos marcos institucionais convencionais. Como destaca Hervieu-Léger (2008), há uma crescente “religião à la carte”, marcada por trajetórias individuais descontínuas, onde a autoridade religiosa tradicional cede espaço a experiências subjetivas e fluidas de fé.

Por outro lado, esse cenário de diversidade também pode provocar reações de resistência ou fundamentalismo, justamente como uma tentativa de recompor uma ordem simbólica estável frente à incerteza promovida pela modernidade. Grupos religiosos que se sentem ameaçados por esse pluralismo podem buscar formas rígidas de afirmação identitária, buscando na tradição uma âncora diante do caos de significados. Portanto, o processo de secularização não deve ser visto como um simples declínio da religião, mas como uma reorganização complexa e multifacetada das formas de crer, negociar e disputar sentido no mundo contemporâneo.

Em suma, Berger enfatiza que a secularização não ocorre de maneira uniforme em todas as sociedades. Existem contextos culturais, históricos e políticos específicos que moldam de forma distinta a interação entre religião e modernidade. Por exemplo, em países europeus ocidentais, a secularização institucional tem sido mais pronunciada, enquanto em regiões como os Estados Unidos, assim como em outros países ou em outras partes do mundo islâmico, a religião mantém uma presença significativa na vida pública. Em vista disso, essa variabilidade em muitos lugares demonstra que a secularização não é um destino inevitável, mas um processo complexo e contextualizado, cujo desenrolar depende de fatores diversos, como identidade e ideias de um grupo

Diálogo com o Contexto Contemporâneo: Pluralismo Religioso e Resiliência Espiritual

No cenário contemporâneo, a teoria de Berger se manifesta particularmente de forma marcante no fenômeno do pluralismo religioso e na persistência da espiritualidade, mesmo em sociedades aparentemente secularizadas em diversas sociedades. O crescimento da mobilidade global,

facilitado por avanços tecnológicos e redes de comunicação, permitiu que diferentes tradições religiosas convivessem em espaços antes dominados por uma única fé e que ao longo dos anos foi se transformando e que nos últimos foi de forma bastante acelerada essa transformação em diversos campos, como, por exemplo, na religião. Adiante, Berger nos chama atenção ao fato de “o pluralismo tem o efeito de relativizar as cosmovisões, trazendo à mente o fato de que o mundo pode ser compreendido de maneiras diferentes”. (Berger, 2017, p. 68), sinalizando não um desaparecimento da fé, mas sua diversificação e deslocamento para novas formas e linguagens.

Esse pluralismo, ainda que possa diluir a autoridade das crenças religiosas tradicionais, também criou oportunidades para a reinvenção e revitalização espiritual do indivíduo. Nos Estados Unidos, onde Berger observou uma maior resiliência religiosa em comparação com a Europa, a coexistência de diversas tradições incentivou a formação de comunidades inter-religiosas e o surgimento de movimentos híbridos, como o cristianismo evangélico com traços de outras culturas — fenômeno fortemente influenciado pelo multiculturalismo. Essa dinâmica exemplifica a ideia de Berger de que a modernidade, embora desestabilize sistemas religiosos herdados, também impulsiona novas formas de engajamento espiritual, capazes de responder a anseios individuais por significado, pertencimento e transcendência.

Complementando essa análise, Zygmunt Bauman (2011) contribui ao destacar que vivemos em uma “modernidade líquida”, em que as instituições e valores sólidos do passado deram lugar a relações mais voláteis e flexíveis. Nesse contexto, a espiritualidade também se torna fluida: ao invés de seguir doutrinas rígidas, muitos indivíduos constroem seus próprios caminhos religiosos, combinando elementos distintos de diversas tradições — um processo que chama de “bricolagem espiritual”. Essa espiritualidade personalizada surge como uma forma de resistência frente à insegurança existencial da vida moderna, preenchendo lacunas deixadas pela fragilização dos vínculos sociais e religiosos tradicionais.

Para mais, observa que, na ausência de instituições religiosas hegemônicas, a fé deixa de ser um destino coletivo para se tornar uma escolha

individual, marcada por constante negociação identitária. Essa liberdade, embora libertadora, também impõe ao sujeito o peso da responsabilidade por sua própria trajetória espiritual. Nesse sentido, o pluralismo religioso contemporâneo não elimina a religiosidade, mas a transforma em um campo de busca contínua, onde a resiliência espiritual se manifesta justamente na capacidade de adaptação, reinvenção e convivência com a diferença, características centrais da experiência religiosa no mundo globalizado e fragmentado.

Essa realidade evidencia como a espiritualidade contemporânea é cada vez mais marcada por trajetórias singulares, construídas em meio à diversidade de ofertas simbólicas e experiências religiosas disponíveis. As pessoas transitam entre crenças, rituais e práticas com maior liberdade, moldando sua fé a partir de vivências pessoais, emoções e necessidades existenciais. Essa reconfiguração da experiência religiosa revela não apenas uma mudança na forma como se crê, mas também na função que a religião passa a exercer: menos centrada em instituições e mais voltada para a produção de sentido em uma sociedade marcada por incertezas e transformações constantes.

A Espiritualidade Individual

De acordo com Hervieu-Léger (2008), o panorama religioso do fim do século XX foi marcado pela disseminação de modos de crer cada vez menos conformados a modelos institucionais tradicionais: modos de crer individualista; tendência crescente de deslocamento dos sujeitos religiosos e de diversificação das trajetórias percorridas; e disjunção das crenças e das pertenças confessionais. Para muitos, a religião organizada pode parecer rígida ou desalinhada com suas experiências pessoais e valores modernos existentes, levando-os a explorar formas alternativas de conexão com o divino, o cosmos ou o eu interior para a sua salvação.

Com isso, o acentuado traço individualista e as ambiguidades (entre, por exemplo, absolutismo e liberdade individual ou privada) de seus códigos subculturais limitam sua capacidade para transformar a sociedade e influenciar a esfera pública (Smith, 1998, p. 218-220). Posto isso, a espiritualidade

individualizada, frequentemente está associada à expressão "espirituais, mas não religiosos", reflete uma tendência contemporânea em que as pessoas buscam significados transcedentais fora das instituições religiosas tradicionais.

Já no campo educacional, essa tendência traz consequências significativas, especialmente no que diz respeito à formação integral do ser humano. Avante, educadores enfrentam o desafio de reconhecer e respeitar a diversidade de perspectivas espirituais em sala de aula e em todo meio acadêmico, promovendo um ambiente inclusivo que vá além da simples tolerância religiosa. Com essa conjuntura, ao invés de focar exclusivamente em doutrinas específicas, a educação pode se beneficiar ao integrar reflexões sobre valores universais, a ética e o bem-estar interior, que dialoguem com as necessidades dessa nova configuração espiritual englobando todo todos os escolares e trabalhadores da educação.

Nesse sentido, embora a espiritualidade individualizada ofereça liberdade e autenticidade para muitos sujeitos, ela também impõe desafios quanto à construção de vínculos comunitários e à sustentação de projetos coletivos de transformação social. A ausência de referências comuns pode dificultar o diálogo inter-religioso ou interespiritual, criando barreiras à convivência ética e solidária entre diferentes visões de mundo. Por isso, compreender essa nova configuração espiritual exige não apenas reconhecer sua legitimidade, mas também refletir sobre formas de reconstruir laços de pertencimento em meio à diversidade, reforçando a importância da escuta, da mediação cultural e da educação como instrumentos de coesão e convivência pacífica.

Esse cenário de busca espiritual fora das estruturas convencionais encontra eco no pensamento de Zygmunt Bauman (2004), que associa a modernidade líquida à fragilidade dos vínculos duradouros e à constante fluidez dos compromissos. Na lógica líquida da contemporaneidade, os indivíduos passam a experimentar a espiritualidade como algo pessoal, mutável e desconectado de obrigações institucionais. A espiritualidade torna-se, assim, um "produto" ajustado às exigências da autonomia individual, sendo consumida e descartada conforme as necessidades emocionais e existenciais do momento. E essa leveza dos compromissos também revela uma profunda insegurança

ontológica, na qual o sagrado deixa de ser um ponto de referência estável e passa a ser continuamente reformulado.

Porém, por mais que a espiritualidade individualizada ofereça liberdade e autenticidade para muitos sujeitos, ela também impõe desafios quanto à construção de vínculos comunitários e à sustentação de projetos coletivos de transformação social. A ausência de referências comuns pode dificultar o diálogo inter-religioso ou interespiritual, criando barreiras à convivência ética e solidária entre diferentes visões de mundo. Por isso, compreender essa nova configuração espiritual exige não apenas reconhecer sua legitimidade, mas também refletir sobre formas de reconstruir laços de pertencimento em meio à diversidade, reforçando a importância da escuta, da mediação cultural e da educação como instrumentos de coesão e convivência pacífica.

Limitações da Teoria de Berger: A Especialização Acadêmica e a Complexidade da Espiritualidade Individualizada

Embora a teoria de Berger forneça insights valiosos sobre a relação entre religião e secularização, ela enfrenta desafios significativos ao tentar abordar a crescente tendência de espiritualidade individualizada, particularmente em sua aplicação prática e especialização acadêmica. Para Cecília Mariz, Berger admite em *The Desecularization of the World*, que houve sim alguns tipos de secularização, mas isso não significa afirmar “a crença de que a modernidade vá necessariamente gerar o declínio da religião como um todo nos diferentes níveis, tanto social quanto individual” (Mariz, 2000, p. 27).

Um dos principais empecilhos reside na dificuldade de enquadrar a espiritualidade individualizada dentro de categorias analíticas tradicionais. No entanto, a espiritualidade individualizada, caracterizadas por práticas e crenças altamente singularizada, muitas vezes escapa a essas classificações. Por diante, apercebe-se que a especialização acadêmica contemporânea também impõe limitações à abrangência da teoria de Berger. Assim, disciplinas como psicologia, neurociência e outros estudos culturais têm produzido extensa literatura sobre a experiência espiritual individual e isso faz com que muitas vezes, vem-se utilizando métodos qualitativos e quantitativos que diferem da abordagem

sociológica de Berger, consequentemente, há uma crescente variedade de material para estudos sobre o tema.

Desse modo, Dal-Farra e Geremia (2010) propõem três alternativas para que a espiritualidade possa ser incluída nas discussões acadêmicas, como: oferecer diretamente na matriz curricular assuntos que reforcem a importância do tema na prática profissional, também discutem o oferecimento de cursos de extensão e estágios complementares previstos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Superior, e a possibilidade de um diálogo transversal onde possa ser discutido a importância do tema para as práticas educativas. E Essas abordagens complementares fornecem insights que a teoria de Berger, centrada em dinâmicas sociais e institucionais, não consegue capturar plenamente. Logo, a falta de integração entre diferentes campos acadêmicos dificulta uma compreensão holística da espiritualidade individualizada o que acaba prejudicando outras abordagens.

Os Movimentos de Dessecularização

O fenômeno dos movimentos de dessecularização, marcado pelo crescimento de movimentos religiosos pentecostais e fundamentalistas, tem ganhado destaque nas discussões sobre educação e psicologia. Peter Berger, em sua obra *The Desecularization of the World* (1999), argumentam que a secularização, longe de ser um processo irreversível, vem sendo contestada pelos fortalecimentos de práticas e crenças religiosas em diversas sociedades. Esses movimentos, especialmente os pentecostais, têm influenciado a educação ao promoverem valores religiosos em espaços escolares, muitas vezes desafiando a laicidade do ensino. Na psicologia, observa-se já há alguns impactos no comportamento e na subjetividade dos indivíduos, que passam a adotar visões de mundo mais dogmáticas e menos abertas ao pluralismo.

Diante dessa reconfiguração, é possível observar que o avanço desses movimentos religiosos também opera como uma resposta às inseguranças existenciais e às crises de identidade que marcam o mundo contemporâneo. Em contextos de instabilidade econômica, violência e desagregação social, muitas pessoas encontram nas comunidades religiosas um espaço de pertencimento e

apoio emocional. Essa função terapêutica da religião, muitas vezes mais presente nos movimentos pentecostais e neopentecostais, reforça sua inserção em práticas sociais e educativas, aproximando fé e cuidado de modo pragmático e cotidiano.

Contudo, esse fortalecimento religioso em espaços públicos e institucionais levanta questões sobre os limites entre liberdade religiosa e o respeito à diversidade cultural e espiritual. Em escolas públicas, por exemplo, há relatos de tensões entre a promoção de valores cristãos e a presença de alunos de outras religiões ou sem filiação religiosa. Na psicologia, o risco de práticas terapêuticas baseadas exclusivamente em princípios religiosos reside na possibilidade de negligenciar abordagens científicas e éticas amplamente consolidadas. Assim, a dessecularização demanda um olhar crítico e equilibrado, capaz de reconhecer a importância da espiritualidade sem comprometer os princípios de pluralismo e laicidade que sustentam uma sociedade democrática.

Outro autor relevante, José Casanova, em *Public Religions in the Modern World* (1994), destaca que a dessecularização não representa um retrocesso, mas uma reconfiguração do papel da religião na esfera pública. No contexto educacional, isso se traduz em uma maior pressão para a inclusão de conteúdos religiosos no currículo escolar, enquanto, na psicologia, há uma crescente busca por terapias e práticas de cuidado emocional baseadas em princípios religiosos característico de cada crença/religião. Esses movimentos, portanto, não apenas desafiam a secularização, mas também redefinem as relações entre religião, educação e saúde mental, exigindo uma reflexão crítica sobre seus impactos na sociedade contemporânea em busca de algo melhor.

O Efeito da Globalização e a Internet na Religião

A globalização e o advento da internet têm transformado profundamente a maneira como as práticas e crenças religiosas se manifestam e se disseminam. Manuel Castells, em *A Sociedade em Rede* (1996), argumenta que a internet cria um espaço virtual onde as religiões transcendem fronteiras geográficas, permitindo a formação de comunidades religiosas globais. E isso tem impactado em diversos meios, como: a educação, pois as instituições de ensino precisam

lidar com alunos influenciados por uma diversidade de tradições religiosas e muitas vezes acessadas de forma autônoma e fragmentadas pela internet e muitas vezes, sem filtros.

Dante desse novo cenário, torna-se urgente promover o desenvolvimento de competências socioemocionais e interculturais, a fim de que os sujeitos possam aprender a lidar com a pluralidade de formas de crer e viver a espiritualidade. Com isso, aprender a respeitar o diverso (religião, pensamento político — claro, não de visão fascista — raça, cultura, gênero) passa a ser um eixo formativo essencial, pois acrescenta à formação uma compreensão mais ampla do outro, movendo-se da mera tolerância para o verdadeiro respeito pelo diferente.

Isso se reflete na educação, onde os liceus enfrentam o desafio de integrar valores globais e locais em seus currículos, respeitando a diversidade religiosa dos escolares e, algumas vezes, de alguns trabalhadores da educação. A internet, ao mesmo tempo em que conecta e amplia horizontes, também fragmenta e relativiza a autoridade das tradições religiosas, exigindo dos educadores uma postura crítica diante dos conteúdos consumidos online e uma mediação cuidadosa para evitar a propagação de discursos de ódio ou desinformação religiosa.

Na psicologia, o meio digital, sobretudo em regiões altamente conectadas, amplifica a oferta de recursos religiosos, como meditações guiadas, pregações online e grupos de apoio virtual, o que pode tanto fortalecer a fé quanto gerar ansiedade diante da sobrecarga de informações ou das pressões idealizadas de espiritualidade expostas nas redes. Nesse ponto, o desafio é desenvolver ferramentas que ajudem os indivíduos a filtrarem conteúdos, compreenderem suas emoções e buscarem conexões espirituais mais autênticas e saudáveis.

Ademais, deve-se considerar que o ambiente virtual, por ser acessível e interativo, tem sido utilizado não apenas por lideranças religiosas tradicionais, mas também por influenciadores espirituais que transitam entre diversas crenças. Esse fenômeno contribui para a hibridização religiosa, em que elementos de diferentes tradições são combinados em práticas sincréticas e personalizadas. Isso desafia os modelos clássicos de pertencimento religioso,

ao mesmo tempo em que exige da educação e da psicologia uma nova gramática interpretativa que acolha essas múltiplas formas de religiosidade contemporânea.

Por derradeiro, essa realidade híbrida e multifacetada impõe a necessidade de reflexão ética e pedagógica sobre o papel da tecnologia na formação da espiritualidade. Instituições educacionais e profissionais de saúde mental precisam reconhecer a internet como um novo território espiritual, cujas influências não podem ser ignoradas. Isso inclui tanto o potencial emancipador do acesso ao conhecimento e à partilha de experiências quanto os riscos de manipulação emocional, intolerância e esvaziamento simbólico das tradições religiosas. Portanto, globalização e internet devem ser compreendidas não apenas como meios, mas como ambientes onde a espiritualidade se reconstrói, se expande e também se tensiona.

Considerações Finais

Destarte, a principal contribuição de Berger está em sua capacidade de desconstruir a narrativa clara e direta da secularização, oferecendo uma visão mais diversificada da interação entre religião e modernidade. Ele também nos alerta para o fato de que a secularização não é um processo monolítico, mas sim, isso um fenômeno com vários aspectos, moldado por fatores culturais, históricos e políticos. Dessa forma, essa perspectiva ajuda a explicar o porquê algumas sociedades experimentam um declínio institucional mais pronunciado em relação a outras, enquanto outras mantêm uma vitalidade religiosa significativa e prospera.

Contudo, as limitações da teoria de Berger também merecem atenção crítica. Essa sua abordagem, centrada em dinâmicas institucionais e coletivas, enfrenta dificuldades ao lidar com a espiritualidade individualizada, que frequentemente transcende as categorias tradicionais de religião e a secularização. Por diante, a teoria de Berger continua a ser um ponto de partida valioso para o estudo da religião e da secularização no mundo contemporâneo. Quase nesse contexto, Aquino (2023), cita que o estudo das religiões deveria se

91

deter na linguagem do homo religiosus e apreender o seu sentido; em outras palavras [...], na consciência humana, a dimensão simbólica do fenômeno religioso.

À vista disso, ao ver contribuições de Berger, pode-se avançar para uma compreensão mais desenvolvida das transformações religiosas no contexto atual, que podem aprimorar a religiosidade do ser humano. As teorias de Berger sobre secularização e pluralismo são fundamentais, mas é preciso considerar as novas formas de religiosidade que surgem na sociedade moderna e isso prevalece ou não em algumas sociedades. A fé, antes restrita às instituições tradicionais, agora se expressa de maneira mais individual e em comunidade. Essa mudança oferece oportunidades para uma experiência religiosa mais pessoais e profundas. Além disso, a coexistência da religião com a modernidade abre espaço para uma religiosidade em mutação aos novos tempos, sem perder suas raízes de transcendência.

Referências

- AQUINO, T. A. A. Em busca de um sentido conceitual da religião: do logos ao nomos. *Revista Reflexão*, v. 48, e238493, 2023.
- BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BAUMAN, Z. *44 cartas do mundo líquido moderno*. Tradução Vera Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BERGER, P. L. *The Sacred Canopy: Elements of a Sociological Theory of Religion*. New York: Anchor Doubleday, 1967.
- BERGER, P. L. *O dossel sagrado: elementos para uma sociologia da religião*. São Paulo, Paulinas, 1985.

BERGER, P. L. *Una gloria remota. Avere fede nell'epoca del pluralismo.* Bologna: Il Mulino, 1994.

BERGER, P. L. *The Desecularization of the World* (org), *The Desecularizaton of the World; Resurgent Religion and World Politics*. Grand Rapids, 1999.

BERGER, P. L. *O Dossel Sagrado*. São Paulo: Paulus, 2009.

BERGER, P. L. *Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista*. Tradução Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis: Vozes, 2017a.

BERGER, P. L. *O imperativo herético: possibilidades contemporâneas da afirmação religiosa*. Tradução Flávio Gordon. Petrópolis: Vozes, 2017b.

CASANOVA, J. *Public religions in the modern world*. University of Chicago Press. 1994.

CASTELLS, M. *The information age: economy, society and culture, reprinted* 1999, Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

COSTA, D. M. Igreja inclusiva: fórmula discursiva entre a paráfrase e a polissemia. *Almanaque Multidisciplinar De Pesquisa*, v. 9, n. 2, 2023. Recuperado de <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/amp/article/view/7734>.

CRUZ, E. R. da. Breves notas sobre o Estudo das Religiões Seculares, com menção ao caso das Ciências Naturais. *Revista Paralellus*, Recife, v. 6, n. 13, p. 309-330, jul./dez.2015.

DAL-FARRA, R. A., & GEREMIA, C. Educação em saúde e espiritualidade: Proposições metodológicas. *Rev. bras. educ. méd*, v. 34, n. 4, p. 587-597, 2010.

HERVIEU-LÉGER, D. *O peregrino e o convertido: a religião em movimento.* Petrópolis: Vozes, 2008.

LUCKMAN, T. *A religião invisível: o problema da religião na sociedade moderna.* Nova York: The Macmillan Company, 1967.

MARIZ, C. L. Secularização e dessecularização: Comentários a um texto de Peter Berger. *Revista Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 25-39, 2000.

PRAZERES. *Manifestações antidemocráticas pró-governo Bolsonaro em 2020: uma análise a partir do conceito de representação em Eric Voegelin.* In: ALBUQUERQUE, Andréa Depieri; SOUZA, Marco Aurélio Dias de. *Observatória da democracia da UFS: 25 registros de ataques e ameaças à democracia brasileira.* São Cristóvão: Editora UFS, 2022. p.55-72.

SMITH, C. S. (org.). *American evangelicalism: embattled and thriving.* Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

VOEGELIN. *A nova ciência da política.* Brasília: Editora UNB, 1982.

Os condicionantes sociais externos à escola nas percepções de professores de Educação Física iniciantes na Educação Básica

Hugo Norberto Krug¹

Rodrigo de Rosso Krug²

Moane Marchesan Krug³

Resumo: Objetivamos analisar as percepções de professores de Educação Física (EF) iniciantes na Educação Básica (EB), da rede de ensino público, de uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul (Brasil), a respeito dos condicionantes sociais externos à escola que atuaram sobre as suas práticas pedagógicas nas aulas de EF na EB. Caracterizamos a pesquisa como qualitativa com abordagem (auto)biográfica onde utilizamos a narrativa oral que foi gravada, transcrita e analisada à luz da identificação dos significados. Participaram cinco professores de EF iniciantes na referida rede de ensino e cidade. Concluímos que o nível de percepção dos professores de EF iniciantes na EB estudados a respeito dos condicionantes sociais externos à escola que atuaram sobre as suas práticas pedagógicas nas aulas de EF na EB foi surpreendentemente bom. Assim sendo, a totalidade dos professores estudados demonstram uma boa consciência das regras sociais impostas pela classe dominante que regulam as suas atuações e a que instituições e interesses que servem.

Palavras-chave: Educação física; Professores iniciantes; Condicionantes sociais.

¹ Doutor em Educação (UNICAMP/UFSM); Doutor em Ciência do Movimento Humano (UFSM); Professor Aposentado do Departamento de Metodologia do Ensino do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Ex-Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado-Doutorado) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Física (Mestrado) ambos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); E-mail: hnkruq@bol.com.br; Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8911-9011>; ID Lattes: 5710464649581736.

² Doutor em Ciências Médicas (UFSC); Professor do Programa de Pós-Graduação em Atenção Integral à Saúde (Mestrado-Doutorado) da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ)/Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)/Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI Erechim); Professor do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (Mestrado-Doutorado) da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ); Professor do Curso de Educação Física (Bacharelado) da UNICRUZ; E-mail: rodkruq@bol.com.br; Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6701-0751>; ID Lattes: 4452161709794540.

³ Doutora em Educação Física (UFSC); Professora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); Professora do Curso de Educação Física (Bacharelado); E-mail: moane.kruq@uniju.edu.br; Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-1212-0400>; ID Lattes: 4998948009001946.

Abstract: We was aimed to analyze the perceptions of Physical Education (PE) teachers beginners in Basic Education (BE), from the public education system, from a city in the interior of the state of Rio Grande do Sul (Brazil), regarding social conditions external to the school who act about their pedagogical practices in PE classes at BE. We was characterized the research as qualitative with an (auto)biographical approach where we was use the oral narrative that was recorded, transcribed and analyzed in light of the identification of meanings. Participated five beginners PE teachers from the aforementioned education system and city. We was concluded that the level of perception of the PE teachers beginning in BE studied regarding the social conditions external to the school that affect their pedagogical practices in PE classes in BE was surprisingly good. Therefore, all teachers studied demonstrate a good awareness of the social rules imposed by the ruling class that regulate their actions and which institutions and interests they serve.

Keywords: Physical education; Beginning teachers; Social conditions.

Introdução

De acordo com Krug (2001, p. 52),

[...] a atuação do professor, embora singular, é mediada pela ação de outras pessoas e grupos, os quais se influenciam mutuamente. Dessa forma, o mundo do professor é formado por muitos outros mundos. Sua prática se dá, se constrói, se gasta no grupo (alunos, escola, família, sistema). Assim sendo, a práxis do professor está impregnada por forças sociais e políticas numa interação dinâmica e conflitiva. As forças de dentro ou de fora da escola, penetram, modelam e controlam o cotidiano do professor.

Diante deste contexto, Ilha; Marques e Krug (2010, p. 1) assinalam que “[...] para melhor entendermos a prática pedagógica de um professor é necessário compreendermos o seu ecossistema”. Essa afirmativa pode ser fundamentada por Wittrock (1989) que coloca que o comportamento individual, as interpretações, significados ou motivos só podem ser compreendidos dentro do contexto do sistema mais geral de relações organizadas.

Neste cenário descrito, deslocamos o nosso interesse investigativo, particularmente, para o professor de Educação Física (EF) iniciante na Educação

Básica (EB), mergulhado em seu ecossistema para compreendermos um pouco mais sobre a sua prática pedagógica.

Neste sentido, mencionamos Krug (2001, p. 7) que ao tratar da atuação do professor de EF na EB destaca que o ecossistema escolar

[...] pode ser visto e explicitado organizado em dois subsistemas, o macro e o micro-sistema. O macro-sistema escolar é composto pelo sistema de ensino, pela comunidade e pela escola. O micro-sistema escolar é composto pelas aulas de Educação Física e pelos professores de Educação Física.

Conforme Zabala (1998), os processos educativos são muito complexos e não se definem por uma única variável, pois o âmbito educacional se faz repleto de condicionantes sociais. Segundo Krug e Bastos (2002), os condicionantes sociais que atuam sobre o ecossistema escolar são os seguintes: a) condicionantes externos à unidade escolar - institucionais; econômicos-sociais; político-sociais; culturais; e, ideológicos; e, b) condicionantes sociais internos à unidade escolar – institucionais; econômico-sociais; político-sociais; culturais; ideológicos; interpessoais; e, físico-materiais.

Assim, considerando todos estes condicionantes sociais externos e internos à escola, anteriormente mencionados, percebemos que uma única investigação seria insuficiente para abordarmos todo esse universo. Dessa forma, decidimos por nos concentrarmos nos condicionantes sociais externos à escola por serem aqueles mais difíceis de serem percebidos e compreendidos.

Entretanto, chamamos à atenção de que o interesse da nossa investigação não está na descrição dos condicionantes sociais, e, sim, temos como questão problemática norteadora a seguinte indagação: quais são as percepções de professores de EF iniciantes na EB, da rede de ensino público, de uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul – RS (Brasil), a respeito dos condicionantes sociais externos à escola que atuaram sobre as suas práticas pedagógicas nas aulas de EF na EB?

Na direção desta problemática, lembramos que a escuta e a interpretação das percepções de professores de EF iniciantes na EB sobre a temática em

estudo podem apontar dimensões importantes a serem consideradas em suas práticas pedagógicas, melhorando a atuação profissional.

A partir da problemática descrita anteriormente, construímos o objetivo geral do estudo da seguinte forma: analisar as percepções de professores de EF iniciantes na EB, da rede de ensino público, de uma cidade do interior do estado do RS (Brasil), a respeito dos condicionantes sociais externos à escola que atuaram sobre as suas práticas pedagógicas nas aulas de EF na EB.

Do objetivo geral elaboramos os objetivos específicos fundamentando-nos na classificação de Krug e Bastos (2002) a respeito dos condicionantes sociais externos à escola: a) analisar as percepções dos professores estudados sobre os condicionantes institucionais que, de alguma forma, interferiram nas suas práticas pedagógicas nas aulas de EF na EB; b) analisar as percepções dos professores estudados sobre os condicionantes econômico-sociais que, de alguma forma, interferiram nas suas práticas pedagógicas nas aulas de EF na EB; c) analisar as percepções dos professores estudados sobre os condicionantes político-sociais que, de alguma forma, interferiram nas suas práticas pedagógicas nas aulas de EF na EB; d) analisar as percepções dos professores estudados sobre os condicionantes culturais que, de alguma forma, interferiram nas suas práticas pedagógicas nas aulas de EF na EB; e, e) analisar as percepções dos professores estudados sobre os condicionantes ideológicos que, de alguma forma, interferiram nas suas práticas pedagógicas nas aulas de EF na EB.

Justificamos a necessidade da realização desta investigação ao citarmos Ilha; Marques e Krug (2010) que assinalam a importância em compreendermos melhor os condicionantes sociais externos à escola que atuaram sobre as práticas pedagógicas, condicionantes esses que, muitas vezes, não são percebidos pelos docentes, mas que provocam dificuldades que podem interferir negativamente na qualidade de suas práticas pedagógicas.

Além disto, acreditamos na importância da efetivação desta investigação pela expectativa de que a mesma trouxesse significativas contribuições para a compreensão do fenômeno do início da docência e fornecesse possibilidades de melhoria da qualidade da fase de entrada na carreira docente.

Procedimentos metodológicos

Apoiamos os procedimentos metodológicos deste estudo em uma pesquisa qualitativa. Para Cauduro (2004, p. 20), a pesquisa qualitativa é aquela que “[...] procura explorar a fundo conceitos, atitudes, comportamentos, opiniões e atributos do universo pesquisado, avaliando aspectos emocionais e intencionais, implícitos nas opiniões dos sujeitos [...]”.

Tendo em vista o destacado por Krug e Krug (2023, p. 51) de que “[...] a pesquisa qualitativa abre espaço para uma investigação flexível [...]”, utilizamos uma abordagem biográfica como método de pesquisa, trabalhando com relatos (auto)biográficos orais.

De acordo com Moita (1995), abordagem biográfica é uma expressão genérica ligada a história de vida. Abrahão (2004, p. 202) coloca que (auto)biografia “[...] é uma forma de história auto-referente, portanto plena de significado, em que o sujeito se desvela para si e para os demais”. Destaca que as (auto)biografias são construídas por narrativas, onde se desvendam trajetórias de vida com a qualidade de possibilitar a auto-compreensão, o conhecimento de si, em que as pessoas estão em constante processo de auto-conhecimento.

Assim sendo, utilizamos como instrumento de pesquisa uma entrevista semiestruturada delineada por narrativas orais com o tema relacionado aos objetivos específicos do estudo. Destacarmos que gravamos e transcrevemos os depoimentos, sendo entregues aos colaboradores para possíveis alternativas, isso é, inclusão ou exclusão do que considerassem necessário.

Analisamos as narrativas orais à luz da identificação de significados, conforme o preconizado por Oliveira (2006).

Neste estudo, selecionamos algumas narrativas que surgiram como chamados no fluxo presente, muito mais do que lembranças de um passado não muito distante. Após a seleção das narrativas realizamos a descrição de como os condicionantes sociais externos à escola atuaram sobre as práticas pedagógicas nas percepções dos professores estudados.

Selecionamos como colaboradores (participantes) deste estudo cinco professores de EF iniciantes na EB, de uma rede de ensino público (estadual), de uma cidade do interior do estado do RS (Brasil). Procedemos nessa seleção de forma intencional, ou seja, nos utilizamos da representatividade tipológica (MOLINA NETO, 2010), já que o primeiro critério de seleção foi o tempo de atuação docente, que, segundo Huberman (2000), professor iniciante é aquele que possui até três anos de docência na escola. Convém destacarmos que os colaboradores eram os únicos professores que cumpriam esse critério de seleção na rede de ensino público estadual na cidade palco da investigação.

Assim, no quadro 1, apresentamos alguns dados de identificação (características pessoais e profissionais) dos colaboradores do estudo.

Quadro 1 – Características pessoais e profissionais dos colaboradores do estudo.

Quadro 1 – Características pessoais e profissionais dos colaboradores do estudo.

Características		Professores				
		1	2	3	4	5
Pes- so- ais	Idade	23 anos	24 anos	25 anos	24 anos	29 anos
	Sexo	Masculino	Feminino	Masculino	Masculino	Feminino
	Estado Civil	Solteiro	Solteira	Solteiro	Solteiro	Casada
Pro- fis- sio- na- is	Formação Profissional	Licenciado em EF	Licenciada em EF	Licenciado Em EF	Licenciado em EF	Licenciada em EF
	Rede de Ensino	Estadual	Estadual	Estadual	Estadual	Estadual
	Escola	A	B	C	D	E
	Carga Horária	20 h semanais				
	Tempo de Serviço	1 ano	1 ano	2 anos	2 anos	2 anos

Fonte: Informações dos colaboradores.

Elaboração: Os autores.

Lembramos que, no processo de busca pelas informações, os professores colaboradores assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para manter o sigilo das informações, os dados foram coletados individualmente e os colaboradores da pesquisa tiveram os seus nomes trocados por uma numeração (1 a 5). Assim sendo, entendemos que esses cuidados contribuíram para manter os aspectos éticos da pesquisa.

Resultados e discussões

De acordo com Cunha (1992), em uma visão simplista, a função do professor é ensinar e poderíamos reduzir esse ato a uma perspectiva mecânica, descontextualizada. Entretanto, a autora esclarece que o professor não ensina no vazio, pois o ensino é sempre situado, com alunos reais e em situações definidas. Acrescenta que, nessas situações definidas, interferem os fatores internos da escola, assim como as questões sociais mais amplas que identificam uma cultura e um momento histórico-político. Assim sendo, não existe neutralidade pedagógica, pois o ensino é um ato socialmente localizado.

Neste sentido, Ilha; Marques e Krug (2010, p. 4) dizem que “[...] abordar todos os condicionantes sociais que atuam sobre o ecossistema escolar, implica ter como objeto de análise praticamente tudo o que se dá na sociedade, e, isso, seria bastante pretensioso por parte [...]” de uma única investigação.

Frente a esta afirmativa, procuramos seguir o colocado por Ilha; Marques e Krug (2010, p. 5) de que, neste tipo de estudo, devemos nos restringir há apenas os aspectos que os professores participantes “[...] consideraram relevantes para a importante tarefa de desvelar as relações que se estabelecem entre os condicionantes sociais da realidade cotidiana da escola”.

Desta maneira, buscando compreender melhor a influência dos condicionantes sociais externos à escola que atuaram sobre a prática pedagógica dos professores de EF iniciantes na EB estudados, descrevemos a percepção dos mesmos a respeito dessa temática.

Para efeito de organização da análise, iniciamos por abordar os condicionantes sociais externos à escola, tendo como referência os objetivos específicos desta investigação, obedecendo a sequência dos mesmos.

a) 'Quanto aos condicionantes institucionais'

Segundo Ilha; Marques e Krug (2010), os condicionantes institucionais externos à escola são aqueles relacionados aos governos federal, estadual e/ou municipal enquanto instituições que regulamentam, organizam e controlam a educação brasileira.

Assim, considerando que os professores de EF iniciantes na EB estudados exercem sua profissão em escolas da rede de ensino público (estadual), de uma cidade do interior do estado do RS (Brasil), esses perceberam, enquanto condicionante social institucional externo à escola, uma '**política salarial inadequada para os professores da rede de ensino a qual pertencem**' pois 'todos' (Professores: 1; 2; 3; 4 e 5) manifestaram que '**o salário recebido é baixo**'.

As falas foram: "[...] falando em salário o estado [...] paga muito mal [...]" (Professor: 1); "[...] o nosso salário como professores da rede estadual é muito baixo [...]" (Professor: 2); "[...] como professor municipal trabalhamos muito e recebemos um salário baixo [...]" (Professor: 3); "[...] às vezes, fico preocupado, até insatisfeito, com a vida de professor porque o salário é baixo [...]" (Professor: 4); e, "[...] infelizmente, tenho um emprego que paga pouco e, muitas vezes, penso em desistir" (Professor: 5). Frente a esse cenário descrito, citamos Krug et al. (2020a, p. 495) que afirmam que "[...] o baixo salário possui implicações no trabalho docente, porque pode interferir negativamente na prática pedagógica dos professores de EF iniciantes na EB [...], ocasionando um sentimento de insatisfação com a profissão". Além disso, segundo Krug (2022a), o baixo salário recebido pelos professores em geral é uma das causas da desvalorização profissional do professor de EF da EB. Assim sendo, Krug et al. (2020b) destacam que o salário baixo é o principal motivo que leva a não existência de atratividade docente por professores de EF iniciantes na EB. Dessa forma,

conforme Krug (2022b), a má remuneração é o principal motivo do abandono da profissão professor de EF da EB.

Os professores estudados também perceberam que ‘**possuem uma sobrecarga horária de trabalho de ensino com os alunos**’, pois têm uma carga de ensino com os educandos na integralidade das horas de seus contratos de trabalho, não possuindo horas de estudo ou de outra natureza, o que foi manifestado por ‘todos’ os Professores (1; 2; 3; 4 e 5).

As falas foram as seguintes: “[...] a rede de ensino, através da escola, exige de nós professores, uma carga horária semanal de aulas igual a do nosso contrato de trabalho, o que, pelo acúmulo de tarefas não sobra tempo para nada [...]” (Professor: 1); “[...] bah, minha participação na escola é só para dar aula, o tempo todo [...]” (Professor: 2); “[...] aqui na escola tenho que dar aula todo o tempo e a jornada de trabalho é longa, cansativa [...]” (Professor: 3); “[...] em nossa escola, ou melhor no estado, o nome dos professores é trabalho, ou seja, sempre em aula [...]” (Professor: 4); e, “[...] acredito que tenho uma sobrecarga de trabalho já que passo o tempo todo dando aula, sem tempo para planejar e estruturar o ensino com os colegas [...]” (Professor: 5). Diante desse cenário declarado, mencionamos Sampaio e Marin (2004) que consideram que a sobrecarga de trabalho de ensino com os alunos é uma das facetas da precarização do trabalho dos professores em geral. Krug (2017) constatou que, normalmente, os professores de EF da EB da rede de ensino público (municipal e estadual) possuem elevada carga horária semanal de trabalho e de ensino com os alunos o que contribui para a precarização do trabalho docente em EF na EB.

Além disto, Príncepe e André (2018, p. 12) apontam que

dadas as características do trabalho docente, além do tempo destinado as atividades específicas em [...] aula para a condução do processo de ensino dos alunos e, também, as ações que antecedem as aulas (planejamentos, estudos) e as que sucedem o tempo de aula (correções, revisões, replanejamentos, atendimentos aos pais e outros), não se pode considerar adequada uma jornada de trabalho que considera apenas o tempo destinado ao ensino.

Neste sentido, citamos Krug *et al.* (2020a, p. 496) que frisam que “[...] uma carga horária de trabalho com os alunos na integralidade das horas de seu

contrato de trabalho, sem horas destinadas para o seu estudo ou de outra natureza, é um fator negativo para o desenvolvimento profissional dos professores de EF iniciantes na EB". Em contrapartida, nos referimos a Arelaro *et al.* (2014) que colocam que a definição de uma jornada laboral compatível com a especificidade do trabalho docente está diretamente relacionada a valorização do magistério e a qualidade do ensino, logo, se destaca como é importante haver uma distribuição adequada/coerente da jornada de trabalho do professor, afim de que esse consiga cumprir com os objetivos educacionais, sejam eles voltados aos estudos/planejamentos ou práticas em aula.

Os professores estudados ainda perceberam '**a estabilidade no emprego**' como mais um condicionante institucional, pois a rede de ensino estadual, a qual pertencem, faz seleção pública de docentes, o que origina uma estabilidade empregatícia. Entretanto, somente a 'minoria' dos Professores (1; 3 e 4) fizeram essas declarações.

As falas foram as seguintes: "[...] entrei como professor da rede estadual exatamente porque proporciona uma estabilidade no emprego e isso me permite ter uma renda fixa. Isso me permite saber o quanto posso gastar para me manter [...]" (Professor: 1); "[...] a estabilidade no emprego é importante para também ter uma estabilidade financeira [...]" (Professor: 3); e, "[...] creio que a estabilidade no emprego é uma das raras vantagens que um professor consegue ter no serviço público estadual" (Professor: 4). Então, a partir desses depoimentos, citamos Valle (2003) que assinala que a efetivação do professor confere-lhe *status* profissional e proteção pelo estatuto de funcionário efetivo nos quadros da administração pública. Assim, a efetivação consente aos docentes projetar seus planos futuros e evitar o constante enfrentamento das incertezas do mercado do trabalho. Conforme Krug (2022c, p. 12), "a estabilidade no emprego [...]" é um dos motivos da permanência na profissão professor de EF da EB.

Por fim, o último condicionante institucional ligado a rede de ensino estadual, a qual pertencem, percebido pelos professores estudados, foi '**um plano de carreira com pequena progressão financeira**'. Entretanto, somente 'um' Professor (5) manifestou esse condicionante.

A fala do Professor 5 foi a seguinte: “[...] o que fiquei sabendo com o passar do tempo como professora foi que o nosso plano de carreira quase não tem vantagem financeira. Existe somente uma possibilidade que é ter além da graduação e num valor ridículo. Então, isso restringe muito a nossa conquista financeira”. Relativamente a essa situação, nos reportamos a Krug (2017) que afirma que possuir plano de carreira que não motiva os profissionais a progredirem profissionalmente é um indicador de precarização do trabalho docente em EF na EB. Também Krug *et al.* (2020a, p. 499) destacam que

[...] não ter a possibilidade de ter uma carreira docente com boas perspectivas futuras possui implicações no trabalho docente, porque pode interferir negativamente na prática pedagógica dos professores de EF iniciantes na EB [...] ocasionando um sentimento de insatisfação com a profissão.

Neste sentido, citamos Curi (2007, p. 30) que afirma que o profissional que ingressa na carreira do magistério, às vezes, “[...] não tem muitos degraus a sua frente dentro da instituição, o que exclui mais uma forma de motivação importante para iniciar num emprego com estas condições e, principalmente, para permanecer nele ao longo dos anos”.

Ao analisarmos de ‘forma geral’ as percepções dos professores estudados sobre os ‘condicionantes institucionais externos à escola’ (aqueles relacionados aos governos federal, estadual ou municipal) que interferem, de alguma forma, na prática pedagógica das aulas de EF na EB, verificamos um ‘rol de quatro condicionantes’. Foram eles: ‘política salarial inadequada’; ‘sobrecarga horária de trabalho’; ‘estabilidade no emprego’; e, ‘plano de carreira inadequado’. Esse rol de condicionantes institucionais externos à escola pode ser apoiado por Ilha; Marques e Krug (2010) que destacam que o modelo social vigente tem-se mostrado inadequado para resolver as questões sociais da sociedade brasileira, pois a educação, a saúde e o emprego estão em situação crítica. Colocam que o modelo capitalista não defende os interesses sociais dos trabalhadores da educação, pois os professores levam uma vida de necessidades de todos os tipos, devido aos baixos salários.

Outra situação a ser destacada foi o fato de que ‘todos’ os professores estudados (1; 2; 3; 4 e 5) perceberam alguns condicionantes institucionais externos a escola que interferiram na prática pedagógica nas aulas de EF na EB, sendo que, os Professores 1; 3; 4 e 5 perceberam três condicionantes e o Professor 2 percebeu dois. Dessa forma, podemos inferir que ‘todos os professores de EF iniciantes na EB estudados tiveram uma boa percepção dos condicionantes institucionais externos à escola, que, de alguma forma, interferiram na prática pedagógica nas aulas de EF na EB’;

b) ‘Quanto aos condicionantes econômico-sociais’

Para Ilha; Marques e Ilha (2010, p. 6), os condicionantes econômico-sociais externos à escola “[...] são relacionados as condições reais de vida da população em geral a medida que tais condições proporcionam tempo, condições materiais e disposição pessoal para a educação escolarizada”.

Assim, considerando que os professores de EF iniciantes na EB estudados são cidadãos brasileiros residentes em um estado e uma cidade da região sul do país e que exercem a profissão docente, esses perceberam, enquanto condicionante econômico-social externo a escola, que ‘**possuem um baixo poder aquisitivo**’ (Professores: 1; 2; 3; 4 e 5).

Os depoimentos dos professores estudados foram: “[...] com o salário que ganho como professor não consigo comprar nada, vai tudo em comida [...]” (Professor: 1); “[...] sou uma professora sem condições de adquirir nenhum bem. Não tenho carro, não tenho imóvel próprio, não tenho nada [...]” (Professor: 2); “[...] tá certo que estou no começo da carreira, mas não tenho poder de compra e creio que enquanto estiver no estado não vou conseguir ter nada [...]” (Professor: 3); “[...] ser professor da rede estadual é não ter poder de aquisição de praticamente quase tudo [...]” (Professor: 4); e, “[...] com o que ganho só consigo me alimentar e pagar aluguel [...]” (Professor: 5). Diante desse cenário discriminado, citamos Príncepe e André (2018) que apontam que o baixo poder aquisitivo é uma das implicações dos baixos salários para o trabalho docente nas percepções de professores de EF da EB. Sampaio e Marin (2004, p. 1210) dizem que o baixo salário do docente “é um fator que incide pesadamente sobre

a precarização do trabalho dos professores, pois existe a pauperização da vida pessoal nas suas relações entre vida e trabalho, sobretudo no que tange a bens culturais". Assim sendo, Barbosa (2012, p. 391) coloca que "quem opta por permanecer na docência e conta apenas com o salário de professor para o atendimento as necessidades objetivas é enfrentar a pobreza material". Além disso, para Krug *et al.* (2018), os baixos salários pagos aos docentes, ou os forçam a exercerem outras atividades profissionais, além da docência, ou acentuam a condição de pauperização.

Ao analisarmos de 'forma geral' as percepções dos professores estudados sobre os 'condicionantes econômico-sociais externos à escola' (aqueles relacionados as condições de vida da população em geral) que interferiram, de alguma forma, na prática pedagógica das aulas de EF na EB, constatamos um 'rol de somente um condicionante'. Foi ele: 'o baixo poder aquisitivo'. Esse condicionante econômico-social externo a escola pode ser embasado em Ilha; Marques e Krug (2010, p. 6) que assinalam que

[...] as condições de vida da população é um fator que influencia o desenvolvimento da educação brasileira, pois a produção de vida material das pessoas advém do trabalho. É através dele que as pessoas se relacionam com a sociedade, transformando-a e adequando-a a sua sobrevivência e produzindo os seus conhecimentos. O trabalho assume várias peculiaridades segundo a maneira pela qual as pessoas organizam o processo de produção de sua vida material.

O fato a ser destacado foi de que 'todos' os professores estudados (1; 2; 3; 4 e 5) perceberam um condicionante econômico-social externo a escola que interferiu nas suas práticas pedagógicas nas aulas de EF na EB. Dessa forma, podemos inferir que 'todos os professores de EF iniciantes na EB estudados tiveram uma razoável percepção dos condicionantes econômico-sociais externos a escola, que, de alguma forma, interferiram nas suas práticas pedagógicas nas aulas de EF na EB';

c) 'Quanto aos condicionantes político-sociais'

Segundo Ilha; Marques e Krug (2010), os condicionantes político-sociais externos à escola são aqueles relacionados com as políticas públicas implementadas pelos governos federal, estadual /ou municipal.

Assim, considerando que os professores de EF iniciantes na EB estudados exercem a sua profissão em escolas da rede de ensino público (estadual), de uma cidade do interior do estado do RS (Brasil), mas que, também, dependem do governo federal, bem como do governo estadual, esses perceberam, enquanto condicionantes político-sociais externos a escola, as '**políticas públicas para a educação equivocadas**' que atrapalham a sua atuação profissional (Professores: 1; 2; 3; 4 e 5).

As declarações foram as seguintes: “[...] como professor da rede de ensino público estadual consigo perceber muitos equívocos das políticas públicas para a educação que prejudicam a nossa profissão como, por exemplo, não ter um piso salarial para os docentes que o estado seja obrigado a seguir [...]” (Professor: 1); “[...] vejo que a falta de uma política pública que valorize os professores, isso é, que faça com que o professor receba um salário digno, me provoca um desencanto com a profissão [...]” (Professor: 2); “[...] fico desmotivado e até penso em abandonar a profissão pela falta de uma política pública que valorize o professor economicamente [...]” (Professor: 3); “[...] bah, aqui o salário atrasa, não temos reposição salarial pelo estado e o nosso sindicato é fraco [...]” (Professor: 4); e, “[...] todo o tempo me iludo pensando que a coisa vai melhorar e o estado não faz nada para isso [...]” (Professor: 5). No sentido desse cenário explanado, apontamos Flores *et al.* (2010, p. 16) que dizem que uma das principais lamentações dos professores de EF da EB, que embasa um certo desencanto com a profissão, são os confrontos “com as políticas públicas educacionais dos sucessivos governos que provocam conflitos de interesses entre a categoria e os governantes, originando assim um desprestígio do professorado perante a população”. Também Krug; Krug e Telles (2018, p. 299) colocam que “as políticas públicas para a educação [...]” é um dos motivos do desencanto com a profissão docente de professores de EF da EB. Além disso, Marcelo Garcia (1999) destaca que as políticas públicas educativas podem funcionar como fatores desmotivantes dos professores em relação ao

seu compromisso profissional. Krug (2022b) ressalta que as políticas educacionais podem ser um dos elementos geradores de ilusão dos professores. Assim sendo, segundo Krug (2022c, p. 45), “as políticas públicas para a educação equivocadas [...]” é um dos motivos do abandono da profissão professor de EF da EB.

Os professores estudados também perceberam uma ‘**desvalorização profissional docente**’ como outro condicionante político-social, pois esse é um reflexo das condições precárias que a educação brasileira está oferecendo aos seus profissionais, sendo, então, manifestado por ‘todos’ os professores (1; 2; 3; 4 e 5).

As manifestações dos professores estudados foram: “[...] com certeza, nós professores somos desvalorizados profissionalmente e isso é um processo bem antigo, pois com o passar do tempo ocorreram mudanças para piorar a nossa imagem [...]” (Professor: 1); “[...] acredito que a desvalorização social da profissão professor trás reflexos na consolidação de planos de carreira e salários dignos para nossa classe [...]” (Professor: 2); “[...] na minha opinião, estamos em tempos em que existe uma situação precária de condições de profissionalização dos professores, de modo geral, ocasionando uma desvalorização social crescente, o que, além de tudo, provoca como consequência a inexistência de atratividade docente pelos jovens e de abandono pelos professores atuais [...]” (Professor: 3); “[...] como professor de EF já percebi que existe uma certa desvalorização profissional docente na sociedade e isso acarreta um sentimento de desencanto com a profissão” (Professor: 4); e, “[...] creio que existe uma desvalorização dos professores de EF na maioria das escolas e como consequência a nossa imagem profissional vai se esgotando [...]” (Professor: 5). No direcionamento desse cenário descrito, citamos Krug *et al.* (2020c) que afirmam que existe uma convicção de que convivemos com certa percepção generalizada de que os professores de EF da EB são desvalorizados nas escolas brasileiras. Para Borba Neto (2017), existe a prevalência da desvalorização dos professores de EF devido a fragilidade que muitas escolas ainda possuem para o exercício pleno desse docente e a execução do que preconiza a disciplina de EF na EB. Além disso, Krug; Krug e Telles (2018, p. 299) apontam que “[...] a

desvalorização profissional [...]” é um dos motivos de desencanto na profissão de professores de EF na EB. Nesse sentido, Krug *et al.* (2020b) destacam que a desvalorização profissional é um dos motivos que levam a não existência da atratividade docente por professores de EF iniciantes na EB. Assim sendo, Krug (2022b) frisa que a desvalorização profissional é um dos motivos do abandono da profissão professor de EF da EB.

Ao analisarmos de ‘forma geral’ as percepções dos professores estudados sobre os ‘condicionantes político-sociais externos à escola’ (aqueles relacionados às políticas públicas) que interferirem, de alguma forma, na prática pedagógica das aulas de EF na EB, observamos um ‘rol de dois condicionantes’. Foram eles: ‘políticas públicas para a educação equivocadas’; e, ‘desvalorização profissional docente’. Esse rol de condicionantes político-sociais externos à escola pode ser embasado em Ilha; Marques e Krug (2010, p. 7) que apontam que “[...] a escola situa-se no interior da sociedade e como tal não é neutra politicamente, pois sofre influência da mesma”. Ainda Ilha; Marques e Krug (2020, p. 7) acrescentam que “[...] por conta da precariedade das condições de trabalho nas escolas e da permanente deterioração da qualidade da força de trabalho do professor, evidencia que o país e o estado do Rio Grande do Sul vêm, há muito tempo, deixando de lado a educação”.

O fato a ser ressaltado foi de que ‘todos’ os professores estudados (1; 2; 3; 4 e 5) perceberam os dois condicionantes político-sociais externos à escola que interferiram na prática pedagógica nas aulas de EF da EB. Dessa forma, podemos inferir que ‘todos os professores de EF iniciantes na EB estudados tiveram uma boa percepção dos condicionantes político-sociais externos à escola, que, de alguma forma, interferiram na prática pedagógica nas aulas de EF na EB’;

d) ‘Quanto aos condicionantes culturais’

Conforme Ilha; Marques e Krug (2010), os condicionantes culturais externos a escola são aqueles relacionados com as condições culturais da população em geral.

Relativamente a este condicionante, os professores estudados declararam ‘três diferentes percepções’ que na sequência foram descritas.

Inicialmente, ‘todos’ os professores estudados perceberam ‘**a influência cultural da família**’ como um forte condicionante cultural externo à escola.

As declarações foram: “[...] culturalmente acredito que a família possui uma grande importância em nossa vida pessoal e também profissional já que sou professor e minha mãe também é [...]” (Professor: 1); “[...] a cultura de valorização da educação é muito importante para os alunos e professores de uma escola. Os alunos serão mais aplicados e os professores não terão muitas dificuldades com os comportamentos indisciplinados que serão mais escassos [...]” (Professor: 2); “[...] aprendi na minha família que a família é tudo que precisamos na vida para ter um caminho do bem. A família que valoriza um filho esse filho também vai valorizar a família [...]” (Professor: 3); “[...] quando a família valoriza a educação o aluno também valoriza [...]” (Professor: 4); e, “[...] se a educação é um bom futuro para um filho logicamente que a família precisa incentivar uma boa educação para o filho, mas existem vários casos que a família usa a escola como um depósito de seus filhos, aí complica né [...]” (Professor: 5). Em relação ao cenário das falas dos professores estudados, nos reportamos a Krug (2011, p. 5) que destaca que “a influência cultural da família [...] pode valorizar ou não a educação”. Além disso, segundo Nogueira (2020), a influência da família no desenvolvimento do ser é fundamental, pois é nela que o ser humano busca referências para o seu comportamento. O meio familiar é a base de toda educação, pois é nela que o indivíduo formará seus princípios éticos e morais.

Os professores estudados também perceberam ‘**a influência cultural da mídia**’ como outro condicionante cultural, pois essa influui que a EF é esporte e competição, sendo, então, manifestado por ‘todos’ os docentes (1; 2; 3; 4 e 5).

As manifestações dos professores estudados foram: “[...] acredito que atualmente a mídia, principalmente a televisão e as redes sociais, interferem muito nas aulas de Educação Física na escola porque aproveitam os esportes para ganharem dinheiro e assim os alunos transferem para a Educação Física Escolar esta influencia esportiva [...]” (Professor: 1); “[...] devido a influência do

futebol, principalmente devido a televisão, os alunos chegam na escola com a crença de que a Educação Física na escola é somente esporte e aí só querem jogar [...]” (Professor: 2); “[...] creio que a televisão fez e ainda faz muita influência para que toda a sociedade veja a Educação Física na escola como um momento de competição porque o esporte faz parte da nossa disciplina. Isso influencia muito na formação dos professores da nossa área e mais ainda nas aulas onde prevalece então o esporte e a competição [...]” (Professor: 3); “[...] o povo brasileiro é muito ligado ao futebol e a influência da tv é muito forte fazendo com que as crianças e os adolescentes cheguem na escola esperando que a disciplina de Educação Física lhes ofereça somente o futebol e isso atrapalha o desenvolvimento da nossa disciplina na escola [...]” (Professor: 4); e, “[...] é muito nítida na sociedade brasileira a influência da mídia na vida das pessoas. Isso fica muito claro na Educação Física Escolar onde os alunos querem sempre praticar esportes, principalmente o futebol. Isso é muito forte [...]” (Professor: 5). A respeito desse cenário, inicialmente, citamos Krug (2011, p. 5) que coloca que “a influência cultural da televisão [...] torna a Educação Física na escola um sinônimo de esporte e competição”. Nesse sentido, de acordo com Krug (2023), os professores de EF iniciantes na EB possuem a crença de que a EF é esporte. A partir dessas afirmativas, mencionamos Krug et al. (2016) que apontam que culturalmente os professores de EF da EB desenvolvem somente o esporte como conteúdo das aulas de EF na escola.

Ainda outro condicionante social cultural externo à escola percebido pelos professores estudados (1; 3 e 4) foi ‘**a influência da cultura da violência**’.

As falas foram: “[...] acredito, sem dúvida alguma, que a violência existente em nossa sociedade se reflete igualmente na escola [...]” (Professor: 1); “[...] a escola é um espelho porque reflete o que acontece na sociedade [...]” (Professor: 3); e, “[...] vivemos em tempos meio nebulosos em que a violência tomou conta de tudo, sociedade, família, pessoas, escolas, etc. [...]” (Professor: 4). Sobre esse cenário discriminado, achamos importante lembrarmos Krug (2011, p. 5) que alerta que a “[...] cultura da violência (na sociedade) [...] faz com que a escola e as aulas de Educação Física estejam permeadas, influenciadas pela violência” (acréscimo nosso). Assim sendo, para Nogueira (2020, p. 103-104), “a violência

instalada no seio da sociedade não se trata apenas daquela associada ao crime praticado por assaltantes, por criminosos, pelo autor do latrocínio ou pelo homicida. A violência também está no modo social das relações, na formação humana e da cultura". Acrescenta que a violência presente na sociedade "[...] está longe de ser uma manifestação irracional, uma vez que remete a intencionalidade e a experiência das pessoas legitimadas pelas relações entre os sujeitos" (NOGUEIRA, 2020, p. 104). Abramovay (2002 apud NOGUEIRA, 2020) afirma que as raízes da violência perpassam desde a crise da família e as relações no ambiente educacional até as desigualdades no âmbito econômico, social, político e cultural.

Ao analisarmos de ‘forma geral’ as percepções dos professores estudados sobre os ‘condicionantes culturais externos à escola’ (aqueles relacionados com as condições culturais da população em geral) que interferiram, de alguma forma, na prática pedagógica das aulas de EF na EB, verificamos um ‘rol de três condicionantes’. Foram eles: ‘a influência cultural da família’; ‘a influência cultural da mídia’; e, ‘a influência da cultura da violência’. Esse rol de condicionantes culturais externos a escola encontra suporte em Ilha; Marques e Krug (2010, p. 7) que dizem que “[...] o ambiente escolar não é alheio a totalidade sócio-cultural do país”.

Outra situação a ser destacada foi o fato de que ‘todos’ os professores estudados (1; 2; 3; 4 e 5) perceberam alguns condicionantes culturais externos à escola que interferiram na prática pedagógica nas aulas de EF na EB, sendo que os Professores 1; 3 e 4 perceberam três condicionantes e os Professores 2 e 5 perceberam dois. Dessa forma, podemos inferir que ‘todos os professores de EF iniciantes na EB estudados tiveram uma boa percepção dos condicionantes culturais externos à escola, que, de alguma forma, interferiram na prática pedagógica nas aulas de EF na EB’; e

e) ‘Quanto aos condicionantes ideológicos’

Ilha; Marques e Krug (2010) colocam que os condicionantes ideológicos externos à escola são aqueles relacionados a disputa do poder no país.

Assim, considerando que os professores estudados são cidadãos brasileiros, esses perceberam, enquanto condicionantes ideológicos externos à escola, ‘**as eleições para os governantes do país a nível federal, estadual e municipal**’ que interferiram na sua atuação profissional (Professores: 1; 2; 3; 4 e 5), pois aconteceram disputas na escola sobre partidos políticos e votos.

Os depoimentos foram os seguintes: “[...] *as eleições sempre alteram o ambiente escolar devido as disputas políticas [...]*” (Professor: 1); “[...] *nesta época de eleições sempre acontecem as disputas pelo poder governamental e isso interfere na escola, nos professores, alunos e pais [...]*” (Professor: 2); “[...] *hoje em dia as eleições estão deixando marcas em todas as pessoas, estão dividindo e não somando. Isso é um agravante na escola [...]*” (Professor: 3); “[...] *passou o tempo em que não se discutia política, agora ela faz parte de nosso dia a dia. Interfere em tudo em nossa vida pessoal e profissional [...]*” (Professor: 4); e, “[...] *a política está tão acirrada que hoje em dia até corremos riscos de sermos agredidos, xingados e cancelados, dependendo de quem apoiamos e de onde estamos no momento. Está difícil [...]*” (Professor: 5). Frente a esse cenário, nos dirigimos a Marques; Ilha e Krug (2010) que colocam que o modelo de estado que o Brasil vive é capitalista e que através de seus mecanismos ideológicos implanta e fiscaliza toda a política a ser seguida pelo sistema e, dessa forma, o modelo social vigente influencia determinantemente na escola, tornando-se automática a sua reprodução, pois os governos federal, estaduais e municipais são justapostos, isso é, o município é dependente do estado que por sua vez é dependente da política do país implementada pelo governo federal.

Ao analisarmos de ‘forma geral’ as percepções dos professores estudados sobre os ‘condicionantes ideológicos externos à escola’ (aqueles relacionados a disputa de poder no país) que interferiram, de alguma forma, na prática pedagógica das aulas de EF na EB, constatamos um ‘rol de somente um condicionante’. Foi ele: ‘**as eleições para os governantes a nível federal, estadual e municipal**’. Esse condicionante ideológico externo a escola encontra sustentação em Ilha; Marques e Krug (2010) que afirmam que a educação está ligada a disputa pelo poder na sociedade, portanto na educação se manifestam interesses antagônicos e, nesse sentido, a classe dominante, orienta, direta ou

indiretamente, a implementação de seus projetos sócio-político-culturais, os valores do ensino escolarizado, das redes públicas e particulares. Acrescentam que a educação, enquanto apropriação do saber potencializa os grupos sociais que a ela tem acesso para se colocarem em posição menos desvantajosa diante dos grupos que lhe são antagônicos.

O fato a ser destacado foi de que ‘todos’ os professores estudados (1; 2; 3; 4 e 5) perceberam apenas um condicionante ideológico externo a escola que interferiu na prática pedagógica nas aulas de EF na EB. Dessa forma, podemos inferir que ‘todos os professores de EF iniciantes na EB estudados tiveram uma razoável percepção dos condicionantes ideológicos externos a escola, que, de alguma forma, interferiram na prática pedagógica nas aulas de EF da EB’.

Assim, estas foram as percepções dos professores de EF iniciantes na EB estudados a respeito dos condicionantes sociais externos a escola que atuaram sobre as suas práticas pedagógicas nas aulas de EF na EB.

Considerações finais

Após a descrição e breve análise das informações coletas através do instrumento de pesquisa, concluímos que ‘o nível de percepção dos professores de EF iniciantes na EB estudados a respeito dos condicionantes sociais externos à escola que atuaram sobre as práticas pedagógicas nas aulas de EF na EB foi surpreendentemente bom’. Chegamos a essa conclusão porque, a totalidade, ou seja, os cinco professores de EF iniciantes na EB estudados perceberam a grande maioria dos condicionantes sociais externos a escola que interferiram na prática docente. Explicitando melhor, o Professor 1 percebeu dez condicionantes, os Professores 3 e 4 perceberam nove, o Professor 5 percebeu oito e o Professor 2 percebeu sete condicionantes sociais externos a escola que interferiram na prática docente.

Também concluímos que ‘os condicionantes sociais externos à escola, nas percepções dos professores de EF iniciantes na EB estudados, foram em grande quantidade (onze no total), tendo como consequência a tendência de

potencialização de dificuldades, ou dito de outra forma, da precarização do trabalho docente, o que prejudica a qualidade do ensino da EF na escola'.

Assim, em decorrência desta conclusão, nos referimos a Gimeno Sacristán (1991, p. 71) que assinala que a prática tem que ver com os professores, mas não depende unicamente deles. É necessário entender as ligações entre os professores e a realidade social e estabelecer aquilo que o autor denomina de "princípio da relativa irresponsabilidade do professor", ou seja, "[...] uma certa independência e até incompatibilidade entre as suas ideias e a realidade possível", entre o que pensa, planeja, deseja e a realidade concreta, objetiva. Ressalta que apesar dos professores interferirem nos processos pedagógicos, não deixam de reproduzir e veicular os condicionantes sociais. Nesse sentido, para explicar melhor a prática dos professores, os condicionantes sociais devem ser analisados e entendidos como limitações ou marcos de atuação. Porém, o autor salienta que os condicionantes sociais não são imutáveis, assim como os professores não são passivos e inertes, eles também participam da mudança dos seguintes contextos: o valor social do professor; a função social do professor; a indefinição da profissionalidade e as regulamentações técnico-pedagógicas; etc.

De acordo com Ilha; Marques e Krug (2010), os professores precisam possuir a consciência de que a escola, palco de sua atuação docente, não é uma ilha na sociedade, isso porque ela faz parte da organização social e por isso mesmo não está totalmente livre de suas influências.

Neste sentido, citamos Freitas (1991) que destaca que precisamos saber que os condicionantes sociais trazem limitações ao trabalho pedagógico e entendermos essas limitações é imperioso para lutarmos contra elas. Desconsiderá-las, conduz à ingenuidade, ao romantismo e à alienação.

Assim, para Zabala (1998), é importante colocar que a educação está inserida num contexto social e, analisar a relação educação/sociedade é fundamental para entender a escola numa sociedade capitalista, pois o papel exercido por ela passa pela reprodução do modo de produção da sociedade.

Desta forma, a totalidade dos professores de EF iniciantes na EB estudados ao perceberem a grande maioria dos condicionantes sociais externos à escola

demonstra uma boa consciência das regras sociais impostas pela classe dominante que regulam as suas atuações e a que instituições e interesses servem.

Neste cenário, consideramos importante, os professores estudados possuírem uma boa compreensão dos condicionantes sociais externos à escola para assim poderem agir sobre os mesmos, buscando, verdadeiramente, a emancipação e a autonomia, sua e de seus alunos, pois, segundo Marques (1989), uma das condições fundamentais para se superar os fatores limitadores da ação docente é a tomada de consciência dos mesmos. Caldeira e Azzi (1997) afirmam que mesmo quando o contexto é visto como limitador da ação do professor, ele contém espaços que possibilitam e até mesmo favorecem a autonomia docente. Ressaltam essas autoras que a relação entre o contexto institucional e a prática didática deve ser considerada na perspectiva de transformação e superação dos aspectos limitadores, principalmente, por meio da ação coletiva dos professores.

Para finalizarmos citamos Krug (2011, p. 9) que considera

[...] a Educação Física como uma prática social que guarda em si uma particularidade própria, mas que se relaciona organicamente com a totalidade social na qual se insere, e com a prática educativa na sua dimensão individual e social, assim é preciso que cada professor tenha bem claro: qual é o projeto de sociedade e de homem que persegue? Quais são os interesses de classe que defende? Quais são os valores, a ética e a moral que elege para consolidar através de sua prática? Como é que articula suas aulas com este projeto maior de homem e sociedade?

Consideramos estas colocações pertinentes, pois, segundo Gimeno Sacristán (1991), não é possível uma ação pedagógica sem condução e explicações teóricas, sem pensamentos, sem ideias. Se não há essa direção, uma que possa servir como guia para essa ação, as respostas são dadas pela influência do ‘ambiente social’, e esse ambiente social não está construído em bases onde ‘a verdade’ possa ser vista. O autor ressalta que ainda é atual: a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante, daí vimos na prática que essa é a pura verdade!

Referências

- ABRAHÃO, M. H. M. B. Pesquisa (auto)biográfica – tempo, memória e narrativa. In: ABRAHÃO, M. H. M. B. (Org.). *A aventura biográfica: teoria e empiria*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- ARELARO, L. R. G. et al. Condições de trabalho docente: uma análise da carreira na rede municipal de ensino de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 95, n. 239, p. 197-217, jan./abr. 2014.
- BARBOSA, A. Implicações dos baixos salários para o trabalho dos professores brasileiros. *Revista Educação e Políticas em Debate*, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 384-408, jul./dez. 2012.
- BORBA NETO, M. E. *Motivos para a desvalorização do profissional de Educação Física no ambiente escolar*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Universidade Federal de Pernambuco, Vitória do Santo Antão, 2017.
- CALDEIRA, A. M. S.; AZZI, S. Didática e construção da práxis docente: dimensões explicativa e projetiva. In: ANDRÉ, M. E. D. A. de e outros. *Alternativas do ensino da Didática*. Campinas: Papirus, 1997.
- CALDURO, M. T. Pesquisa: a construção de um conhecimento. In: CAUDURO, M. T. (Org.). *Investigação em Educação Física e esportes: um novo olhar pela pesquisa qualitativa*. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004.
- CUNHA, M. I. da. *O bom professor e sua prática*. Campinas: Papirus, 1992.
- CURI, F. Professor sob pressão. *Revista Educação*, São Paulo, a. 10, n. 199, p. 30-36, mar. 2007.
- FLORES, P. P. et al. O percurso profissional de professores de Educação Física Escolar de Santa Maria, RS. *Revista Digital Lecturas: Educación Física y Deportes*, Buenos Aires, a. 15, n. 147, p. 1-28, ago. 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd147/o-percurso-profissional-de-professores-de-educaca...>. Acesso em: 29 mai. 2023.
- FREITAS, L. C. de. *Organização do trabalho pedagógico*. Campinas: Universidade de Campinas, 1991.

GIMENO SACRISTÁN, J. A consciência e a ação sobre à prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). *Profissão professor*. Porto: Porto Editora, 1991.

HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 2000.

ILHA, F. R. da S.; MARQUES, M. N.; KRUG, H. N. Os condicionantes sociais que atuam sobre o ecossistema escolar: um estudo de caso com professores de Educação Física. *Boletim Brasileiro de Educação Física*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 1-15, jan./fev., 2010. Disponível em <http://www.boletimef.org/biblioteca/2706/Condicionantes-sociais-que-atuam-sobre-o-e...>. Acesso em: 21 jan. 2010.

KRUG, H. N. *A construção do conhecimento prático do professor de Educação Física*: um estudo de caso etnográfico. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

KRUG, H. N. Os condicionantes sociais que atuaram sobre o ecossistema escolar na percepção dos acadêmicos da Licenciatura em Educação Física do CEF/UFSC em situação de Estágio Curricular Supervisionado. *Revista Digital Lecturas: Educación Física y Deportes*, Buenos Aires, a. 16, n. 159, p. 1-11, ago. 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd159/os-condicionantes-sociais-sobre-o-ecossistema-esco...>. Acesso em: 09 abr. 2023.

KRUG, H. N. A precarização do trabalho docente em Educação Física na Educação Básica. *Revista Gestão Universitária*, Belo Horizonte, p. 1-12, nov. 2017. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/a-precarizacao-do-trabalho-docente-em-educacao-fisica-na-educacao-basica>. Acesso em: 18 mai. 2023.

KRUG, H. N. A desvalorização profissional do professor de Educação Física da Educação Básica: causas e consequências. *Revista FACISA ON-LINE*, Barra do Garças, v. 11, n. 1, p. 49-65, jan./jul. 2022a.

KRUG, H. N. Os motivos do abandono da profissão professor de Educação Física. *Revista Querubim*, Niterói, n. 47, v. 08 esp. - EF, p. 39-50, jun. 2022b.

KRUG, H. N. As motivações da escolha e permanência na profissão professor de Educação Física na Educação Básica. *Revista Querubim*, Niterói, a. 18, n. 47, v. esp. - EF, p. 4-17, jun. 2022c.

KRUG, H. N. Os professores de Educação Física iniciantes na Educação Básica e suas crenças frente à profissão docente. *Revista Querubim*, Niterói, a. 19, n. 49, v. esp. - EF, p. 4-15, fev. 2023.

KRUG, H. N.; BASTOS, F. da P. de. A construção do conhecimento prático do professor de Educação Física: um estudo de caso etnográfico. *Revista Educação*, Santa Maria, v. 7, n. 02, p. 127-146, 2002.

KRUG, H. N.; KRUG, R. de R. Os percursos de transformações de professores de Educação Física Escolar: a fase de entrada na carreira. *Revista REDFOCO*, Paus de Ferro, v. 10, n.1, p. 48-71, 2023.

KRUG, H. N.; KRUG, R. de R.; TELLES, C. Encantos e desencantos na profissão de professores de Educação Física da Educação Básica. *Revista Textura - ULBRA*, Canoas, v. 20, n. 44, p. 289-306, set./dez. 2018.

KRUG, H. N. et al. A cultura da Educação Física Escolar. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 61-77, jan./jun. 2016.

KRUG, H. N. et al. Implicações dos baixos salários para o trabalho docente na percepção de professores de Educação Física da Educação Básica. *Revista Querubim*, Niterói, a. 14, n. 36, v. 03, p. 28-34, 2018.

KRUG, H. N. et al. Implicações das condições de trabalho na prática pedagógica de professores de Educação Física iniciantes na Educação Básica. *Revista Pensar Acadêmico*, Manhuaçu, v. 18, n. 3, p. 487-509, set./dez. 2020a.

KRUG, H. N. et al. A atratividade docente: um estudo de caso com professores de Educação Física iniciantes na Educação Básica. *Revista Querubim*, Niterói, a. 16, n. 41, v. 3, p. 82-90, 2020b.

KRUG, H. N. et al. Indicativos de (des)valorização da Educação Física na Educação Básica: a percepção de professores em diferentes fases da carreira. *Revista UNIFAMMA*, Maringá, v. 19, n. 1, p. 1-19, 2020c.

MARCELO GARCIA, C. *Formação de professores – para uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora, 1999.

MARQUES, M. O. Das práticas educativas à elaboração da teoria. *Revista Contexto e Educação*, Ijuí, a. 4, n. 14, 1989.

MOITA, M. da C. Percurso de formação e trans-formação. In: NÓVOA, A. (Org.). *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1995.

MOLINA NETO, V. Etnografia: uma opção metodológica para alguns problemas e investigação no âmbito da Educação Física. In: MOLINA NETO, V.; TRIVIÑOS, A. N. S. (Orgs.). *A pesquisa qualitativa em Educação Física: alternativas metodológicas*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2010.

NOGUEIRA, C. A. *Um estudo de caso acerca dos saberes e fazeres pedagógicos dos professores diante de situações geradoras de violência*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

OLIVEIRA, V. F. de. Narrativas e saberes docentes. In: OLIVEIRA, V. F. de (Org.). *Narrativas e saberes docentes*. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.

PRÍNCEPE, L.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. Fatores facilitadores e dificultadores do desenvolvimento de professores iniciantes: uma análise das condições de trabalho. *Revista Estudos Aplicados em Educação*, São Caetano do Sul, v. 3, n. 6, p. 1-15, jul./dez. 2018.

SAMPAIO, M. da M. F.; MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1203-1225, set./dez. 2004.

VALLE, I. R. *A era da profissionalização: formação e socialização do corpo docente de 1^a a 4^a série*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

ZABALA, A. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

WITTRICK, L. *La investigación de la enseñanza*. Buenos Aires: Paidos, 1989.

Educação em Saúde na escola: um olhar docente

*Nicanor da Silveira Dornelles¹
Karen Cavalcanti Tauceda²*

Resumo:

A Educação em Saúde é um tema amplamente discutido por diversas áreas, dentre elas o Ensino de Ciências, Biologia, Física, Química e Educação Física. Mesmo sendo desenvolvida na escola os pressupostos, objetivos, metodologias e práticas desta atividade permanecem fortemente ligados à área da saúde e não condizem com os objetivos escolares atuais. Nessa direção, a pesquisa buscou traçar as concepções sobre a Educação em Saúde na escola a partir do olhar docente. O estudo foi realizado através de um questionário semiestruturado com seis docentes de Ciências e Educação Física. Trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem Qualitativa. A pesquisa revelou que grande parte dos docentes possuem um significativo conhecimento em Educação em Saúde direcionada a promoção de saúde e bem-estar. A necessidade a partir dos dados levantados de se fazer processos formativos para se enriquecer a prática docente sobre Educação em Saúde para assim impactar a comunidade escolar.

Palavras-chaves: Ensino, saúde, docentes.

Health Education at school: a teaching perspective.

Abstract:

Health education is a topic that has been widely discussed in various fields, including science education, biology, physics, chemistry and physical education. Even though it is developed at school, the assumptions, objectives, methodologies and practices of this activity remain strongly linked to the health area and are not in line with current school objectives. With this in mind, the research sought to trace the conceptions of Health Education at school from the teachers' point of view. The study was carried out using a semi-structured questionnaire with six science and Physical Education teachers. This is an exploratory study with a quantitative and qualitative approach. The research revealed that most of the participants have significant knowledge of health education aimed at promoting health and well-being. Based on the data collected,

¹ Doutorando em Educação em Ciências (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). profedfnica@gmail.com

² Professora Doutora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ktauceda@gmail.com

there is a need for training processes to enrich teaching practice in health education in order to have an impact on the school community.

Keywords: Teaching, health, teachers.

Introdução

A Educação em Saúde (ES) é um tema amplamente discutido por diversas áreas, dentre elas o Ensino de Ciências (EC), Biologia, Física, Química e Educação Física. Mesmo sendo desenvolvida na escola, os pressupostos, objetivos, metodologias e práticas desta atividade permanecem fortemente ligados à área da saúde e não condizem com os objetivos escolares atuais. Compreendemos nesse estudo a ES, no ambiente escolar, como “atividades realizadas como parte do currículo escolar, que tenham uma intenção pedagógica definida, relacionada ao ensino aprendizagem de algum assunto ou tema relacionado com a saúde individual ou coletiva” (Mohr, 2002).

No entanto, de acordo com Mohr (2022), apesar de sua estreita relação com a educação, com o EC e sua importância no espaço educacional, a ES na escola não é desenvolvida com uma genuína perspectiva pedagógica. A razão de tal afirmação está no fato de que as atividades de ES na escola (sejam elas desenvolvidas por professores ou por outros especialistas de educação e/ou saúde), via de regra, vêm dando ênfase a uma apresentação simplista de conteúdos, pressupondo que o processo educacional se resume à veiculação de informações, desconsiderando totalmente os fatores cognitivos envolvidos nos comportamentos relativos à saúde (Mohr, 1999 e 2002).

Referencial Teórico

Ao se falar em educação em saúde, a escola é um local de aquisição desses conhecimentos, considerando que a posse deles deve levar os estudantes a autonomia, a conquistar a liberdade nas escolhas que norteiam sua vida e a buscar superações numa perspectiva de educação permanente.

A ES na escola significa a formação de atitudes e valores no desenvolvimento integral do escolar, revertendo em benefício de sua saúde e da saúde dos outros. Não se limita em fornecer informações; preocupa-se em motivar a criança para aprender, analisar, avaliar as fontes de informações e torná-la capaz de escolher inteligentemente seu comportamento (Brasil, 2009; Silva-Sobrinho *et al.*, 2017).

“O campo da educação constitui uma das arenas centrais em que se travam as lutas pela significação, onde se moldam os sujeitos conforme os desígnios de campo-espacço. E esse não é um fenômeno novo. Relatos apontam que há milênios a formação de sujeitos aptos a cidadania tem estado atrelada a

processos civilizatórios assentados sobre tecnologias de governo das condutas. Embora reconfiguradas e refinadas, elas persistem em seu intento de colocar, encaixar e manter os sujeitos dentro da norma.” (COSTA, 2006, p. 14)

Isso contribuiu para que os professores fossem interpelados por uma série de discursos – pedagógico, político, social, etc... – que dizem como esses devem ser e como devem agir no seu contexto de trabalho.

A pesquisa de Marinho & Silva (2015), sobre a ES nas práticas escolares considera de extrema importância para grande parte dos professores, mas destaca que sua operacionalização dentro da escola ainda é malcompreendida e desenvolvida muitas vezes sem planejamento adequado. No entanto Mohr, (2002), em seu estudo com professores de Ciências dos anos finais do Ensino Fundamental, diagnosticou que se comprehende a ES como uma forma de “tirar” o aluno de uma situação considerada inadequada, ocasionada pela falta de informação e comportamentos incorretos. Para isso, os professores devem procuram fazer com que o aluno adquira comportamentos e atitudes consideradas por eles como “corretas” ou “adequadas”.

Há quem credite o fracasso escolar apenas à falta de disposição do aluno em aprender, esquecendo que o professor é o profissional qualificado para criar os momentos com potencial de possibilitar a construção do conhecimento. O docente precisa garantir a máxima circulação de informação possível. Além disso, o assunto trabalhado deve manter suas características socioculturais reais, sem se transformar em um objeto escolar vazio de significado social. O fracasso escolar tem causas variadas, por essa razão o contexto deve também ser considerado.

“Informação e conhecimento são conceitos distintos e complementares. Enquanto a informação pode ser considerada a matéria-prima para o conhecimento (BROOKES, 1980), o conhecimento refere-se aos processos cognitivos dos indivíduos, podendo ser definido como um corpo sistemático de informações adquiridas e organizadas, que permitem ao indivíduo compreender algo (TARGINO, 2000). Nesta perspectiva, a informação é elemento essencial para a compreensão e a criação de novos conhecimentos.” (ROBAINA, et al., 2021, p. 11)

O importante na escola, atualmente, é saber o que fazer com tantas informações e como estabelecer relações a sua aplicabilidade, para deixar de ser apenas informações e passem a ser um novo conhecimento. Os modelos de ensino tradicionais levam os alunos a uma postura quase sempre passiva, sem a oportunidade de demonstrar suas opiniões, interesses e de repassar seus saberes também para o docente, através de uma comunicação mútua (FREITAS et al., 2015).

Para Marinho e Silva (2015), uma face do trabalho da ES consiste no enfoque apenas dos conteúdos de caráter conceitual, os quais, na maioria das vezes, ocupam-se em fazer com que o aluno memorize determinados conceitos e definições, os conteúdos conceituais são importantes de serem trabalhados, mas não são os únicos. Em seu livro Zabala (1998), nos mostra que a diferenciação dos conteúdos de aprendizagem, segundo uma determinada tipologia, possibilita-nos identificar com mais precisão as intenções educativas do docente, evidenciando que a terminologia “conteúdos” é quase que exclusivamente empregada para se referir aos conhecimentos das matérias ou disciplinas; portanto para desenvolver atividades de ES não pode o professor entender o significado dos conteúdos dessa maneira, já que a ES deve ser formadora.

Para que a ES se desenvolva com esse caráter formador, a noção de conteúdos necessita superar aquela restrita aos conhecimentos das disciplinas e ser ampliada para um entendimento de que os “conteúdos” se configuram como tudo o que se tem que aprender para alcançar determinados objetivos. Assim como Zabala (1998), entende-se que conteúdos de aprendizagem são “todos aqueles que possibilitem o desenvolvimento das capacidades motoras, afetivas, de relação interpessoal e de inserção social” (Zabala, 1998, p. 30).

Portanto o ensino de conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais implica aprendizagens diferenciadas. Zabala (1998), considera que o aluno aprenderá o conceito quando for capaz de utilizá-lo para interpretar, compreender, expor um fenômeno ou uma situação. Em relação aos conteúdos procedimentais, Zabala (1999, p. 10) define como “aqueles conteúdos de aprendizagem que se enquadram na definição de ser um conjunto de ações ordenadas e dirigidas para um fim”. É importante mencionar que procedimentos diferem de hábitos, pois estes não possuem um fim dirigido.

Para se trabalhar com os conteúdos procedimentais é necessário que as atividades partam de situações significativas e funcionais para que o conteúdo possa ser utilizado em contextos e, assim, aprendido pelos educandos. Para Zabala (1998), a aprendizagem de conteúdos procedimentais ocorre mediante: a realização das ações que compõem o procedimento; a exercitação múltipla para o domínio competente; a reflexão sobre a própria atividade, a qual permitirá que o sujeito tome consciência de sua atuação; e a aplicação do procedimento em contextos diferenciados. No que diz respeito aos conteúdos atitudinais, sua aprendizagem relaciona-se com um conhecimento que implica a análise dos fatores positivos e negativos, uma tomada de posição, um envolvimento afetivo e uma avaliação da própria atuação (Zabala, 1998). Com esse entendimento ao desenvolver atividades com os conteúdos atitudinais, estas poderão fazer com que o aluno pense sobre sua postura perante o mundo, reveja seus valores e sua própria ação na sociedade.

Transpondo para o campo da ES, será por meio dos conteúdos atitudinais que o aluno poderá decidir quando e como deve realizar suas ações de gerenciamento da saúde. Acredita-se que cabe diferenciar “hábito” de “atitude”, já que as duas denominações podem ser confundidas, e desenvolver um hábito relaciona-se a uma obrigação de agir de determinada forma. Na contramão, o desenvolvimento de uma atitude relaciona-se a uma possibilidade de escolha, ou seja, dentre várias formas de atuar, pode-se optar pela que se julga mais adequada (Zabala, 1998).

A importância do mecanismo da tomada de consciência das ações consiste no fato de possibilitar as escolhas dos indivíduos. Desse modo, “tomar consciência” é um requisito fundamental para poder existir uma ES formadora, a qual busca justamente fornecer subsídios aos sujeitos para que possam proceder, em relação à sua saúde, da maneira e no momento em que julgarem mais adequados (Mohr, 2002). Para permitir que o sujeito gerencie sua própria saúde com autonomia, é necessário um trabalho sistematizado por parte do professor, no qual se apresentem desafios aos estudantes, e que proporcione mecanismos para a superação desses desafios, colocando os sujeitos em ação (Marinho e Silva, 2015).

Mohr (2002) mostra que a ES com um enfoque busca convencer os alunos a

“assumir certas atitudes e comportamentos considerados saudáveis, enquanto que são alertados para evitar outros, tido como danosos a sua saúde. Tal enfoque é nefasto e se afasta de objetivos genuinamente educacionais, uma vez que não permite ou não dá ênfase à formação como forma de capacitação intelectual para decisões e gerenciamento autônomo de ideias e comportamentos.” (Mohr, 2002, p. 203)

É necessário, portanto, um outro olhar do educador sobre o processo de aprendizagem, ele não é mais o detentor do saber, não transmite conhecimento e muito menos é o centro do processo. A passividade do aluno no desenvolvimento escolar passa a ter cada vez menos resultados concretos na sociedade moderna, que necessita de um indivíduo participativo, proativo e consciente de seu protagonismo no processo de aprendizagem.

Portanto, o que se pretende neste artigo é analisar através de um olhar docente as contribuições da proposta teórica e metodológica da ES na escola, em sua prática docente em Ciências e Educação Física, e refletir sobre o ensino na perspectiva de uma educação crítica, uma vez que irá propiciar a construção de uma prática docente reflexiva e mais interdisciplinar e contextualizada.

Metodologia

Se caracteriza como uma pesquisa de campo exploratória com delineamento transversal, com enfoque qualitativo. Para Robaina *et al.* (2021), a pesquisa qualitativa é voltada para análise de dados que não podem ser expressos em números ou não podem se limitar a uma análise numérica em virtude do tipo de grandezas que apresentam. A pesquisa, de abordagem qualitativa trata aspectos envolvendo a subjetividade das pessoas e as especificidades dos seus grupos sociais e profissionais, portanto “trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 2002).

O estudo foi realizado através de um questionário semi-estruturado com seis docentes, buscando analisar o entendimento de ES no ambiente escolar e suas possíveis contribuições na escola na prática docente de professores de Ciências e Educação Física nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio de duas escolas da rede de ensino público estadual do município de Júlio de Castilhos, RS, Brasil, no ano letivo de 2024.

Para a produção dos dados de análise foram oportunizados:

a) Um questionário semiestruturado, uma das questões relacionada a ES: **Conhecimento** (O que você entende por Educação em Saúde e como você classifica a atuação dos professores em relação a Educação em Saúde na escola?).

As respostas do questionário semiestruturado a nível qualitativo foram analisadas usando-se a Análise de Conteúdo de Bardin (2011), e nas respostas quantitativas foi usada uma análise descritiva dos dados empregando-se tabelas de frequência absoluta e relativa percentual.

De acordo com a Resolução nº 466 / 2012 (Brasil Resolução MS/CNS/CNEP nº 466/2012), este estudo respeitou os princípios éticos para pesquisas envolvendo Seres Humanos. A participação dos mesmos foi voluntária, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, conforme CAAE 60226122.6.0000.5347. A identidade dos docentes foi preservada e a identificação dos mesmos realizada por meio de caracteres tipo letra-número: P1, P2, P3, [...], P6.

Resultados e Discussões

Para se identificar o contexto em que se situa esse estudo, torna-se essencial caracterizar o perfil dos professores, suas formações e práticas, as quais podem influenciar diretamente suas ações pedagógicas em sala de aula, assim, tendo em vista a importância em ressaltar a formação das seis

professoras envolvidas nesse estudo, verificou-se que quatro apresentam qualificação em pós-graduação, destas duas com especialização e duas com mestrado, sendo que duas docentes possuíam somente a formação acadêmica em nível de graduação (licenciatura plena), sendo essa a formação mínima exigida para o exercício do magistério, conforme o artigo 62 da LDB: “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.” (Brasil, 1996)

Os resultados apontam que o tempo de atuação docente variou entre um ano à vinte e cinco anos, quando questionadas se as docentes atuavam em mais de uma escola, cinco responderam que sim, enquanto apenas uma referiu atuar somente em uma instituição de ensino. Das docentes investigadas, quatro são professoras nomeadas e duas contratadas. Com isso, busca-se compreender como os professores constroem seus esquemas de referência relacionadas ao fenômeno, em um exame dos processos organizacionais e dos fatores que interferem em determinado processo (Minayo, 2014), ampliando referências teóricas para a área de ensino e melhoria na qualidade de vida dos docentes.

O conhecimento e importância da ES na escola foi investigada a partir da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), onde o questionamento inicial partiu de conhecimento sobre ES; “O que você entende por Educação em Saúde e como você classifica a atuação dos professores em relação a Educação em Saúde na escola?” Os fragmentos das respostas e as categorias que emergiram das respostas das docentes se encontram localizados no quadro 1.

Quadro 1: Conhecimento dos docentes em Educação em Saúde

Categoria	Fragmentos de resposta
Promoção de saúde e bem-estar 50 %	P 1 “... cuidado com o bem-estar de cada indivíduo. Dá orientações e apresenta os perigos de uma vida sedentária.” P 2 “... é a promoção de práticas saudáveis visando o bem estar...” P 6 “Podemos ensinar e ajudar os alunos a terem uma vida mais saudável.”
Conceitos de saúde 33,3 %	P 5 “... seria o ensino e aprendizagem sobre saúde. Não vejo muitos professores trabalhando com essa temática”. P 3 “... está diretamente ligada a saúde, seja ela física, emocional ou social. Estamos trabalhando com esses três itens, pois somos educadores.”

Cuidados preventivos 16,6%	P 4 "... Ações de prevenção a doenças e acidentes, que demonstrem a importância de ter bons hábitos e comportamentos saudáveis."
-------------------------------	--

Fonte: Elaborado pelos autores, com base das respostas dos docentes.

Diante dos fragmentos apresentados, metade deles (50%), relatos esses das professoras P1, P2 e P3 observa-se que as categorias emergentes apontam para um significativo conhecimento das docentes em ES direcionada a promoção de saúde e ao bem-estar. A questão saúde e educação caminham em direção a um bem-estar físico, mental, e social do indivíduo, um estado positivo de saúde.

Sendo que a Promoção da Saúde vem sendo discutida ao longo do tempo, com o intuito de compreender maneiras de as pessoas viverem em melhores condições de vida (Antonini *et al.*, 2022). Portanto Promoção de saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle desse processo (Castanha *et al.*, 2017).

O campo da educação é bastante vasto e propício para se desenvolver ações de promoção e educação em saúde, as escolas são espaços socialmente reconhecidos para o desenvolvimento de atos pedagógicos, podendo contribuir na construção de valores pessoais e nos significados atribuídos a objetos e situações, dentre eles a saúde. A escola saudável pode tornar-se um ambiente solidário e propício ao aprendizado, engajando-se no desenvolvimento de políticas públicas saudáveis e na inclusão da população em projetos de promoção da saúde (Aerts *et al.*, 2004; Antonini *et al.*, 2022; Wilberstaedt *et al.*, 2016).

Em seu artigo Castanha *et al.* (2017), utilizou um questionário aberto com professores de uma escola pública paulista tendo como resultados expressivos a saúde fortemente relacionada à atividade física, alimentação e ao bem-estar, sendo que os professores pouco relacionaram saúde às suas disciplinas, e quando relacionavam era de modo informal e sem planejamento; resposta que foi reportada pela professora P 5. O trabalho mostrou que a concepção e aplicação da promoção da saúde na escola se mostrou precária, destacando a importância de se discutir caminhos para o melhor desenvolvimento dessa tarefa.

Cuidados preventivos na escola foram citadas pela professora P 4, com ações de prevenção de acidentes, aos quais Melo *et al.* (2023), destacam que na escola os acidentes normalmente são testemunhados pelo professor, que é a figura responsável pelas crianças e adolescentes, sendo necessário aos professores capacitação, ampliando assim conhecimentos e abrindo-se um campo para reflexão sobre a segurança do ambiente escolar.

No Brasil a "Lei Lucas", nº 13.722, de outubro de 2018, torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros aos professores e colaboradores de ambientes de ensino público ou privado e de recreação.

Reconhece-se assim a importância da educação em saúde, temática essa para garantir segurança à criança e o respaldo ao profissional da educação (Cruz et al., 2021; Melo et al., 2023).

Já a revisão de Cruz et al. (2021), destaca que os empregados das escolas, professores e estudantes não estão preparados para prestar primeiros socorros, e que o ensino de primeiros socorros melhora significativamente os conhecimentos e competências das pessoas neste contexto, justifica-se assim a necessidade de promover a educação para a saúde nas escolas em primeiros socorros. No ambiente escolar, os acidentes são frequentes e constituem preocupação constante (Cruz et al., 2021; Melo et al., 2023).

Considerações Finais

Os aspectos investigados neste estudo demonstram que as docentes tem o conhecimento da temática Educação em Saúde nas suas diferentes categorias, e classificam a necessidade de mais atuação nessa área no ambiente escolar. Também destacam saber da necessidade de um aprendizado e de reflexões para poderem ensinar os alunos a terem uma vida mais saudável.

A necessidade existe a partir desses dados de se fazer processos formativos (que foram naturalmente citados pelas professoras) para se enriquecer a prática docente em Educação em Saúde. Ao buscar se executar essa opção se busca contribuir com a enriquecimento das práticas pedagógicas e com o aprendizado dos alunos, para se tornarem protagonistas de suas realidades.

No entanto, há ainda um caminho a ser percorrido na esfera do aprofundamento didático para que tais propostas sejam realizadas no ambiente escolar proporcionando que a Educação em Saúde esteja presente na sala de aula em condições normais de prática educacional.

Referências

- AERTS, Denise; ALVES Gehysa Guimarães; LA SALVIA, Maria Walderez; ABEGG, Claídes. Promoção de saúde: a convergência entre as propostas da vigilância da saúde e da escola cidadã. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p.1020-1028. 2004.
- ANTONINI, Fabiano Oliveira; HEIDEMANN Ivonete Terezinha Schulter Buss; SOUZA, Jeane Barros de Barros de; DURAND, Michelle Kuntz; BELAUNDE, Aline Megumi Arakawa; DAZA, Paola Margarita Onate. Práticas de promoção da saúde no trabalho do professor. *Acta Paul Enferm*. 2022.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70. 2011.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Saúde na escola*. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_24.pdf> Acesso em: 01 novembro de 2024.

CASTANHA, Vanessa; SILVA, Leni Ane Muniz da.; MAIA, Lays dos Santos; ANDRADE, Luciane Sá de; SILVA, Marta Angelica Iossi; GONÇALVES, Marlene Fagundes Carvalho. Concepções de saúde e educação em saúde: um estudo com professores do ensino fundamental. *Rev. Enferm. UERJ*, 2017.

COSTA, Marisa Vorraber. *O magistério na Política Cultural*. Canoas: Editora ULBRA, 2006.

CRESWELL, John Ward. *Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ. Karine Bianco; MARTINS, Tatiana Carvalho Reis; CUNHA, Pedro Borges da Henrique; GODAS, André de Lima Gustavo; CESÁRIO, Eduarda Siqueira; LUCHES, Bruna Moretti. Intervenções de educação em saúde de primeiros socorros, no ambiente escolar: uma revisão integrativa. *Revista Enfermería Actual en Costa Rica*, n. 40, 2021.

FREITAS, Cilene Maria; FREITAS, Cibelly Aliny Siqueira Lima; PARENTE, José Reginaldo Feijão; VASCONCELOS, Maristela Inês Osawa; LIMA, Gleiciane Kelen; MESQUITA, Karina Oliveira de; MARTINS, Svetlana Coelho; MENDES, Janice D'avila Rodrigues. Uso de metodologias ativas de aprendizagem para a educação na saúde: análise da produção científica. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 117-130, 2015.

MELO, Catiane Pereira de; ARAÚJOS, José César; GOMES, Roberta Garcia; FAVA, Silvana Maria Coelho Leite; LIMA, Rogério Silva. Curso Teórico Online de Primeiros Socorros na escola: Percepção dos Professores da Educação Básica. *Revista Enfermería Actual en Costa Rica*, n. 45, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. *Teoria, método e criatividade*. 21^a ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOHR, Adriana. *A natureza da Educação em Saúde no ensino fundamental e os professores de ciências*. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. 2002.

MOHR, Adriana. Contribuições da Didática das Ciências para a Educação em Saúde. In: II ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS (ENPEC), 1999. Valinho, SP. *Anais*, 1999.

ROBAINA, José Vicente Lima; FENNER, Roniere dos Santos; MARTINS, Leo Anderson Meira; BARBOSA, Renan de Almeida; SOARES, Jeferson Rosa. *Fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa em educação em ciências*. Vol. 1, Curitiba, PR: Bagai, 2021.

SILVA-SOBRINHO, Reinaldo Antonio; PEREIRA, Bianca Silva Alcântara; TREVISAN, Carina Loureiro; MARTINS, Fábio Júnior; ALMEIDA, Maria de Lourdes de; MANSOUR, Noura Reda; CABRAL, Priscila Paiva; BEZERRA, Regiane Campos; GRIGNET, Rodrigo Juliano. Percepção dos profissionais da educação e saúde sobre o programa saúde na escola. *Revista Pesquisa Qualitativa*. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 93-108, abr. 2017.

ZABALA, Antoni. *A Prática Educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZABALA, A. *Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

WILBERSTAEDT, Ioná Outo de Souza; VIEIRA, Marcia Gilmara Marian; SILVA, Yolanda Flores e. Saúde e Qualidade de Vida: discursos de docentes no cotidiano de uma escola pública de Santa Catarina. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 219-238. 2016.

PSICOLOGIAS INDÍGENAS E BEM VIVER: RELAÇÕES DE CUIDADO NO ENFRENTAMENTO À COVID-19

Tauana Cristina Santana¹
 Rafael Ademir Oliveira de Andrade²
 Estevão Rafael Fernandes³

RESUMO: A Pandemia da COVID-19 vitimou milhares de vidas no Brasil e rompeu com a cotidianidade das relações, uma vez que as formas de comunhão e vivência se transformaram. Protocolos sanitários foram implantados e os vínculos sociais tiveram que se adaptar. Isso também aconteceu dentro dos relacionamentos existentes nas aldeias e contextos não urbanos. A crise sanitária afetou os vínculos humanos e a pesquisa em Psicologia sobre esse fenômeno pode auxiliar no entendimento dos efeitos da pandemia no comportamento humano, nos costumes, crenças, tradições sociais. Este estudo, portanto, tem por objetivo analisar quatro artigos com maior relevância e que tratam sobre a saúde mental dos povos indígenas e a pandemia da COVID-19. Esta pesquisa é de abordagem qualitativa com revisão bibliográfica. Os quatro artigos mostram formas de resistência dos povos indígenas à COVID-19. Historicamente, as populações indígenas são negligenciadas pelas teorias psicológicas que ainda não dão conta da complexidade das questões dos povos originários. Pesquisar uma temática com pouca literatura é pisar em um terreno desconhecido com suas adversidades e surpresas. São muitas as populações indígenas e cada uma tem sua própria etnia, cultura e língua. Assim, não se deve generalizar os impactos da pandemia e tampouco as contribuições da Psicologia para os muitos povos indígenas. O fazer psicológico deve estar comprometido com a população e considerar cada aspecto do Bem Viver indígena de cada população, para que não corra o risco de ser uma ciência generalista e com tão pouca efetividade para o bem-estar indígena.

Palavras - chave: Desastres Ambientais; Necropolítica; Psicologia Indígena; Saúde Mental.

ABSTRACT: The COVID-19 pandemic has claimed thousands of lives in Brazil and disrupted everyday relationships, as forms of communion and living have changed. Health protocols have been implemented and social bonds have had to adapt. This

¹ Graduada em Psicologia. Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

² Cientista Social, Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

³ Cientista Social, Doutor em Ciências Sociais. Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Justiça da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

has also happened within relationships in villages and non-urban contexts. The health crisis has affected human bonds, and psychology research on this phenomenon can help understand the effects of the pandemic on human behavior, customs, beliefs, and social traditions. This study, therefore, aims to analyze four highly relevant articles that address the mental health of indigenous peoples and the COVID-19 pandemic. This research uses a qualitative approach with a literature review. The articles show ways in which indigenous peoples have resisted COVID-19. Historically, indigenous populations have been neglected by psychological theories that still do not account for the complexity of the issues faced by native peoples. Researching a topic with little literature is like treading on unknown ground, with its adversities and surprises. There are many indigenous populations, each with its own ethnicity, culture, and language. Therefore, the impacts of the pandemic and the contributions of psychology to many indigenous peoples should not be generalized. Psychological work must be committed to the population and consider each aspect of indigenous well-being in each population, so that it does not run the risk of becoming a generalist science with little effectiveness for indigenous well-being.

Keywords: Environmental Disasters; Necropolitics; Indigenous Psychology; Mental Health.

INTRODUÇÃO

A Pandemia da COVID-19⁴ vitimou milhares de vidas no Brasil e rompeu com a cotidianidade das relações, uma vez que as formas de comunhão e vivência se transformaram. Protocolos sanitários foram implantados e os vínculos sociais tiveram que se adaptar. Isso também aconteceu dentro dos relacionamentos existentes nas aldeias e contextos não urbanos. A crise sanitária afetou os vínculos humanos e a pesquisa em Psicologia sobre esse fenômeno pode auxiliar no entendimento dos efeitos da pandemia no comportamento humano, nos costumes, crenças, tradições sociais.

A Psicologia, em sua condição de ciência e profissão, tem, em seu Código de Ética, como princípio fundamental, a responsabilidade de olhar crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e todos os aspectos que envolvem o viver dos diferentes povos. Nesta perspectiva, segundo o artigo II do mencionado Código, o profissional “(...) psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p. 07).

De acordo com Martín-Baró (1996, p. 07), o profissional da Psicologia deve considerar a realidade em que está inserido, assim, a práxis “(...) profissional do psicólogo deve ser definida em função das circunstâncias concretas da população a que deve atender” (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 07). Sendo assim, na tentativa de contribuir cada vez mais para o aprimoramento da atuação da Psicologia com as comunidades indígenas, historicamente vulnerabilizadas e invisibilizadas, propõe-se o estudo do Bem Viver como ferramenta para a construção de práticas mais respeitosas e que considerem a relação do ser humano com a natureza e com os outros. Ora, ao estudar a temática indígena não é possível generalizar as questões subjetivas, face à multiplicidade das culturas e povos indígenas; e por isso, a

⁴ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021)

necessidade de pesquisas que abarque as diversas etnias e culturas originárias (re)existentes no interior do Brasil.

É importante lembrar que os povos indígenas no Brasil sofreram, ao longo de sua história, inúmeras injustiças e violências institucionalizadas. Seja pela negação de sua humanidade e cultura ou pela limitação do exercício de seus direitos, os povos indígenas ainda sofrem ocultamentos e invisibilização de vários aspectos de sua existência (DANTAS, 2014).

Ao realizar estudos sobre a saúde dos povos tradicionais, pode-se questionar a verticalização das ações em saúde, na medida em que os conhecimentos sobre bem-estar e adoecimentos são pensados fora da aldeia por não indígenas, o que pode comprometer a atuação dos profissionais da saúde dentro das comunidades. Ao inverter a lógica da construção de um conhecimento e de uma ciência verticalizada, podemos entender a real demanda indígena.

Se por um lado, a presença da Psicologia se faz importante nas comunidades, por outro tem-se uma falta desses profissionais na rede de assistência à saúde dos povos indígenas. Vianna, Cedaro e Ott (2012) ressaltam a contradição entre o número expressivo de indígenas no norte do Brasil contra o quantitativo reduzido de profissionais psicólogos atuantes na região Amazônica.

A nova política de saúde indígena não inclui de maneira efetiva os profissionais da psicologia, o que reforça a ausência de trabalhos empíricos e cronifica a ignorância a respeito da temática. A falta de subsídios para atuações assertivas de prevenção e promoção compromete de modo significativo o bem-estar dessas populações. Esse quadro se acentua, quando se trata de índios amazônicos, incluindo-se comunidades localizadas no Estado de Rondônia. Na Amazônia, paradoxalmente, vive o maior número de povos indígenas e o menor número de psicólogos. Com isso, qualquer profissional da psicologia que pretenda atuar em comunidades indígenas defronta-se com uma lacuna inquietante. (VIANNA, CEDARO, OTT, 2012, p. 24)

Necessário também trazer ao debate a Organização Mundial de Saúde (OMS), quando, ao definir saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”, esclarece a necessidade da harmonia entre questões de cunho social, político e econômico para a manutenção

da saúde física e psicológica (BRASIL, 2023). Ou seja, para a promoção, prevenção e recuperação da saúde é importante considerar todos os aspectos da vida do indivíduo.

A saúde psicológica, por sua vez, é relevante para o bem-estar individual, tal como o bem-estar social. Às comunidades indígenas, a saúde mental é entendida e nomeada de acordo com a cultura e visão de mundo de cada povo. Os povos originários percebem a saúde mental da sua própria maneira. Algumas comunidades indígenas utilizam o termo Bem Viver para nomear o bem-estar físico e mental.

O Conselho Regional de Psicologia (2016, p. 242) considera o bem viver como conceito fundamental para uma vida comunitária mais harmônica: “(...) centralidade do bem viver indígena pressupõe, no cotidiano, uma vida comunitária em harmonia com a natureza, simplicidade, reciprocidade, valorização da sabedoria dos anciãos, a experiência cotidiana do sagrado e a celebração da vida”. O bem-estar vinculado à harmonia social e ambiental pode gerar ferramentas de manejo terapêutico, a fim de que este possibilite a atuação profissional cada vez mais contextualizada e que só será possível a partir de estudos sobre essa dinâmica.

De forma semelhante, o que pode ser percebido ao estudar saúde mental dos povos originários é que este conceito prescinde da interlocução com conceitos indígenas correlatos, dentre eles, o Bem Viver. Sendo assim, para a Secretaria de Saúde Indígena (2019, p. 10), a saúde mental compreendida como Bem Viver indígena deve ir além dos processos de adoecimento: “(...) comprehende-se que a saúde mental e psicossocial ou bem viver se referem a algo mais do que simplesmente a ausência de sofrimento ou doença, mas sim ao bem-estar ou bem viver individual, familiar e social-comunitário”.

Esta pesquisa terá como referência a Psicologia Social e Comunitária, visto as aproximações existentes entre os conceitos de comunidade e sociedade desta área de conhecimento com a vida cotidiana dos povos indígenas. É importante salientar que a construção da subjetividade das comunidades indígenas se vincula a vida social e comunitária.

A Psicologia Social foi pensada por alguns autores, dentre eles, Kurt Lewin (1890-1947). Essa abordagem psicológica comprehende a identidade como construção social por meio de processos sociais que lhe conferem sentido (BARROS; LAURENTI, 2000). Isso significa que a Psicologia Social também se preocupa em pesquisar e realizar intervenções em contextos de multiculturalidade e não urbanos, como é o caso das comunidades indígenas, o que a configura como uma vertente de pesquisa ideal para os objetivos do estudo.

A visão da Psicologia Social, embora não única, é primordial para embasar o estudo sobre sociedades que vivem e partilham da vida comunitária. Correia e Viana (2023, p. 2) entendem os processos identitários em sua condição de sentimento de pertença a determinado grupo e que fortalecem o bem-estar individual e social, ou seja:

(...) a identidade tem sido estudada sob diferentes perspectivas, variando de um enfoque psicológico, que pressupõe o indivíduo compreendido a partir de sua participação em grupos sociais, a análises sociológicas, cuja ênfase se dá nas relações intergrupais. Mais que isoladas, a articulação dessas perspectivas tem contribuído de forma significativa para compreensão da identidade. (CORREIA; VIANA, 2023, p. 2)

Outro campo de análise seria o estudo das políticas, diretrizes e normativas que compõem e norteiam os profissionais da saúde dentro do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS). É necessário pensar a dinâmica da rede de saúde específica dos povos originários aldeados e qual a eficácia desses programas para a saúde dentro das comunidades. Por exemplo, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 2.759/07, que trata sobre a saúde mental indígena no Brasil, estabelece diretrizes gerais para Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas, incluindo o respeito às tradições e processos de cura da comunidade enquanto ferramenta para a promoção do bem-estar comunitário. Considerar os saberes existentes dentro das aldeias é uma boa estratégia de fortalecimento das ações em saúde, contudo, será que isso é colocado em prática nas relações entre profissionais da saúde e os povos indígenas e até que ponto essas tradições são de fato consideradas e respeitadas?

Para entender como a Psicologia pode contribuir com a saúde mental dos povos indígenas, tem-se que pensar em que medida a COVID-19 afetou a saúde mental, afetiva, emocional das comunidades indígenas, e para tanto é necessária a vivência dentro das comunidades. É fundamental desnaturalizar os conhecimentos tradicionais da Psicologia e pensar a saúde mental no contexto histórico em que o sujeito está inserido, elaborando e efetivando sua existência em meio a relações sociais (CFP, 2022).

Assim, entender como as comunidades indígenas enfrentam um momento tão difícil de crise sanitária e quais foram as estratégias de enfrentamento pode contribuir com uma Psicologia inclusiva e criticamente envolvida com o universo indígena. Este estudo, portanto, tem por objetivo analisar quatro artigos com maior relevância e que tratam sobre a saúde mental dos povos indígenas e a pandemia da COVID-19. Visa então, conhecer o bem viver na integralidade da vida diária dos povos indígenas e verificar a possibilidade de construção de ferramentas a partir deste conceito para o manejo em Psicologia dentro e fora da comunidade. Trazer cada vez mais os conhecimentos tradicionais das populações indígenas para os meios de transmissão da ciência psicológica.

REFERENCIAL TEÓRICO

HISTÓRIA DA SAÚDE INDÍGENA

Os povos indígenas contam com o Subsistema de Atenção aos Povos Indígenas (SasiSUS) Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, criado pela Lei no 9.836/99, e a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, criada pela Lei no 3.156/99 e que compõem a Sistema Único de Saúde (SUS). O SasiSUS tem por objetivo garantir o acesso dos povos indígenas à saúde de modo integral e em conformidade com suas tradições.

Dever-se-á obrigatoriedade levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico,

nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional. (BRASIL, 1990)

Contudo, a preservação das tradições dos povos originários nem sempre foi uma preocupação para o Governo brasileiro. Aos povos indígenas eram destinadas políticas integracionistas, que objetivavam a assimilação forçada e sem considerar as particularidades das culturas destas comunidades ao restante do país. O Serviço de Proteção Indígena (SPI) por sua vez, foi uma tentativa de assegurar determinados direitos dos povos indígenas, contudo também tinha por missão a integração dos povos indígenas.

Visava tanto a proteção e integração dos índios, quanto a fundação de colônias agrícolas que se utilizariam da mão-de-obra encontrada pelas expedições oficiais (Decreto nº. 8.072, de 20 de junho de 1910). Na base da unificação destas funções estava a ideia de que o 'Índio' era um ser em estado transitório. Seu destino seria tornar-se trabalhador rural ou proletário urbano. Em 1918 o SPI foi separado da Localização de Trabalhadores Nacionais (Decreto-Lei nº. 3.454, de 6 de janeiro de 1918). Entretanto, mesmo com a separação, a premissa da integração pacífica dos índios continuou a basear a atuação do órgão. (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2024).

Nesse sentido, ocorria uma espécie de paradoxo de tutela dos povos indígenas. Na perspectiva de proteger os povos indígenas, os serviços do SPI tinham forte teor integracionista. Era preciso então, transformar ou integrar as comunidades indígenas ao resto do país.

A política de administração dos índios pela União foi formalizada no Código Civil de 1916 e na lei nº 5.484 de 27 de junho de 1928, que estabeleceram sua relativa incapacidade jurídica e o poder de tutela ao SPI. Estes dispositivos, entretanto, partiam de uma noção genérica de 'Índio'. Não foram formulados critérios objetivos que pudessem dar conta da diversidade de situações vividas pelos povos indígenas no Brasil. Além disso, a atuação tutelar do SPI foi permeada pelas mesmas contradições presentes na fundação do SPILTN. Por um lado, visava proteger as terras e as culturas indígenas; por outro, a transferência territorial dos nativos para liberar áreas destinadas à colonização e a imposição de alterações em seus modos de vida. Esta situação foi chamada pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira de "paradoxo da tutela" (1987). (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2024)

Quando o indígena é integrado ele não deixa de ser indígena, mas não é colocado em papel de destaque na sociedade em que foi adicionado - ele passa a ser nota de rodapé da própria história e este lugar de não existência gera sofrimento, o que se soma às desestruturações de processos culturais. Os povos originários passam por situações de vulnerabilidade que podem fragilizar a dinâmica social da comunidade, contudo, estes processos de vulnerabilização social, econômica e cultural, por serem fruto de políticas públicas ineficientes, não devem configurar razões suficientes para a tutelagem e retirada da autonomia.

CONCEITO DE BEM VIVER E DECOLONIALIDADE

Para o estudo da saúde mental indígena, faz-se necessária a compreensão do termo Bem Viver, visto que este é o conceito que mais se adequa aos objetivos do estudo. Algumas comunidades não utilizam, em seu cotidiano, a palavra saúde mental; contudo, em seu meio, há processos de promoção de saúde que culminam em bem-estar. Entender as cosmologias do viver indígena prescinde aproximar os termos, sendo saúde mental um termo não indígena e que ainda está distante das concepções de bem-estar das populações originárias, a opção mais correta seria o Bem Viver.

Quando se trata dos povos indígenas, os sentidos encontrados no termo Bem Viver se encaixam melhor na forma como entendem os processos de adoecimento mental. Assim, quando a Psicologia é chamada para contribuir com as demandas psicológicas das comunidades, deve considerar e estabelecer diálogos interculturais e metodologias que façam sentido para as populações indígenas, posto que “(...) os significados sociais e individuais conferidos à experiência do sofrer estão diretamente relacionados àquilo que cada sociedade considera como sofrimento” (BRASIL, 2019, p. 17).

Ao passar pela Pandemia da COVID-19, as comunidades indígenas tiveram que se adaptar, em face do isolamento social e das medidas de proteção à

disseminação do vírus. Indígenas e não indígenas são suscetíveis a casos de vírus desconhecidos, contudo os povos originários apresentam situações de vulnerabilidade a doenças, visto suas condições sociais, econômicas diferentes dos não indígenas, o que amplifica o potencial de disseminação de doenças.

Ora, não é somente o conhecimento do não indígena que é válido. Os rituais de cura, com dança, canto e celebrações, possuem capacidade de manutenção do bem-estar e saúde psicológica, visto sua importância para a construção de simbolismos. Segundo informações no *site* da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD), estratégias de contenção e prevenção ao vírus foram realizadas pelos próprios indígenas. “Guaranis, kaingangs e outras etnias têm se unido para formar uma rede de apoio em meio à crise. Essa rede tem sido responsável por disseminar informação nas línguas indígenas e de lançar campanhas de arrecadação financeira e de alimentos para as aldeias” (SIPAD, 2023)

Quer dizer, ao serem confrontados com uma crise sanitária de nível global, totalmente desconhecida e altamente letal, as comunidades indígenas não ficaram inertes, foram à luta, como sempre fazem, e, com recursos limitados, conseguiram superar mais uma Pandemia, uma das muitas que compõem a sua história. Os povos indígenas existem e não podem ser obrigados a se integrar ao mundo não indígena, por isso, a inevitabilidade da imersão da Psicologia Brasileira nas aldeias e comunidades originárias.

RELAÇÃO DA PSICOLOGIA COM A SAÚDE INDÍGENA

A Psicologia no Brasil foi regulamentada pela Lei Federal nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, tendo por responsável pelo acompanhamento da profissão no país o Conselho Federal de Psicologia em conjunto com seus Conselhos Regionais, criados pela Lei Federal nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971.

É uma profissão que, em seu início, esteve muito atrelada a testes psicológicos para a aferição das capacidades intelectuais dos estudantes e profissionais da época, ou seja, uma ciência tecnicista servindo aos interesses do sistema capitalista. A

Psicologia enquanto ciência surgiu no interior de uma sociedade branca, euro centrada, classe média, visando atender demandas pertinentes dessa sociedade. (LACERDA, 2013, p. 220)

No período de autonomização da psicologia brasileira, o que predominou foi um conjunto de estudos que, no início do século XX, buscavam contribuir com a modernização e a manutenção da ordem social brasileira. A psicologia abordava temas como o tratamento das doenças mentais, a formação “moral” do ser humano e a manutenção da “higiene mental”. Por isto, entre os precursores da psicologia, estavam médicos, educadores e outros profissionais que faziam parte do movimento higienista e/ou importavam teorias marcadas pelo racismo científico e buscavam uma saída “moderna” para o país. (LACERDA, 2013, p. 220)

Contudo ao adentrar nas sociedades com uma multiplicidade de culturas, povos, classes, religiões, etnias, existentes dentro da sociedade brasileira a Psicologia necessitou se adaptar e se estruturar na tentativa de dar conta das demandas.

O encontro com a diversidade trouxe demandas psicossociais para o homem ocidental, por um lado, por gerar formas específicas de inquietação, de confusão, de dispersão e de medo—afetos com os quais os psicólogos precisam lidar no seu dia a dia—por outro lado, o encontro com a diversidade permitiu aberturas, combinações, novidades, possibilidades de escolha até então inexistentes. (CRP SP, 2016, p. 183)

A partir deste histórico, a Psicologia deve caminhar para a construção de uma práxis envolvida com as comunidades. Feita e pensada com os povos indígenas, uma Psicologia construída no interior das comunidades em conjunto com os profissionais. Uma Psicologia Endógena e Indígena.

Atualmente, o que se percebe é um movimento de construção de formas de atuação frente às várias populações atendidas e entre elas estão as comunidades indígenas. A Psicologia vem se especializando e uma Psicologia Indígena está sendo pensada e construída a cada dia. O reconhecimento do Outro implica na construção de conhecimento, visto que a comparação entre as diferenças resulta processos de conhecimento. (CRP SP, 2016, p. 183)

É preciso pensar na construção de uma teoria psicológica que consiga suprir as demandas da população indígena, uma Psicologia voltada para questões que

atravessam o plano individual e leve em consideração as lutas sociais, territoriais, identitárias e políticas do viver indígena e que impactam nos processos de subjetivação destes atores.

EU SOU ONDE ESTOU: NECROPOLÍTICA, TERRITÓRIO E SAÚDE INDÍGENA

Necropolítica é um termo pensado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2011). Seu conceito de necropolítica “(...) define a política, a partir do grupo soberano de poder que dela usufrui, como meio para exercer o direito de matar e/ou deixar morrer (...).” (MONDARDO; CAPARRO, 2022, p. 3) Necropolítica é, então, exercício de quem vai morrer e viver. Dessa forma podemos pensar que para existir um Estado precisa produzir ininterruptamente zonas de morte.

Ao tratar da COVID-19 em seus anos iniciais (2020 e 2021), tem que se considerar as políticas de governo voltadas para o enfrentamento da pandemia. Ora, na época em que surgiu a COVID-19, medidas como isolamento social, uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs (máscaras, álcool em gel), apesar de serem essenciais para a sobrevivência foram encaradas como medidas exageradas por alguns líderes. O então presidente do Brasil assumiu uma postura de negação da Pandemia, além de recomendar o uso de cloroquina e ivermectina, ambos sem comprovação científica de eficácia.

Da mesma forma, a necropolítica do Governo em tempos de pandemia evidencia a postura extermínadora de culturas indígenas ao negligenciar as comunidades e propagar informações falsas.

Políticas de “morte” aliadas ao ideário de progresso e desenvolvimento culminam em planos de Governo integracionista. Um exemplo disso é a tese jurídica do Marco Temporal e que define que os povos originários só têm direito aos territórios que ocupavam (ou pelos quais lutavam) na data em que foi promulgada a Constituição Federal, em outubro de 1988.

Assim, pensando em formas de resistência, enfrentamento e valorização dos saberes dos povos originários, tem-se ferramentas como o bem viver. Pesquisar bem

viver e saúde mental das populações originárias é mergulhar em um universo muito próprio e singular. Cada comunidade apresenta sua idiossincrasia e suas tradições. Contudo, é inevitável que a existência indígena possua relação com o território. O território torna-se local de subjetivação para a maior parte dos povos indígenas. O Marco Temporal é uma ameaça aos processos de subjetivação dos indígenas, visto que torna insegura a garantia à terra.

Isto posto, uma categoria que necessita ser analisada quando se estuda a (re)existência indígena é o território. A saúde mental indígena envolve a dinâmica social, política e econômica que afeta a existência destas populações. No caso dos povos indígenas a dimensão territorial e espacial contribui para a manutenção da saúde ou adoecimento, dependendo dos conflitos vividos nessa espacialidade. O território é local de dinâmicas sociais e de poder que influenciam diretamente seus indivíduos. Conflitos e disputas territoriais, problemas econômicos e todas as desordens que podem acontecer dentro do território, acarretam alterações nas vivências da população.

Compreender como as relações espaciais e de espacialidade revelam o espaço territorial e dos próprios sentidos de ser e estar no mundo é uma tarefa da Psicologia Brasileira (ALMEIDA, 2020). São territórios existenciais, de vida, permeados pela mediação simbólica e material, na qual se dá o encontro de lugar e território. Milton Santos (2003, p. 96) nos diz que território é “(...) fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. A disputa pelo território é também uma luta pelo bem-estar, em razão da importância da terra para a construção da subjetividade das populações indígenas. Assim, ao estudar a saúde mental dos povos indígenas, devemos levar em consideração o Bem Viver e noções de território, bem como os conflitos que acontecem nesses locais.

Visando preservar a própria cultura e ao mesmo tempo tentando integrar as novidades do mundo não indígena, os povos tradicionais têm que construir espaços e territorialidades como forma de sobrevivência. Isso impacta diretamente o bem viver, uma vez que este prescinde de um local preservado e respeitado para ser construído

e vivenciado. Território, logo, torna-se uma possível categoria de análise no estudo sobre o bem-estar psicológico das comunidades indígenas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, uma vez que esta perspectiva permite compreender o fenômeno com melhor clareza, o contexto em que ele ocorre e do qual é parte (GODOY, 1995). Em relação à finalidade, este estudo caracteriza-se como exploratório, pois “busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa” (RAUPP; BEUREN, 2006, p. 80). Em relação aos procedimentos técnicos, ela se classifica como pesquisa bibliográfica, a qual Gil (2002) assim define:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2002 p. 44)

Para sistematização e organização dos dados recorreremos à técnica de Análise de Conteúdo, utilizando os pressupostos formulados por Laurence Bardin (2011). Como fontes de dados e visando atender o objetivo desta pesquisa, consultamos a lista de bases e coleções do portal de Periódicos CAPES. O acesso se deu via Comunidade Acadêmica Federada – CAFé, utilizando usuário e senha do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA, que nos permitiu usufruir de um convênio que a Universidade Federal de Rondônia – UNIR (assim como outras instituições de ensino superior) mantém com a CAPES, para termos acesso ao acervo e buscar o tema deste trabalho que é Saúde Mental, Bem Viver e Psicologia.

Foram utilizadas as palavras-chave: Saúde Mental; Bem Viver; Psicologia Brasileira; Psicologia Indígena, com corte temporal de 2014 a 2024 para artigos em português. Selecionou-se 4 artigos que tinham pertinência com a temática e a partir deles foram construídos categorias de análise.

Quadro 1 - Artigos

N	TÍTULO DO ARTIGO	ANO	AUTORES	REVISTA
1	“Nosso direito de existir”: da necropolítica de estado às estratégias dos povos indígenas de enfrentamento à pandemia da COVID-19	2022	Marcos Leandro Mondardo Roberto Lopes Chaparro	GEOGRAFIA ENSINO E PESQUISA
2	Psicologias indígenas em desastres: construção de linhas de cuidado ao Bem-Viver de povos originários	2024	Débora da Silva Noal Luiz Felipe Barboza Lacerda Camila Pinheiro Medeiros Renato Antunes dos Santos Ytanajá Coelho Cardoso Lara Gonçalves Coelho Beatriz Schmidt	ESTUDOS DE PSICOLOGIA
3	A ecopoética indígena como emancipação pós-humana: notas sobre a representação do eu-outro na era da degradação	2024	Cimara Valim de Melo	ESTUDOS DE LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA
4	Percepções sobre o uso de álcool em uma comunidade indígena potiguar	2022	Ivan Farias Barreto Magda Dimenstein Jáder Ferreira Leite	PSICOLOGIA: TEORIA E PESQUISA

Fonte: Os autores, 2024.

A partir da leitura dos artigos selecionados, foi possível construir linhas de análise e discussão acerca das vivências dos povos indígenas frente os desastres enfrentados. Foram escolhidos os artigos mais atuais e com maior pertinência e construídas 3 categorias analíticas: 1 - Formas de resistência na Pandemia; 2 - Atuação da Psicologia nos sofrimentos dos povos originários; 3- As fortalezas do Bem

Viver.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram analisados quatro artigos que tinham pertinência com a temática do estudo. O artigo 1 faz uma análise sobre as ações de enfrentamento à COVID-19 realizadas pelos povos indígenas - Guarani, Kaiowá e Terena - em Mato Grosso do Sul. O artigo 2, por sua vez, aborda o processo de construção de linhas de cuidado ao Bem-Viver dos povos originários afetados, a partir do trabalho em colaboração entre etnias indígenas e equipes de políticas públicas de saúde.

O artigo 3 trata sobre a produção poética indígena brasileira contemporânea do período da pandemia de COVID-19 levando em consideração o imbricamento natureza cultura. De maneira igual, o artigo 4 examina os sentidos atribuídos ao consumo de álcool e às estratégias de cuidado de um grupo indígena do Rio Grande do Norte.

Os artigos mostram formas de resistência dos povos indígenas à COVID-19. O artigo 1 analisou 159 notícias relacionadas a pandemia e povos indígenas, sendo encontradas 195 situações pertinentes ao tema. Pode-se perceber, que as ações autônomas dos indígenas representaram 15,8% das ações de enfrentamento, mostrando-se mais frequentes que as próprias ações do Governo e da justiça. Isso significa que os povos tradicionais não ficaram inertes, tentaram se proteger da forma que podiam e com os recursos que tinham à disposição, embora pouco se soubesse da doença.

Assim, segundo MONDARDO E CHAPARRO (2022, p.17) “a ausência de um plano que direcionou de forma centralizada e objetiva as ações de enfrentamento à pandemia por parte do poder público, diluindo-se em ações dispersas e ‘emerenciais’”, configuraram uma realidade de descaso por parte do Governo.” Essas tentativas de autossabotagem do próprio governo analisadas no artigo 1, exemplificam a noção de necropolítica e Estado Suicidário, por meio da não atuação ou a adoção de medidas ineficazes por parte do Governo de Mato Grosso do Sul para a contenção da Pandemia e proteção dos indígenas.

Isso se evidenciou a partir dos problemas elencados no quadro 4 do estudo, são eles: Problemas na Saúde Indígena, dificuldade no acesso a água, dificuldades no acesso a EPI's, negligências do poder público, situações de insegurança alimentar, desinformação quanto a doença, situações de racismo, precariedades crônicas, entraves da Justiça, necessidade de ir a cidade em busca de alimentos, aspectos culturais do modo de vida, comorbidades crônicas, divergências apontadas na divulgação dos dados oficiais. A maior parte desses problemas tem relação com a falta de estratégia do Governo.

Destruindo os dispositivos que chegam até os povos originários, dispositivos estes que compõe a si próprio, o Estado destrói partes de si, partes que o compõem, e caminha para um definhamento. Estas são características que tornam o funcionamento do Estado brasileiro em um Estado Suicidário. (MONDARDO E CHAPARRO, 2022, p. 20)

O artigo 2, por outro lado, mostra propostas de intervenções e de construção de cuidados aos povos indígenas no estado da Bahia. Foram avaliados registros de reuniões, um curso de formação para profissionais de saúde indígena e três documentos de referência. A Bahia foi atingida por inundações intensas entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022, e que afetaram gravemente os povos indígenas das etnias Pataxó, Pataxó Hähähäe e Tupinambá.

Embora este artigo não estude a temática da COVID-19, convida a refletir sobre os inúmeros desastres que os povos indígenas passam. Os povos tradicionais sofrem em razão das vulnerabilidades sociais que vivenciam. Dessa forma, devido “(...) ao legado de exclusão e desigualdade, os povos indígenas tendem a ser mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas e aos riscos de desastres socionaturais. (NOAL et al., 2024, p.2)

Contudo, assim como visto no artigo 1, os povos tradicionais da Bahia resistiram. Foram construídos, em conjunto com as etnias indígenas e as equipes de políticas públicas de saúde (técnicos do Ministério da Saúde, equipe de desastres e emergências em saúde pública vinculada à Fiocruz) documentos de referência, além da formação de grupos de trabalho e reuniões para discussão e elaboração de linhas

de cuidado para o enfrentamento das enchentes. Essa movimentação do Governo evidencia certa preocupação e cuidado com a saúde dos povos indígenas. Apesar das enchentes da Bahia terem atingido um contingente menor de pessoas se comparada a Pandemia, representou um desastre de grande dimensão para a população da Bahia, em especial os povos indígenas.

A cultura de Bem-Viver, focada na espiritualidade, territorialidade, coletividade e ancestralidade indígena convida a um olhar estratégico que possibilite prevenir, preparar e mitigar o acontecimento dos eventos extremos. Nesse sentido, as políticas públicas devem focar no avanço da garantia e da segurança de seus territórios, bem como em políticas de apoio ao (etno) desenvolvimento territorial dessas comunidades, a fim de salvaguardar a manutenção de sua vida em suas localidades e, também, avançar na implementação de programas específicos de saúde e educação que respondam efetivamente às demandas desses povos. (NOAL et al., 2024, p.2)

Ao considerar as políticas de Governo que focam no desenvolvimento econômico em desfavor da vida, verifica-se a configuração de um Estado Suicidário, que destrói sua própria população em prol de ideais de crescimento.

Essa postura adotada pelo governo federal em priorizar a economia ante vidas humanas é presente em diversos discursos públicos do chefe do executivo federal. Em um Estado que serve ao neoliberalismo, ao agronegócio e à elite econômica, na crise sanitária e todas as decisões políticas que ela desencadeou, transparece que os desfavorecidos socialmente (pobres, indígenas e negros) serão sempre corpos sacrificáveis pelo governo necropolítico. (MONDARDO E CHAPARRO, 2022, p. 20)

O artigo 1 elenca uma série de ações das comunidades indígenas que evidenciam as formas de cuidado, autoproteção e resistência ao necropoder. Na ausência do Estado, surgiram ações importantes para a manutenção da vida indígena, tais como: Fiscalização e triagem de carros e pessoas que entram e saem da aldeia (foram utilizados paus, arame e faixa); utilização de equipamentos de proteção, indígenas controlaram o acesso à reserva e se revezam dia e noite na barreira; os veículos que passavam eram desinfetados e a temperatura corporal das pessoas é aferida, além da produção, dentro das aldeias, de máscaras.

O artigo 3 analisa a arte produzida por povos indígenas durante a pandemia. A produção artística também representa resistência, na medida em que é produzida pelo pensamento crítico de dada realidade. Segundo Melo (2024), a ecopoética está presente nas produções indígenas do século XXI e permite a junção do eu-outro antes separados pela ideia do *nós* (humanos) e *e/les* (não humanos).

A arte poética, nos momentos de crise mais profunda já experienciada pela humanidade, tem se articulado como enfrentamento. Ela ergue-se política e ideologicamente; manifesta-se abrindo caminhos para além dos que lhe são dados, enrijece em sua matéria corpórea, silencia-se em resistência. (MELO, 2024, p. 2)

A arte é também renascimento em tempos de crise. A pandemia foi provocadora de inúmeros danos, dentre eles a perda da memória coletiva. Sendo assim, os processos criativos não “(...) apenas enquanto arte que sobrevive historicamente à dominação, mas que renasce de séculos de opressão e se integra às cosmogonias ancestrais, a literatura indígena carrega em si o compromisso ético e ecopolítico, que se constrói pela essência pós-humanista pós-antropocêntrica.” (MELO, 2024, p. 2) Arte, território e comunidade se misturam e possibilitam a criação de interlocuções subjetivas, promovendo Bem Viver nas sociedades indígenas.

O sofrimento humano é intrínseco e sua forma de enfrentamento também é particular, dependendo de cada sociedade e indivíduo. Assim, ao passar por momentos de dor, perda e desespero, os povos indígenas, de forma igual aos não indígena, acabam criando ferramentas não tão saudáveis de resistência. É o que trata o artigo 4, quando esclarece as motivações para o uso indiscriminado de álcool nas aldeias. Durante a análise dos dados, os autores construíram 3 grandes eixos analíticos e um deles refere-se ao uso de álcool durante a pandemia.

Constatou-se que o uso de álcool na comunidade tem sido marcado por movimentos históricos que alteraram os modos de existência e limitaram o acesso às terras tradicionalmente ocupadas. A ingestão de álcool apareceu como fenômeno naturalizado, associado a problemas sociais e de saúde que são agravadas pela desassistência pública percebida pela comunidade. (BARRETO, et al, p. 2, 2022)

Percebe-se que o uso de álcool dentre as comunidades indígenas representa uma tentativa de fuga da realidade. Em grande medida, esta problemática é produzida por inúmeros sofrimentos, dentre eles: perda de referenciais identitários, alterações no modo de vida, precarização da qualidade de vida e saúde, marginalização social e discriminação racial. Ao vivenciar a Pandemia, estas problemáticas se tornam mais evidentes e graves.

CATEGORIA 1- FORMAS DE RESISTÊNCIA NA PANDEMIA

Os quatro artigos retratam as formas de resistência dos povos originários. Seja pela proteção concreta por meio da construção de barreiras sanitárias e uso de equipamentos de proteção individual, seja pela construção de ferramentas subjetivas de enfrentamento tais como poesia e literatura.

Todos os processos de resistência vistos nos artigos demonstram a fortaleza das culturas indígenas brasileiras. Dessa maneira, dialogando “(...) com a etnografia, o testemunho histórico, a resistência política e o ativismo socioambiental, a literatura produzida por representantes contemporâneos dos povos ancestrais tem se destacado nos últimos anos como importante corpus de “criação literária” (MELO, 2024, p. 3)

Resistir é, em grande medida, existir. Ao se recusarem a se integrar à cultura não-indígena, os povos tradicionais permanecem e se fortalecem em seus processos cotidianos.

CATEGORIA 2 - ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NOS SOFRIMENTOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS

A Psicologia Indígena envolvida com as comunidades tradicionais, deve também perceber as contribuições dos saberes indígenas. Ao valorizar conceitos como o Bem Viver, subjetividade coletiva, saberes ancestrais e processos de territorialidade, a Psicologia pode se fortalecer e descobrir novas formas de manejo para cada comunidade.

É o que pode ser visto no artigo 2, uma vez que, ao traçar linhas de cuidados junto aos povos indígenas, promove-se a valorização dos saberes e o fortalecimento dos vínculos entre comunidade e Psicologia. Contudo, os autores do artigo 4 evidenciam que as ações da Psicologia, em grande medida, tem restrição devido ao baixo número de profissionais e pela distância entre as aldeias e os Polos-Base que desfavorece uma atuação baseada na diversidade sociocultural dos povos autóctones. (BARRETO, et al, p. 2, 2022)

É fundamental a assimilação, por parte de profissionais e gestores de saúde, que da mesma forma que se estruturam práticas centradas nas ciências médicas convencionais, as comunidades indígenas possuem há séculos seus conhecimentos que aportam compreensões locais sobre corpo, saúde e doenças, os quais devem ser considerados e incorporados na construção das abordagens de cuidado. (NOAL et al., 2024, p.10)

Traçar estratégias de cuidado singulares não é uma tarefa simples, ainda mais quando se trata da pluralidade de comunidades, mas o diálogo estabelecido pode ser um caminho para intervenções psicológicas não autoritárias e respeitosas.

CATEGORIA 3: AS FORTALEZAS DO BEM VIVER

As concepções de Bem Viver são múltiplas, depende de cada comunidade, contudo, apresentam significado em comum: o viver comunitário e a espiritualidade como promotores de bem-estar. Seja de forma direta ou indireta, os quatro artigos tratam sobre o Bem Viver. O artigo 1, por exemplo, ao mencionar formas de enfrentamento da necropolítica utiliza de conceitos do Bem Viver para reafirmar a importância da existência coletiva.

As ações de autonomia (auto-organização) e autogestão dos indígenas em seus territórios reafirmam a conexão que possuem com a Terra-Vida, mesmo diante de um Estado que insiste em negar esse direito. Além do mais, é possível verificar a capacidade de articulação de suas ações, nas múltiplas escalas espaciais, presentes nos âmbitos municipais, regionais, estaduais e nacional. A luta se mostra presente seja nos espaços físicos, como no interior dos territórios tradicionais, nas instituições, na política, nos âmbitos de narrativas e espaços virtuais.(MONDARDO E CHAPARRO, 2022, p. 20)

A, ecopoética, por sua vez, é produzida por uma subjetividade coletiva em comunhão com a espiritualidade. Sendo assim, o artigo 3 não só menciona o Bem Viver diretamente como também o traz em sua análise das produções literárias indígenas. A ecocrítica produz rupturas com os padrões colonialistas de poder, trazendo novos sentidos para a relação humano e natureza. Nos momentos de crise ambiental surgem novas formas de expressão das culturas indígenas.

Em sua composição intercultural, tal ideia vai ao encontro das demandas por igualdade e justiça social, assim como pelo diálogo intercultural entre povos, suas formas de conhecimento e modos de vida, o que a torna um elemento a ser perseguido pelos povos nativos em sua luta pela preservação de valores ancestrais, em prol de uma existência social alternativa. (MELO, 2024, p. 3)

Pensar na Psicologia Indígena é considerar que existem variadas etnias com suas particularidades, vivências, processos de significação e sofrimento. A COVID-19, bem como os diversos desafios e desastres enfrentados pelos povos originários ao longo da história, são exemplos de resistência e existência dessas coletividades, que apesar de colocadas em situações de vulnerabilidade, permanecem e se fortalecem em suas próprias cotidianidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, as populações indígenas são negligenciadas pelas teorias psicológicas que ainda não dão conta da complexidade das questões dos povos originários. Apesar disso, tem-se uma movimentação importante no sentido da aproximação da Psicologia nos espaços indígenas, isso se verifica com a publicação recente do livro do CFP. Este livro é de 2022 e foi construído em conjunto com psicólogas (os) indígenas e demonstra que estão acontecendo aproximações para a construção de modos de fazer psicológico no contexto indígena.

Pesquisar uma temática com pouca literatura é pisar em um terreno desconhecido com suas adversidades e surpresas. Ora, falar sobre a Psicologia e saúde mental indígena é um desafio e quando se trata de um tema tão pioneiro quanto a COVID-19, tem-se um abismo a enfrentar. Contudo, estudos com essas temáticas

são de extrema relevância, e se considerarem os saberes dos povos originários, geram resultados positivos para a compreensão de saúde mental indígena.

Não devemos generalizar o viver indígena. Corremos o risco de sermos simplistas, reducionistas e preconceituosos se pensarmos o existir indígena como igual em todas as aldeias. São 305 etnias no Brasil e cada uma existe de forma diferente. Os processos de subjetivação não são iguais, mas alguns aspectos da vivência indígena convergem entre si. Um deles está presente nas concepções de território e sua importância na construção psíquica dos povos originários. Outro conceito de grande relevância para muitos povos é o Bem Viver, que também atravessa o cotidiano dos povos indígenas.

Ao longo da pesquisa foi possível vincular as disputas e conflitos sobre o território ao adoecimento mental das populações indígenas. A incerteza da seguridade de um território culmina em um adoecer simbólico e subjetivo, posto que a subjetividade do ser indígena está vinculada à terra. A Psicologia, na condição de ciência que estuda o comportamento humano, está relacionada com os conceitos de território e suas derivações, visto que as relações humanas são formatadas espacialmente, ou seja, acontecem em determinado lugar e tempo e são influenciadas por esses elementos.

Com a análise dos dados coletados foi possível perceber que há um grande caminho a ser percorrido pela Psicologia, mas passos estão sendo dados. A psicologia pode e deve contribuir com o bem-estar psicológico dos povos originários, respeitando e adaptando suas técnicas e intervenções às idiossincrasias das diferentes populações e povos originários.

São muitas as populações indígenas e cada uma tem sua própria etnia, cultura e língua. Assim, não se deve generalizar os impactos da COVID-19 e tampouco as contribuições da Psicologia para os muitos povos indígenas. O fazer psicológico deve estar comprometido com a população e considerar cada aspecto do Bem Viver indígena de cada população, para que não corra o risco de ser uma ciência generalista e com tão pouca efetividade para o bem-estar indígena.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. (2020). Povos indígenas, identidades territoriais e territorialidades fragilizadas no norte do Amapá, Brasil. **Ateliê Geográfico**, 14(2), 91–111. Disponível em:
<https://doi.org/10.5216/ag.v14i2.64350>. Acesso em: 07 mar. de 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, M. N. F.; LAURENTI, C. Identidade: questões conceituais e contextuais. **Revista de psicologia social e institucional da Universidade Estadual de Londrina**, v. 2, n. 1, 2000. Disponível em:
<http://www.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n13.htm>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- BARRETO, I. F.; DIMENSTEIN, M.; LEITE, J. F. Percepções sobre o uso de álcool em uma comunidade indígena potiguar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 38, 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ptp/a/LSVsfHYmcHxFxG9pCDcQ4Nb/?lang=pt>. Acesso em 03 fev. 2025.
- BATISTA, M. Q; ZANELLO, V. Saúde mental em contextos indígenas: Escassez de pesquisas brasileiras, invisibilidade das diferenças. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 21, n. 4, p. 403-414, 2016. Disponível em:
<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2699/2/20460878.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2023.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.
- _____. Ministério da Saúde. 05/8 – **Dia Nacional da Saúde**. 2023. Disponível em: conceito de saúde (oms pdf). Acesso em: 20 mar. 2023.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Departamento de Atenção à Saúde Indígena. **Atenção psicosocial aos povos indígenas**: tecendo redes para promoção do bem viver / Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Saúde Indígena, Departamento de Atenção à Saúde Indígena. Brasília: Ministério da Saúde: 2019.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Departamento de Atenção à Saúde Indígena. **Atenção psicosocial aos povos indígenas**: tecendo redes para promoção do bem viver / Ministério da Saúde,

Secretaria Especial de Saúde Indígena, Departamento de Atenção à Saúde Indígena. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Atencao_Psicossocial_Povos_Indigenas.pdf. Acesso em 08 abr. 2023.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Departamento De Atenção à Saúde Indígena. Coordenação-Geral de Atenção Primária à Saúde Indígena. **Documento orientador sobre a gestão da atenção psicossocial nos DSEI**. Brasília, DF: 2014.

_____. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. BRASÍLIA: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 20 de maio de 2022.

CFP. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos, Resolução n.º 10/05**. Brasília, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em 10 jan. 2023.

_____. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) junto aos povos indígenas**. Brasília: CFP, 2022. Disponível em: <https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/016-Crepop-Referencias-Tecnicas-para-Atuacao-de-Psicologos-com-Povos-Tradicacionais.pdf>. Acesso em 02 dez. 2022.

CRP - 6. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO—CRP-6. **Povos indígenas e psicologia**: A procura do bem-viver. In: GODOY, D. B. O. A. Vozes do Brasil: Diferentes identidades, um devir intercultural?. p. 110-123, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1Nyjz4JqGFPuGAW3tEMuOhE5Ik69tGb_I. Acesso em: 02 jan. 2023.

CORREIA, S. B.; VIANA, L. M. M. Identidade indígena: olhares a partir da Psicologia Social. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 35, 2023.

DANTAS, F. A. de C. Descolonialidade e direitos humanos dos povos indígenas. **Revista de Educação Pública**, [S. I.], v. 23, n. 53/1, p. 343-367, 2014. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1621>. Acesso em: 24 abr. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>. Acesso em: 20 mar.2023.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Tenerife: Melusina, 2011.

MELO, C. V. A ecopoética indígena como emancipação pós-humana: notas sobre a representação do eu-outro na era da degradação. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 72, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/WWVhbMVsb6DJfZx9x65t4Gp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar.2023.

MIGNOLO, Walter. **Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking**. Princeton: Princeton University Press, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. O que é a Covid-19? 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus#:~:text=A%20Covid%2D19%20%C3%A9%20uma,transmissibilidade%20e%20de%20distribui%C3%A7%C3%A3o%20global>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MONDARDO, M. L.; CHAPARRO, R. L. “Nosso direito de existir”: da necropolítica de estado às estratégias dos povos indígenas de enfrentamento à pandemia da COVID-19. **Geografia Ensino & Pesquisa**: Santa Maria, v. 26, p. e19-e19, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/66664>. Acesso em: 20 out. 2024.

NOAL, D. S., LACERDA, L. F. B., MEDEIROS, C. P., SANTOS, R. A., CARDOSO, Y. C., COELHO, L. G., & SCHIMIT, B. (2024). Psicologias indígenas em desastres: construção de linhas de cuidado ao Bem-Viver de povos originários. **Estudos de Psicologia**: Campinas, 41, e230096. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/rZW4GmTJFxDtbG3TfkJ8jN/>. Acesso em: 20 out. 2024.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Serviço de Proteção aos Índios (SPI)**. 2024. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o-aos-%C3%8Dndios_\(SPI\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o-aos-%C3%8Dndios_(SPI)). Acesso em: 24 out. 2024.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SUPERINTENDÊNCIA DE INCLUSÃO, POLÍTICAS AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE. **Povos indígenas e o COVID-19:** ações diante da pandemia. 2023. Disponível em: <http://www.sipad.ufpr.br/portal/povos-indigenas-e-o-covid-19-acoes-dante-da-pandemia/>. Acesso em 10 mar. 2023.

VIANNA, J. J. B., CEDARO, J. J., OTT, A. M. T. (2012). Aspectos psicológicos na utilização de bebidas alcoólicas entre os Karitiana. **Psicologia & Sociedade**, 24 (Psicol. Soc., 2012 24(1)), 94–103. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/kQRdJdV8KPCmSXKx6MJpm4s/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2013.

YANOMAMI, D. K. **COVID-19 e os Povos Indígenas**. SOCIOAMBIENTAL, 2002. Disponível em: https://covid19.socioambiental.org/?gclid=Cj0KCQjw-JyUBhCuARIlsANUqQ_JrijJRjh8dSNHkyKr6tscd5Su7eo-T4kOiwRII_vxVzDLKsilXhMlaAiJNEALw_wcB. Acesso em: 10 jan. 2023.

SUCESSÃO DE ITENS VIRTUAIS EM JOGOS ONLINE: a transmissibilidade da herança digital

SUCCESSION OF VIRTUAL ITEMS IN ONLINE GAMES: the transmissibility of digital heritage

Izabel Konzen¹

Murilo Henrique Garbin²

Guilherme Martelli Moreira³

RESUMO: O presente artigo objetiva refletir sobre a possibilidade da transmissão de bens digitais dentro dos jogos online após a morte do usuário, mobilizando, para tanto, as discussões sobre a herança digital no Brasil e no mundo afora. Ainda, são analisados os termos de uso dos jogos online, verificando as imposições dadas por suas desenvolvedoras, sendo explicitadas as diferenças entre licença de uso e propriedade oriunda da cessão em si, tendo em vista que o usuário investe quantias monetárias – por vezes muito consideráveis – na formação de seu patrimônio nas plataformas. Para a consecução de tais objetivos, é promovida revisão de literatura, mediante pesquisas de doutrina, artigos e sites em geral, alinhada, ainda, ao método comparativo, por meio do qual estuda-se como já são tratadas situações semelhantes em legislações e normativas estrangeiras. Desta forma, elencam-se meios de solução apontados por doutrina e legislação estrangeira, como a

¹ Especialista em Direito de Família pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais (IPEMIG). Especialista em Direito Público pelo Centro Universitário UNIFAEAL. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Pato Branco (UNIDEP). Residente Técnica no Ministério Público do Paraná. Endereço eletrônico: belkonzen@hotmail.com

² Doutorando e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Editor-chefe da Revista de Direito Contemporâneo UNIDEP (RDC-U). Professor do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário de Pato Branco (UNIDEP). Especialista em Direito Processual e em Advocacia Empresarial, ambas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Professor Coordenador do Conecta Direito - Grupo de Estudos de Direito e Tecnologia UNIDEP. Pesquisador bolsista CAPES-Social. Advogado. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9853168387891318>. Endereço eletrônico: murilo.garbin@unidep.edu.br

³ Doutorando em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), em regime de cotutela com a Università di Roma "La Sapienza", na área de Direito Público, Comparado e Internacional. Mestre em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Membro do Grupo de Pesquisas Tributação, Complexidade e Desenvolvimento (PPGD/PUCPR/CNPq). Pós-graduado em Direito Tributário Empresarial e Processual Tributário na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Centro Universitário de Pato Branco (UNIDEP) e advogado. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1820888758307120>. Endereço eletrônico: guilherme.moreira@unidep.edu.br

utilização de um cadastro formal nas plataformas, similar a um testamento, para localização acessível dos bens deixados pelos usuários.

PALAVRAS-CHAVE: herança; herança digital; jogos online; sucessão; itens virtuais.

ABSTRACT: This article aims to reflect on the possibility of the transmission of digital goods within online games after the death of the user, mobilizing, for that, the discussions about the digital heritage in Brazil and worldwide. Also, the terms of use of online games are analyzed, checking the impositions given by their developers, being explained the differences between license of use and ownership arising from the assignment itself, considering that the user invests monetary amounts - sometimes very considerable - in the formation of their assets in the platforms. To achieve these objectives, literature review is promoted, through research of doctrine, articles and websites in general, also aligned with the comparative method, through which it is studied how similar situations are already treated in foreign legislation and regulations. In this way, we list means of solution pointed out by foreign doctrine and legislation, such as the use of a formal register on the platforms, similar to a will, for accessible location of the goods left by users.

KEYWORDS: inheritance; digital heritage; online games; succession; virtual items.

INTRODUÇÃO

Com o crescimento do uso da internet no Brasil, evidenciam-se e alargam-se as lacunas jurídicas frente ao mundo cibernetico. Dentre as várias novas realidades que o Direito acaba por enfrentar, são algumas oriundas do crescimento dos usuários de jogos online, incluindo algumas vinculadas ao fato de que, neles, os usuários podem obter um acervo pessoal valorado economicamente.

Muito embora a herança, de forma geral, seja regulamentada no país há muito tempo, a herança digital, por se tratar de uma temática recente, ainda não está prevista de forma explícita, gerando impasses, dúvidas e debates no meio jurídico.

Essa carência é sentida com cada vez mais força, crescendo ano após ano. De acordo com a plataforma de pesquisas Newzoo, estima-se que em 2023 cerca de \$184.0 bilhões foram movidos pelo mercado dos jogos físicos e digitais

no mundo todo e que, no ano de 2026, um montante de \$205.4 bilhões serão fomentados por esse mercado mundial dos jogos (Wijman, 2024).

Ainda, no início de 2024, a Pesquisa Game Brasil, desenvolvida pela Sioux Group e GoGamers, em parceria com a Blend News Research e ESPM, constatou que cerca de 73,9% dos brasileiros jogam jogos online, seja por meio do computador, smartphone ou console (Pesquisa Game Brasil, 2024).

Por fim, outro exemplo foi a situação de um jogador que gastou aproximadamente R\$3,9 milhões (\$775 mil) em duas *skins*¹ raras de armas no jogo *Counter-Strike: Global Offensive*, sendo este o maior registro de investimento sobre itens do jogo até então. Tal compra ocorreu no ano de 2021 e foi compartilhada na rede social *Twitter*, onde consta que a transação teria acontecido entre colecionadores chineses (Carbone, 2021).

Todas essas notícias e estatísticas evidenciam a proporção de que os jogos online tomaram, não apenas nas residências brasileiras, como também no mercado mundial. Ademais, não raro, o valor investido por alguns usuários chega a ser exorbitante, fazendo surgir questionamentos sobre como o Direito deve lidar com o patrimônio do usuário nos jogos online e, especificamente, como objeto de estudo do presente artigo, sua destinação após a morte.

Tal como o *Counter-Strike: Global Offensive* e o *Counter-Strike 2*, que manteve o mesmo sistema de bens, existem outros jogos que permitem transações dos itens que o usuário adquiriu ao longo do tempo, disponibilizando plataformas adequadas para a realização das negociações. Assim, a propriedade dos bens virtuais é um assunto um complexo que atinge diretamente o tema da herança digital.

Nesse cenário, surgem ainda outros questionamentos: o usuário comprou o item e este faz parte de seu patrimônio, ou ele adquiriu sua mera licença de uso? Se realmente estes valores investidos em itens nos jogos online fazem parte do patrimônio do indivíduo, como se dará a sucessão de tais bens após a morte? O indivíduo tem o direito de transferir esse acervo pela via da sucessão, seja legítima ou testamentária?

¹ Nos jogos on-line, *skins* são recursos que modificam o visual dos personagens, tais como roupas, adereços, armamentos, entre outros.

Destaque-se, ademais, que, na realidade, apesar de o objetivo do presente trabalho ser mais restrito à sucessão dos itens em jogos online, boa parte destas mesmas indagações aplicam-se às redes sociais, sites, entre outros bens que o indivíduo adquiriu ou acumulou ao longo do tempo dentro do extenso mundo da internet. Abre-se, portanto, um campo para debates futuros, em novas investigações, visto que foge ao escopo e aos limites do presente trabalho.

Isso se agrava pelo fato de que o acervo do usuário muitas vezes se encontra oculto ou de difícil acesso aos familiares, não tendo ciência de sua existência após a morte do ente querido, sendo assim discutível a possibilidade de uma forma de testamento de tal patrimônio, proporcionando uma proteção a ele.

Visando desdobrar a discussão ora apresentada, o presente trabalho, primeiramente, apresenta noções gerais do direito sucessório para, em um segundo momento, conceituar a herança digital, contrapor as discussões legislativas já levantadas a seu respeito no Brasil e em outros países. Ato contínuo, refletir-se-á sobre a aplicabilidade do conceito de herança digital aos itens de jogos online, analisando, também, como as desenvolvedoras de alguns deles concebem tais direitos em seus termos e condições de uso. Para a consecução de tais objetivos, é promovida revisão de literatura, mediante pesquisas de doutrina, artigos e sites em geral, alinhada, ainda, ao método comparativo, por meio do qual estudar-se-á como já são tratadas situações semelhantes em legislações e normativas estrangeiras.

1 NOÇÕES ELEMENTARES DO DIREITO SUCESSÓRIO

Durante a vida, o ser humano pode acumular diversos bens, tanto de valor econômico quanto sentimental. Após a morte, como regra, eles necessitam de um destino. Consequentemente, o falecido os deixará, com ou sem testamento, para parentes ou pessoas queridas, as quais deseja que adquiram posse e propriedade de seu patrimônio.

Gonçalves (2019, p.900), conceitua a sucessão como “[...] o ato pelo qual uma pessoa assume o lugar de outra, substituindo-a na titularidade de determinados bens”.

Já Carvalho (2019, p.13) transcreve a sucessão como uma alteração abstrata em alguma situação jurídica, levando em conta sujeitos passivo e ativo, onde o sucessor assume o cargo jurídico do antecessor.

Ainda, Maluf (2021, p. 23) define a sucessão como uma transmissão do patrimônio de um indivíduo a uma ou mais pessoas vivas. Além disso, é considerado um método de aquisição de propriedade a título universal.

Portanto, a sucessão nada mais é do que a transmissão de uma situação jurídica de uma pessoa para outra. Em sentido estrito, seu acontecimento pode ser efetivado com morte de uma pessoa, mas, em sentido amplo, a sucessão acontece através de diversas relações jurídicas. No presente artigo, a sucessão a ser considerada é a causada pela morte, mobilizada pela discussão sobre a herança e transmissibilidade dos bens.

1.1 Espécies de sucessão

A sucessão divide-se em duas espécies: a *inter vivos* e a *causa mortis*, esta também conhecida como sucessão hereditária ou *stricto sensu*.

Enquanto a primeira ocorre por negócios jurídicos dos quais os efeitos de tal sucessão ocorram ainda em vida do tratante ou dos tratantes e, geralmente, em regra dos contratos, ocorre por arbítrio humano, a segunda ocorre “por causa da morte”, ou seja, tal sucessão advém da morte de pessoa física, transmitindo direitos e obrigações do falecido para familiares ou pessoas indicadas pelo *de cuius* (Carvalho, 2019).

Conforme o artigo 1.784 do Código Civil Brasileiro de 2002, assim que aberta a sucessão, a herança se transmitirá aos herdeiros legítimos e testamentários. Os herdeiros legítimos são aqueles que estão listados conforme rol do artigo 1.829 do Código Civil de 2002, sendo estes os descendentes, juntamente com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (artigo

1.640, parágrafo único do Código Civil), ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; os ascendentes juntamente com o cônjuge; o cônjuge sobrevivente e os colaterais (Brasil, 2002).

Já os herdeiros testamentários são aqueles indicados pelo *de cuius* em seu testamento, apontando também os bens que deseja que permaneça com os herdeiros. Nesse caso, se existirem herdeiros legítimos, apenas 50% do patrimônio do falecido será destinado aos testamentários. Caso contrário, será destinada a totalidade dos bens aos herdeiros testamentários.

Sendo assim, a sucessão *causa mortis* segue os moldes do artigo 1.784 do Código Civil Brasileiro, a qual acontecerá após a morte do titular dos bens, sendo distribuídos estes em comum acordo entre os sucessores ou, se não for possível tal alternativa, por via judicial, seguindo a legislação.

1.2 A herança

Tendo em vista a sucessão *causa mortis*, tem-se consequentemente a herança, a qual se trata basicamente dos bens deixados pelo falecido para seus parentes ou pessoas queridas próximas.

Venosa (2021, p.471) explica que a herança é composta pelos direitos e obrigações que serão transmitidos a uma ou a um conjunto de pessoas devido à morte do transmissor da herança.

Carvalho (2019, p.21) conceitua herança da seguinte forma:

[...] dá-se o nome de herança (*hereditas*), acervo hereditário, monte hereditário, monte mor, monte partível, acervo comum, que nada mais é do que o conjunto de bens, direitos, pretensões e obrigações de que o morto era titular (compreendendo o seu ativo e passivo), *exceto os intransmissíveis*, por força de sua morte, aos seus sucessores (Carvalho, 2021, p. 21).

Diniz (2015, p. 79), de forma direta, conceitua herança como o patrimônio do finado, sendo este todo o conjunto de direitos e deveres, os quais passam aos herdeiros legítimos ou testamentários, salvo se for o caso de direitos personalíssimos ou inerentes ao falecido. Ao seu turno, o artigo 1.791 do Código Civil Brasileiro define herança como um todo unitário, ainda que vários sejam os herdeiros. Ainda, é garantido pelo artigo 5º da Constituição Federal Brasileira,

em seu inciso XXX, o direito à herança. Desta forma, percebe-se que a herança se encontra amparada tanto infra quanto constitucionalmente.

A herança pode ser transmitida aos sucessores legítimos ou aos sucessores testamentários, como observado anteriormente. Tal forma dependerá de circunstâncias, como o fato de existirem sucessores legítimos e da existência de um testamento ou não e, se existir um testamento, de quem foi indicado pelo falecido.

A transmissão da herança acontecerá após a abertura da sucessão, a qual se dará depois da morte do transmissor, verificando neste sentido se o *de cuius* deixou seus bens testamentados ou se a repartição desse será de forma legítima entre os entes pautados no artigo 1.829 do Código Civil Brasileiro de 2002.

2 A HERANÇA DIGITAL

A herança digital vem recebendo notoriedade em meio ao direito por abranger diversos ambientes na internet, como redes sociais, canais de *streaming*, contas de e-mail, jogos e outros instrumentos que hoje estão presentes na vida de muitas pessoas.

Trata-se, assim, de uma temática que deve ser analisada não só pela perspectiva conceitual, mas também do que já se tem de discussões legislativas, tanto no Brasil, quanto mundo afora.

2.1 A herança digital em sua perspectiva conceitual

A herança digital se trata de todo o acervo deixado pelo usuário *post mortem* que possa ser de importância aos sucessores e testamentários, sendo esses bens de valor sentimental ou econômico. O que perfaz uma diferença da herança já comumente conhecida é a forma em que essa herança se encontra: dentro de um ambiente virtual, acessível por computador, celular, console e afins. Na maioria das vezes trata-se de bem imaterial, ou seja, não é possível tê-

lo fisicamente, estando presente apenas dentro de tais aparelhos eletrônicos (Teixeira; Konder, 2021).

Diante disso, Nigri (2021, p. 28) conceitua herança digital como o acervo eletrônico deixado por uma pessoa, o qual, teoricamente, poderá ser transmitido aos herdeiros, sendo este acervo constituído por fotos digitais, arquivos em “nuvem”, o *login* às redes sociais e e-mails.

Ainda, Pereira (2020, p.41), afirma que a herança digital é tal como a herança comum, porém envolve o patrimônio digital do falecido, bem como arquivos de fotos, vídeos, músicas, livros, os quais estejam gravados em meio informático ou em sistemas de nuvem, assim como perfis em redes sociais, blogs e outras páginas na internet.

Esse acervo eletrônico é composto pelos bens digitais, sendo estes bens incorpóreos adquiridos pelo usuário, dos quais o acesso acontece por meio digital ou pela internet, tendo os bens, na maioria das vezes, um valor pecuniário que o consumidor investiu, variando de baixas até exorbitantes quantias.

O questionamento acerca da herança digital se faz quanto à regulamentação desta, uma vez que, não raro, o usuário empregou dinheiro no bem, e que, provavelmente, desejará que após a sua morte não seja o bem de valor financeiro deixado abandonado no vasto mundo eletrônico.

Ainda, o patrimônio virtual do *de cuius* se faz, muitas vezes, desconhecido por seus sucessores, uma vez que o ambiente cibernetico, apesar de sua infinidade, se faz particular a cada usuário, não sendo compartilhadas muitas informações sobre acessos, senhas e outros dados de cada indivíduo, até mesmo em ambiente familiar.

Em síntese, os bens virtuais compõem todo o patrimônio eletrônico do usuário, podendo estes ter valor pecuniário ou não. Tais bens vêm provocando uma divergência acerca da concepção de propriedade, pois seu acesso se faz de forma diferente do que se está acostumado aos bens no “mundo real”, ou seja, material.

Os bens virtuais podem ainda ser divididos em espécies, separando os bens existenciais e bens patrimoniais. Os bens existenciais estão ligeiramente ligados à dignidade da pessoa humana e ao direito de personalidade, em virtude

de não deterem um valor econômico intrínseco, estando, na maioria das vezes, conectados ao sentimental do usuário, como por exemplo fotos, vídeos e contas em redes sociais (Teixeira; Konder, 2021).

A problemática dos bens existenciais vai muito além do acesso ao conteúdo deixado pelo falecido, trazendo consigo a eventual violação a direitos de terceiros, visto que estes tinham uma relação direta e privada com o *de cuius*, muitas vezes contida em conversas e relacionamentos em redes sociais.

Diante disso, verifica-se a questão da privacidade do usuário falecido, bem como a privacidade de pessoas que mantinham alguma forma de contato com o *de cuius*, podendo existir neste contato informações privadas, as quais acabariam sendo acessadas pelos sucessores do indivíduo falecido. Nessas situações, seria necessário levar em consideração o artigo 5º, inciso X da Constituição Federal Brasileira de 1988, o qual apregoa que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (Brasil, 1988).

Sendo assim, nota-se a dificuldade de inserir tais conteúdos no caráter patrimonial do indivíduo, dado que suas disponibilidades ultrapassam os limites legais da personalidade tanto do falecido quanto de terceiros com os quais mantinha uma conexão.

Em contrapartida, os bens digitais de caráter patrimonial são aqueles que envolvem a questão financeira, ou seja, possuem um valor econômico (Zampier, 2021). Estes bens podem ser conferidos como moedas virtuais (*bitcoins*), sites, aplicativos, cupons eletrônicos e bens de valor econômico aplicados pelo usuário em jogos on-line (Teixeira; Konder, 2021).

Tratando-se de bens de caráter econômico, a complexidade seria um pouco menor, pois estes, por sua vez, não seriam contrapostos a eventual violação da intimidade, pois o acesso a eles se faz, em muitos casos, com uma chave de acesso para abertura do conteúdo (Nigri, 2021). Todavia, surge como imprescindível, nestas situações, garantir que os herdeiros tenham conhecimento de tal conteúdo, já que a maioria não tem ciência da existência deste acervo, como as plataformas de *streaming*, redes sociais, jogos e outros.

A transmissão dos bens digitais de valoração econômica se faz suscetível, visto que se encaixam no conceito de patrimônio, o qual, conforme Venosa (2021), é a reunião de direitos reais e obrigacionais, ativos e passivos, os quais são intrínsecos ao indivíduo, abrangendo apenas os direitos pecuniários, pois os direitos de personalidade não possuem valoração pecuniária.

Sendo assim, importante é a corrente que entende que os bens digitais patrimoniais são passíveis de sucessão aos herdeiros, ligados diretamente ao patrimônio do falecido, enquanto os bens digitais existenciais possuem caráter de direito de personalidade, os quais teriam maior dificuldade de serem vinculados ao patrimônio do indivíduo.

2.2 A herança digital no Direito Brasileiro

Por se tratar de um tema recente e que vem aos poucos ganhando destaque no meio jurídico, a herança digital não possui uma regulamentação legislativa específica no Brasil. Todavia, como demonstrado acima, a discussão jurídica acerca de tal situação faz-se necessária, uma vez que com a inserção da internet no cotidiano dos indivíduos, tem sido imprescindível o debate sobre as novas situações jurídicas que surgem a partir disso, principalmente nas redes sociais.

A posição, aqui, não é a de ser imprescindível uma regulamentação específica, mas sim sobre sua utilidade – como bem aponta parcela da doutrina. De qualquer forma, enquanto inexistente a regulamentação, há de se fazer o uso da legislação que rege os direitos sucessórios em geral.

O artigo 1.788 do Código Civil Brasileiro, por exemplo, dispõe que se o indivíduo morrer sem deixar testamento, será transmitida a herança aos herdeiros legítimos, ocorrendo o mesmo com os bens não listados no testamento (Brasil, 2002). Tendo em vista a existência de uma herança digital, esta se enquadrará nos trâmites do artigo supramencionado, uma vez que não há disposição contrária a este tipo específico de herança.

Ressalte-se, ademais, que mesmo que não exista legislação específica para tal assunto, a herança digital é matéria de discussão em projetos de lei

nacionais. Embora nenhum destes tenha sido aprovado até o momento, nota-se a importância da regularização de tal assunto já que a internet se tornou uma peça fundamental na vida de muitos brasileiros.

A exemplo, tem-se o Projeto de Lei nº 4099 em junho de 2012, proposto pelo deputado Jorginho de Mello, tendo como objetivo a inclusão de um parágrafo único ao artigo 1.788 do Código Civil, dispondo sobre a transmissão dos conteúdos de contas digitais aos herdeiros do falecido. O Projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), sendo encaminhado ao Senado Federal para avaliação, porém foi arquivado em 2019 (Pereira, 2020).

Ainda, o Projeto de Lei nº 4847/2012 trazia a proposta de incorporação ao Capítulo II-A do Código Civil dos artigos 1.788-A a 1.788-C, os quais traziam em sua redação a regularização da transmissão dos bens digitais aos herdeiros do falecido, como, por exemplo, senhas, redes sociais e contas da Internet. Considerava também que, caso o falecido não houvesse deixado testamento, os bens digitais seriam transmitidos aos herdeiros legítimos e que os herdeiros teriam a possibilidade de definir o destino das contas e bens do usuário no mundo virtual. O Projeto de Lei nº 4847 foi arquivado em decorrência de sua redação se assemelhar ao Projeto de Lei nº 4099/2012 (Pereira, 2020).

De 2012 ao presente momento (abril de 2024), houveram outros projetos de lei disposto acerca do tema herança digital, porém nada prosperou. Um dos projetos de lei mais recente é o de nº 703/2022, que se encontra apensado ao Projeto de Lei nº 3050/2020, o qual, além da regulamentação sobre a transmissão da herança digital aos sucessores, dispõe sobre os direitos autorais do falecido na internet após a sua morte e os direitos do sucessor sobre estes (Brasil, 2020).

Não obstante, no ano de 2024, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Luis Felipe Salomão presidiu um colegiado formado por 38 juristas que buscam discutir reformas no atual Código Civil Brasileiro, abarcando diversos temas. Dentre estes, a herança digital é debatida como tópico de inclusão na reforma, tendo em vista sua regulamentação quanto ao acervo constituído pelo indivíduo

no mundo tecnológico, a exemplo das moedas digitais, dados financeiros, senhas, redes sociais, milhas aéreas e arquivos eletrônicos (SENADO, 2024).

A comissão de juristas aprovou o anteprojeto na data de 5 de abril de 2024, após oito meses de discussões, sendo entregue ao Senado para início da apreciação legislativa das propostas. Dessa forma, o presente trabalho aguardará as deliberações futuras em ambas as Casas do Congresso Nacional, visto que diversas alterações na proposta deverão ser realizadas.

Verificando as tentativas de normatização da herança digital no Brasil, percebe-se a relevância que a temática vem ganhando no meio jurídico, dadas as circunstâncias e tamanha proporção do crescimento do uso da internet no país. É indubitável que os bens digitais possuem uma grande importância na contemporaneidade e que a regulamentação legal destes após a morte do usuário é primordial para garantir a segurança jurídica do cidadão.

2.3 A herança digital no direito estrangeiro

O Brasil não foi o único que demonstrou interesse na regulamentação da sucessão dos bens digitais. O uso dos objetos eletrônicos é mundial e a globalização é prova disso. Dessa forma, outros países mostraram a possibilidade da normatização da herança digital.

Os Estados Unidos expressaram os primeiros sinais de preocupação com a destinação dos bens digitais em 2010, quando, no falecimento de um indivíduo, sua família se viu desamparada ao acesso do acervo digital que o falecido possuía, dentre esses, um álbum digital de fotos da família. Diante disso, a família procurou um representante parlamentar do estado de Delaware, o qual apresentou um projeto de lei que pretendia resguardar os bens digitais deixados pelo usuário. O projeto de Lei foi sancionado pelo governador estadual em 2014 e entrou em vigor no início de 2015 (Zampier, 2021).

Outros estados no país norteamericano mostraram-se interessados na matéria e, a partir de tal legislação, empeçaram leis que dispunham acerca da herança digital e possibilidades da sucessão dos bens digitais. Com isso, a Comissão de Uniformização de Leis (*Uniform Law Comission – ULC*) elaborou

uma proposta legislativa, entre 2012 e 2014, semelhante à do estado de Delaware (Zampier, 2021).

Tal proposta foi nomeada como *Uniform Fiduciary Access Digital Assets Act* (UFADAA), trazendo em sua redação o intuito de estabelecer limites nos direitos e deveres do fiduciário, uma espécie de “inventariante” do direito sucessório brasileiro. Tais limites estariam ligados ao controle do fiduciário acerca dos ativos digitais do falecido e, ainda, a garantia de que estes fiduciários não praticassem qualquer ato ilícito sobre os bens digitais do falecido (USA, 2015).

A UFADAA ainda foi revisada em 2015, devido à preocupação com a possibilidade da violação de direitos de terceiros que poderiam estar ligados ao falecido em plataformas digitais, preocupação que já foi evidenciada anteriormente. Diante disso, a revisão promoveu uma reforma sobre o acesso dos sucessores às contas pessoais do falecido, sendo ele possível apenas se o usuário falecido permitisse ainda em vida. Em outros casos, seria capaz o inventariante de ingressar com solicitação de autorização judicial para o acesso destas contas (USA, 2015).

Houveram ainda outras alterações na UFADAA com a revisão, porém estas estão ligadas ao acesso ao acervo cibernético do falecido de outros sucessores que não o inventariante, conforme a subdivisão do direito sucessório estadunidense (USA, 2015).

Recentemente, entre os anos de 2016 e 2020, quarenta e seis dos cinquenta estados dos Estados Unidos já promulgaram suas legislações sobre a sucessão dos bens digitais¹, demonstrando o avançado interesse do país sobre o tema (Lacerda, 2021).

A Europa, por sua vez, não possui uma legislação específica sobre a transmissão dos bens digitais. Entretanto, a Espanha dispõe de legislação própria, a “Ley Orgánica 3/2018, de 5 de diciembre, de Protección de Datos Personales y garantía de los derechos digitales” que, brevemente, traz regulamentação acerca de dados digitais deixados pelo falecido:

¹ Dos quatro estados restantes, atualmente três possuem projetos em tramitação, de acordo com a Uniform Law Comission (USA, 2024).

Artigo 3.º Dados de pessoas falecidas.

1. As pessoas ligadas ao falecido por motivos familiares ou de facto, bem como os seus herdeiros, podem contactar o responsável ou responsável pelo tratamento, a fim de solicitar o acesso aos seus dados pessoais e, se for caso disso, a sua retificação ou eliminação. A título de exceção, as pessoas referidas no número anterior não poderão aceder aos dados do falecido, nem solicitar a sua retificação ou eliminação, quando o falecido o tenha expressamente proibido ou nos termos da lei. Esta proibição não afetará o direito dos herdeiros de acesso aos dados patrimoniais do falecido. 2. As pessoas ou instituições que o falecido tenha expressamente designado para o efeito podem também solicitar, de acordo com as instruções recebidas, o acesso aos dados pessoais do falecido e, se for caso disso, a sua rectificação ou apagamento. Por decreto real serão estabelecidos os requisitos e condições para comprovar a validade e validade destes mandatos e instruções e, se for caso disso, o seu registo. 3. Em caso de morte de menores, estes poderes podem também ser exercidos pelos seus representantes legais ou, no âmbito das suas competências, pelo Ministério Público, que pode actuar de ofício ou a pedido de qualquer interessado, singular ou pessoa jurídica. Em caso de morte de pessoas com deficiência, estes poderes poderão também ser exercidos, para além dos indicados no número anterior, por aqueles que tenham sido designados para desempenhar funções de apoio, se tais poderes se entenderem incluídos no regime de apoio. medidas fornecidas pelo designado (Espanha, 2018).

O restante do continente europeu se apoia no Regulamento Geral de Proteção de Dados Europeu, vigente desde 2018, o qual inspirou a criação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei 13.709/2018).

Acontece que não existem disposições expressas sobre o direito sucessório neste regulamento, o que impede a afirmação de um avanço do continente em relação à regularização do destino da herança digital dos indivíduos, limitando-se muitas vezes a discussões que levantam a omissão legislativa europeia.

Além disso, o Tribunal Alemão, país que também não possui regulamento próprio do tema da sucessão de bens digitais, tratou de um caso no qual considerou a oportunidade de o titular dos bens digitais de determinar o destino destes (Mendes; Fritz, 2019).

A decisão baseou-se no fato de que caso o transmissor deixe de se manifestar sobre o destino de tais bens digitais, será empregada a legislação padrão alemã, na qual os herdeiros terão autonomia para decidir o destino destes bens (Zampier, 2021).

Tal discussão no Tribunal Alemão surgiu com o caso de uma morte de causa incerta de uma jovem de 15 anos no metrô de Berlim. Os pais da garota

desejavam acessar seu perfil na rede social *Facebook*, na tentativa de encontrar evidências e respostas sobre o acontecido. Porém, a plataforma impossibilitou o acesso da conta pelos pais, transformando-a em um memorial (Mendes; Fritz, 2019).

O Tribunal Alemão concedeu autorização com base na apreciação do interesse patrimonial ou moral que os autores da ação possuíam, não carecendo de nova legislação para tal decisão, fazendo o uso de leis já existentes no ordenamento alemão e as baseando razoavelmente na situação posta (Zampier, 2021).

Ante o exposto, nota-se a percepção sobre a magnitude da problemática acerca da regulamentação da herança digital e as posições e discussões em diferentes ordenamentos jurídicos.

3 A HERANÇA DIGITAL NOS JOGOS ONLINE E SEUS ITENS COMERCIALIZADOS

Os bens virtuais geralmente estão abscondidos ou encontram-se em difícil acesso para outros além do possuinte. Nos jogos virtuais, isso não é diferente. Apesar de na maioria dos casos os jogos online serem utilizados para lazer do usuário, muitos realizam compras dentro destes, as quais ficarão armazenadas no jogo e poderão ser por ele usufruídas.

Ainda, em certas situações, o usuário ganha prêmios no jogo, sendo itens que estavam disponíveis para compra, mas que foram a ele presenteados. Tudo isso faz com que seja possível em alguns jogos a venda e troca de dinheiro de moeda corrente nacional ou internacional, ou até mesmo pela moeda existente no jogo.

Assim, traz-se à tona a discussão acerca da possibilidade da sucessão dos itens comercializados dentro dos jogos online, uma vez que o usuário demandou um montante nestes itens, fazendo jus ao conceito de patrimônio já aludido anteriormente. Estes itens são por exemplo *skins* de personagens ou objetos, melhorias do jogo, entre outros.

A discussão sobre a possibilidade da sucessão dos itens adquiridos pelos usuários nos jogos online se torna complexa no momento em que são analisados seus termos e condições de uso. Mesmo que o usuário tenha investido seu dinheiro para adquiri-los, vários jogos dispõem em seus termos que os itens do indivíduo não se confundem com seu patrimônio, sendo a relação de mera licença de uso.

3.1 Uma análise de termos de uso

Os bens virtuais acumulados pelos usuários de jogos on-line podem ser tanto adquiridos por um preço monetário ou através de conquistas que o usuário conseguiu dentro do *game*. Acontece que muitos destes jogos, por se tratarem de plataformas de acesso gratuito, acabam privando os usuários da propriedade dos bens adquiridos e conquistados, impossibilitando a sua venda ou o seu reembolso.

Dessa forma, mostra-se pertinente a análise de alguns dos termos e condições de uso de jogos populares, como o *League of Legends* (desenvolvido pela *Riot Games*), que prevê que o usuário não possui propriedade da conta, mas sim a desenvolvedora:

Não obstante qualquer disposição em contrário neste documento, você reconhece e concorda que não terá nenhum direito de propriedade ou outro tipo de direito sobre sua conta, e que todos os direitos de sua conta são e sempre serão de propriedade da Riot Games e reverterão em benefício desta. Você também reconhece e concorda que você não tem nenhuma titularidade, direito de propriedade ou outro tipo de direito exclusivo sobre qualquer Conteúdo Virtual, independentemente de qualquer contraprestação oferecida ou paga em troca (Riot Games, 2023, n.p.).

A licença de uso se caracteriza como uma permissão do desenvolvedor do jogo para que o usuário, mesmo que tenha pago por aquilo, possa fazer o livre uso do bem, porém não poderá comercializá-lo ou modificá-lo, uma vez que o desenvolvedor possui estes direitos sobre o software.

O desenvolvedor delimita as autorizações que o usuário possui no uso do software, os direitos que pode reclamar perante a desenvolvedora e os direitos desta sobre o sistema, uma vez que é ela quem possui os direitos autorais.

Isso não ocorre somente com o *League of Legends*, mas com a maioria dos jogos, já que a provedora detém toda a propriedade acerca do *software*, ou seja, a venda ou reversão a valores monetários se encontra impossibilitada, pois implicaria em afronta aos direitos autorais da empresa desenvolvedora. Porém, ainda que ela detenha propriedade sobre os bens ali existentes, é importante lembrar que o usuário investiu dinheiro e tempo naquela plataforma, podendo levar a sérias discussões judiciais.

A Plataforma Steam, por sua, vez, prevê no Item 2.A do seu Acordo de Assinatura uma disposição semelhante aos Termos de Serviço do *League of Legends*, informando que o usuário não detém a propriedade sobre o conteúdo existente na plataforma e nos jogos:

O Conteúdo e os Serviços são licenciados, não vendidos. A sua licença não confere qualquer título ou propriedade sobre o Conteúdo ou os Serviços. Para usar o Conteúdo e os Serviços, você necessita de ter uma Conta Steam e pode ser necessário executar o cliente Steam e manter uma conexão com a Internet (Valve Corporation, 2022, n.p.).

Ainda, no item 2.G do mesmo Acordo, a plataforma reforça que o usuário não terá propriedade sobre o conteúdo, apenas a licença de uso, não podendo obter vantagens sobre o material fornecido pela desenvolvedora:

Você tem o direito de uso do Conteúdo e dos Serviços para uso pessoal, mas não tem o direito de: (i) vender, conceder uma garantia ou transferir reproduções do Conteúdo e dos Serviços para outras partes, de qualquer outro modo, nem alugar nem licenciar o Conteúdo e os Serviços a outros sem a autorização prévia por escrito da Valve, salvo na medida expressamente permitida em outra seção do presente Acordo (incluindo quaisquer Termos de Assinatura ou Regras de Uso) [...] (Valve Corporation, 2022).

A *Steam* dispõe de diversos jogos gratuitos e para aquisição. Nela, é possível a compra e venda de itens entre usuários, cujos valores movimentados ficarão armazenados na “carteira” da plataforma. Porém, a título de exemplo, o jogo *Counter-Strike: Global Offensive*, ou mais conhecido como CS:GO e recentemente atualizado para a versão CS2, que se encontra na *Steam*, dispõe de formas de venda de itens, tanto adquiridos quanto recebidos sorteados, em outras plataformas on-line, possibilitando o recebimento do valor em dinheiro real. Ou seja, a propriedade dos bens deixa de ser apenas no jogo, podendo ser transferível a outras pessoas.

No item 3.C do Acordo de Assinatura da *Steam*, é possível analisar a disposição acerca da “carteira Steam”. Nele, é prescrito que os valores que o usuário possui nesta carteira não poderão ser revertidos em dinheiro do “mundo real”:

O Steam pode disponibilizar um saldo de conta associado à sua Conta (a “Carteira Steam”). A Carteira Steam não é uma conta de banco nem qualquer tipo de instrumento de pagamento. Ela funciona como um saldo pré-pago para comprar Conteúdo e Serviços. Você pode depositar fundos na sua Carteira Steam até a um montante máximo determinado pela Valve, por cartão de crédito, cartão pré-pago, código promocional ou qualquer outro método de pagamento aceito pelo Steam. [...] Os fundos da Carteira Steam não têm valor monetário e não podem ser trocados por dinheiro. Os fundos da Carteira Steam que forem considerados propriedade não reclamada podem ser entregues à autoridade aplicável (Valve Corporation, 2022).

Nesse sentido, retorna-se à análise ao jogo *League of Legends*. Nele, também é disposto que o conteúdo virtual do jogo não poderá ser trocado por dinheiro ou transferido à outra pessoa:

Quando você clica para comprar, ganhar ou receber um Conteúdo Virtual, você obtém apenas uma licença para acessar o Conteúdo Virtual. Você não possui a propriedade sobre nenhum Conteúdo Virtual que desbloquear e não poderá transferi-lo para outra pessoa. O Conteúdo Virtual não tem valor monetário, geralmente é específico do jogo e você não pode resgatar Conteúdo Virtual por qualquer tipo de dinheiro do “mundo real” (Riot Games, 2023, n.p.).

Nessa situação, verifica-se que mesmo o usuário tendo gasto dinheiro no jogo, não poderá transferir os respectivos itens para outra pessoa em troca de dinheiro ou até mesmo a sucessão para herdeiro dentro da plataforma. Ainda, prevê-se nos termos que se o usuário inutilizar a conta por um determinado período, ela poderá ser encerrada pela desenvolvedora, mediante aviso prévio.

Ante o exposto, utilizando os exemplos eleitos, pode-se perceber que as políticas de cada jogo variam, mas tendem a convergir em alguns aspectos quanto à propriedade (ou não) dos itens virtuais pelo usuário e a possibilidade de sucessão aos herdeiros.

Embora não seja o foco da discussão travada por esse artigo, há de se ressaltar, inclusive, que estas cláusulas impostas pelas desenvolvedoras de jogos dentro dos termos de serviço ou dos termos de uso podem ser interpretadas como abusivas, tendo em vista que para a aquisição de tais bens digitais o usuário dispõe de valores econômicos e/ou de tempo de

aprimoramento e conquistas no jogo, sendo aplicável, de acordo com parcela da doutrina, o artigo 51, inciso IV do Código de Defesa do Consumidor, o qual dispõe que são nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade (Brasil, 1990, apud, Zampier, 2021).

Observa-se, ainda, que existem usuários de jogos online que os utilizam como ferramenta de trabalho, seja como entretenimento em plataformas de *live stream* ou ainda campeonatos, muitas vezes promovidos pela própria desenvolvedora.

Diante disso, a regularização em face dos bens digitais, visando também os jogos online, faz com que situações como estas venham a ser questionadas ou ainda esclarecidas pelo legislativo nacional, vislumbrando se este acervo ou coleção do usuário se encaixa dentro de seu patrimônio, podendo ser transferido após sua morte, ou sendo apenas uma licença de uso adquirida ao comprar os itens nos jogos, da qual não há qualquer hipótese de transmissibilidade.

3.2 O registro de testamento dos bens virtuais dentro dos jogos online

Os bens deixados pelo falecido podem ter dois caminhos: a sucessão legítima e o testamento. A sucessão legítima se dá pelo artigo 1.788 do Código Civil de 2002, o qual dispõe que “morrendo a pessoa sem testamento, transmite a herança aos herdeiros legítimos; o mesmo ocorrerá quanto aos bens que não forem compreendidos no testamento; e subsiste a sucessão legítima se o testamento caducar, ou for julgado nulo” (Brasil, 2002). Sendo assim, a sucessão legítima se dará sobre 50% da herança e também sobre o restante se não houver a existência de um testamento, ou, se existir, for considerado for nulo.

Flávio Tartuce (2020, p.394) define o testamento como “um negócio jurídico unilateral, personalíssimo e revogável pelo qual o testador faz disposições de caráter patrimonial ou extrapatrimonial, para depois de sua

morte". Ou seja, o testamento é um documento deixado pelo testador apresentando determinações sobre o destino de seus bens após a sua morte.

Como expresso anteriormente, os itens virtuais, por serem muito particulares do indivíduo, normalmente são ocultos ou desconhecidos para outros sujeitos que não sejam o próprio detentor dos itens. Pensando nisso, a criação de um testamento sobre tais bens pode ser uma abertura para o conhecimento da existência destes, já que muitos possuem um valor econômico e sentimental que se faz importante aos sucessores do sujeito.

Algumas redes sociais já disponibilizam em suas plataformas ferramentas para que o usuário possa escolher pessoas capazes de gerenciarem o perfil ou o acervo ali situado. Um exemplo é o *Facebook*, que permite que o usuário eleja ainda em vida uma pessoa que terá aptidão para gerenciar a sua após a morte, tornando-a um memorial para que seus amigos possam visitar o perfil e relembrar do falecido.

De forma semelhante, o testamento dos bens virtuais em jogos online pode se demonstrar uma ferramenta importante, visto que, como já comentado, sua existência pode ser ignorada pelos familiares ou de difícil acesso a eles, tendo a possibilidade de o testador demonstrar a destinação dos seus bens virtuais e a forma de acesso a uma pessoa de confiança, incluindo as senhas de e-mails, redes sociais, jogos, entre outros.

A possibilidade de as desenvolvedoras trazerem em suas plataformas a oportunidade da realização de um testamento dentro do jogo pode fazer com que o usuário tenha uma maior segurança em uma dupla perspectiva: tanto quanto ao cuidado posterior de seus bens virtuais, quanto à segurança de saber como está gastando seu dinheiro, uma vez que terá a garantia de sua destinação após a morte (Barboza; Almeida, 2021).

Todavia, referida sugestão, como já foi discorrido, ainda enfretaria a resistência das discussões envolvendo a licença de uso ou a propriedade dos bens digitais em si, chocando-se com as prescrições normalmente dispostas nos termos e condições de uso dos jogos e plataformas. Cabe ao legislador trazer à tona a problemática e procurar apaziguar um entendimento que favoreça tanto os usuários dos jogos quanto as desenvolvedoras.

CONCLUSÕES

Mesmo presente no cotidiano da humanidade por algumas décadas, é visível que a regularização legislativa do mundo cibernetico ainda é deficitária e que é necessário o preenchimento de algumas de suas omissões. Uma delas é a transmissibilidade sucessória dos itens digitais dos jogos online.

Embora seja complexo chegar a um consenso no tocante a assuntos como este, uma vez que a internet e seus mecanismos não se assemelham por completo ao mundo real e às situações comuns que são observadas.

Desta forma, o presente artigo buscou realizar uma análise acerca da matéria de sucessões de uma forma geral, situando do que se trata o tema tratado, verificando os esclarecimentos básicos acerca do direito sucessório, as duas espécies de sucessão, *inter vivos* e *causa mortis*, e a sucessão legítima e testamentária.

Fixando os conceitos gerais, adentrou-se nas concepções sobre herança digital, ligada diretamente com o tema principal do artigo, considerando que esta possui recentes conceitos doutrinários, uma vez que se trata de assunto contemporâneo no direito brasileiro. Apesar da novidade do tema, a sua compreensão não tem complicações, já que a diferença entre a herança de modo geral e a digital são os elementos transmitidos na sucessão e o lugar em que se encontram (sua forma de acesso).

Ato contínuo, discorreu-se sobre como se deram as ainda escassas discussões acerca da regulamentação da herança digital no direito brasileiro, contemplando os projetos de lei que já foram apreciados nas casas legislativas, visto que nenhuma normativa foi aprovada e promulgada até o momento.

Em razão disso, o estudo socorreu-se na temática da herança digital em alguns outros países, a exemplo dos Estados Unidos, que já possuem um grande plano legal sobre o tema, assim como a Alemanha, que, mesmo não possuindo leis específicas, discutiu judicialmente sobre a destinação do acervo deixado pelo *de cuius*, valendo-se da legislação já existente para resolução do caso.

A controvérsia sobre a transmissibilidade de itens digitais dentro dos jogos online surgiu neste momento do estudo. Foi necessária, para tanto, uma análise sobre a incidência ou não destes itens no patrimônio dos usuários, uma vez que, após a análise de alguns dos termos e condições de uso de jogos e plataformas, percebeu-se a tendência de previsão de propriedade do desenvolvedor do jogo, restringindo aos usuários a licença de uso dos bens.

Além dessa discussão envolvendo a licença de uso ou propriedade dos itens em si, caso seja entendida como cabível a transmissibilidade, na prática pode ser ela difícil, devido ao meio em que se encontram e a desinformação dos familiares em relação à existência dos próprios bens.

Observando tal situação, veio à tona a necessidade de uma área de cadastro dentro dos jogos destinada à indicação, pelo usuário, de dados importantes para facilitar a localização destes itens e quais seriam os sucessores, caso seja de seu interesse.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, Heloiza Helena; ALMEIDA, Vitor. Tecnologia, Morte e Direito: Em busca de uma compreensão sistemática da "herança digital". In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; LEAL, Livia Teixeira. **Herança Digital:** controvérsias e alternativas. Indaiatuba, Sp: Foco, 2021.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3050/2020. Altera o art. 1.788 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=254247>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.078/1990, de 11 de setembro de 1990.** Código de Defesa do Consumidor. Brasília, DF, 11 set. 1990. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 02 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002:** Código Civil Brasileiro. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 08 nov. 2021.

CARBONE, Filipe. **CS:GO: colecionador compra duas skins por R\$ 4 milhões**: Valor investido ultrapassou em cinco vezes a transferência mais cara que se tem registro de um cosmético do CS:GO. 2021. Disponível em: <https://ge.globo.com/esports/csgo/noticia/csgo-colecionador-compra-duas-skins-por-r-4-milhoes.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CARVALHO, Luiz Paulo de. V. **Direito das Sucessões**. São Paulo, SP: Grupo GEN, 2019. 9788597017328. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017328/>. Acesso em: 08 nov. 2021.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro - Vol 06 – Direito das Sucessões**. 28^a ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.

ESPAÑA. Lei nº 3/2018, de 05 de dezembro de 2018. **Ley Orgánica 3/2018, de 5 de Diciembre, de Protección de Datos Personales y Garantía de Los Derechos Digitales**. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/lo/2018/12/05/3/con>. Acesso em: 24 mar. 2024.

GONÇALVES, Carlos. R. **Esquematizado - Direito civil 3 - Responsabilidade Civil - Direito de Família - Direito das Sucessões**. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2019. 9788553617432. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553617432/>. Acesso em: 08 nov. 2021.

LACERDA, Bruno Torquato Zampier. Bens digitais: Em busca de um microssistema próprio. In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; LEAL, Livia Teixeira. **Herança Digital: controvérsias e alternativas**. Indaiatuba, Sp: Foco, 2021. p. 02-302.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Curso de Direito das Sucessões**. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598094/>. Acesso em: 09 nov. 2021

MENDES, Laura Schertel Ferreira; FRITZ, Karina Nunes. Case Report: Corte Alemã Reconhece a Transmissibilidade da Herança Digital. **Revista Direito Unifacs**, Porto Alegre, Rs, v. 15, n. 85, p. 188-211, 2019. Mensal. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/5951>. Acesso em: 03 mar. 2022.

NIGRI, Tania. **Herança**. São Paulo, SP: Editora Blucher, 2021. 9786555062809. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555062809/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

PESQUISA GAME BRASIL. **Pesquisa Game Brasil**. 2024. Disponível em: <https://www.pesquisagamebrasil.com.br/pt/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança Digital no Brasil**: os impactos de sua proposta de tutela sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2020.

RIOT GAMES. **Termos de Serviço da Riot Games**. 2023. Disponível em: <https://www.riotgames.com/pt-br/terms-of-service-BR>. Acesso em: 24 mar. 2023.

SENADO, Agência. **Juristas concluem anteprojeto de código civil; direito digital e de família têm inovações**. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/04/05/juristas-concluem-anteprojeto-de-codigo-civil-direito-digital-e-familia-tem-inovacoes>. Acesso em: 09 abr. 2024.

TARTUCE, Flavio. **Direito Civil - Direito das Sucessões** - Vol. 6. São Paulo – SP: Grupo GEN, 2020. 9788530989408. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989408/>. Acesso em: 2021 nov. 20.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; KONDER, Carlos Nelson. O enquadramento dos bens digitais sob o perfil funcional das situações jurídicas. In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; LEAL, Livia Teixeira. **Herança Digital: controvérsias e alternativas**. Indaiatuba, Sp: Foco, 2021.

USA. **Revised Uniform Fiduciary Access To Digital Assets Act (2015)**. Disponível em: <https://www.uniformlaws.org/HigherLogic/System/DownloadDocumentFile.ashx?DocumentFileKey=112ab648-b257-97f2-48c2-61fe109a0b33&forceDialog=0>. Acesso em: 03 mar. 2022.

USA. **Revised Uniform Fiduciary Access To Digital Assets Act (2024)**. Disponível em: <https://www.uniformlaws.org/committees/community-home?CommunityKey=f7237fc4-74c2-4728-81c6-b39a91ecdf22>. Acesso em: 31 mar. 2024.

VALVE CORPORATION. **Acordo de Assinatura do Steam**. 2022. Disponível em: https://store.steampowered.com/subscriber_agreement/brazilian/. Acesso em: 24 mar. 2024.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil - Família e Sucessões** - Vol. 5. São Paulo, SP: Grupo GEN, 2021. 9788597027150. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027150/>. Acesso em: 08 nov. 2021.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil - Parte Geral** - Vol. 1. São Paulo, SP: Grupo GEN, 2021. 9788597027181. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027181/>. Acesso em: 10 nov. 2021

WIJMAN, Tom. **Newzoo's games market revenue estimates and forecasts by region and segment for 2023**. 2024. Newzoo. Disponível em: <https://newzoo.com/resources/blog/games-market-estimates-and-forecasts-2023>. Acesso em: 24 mar. 2024.

ZAMPIER, Bruno. **Bens Digitais**. 2. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2021.

Estudos sobre a Literatura Infantil brasileira de autoria feminina durante a ditadura militar

Walace Rodrigues¹

Resumo: Este escrito tem como objetivo levantar questões acerca da Literatura Infantil brasileira de autoria feminina produzida durante a ditadura militar (1964-1985) e buscará expandir os estudos que vimos fazendo até aqui (dezembro de 2024). Nosso foco recai sobre a Literatura Infantil por sua importância no processo de aquisição e aprendizado de leitura e escrita nos primeiros anos de alfabetização, além de seu aspecto lúdico, criativo e multimodal. Também o pouco acesso das crianças mais vulneráveis à Literatura Infantil deve ser levada em conta para que haja mais estudos nesta área. Compreendemos que as obras estudadas até aqui revelam que os livros de Literatura Infantil escritos por mulheres durante a ditadura militar deixam ver mensagens de liberdade e otimismo que tocam os pequenos e fazem com que as crianças tenham esperança em uma vida melhor, mesmo em meio a um período ditatorial. Esperançar parece ser, portanto, o foco de tal literatura, mas não o único de seus objetivos. Daí nosso interesse em pesquisar mais sobre tal literatura escrita por mulheres e que, acreditamos, pode nos revelar aspectos ainda mais instigantes e inovadores sobre a Literatura Infantil brasileira.

Palavras-chaves: Literatura infantil brasileira; ditadura militar; escrita feminina.

Abstract: This paper aims to research Brazilian Children's Literature written by women produced during the military dictatorship (1964-1985) and will seek to expand the studies we have been doing so far (December 2024). Our focus is on Children's Literature due to its importance in the process of acquiring and learning reading and writing in the first years of literacy, in addition to its playful, creative and multimodal aspect. The poor access of the most vulnerable children to Children's Literature must also be taken into account so that there are more studies in this area. We understand that the works studied so far reveal that Children's Literature books written by women during the military dictatorship reveal messages of freedom and optimism that touch

¹ Pós-doutor pelo Instituto Politécnico de Lisboa - LIACOM/ESCS/IPL (2024-2025) e pela Universidade de Brasília – POSLIT/UnB (2018-2019). Doutor em Humanidades, mestre em Estudos Latino-Americanos e Ameríndios e mestre em História da Arte Moderna e Contemporânea pela Universiteit Leiden (Países Baixos). Licenciado em Educação Artística pela UERJ, com complementação pedagógica em Letras/Português e em Pedagogia. Professor da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT. Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins - PPGLLit/UFNT. Pesquisador no grupo de pesquisa Grupo de Estudos do Sentido - Tocantins – GESTO, da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT - CAPES/CNPq. Membro do Grupo de Trabalho Estudos Linguísticos na Amazônia Brasileira - GT-ELIAB, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Linguística e Literatura (ANPOLL). Investigador colaborador do LIACOM/ESCS/IPL Portugal. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9082-5203> E-mail: walacewalace@hotmail.com

little ones and make children have hope for a better life, even in the midst of a dictatorial period. Hope therefore seems to be the focus of such literature, but not the only one of its objectives. Hence our interest in researching more about such literature written by women and which, we believe, can reveal even more intriguing and innovative aspects about Brazilian Children's Literature.

Keywords: Brazilian children's literature; military dictatorship; female writing.

Introdução

O presente artigo vem de encontro às nossas pesquisas sobre Literatura Infantil de autoria feminina junto ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLLit/UFNT). Nossas pesquisas estão relacionadas também ao ensino, área em que o PPGLLit se direciona em relação aos estudos literários e linguísticos e ao nosso corrente projeto de pesquisa cadastrado.

Vale ressaltar que nosso interesse pela Literatura Infantil também nasce a partir das leituras que eu e meu filho fazemos à noite, antes de dormir, de livros voltados para as crianças da primeira infância (fase que vai do nascimento até os cinco anos e onze meses) e dos primeiros anos de alfabetização. Alguns livros são somente com imagens, outros combinam imagens e textos, outros ainda têm algo para o toque, para o cheiro etc. Temos em torno de cinquenta livros em português e outros idiomas. Nossas leituras são compartilhadas e buscam despertar, desde cedo, o gosto pelos livros e a leitura em meu filho. Toda a noite escolhemos uns dois ou três livros para lermos juntos. Essa atividade é cobrada por meu filho todas as noites: “- E o livro?”

Pensamos que esse contato com os livros infantis que trazem uma visão mais humanista e libertadora de mundo pode ter influenciado positivamente as crianças que tiveram acesso a eles. Utilizamos aqui uma passagem de um conhecido texto de Regina Zilberman, de 1985, intitulado “Literatura Infantil para crianças que aprendem

a ler”, que corrobora com o que estamos dizendo: o contato com os livros e as diversas formas de linguagens podem ser enriquecedores para as crianças:

A criança conhece o livro antes de saber lê-lo, da mesma maneira que descobre a linguagem antes de dominar seu uso. Os diferentes códigos – verbais, visuais, gráficos – se antecipam à criança, que os encontra como prontos, à espera de que os assimile paulatinamente ao longo do tempo. (Zilberman, 1985, p. 80)

Não podemos esquecer que o desejado contato com o livro e com a Literatura Infantil passa pela escrita da obra e por sua ilustração, sendo o diálogo entre essas linguagens (verbal e visual, entre outras) que acaba por atrair as crianças para os possíveis e variados sentidos de uma obra literária com a qual têm contato.

O presente trabalho se integra à nossa pesquisa cadastrada na UFNT, com ligação direta ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLLit), intitulada “Estudos sobre literatura infantil de autoria feminina durante a ditadura militar (1964-1985)”. Tal pesquisa fornecerá aos estudantes de Licenciatura em Letras e do PPGLLit envolvidos uma visão da produção e recepção da Literatura Infantil brasileira no período indicado e com foco na autoria feminina

Ainda, nossa pesquisa tem caráter transdisciplinar, englobando as áreas de Letras, Arte e Educação, principalmente. Também, nosso intento é formar pesquisadores na área de Letras e afins com habilidades para a pesquisa e escrita de trabalhos científicos a serem divulgados em vários meios, como revistas, capítulos de livros, congressos, entre outros meios de publicidade das pesquisas executadas.

Escrita de autoras de Literatura Infantil durante a ditadura militar

Pensamos nas linhas da escritora Edla van Steen: “O texto da mulher é muito forte no Brasil” (Van Steen apud Gonçalves; Simon, 2018, s/p). Compreendemos que os textos femininos têm algo de específico, principalmente nos livros de Literatura Infantil escritos durante o período ditatorial de 1964 até 1985. Nesse caminho, o tema central abordado nesse projeto é a escrita feminina de obras de Literatura Infantil.

Tentamos compreender um pouco mais sobre essa “força” do texto feminino no Brasil como relevância específica para estes textos, como bem nos disse Edla van Steen, uma grande conchedora dos textos femininos brasileiros e uma famosa contista.

Nos últimos anos temos pesquisado sobre a riqueza da multimodalidade nos textos de Literatura Infantil brasileira (cf. Rodrigues, 2021; 2022a; 2022b) e, durante as pesquisas, deparamo-nos com uma grande produção de mulheres escritoras que criam textos e imagens para o público infantil e isso nos deixou bastante curiosos por pesquisar sobre este nicho da literatura.

Neste caminho, desejamos pesquisar sobre a Literatura Infantil no Brasil de autoria feminina e suas possibilidades significativas para o incentivo da leitura literária na fase de aquisição de linguagem escrita, sobre a representatividade feminina na literatura infantil brasileira, sobre a riqueza da multimodalidade nos livros de literatura infantil brasileira, entre outros pontos.

Tal pesquisa tem um caráter inovador por contribuir diretamente com os estudos sobre Literatura brasileira por uma via feminina (caminhando por teorias feministas) e em conformidade com a Lei nº 14.986/2024, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e inclui abordagens femininas nos currículos escolares, instituindo a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no Brasil nas áreas científica, artística, social, cultural, política e econômica. Tal lei abre caminhos para discussões femininas nos conteúdos curriculares do Ensino Fundamental e Médio, em escolas públicas e privadas.

Ainda, as mulheres, em nossas sociedades contemporâneas, não estão em pé de igualdade em nossa sociedade em vários aspectos da vida social, cultural, econômica, etc., o que faz com que desejemos ressaltar as criações femininas no campo da Literatura e durante um momento político e social difícil para o Brasil. Isso faz com que valorizemos suas criações críticas, artísticas e foquemos nelas.

Lembremos, ainda, que as mulheres são um grupo marginalizado, principalmente as mais vulneráveis e latino-americanas, como nos diz Butler (2018), daí a

necessidade de reafirmar as produções femininas num período tão misógino como nos anos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira.

Informamos que nos detemos em discutir a produção literária feminina também em concordância com a lei 14.986/2024, que estabelece a obrigatoriedade de abordar as perspectivas, experiências, contribuições, vivências, fazeres e conquistas das mulheres em diferentes áreas do saber humano, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei 9.394/96).

Foi a partir de compreender a importância do contato infantil com os livros e suas linguagens que nossa curiosidade intelectual (cf. Lajolo e Zilberman, 2017; Oliveira, 2007; Simões, 2013; Soares, 1999; Zilberman, 1985, 1993, 2003) levou-nos a pensar sobre a Literatura Infantil como um rico campo de pesquisa acadêmica, principalmente da Literatura Infantil produzida durante a ditadura militar brasileira. Entendemos o período da ditadura militar de 1964 a 1985 como um momento de “sublevação de liberdades”, para usarmos uma expressão de Paulo Freire (1994):

A herança brasileira é colonial, de natureza autoritária. E temos nessa herança a sublevação da liberdade. Mas temos também, ao longo da nossa história, as expressões de luta contra a repressão, os “Quilombos”. Vivemos no Brasil de um lado a repressão, de outro os quilombos. E eu vejo os quilombos como a expressão da ansiedade legítima de liberdade. (Freire, 1994, p. 9)

E tal momento histórico e político de ditadura reforçou as “sublevações de liberdade”, trazendo uma censura governamental sobre todas as produções artístico-culturais, principalmente a partir do Ato Institucional número 5 (AI-5), de 1968. Rodrigues (2012) diz-nos que:

Os efeitos do golpe militar na vida dos cidadãos não se fazem sentir bruscamente com a entrada dos militares no poder em 1964. Somente com a instauração do Ato Institucional número 5 (AI-5) de 13 de dezembro de 1968 é que um órgão de censura foi criado dentro do governo e os direitos civis dos cidadãos foram suspensos, plenos poderes foram concedidos ao presidente militar (tais como: fechar o Legislativo por tempo ilimitado, cassar mandatos, suspender direitos políticos, suspender a garantia do habeas corpus e efetuar prisões sem mandado judicial). A partir deste momento, os

militares mostram seu lado mais autoritário e truculento. Durante este período tudo é proibido e os jovens estudantes politizados começam a mostrar a grande insatisfação com o regime militar. A partir do AI-5 a classe artística começa intensificar os “ataques culturais” contra a ditadura. As obras de teatro, cinema, música, artes plásticas, entre outras, são divididas entre as que protestam contra o regime e as que apoiam o regime. (Rodrigues, 2012, p. 101)

Sendo tal período histórico pesquisado um longo momento de pesada censura artístico-cultural, pensamos que podemos obter interessantes mensagens nos livros de Literatura Infantil e compreender o interesse feminino em produzir tal literatura. As artes literárias também não escaparam do crivo da censura governamental, mas as obras de Literatura Infantil publicadas durante o regime militar parecem não ter passado por um crivo tão pesado dos censores, como nos diz Dias (2019):

A literatura infantil produzida no referido período passou ao largo dos olhares da censura. Se na década de 1970 do século 20 a censura manteve-se distante desse tipo de obra que ali se produzia, não podemos dizer o mesmo em relação aos tempos atuais. Com grande parte da produção de livros ainda muito próxima de uma escrita prescritiva de valores e comportamentos dirigidos à infância, a literatura infantil tem sido alvo de cerceamentos graves quando se afasta — na leitura dos moralistas — daquelas que deveriam ser as diretrizes para a educação das crianças. (Dias, 2019, p. 1)

Se no período militar as publicações para o público infantil eram deixadas de lado pelos censores, elas são, hoje em dia, alvo de grandes alardes moralistas, como nos revelou Dias (2019). Este ponto já faz com que nossa pesquisa se lance à reflexão acerca da Literatura Infantil do período militar com um olhar mais atento e faz com que esta proposta de estudos se volte para um objeto de discussão atualíssimo.

Ainda, o escrito aqui apresentado busca focar na produção feminina de autoras conhecidas por produzirem para o público infantil durante o período militar. Vemos na produção literária infantil feminina da época uma forte mensagem libertária de encorajamento e de luta por uma vida melhor (cf. Rodrigues, 2021, 2022a). No entanto, parece haver outros aspectos dessa literatura que ainda necessitam de mais atenção científica dentro da construção das histórias levadas às crianças, muitas utilizando uma forma poesia narrativa.

Notamos que mensagens libertárias podem ser encontradas em tais livros, mas que poucas pesquisas estão voltadas para compreender os sentidos múltiplos das obras de Literatura Infantil durante a ditadura militar. Tais mensagens, acreditamos, podem surgir de forma clara em produções de conhecidas autoras literárias da época e nos levam a pensar em uma “educação para a liberdade” a partir da leitura literária infantil (compartilhada ou autônoma).

Obviamente, sabemos que as crianças pouco podiam fazer contra um regime autoritário, mas acreditamos que a literatura infantil corroborou para um anseio de liberdade de muitos artistas e intelectuais da época (cf. Rodrigues, 2021; 2022a), e isso, pensamos, pode ter ficado também inscrito nas mensagens das obras para o público infantil.

Vale ressaltar que tomamos aqui as crianças como cidadãos valorizados socialmente em sua formação para o mundo e para a vida em sociedade. Vemos que a tão falada “humanização” também deve ser um objetivo na educação dos pequenos, pois nesta humanização há mais que nos tornarmos “humanos” (seres de sensibilidade aguçada e de cognição engenhosa), mas há um caráter ético de estar no mundo e ser com o mundo, além da formação a partir do sensível. Candido (2004) mostra-nos, em sua perspectiva, o que é humanização:

Entendo aqui por humanização (já que tenho falado tanto nela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (Candido, 2004, p. 180)

Neste sentido, vemos que a Literatura Infantil acaba por auxiliar a formar futuros leitores conscientes de que há os mais variados sentidos flutuantes em uma obra literária e que é possível ter várias sensibilizações a partir desta obra. Entendemos que não há mensagem fechada para um determinado texto, mas mensagens variadas

a partir de determinados leitores. Daí ser um texto um objeto rico em sentidos cognitivos, sentimentais e sensoriais (cf. Rojo, 2004).

Pensamos, ainda, que os estudantes com maior contato com a Literatura Infantil desde tenra idade serão beneficiados no momento de aprender a ler quando inseridos no processo de escolarização. Costa (2008) informa que:

Se, por um lado, a escolarização da Literatura Infantil rouba-lhe o caráter contestador e libertário, próprio da literatura, por outro a escola mostra-se o ambiente de trabalho propício para o desenvolvimento de competências de leitura, que vão desde o texto mais simples (cartilhesco) até o mais complexo, o literário e o científico. A presença da literatura entre as tarefas da escola produz um contínuo questionamento a respeito de estratégias para levar os alunos aos textos, sobre técnicas de leitura, diversidade dos textos escritos e desenvolvimento de estreitas relações de curiosidade, desempenho e satisfação no que se refere à literatura. (Costa, 2018, p. 15)

Vemos que cabe à escola a introdução dos estudantes aos mundos dos mais variados sentidos despertados pela leitura literária, auxiliando-os a tirarem o máximo de proveito dos textos literários a partir de aulas estruturadas e planejadas para tal fim. Neste mesmo caminho, Zilberman (1985) diz-nos que:

A alfabetização, como é concebida pela sociedade contemporânea, não pode dispensar a ação pedagógica, que se vale de um espaço característico, a sala de aula, e de um agente especialmente designado para esta tarefa, o professor. É a partir dos resultados do trabalho docente que a leitura se instala como vivência da criança, como uma habilidade que ela pode controlar e desenvolver com o transcurso do tempo. (Zilberman, 1985, p. 80)

Compreendemos, portanto, a importância fundamental da escola no processo inicial de leitura, mas também frisamos a necessidade de ampliação dos repertórios linguísticos das crianças a partir de contatos com linguagens diversas já dentro de casa e desde tenra idade. Sabemos que no Brasil isto ainda é um “objetivo ideal” a ser alcançado (a leitura em família) e que estamos longe deste patamar de proximidade com o livro e as leituras, mas temos que lutar por ele e tentar buscar mais meios para conseguir democratizar o acesso aos livros e às leituras.

Nosso recorte temporal (durante a ditadura civil-militar, de 1964 até 1985) deve-se às nossas pesquisas relacionadas ao nosso projeto de pesquisa junto ao PPGLLit. Focaremos na Literatura Infantil produzida por mulheres durante a ditadura militar de 1964-1985. E por que focar na produção de Literatura Infantil durante a ditadura focando na produção marcadamente feminina? Porque já percebemos um caminho “libertário” na produção feminina da época e na maior utilização de fortes personagens femininas nas histórias, como em “A fada que tinha ideias” (de 1980), de Fernanda Lopes de Almeida, por exemplo.

Essa pesquisa fornecerá aos estudantes de Licenciatura em Letras e do PPGLLit, envolvidos uma visão da produção, uso e recepção da Literatura Infantil em uma pesquisa com caráter transdisciplinar, englobando as áreas de Letras, Arte e Educação, principalmente. Por fim, nossa intento é formar pesquisadores na área de Letras e afins com habilidades para a pesquisa e escrita de trabalhos científicos a serem divulgados em vários meios, como revistas, capítulos de livros, congressos, entre outros.

A partir dos estudos prévios do professor-orientador desta pesquisa, podemos verificar que a Literatura Infantil escrita por mulheres durante a ditadura militar traz mensagens de liberdade de uma maneira mais contundente do que de costume, revelando uma sutil resistência ao regime ditatorial: “Fica clara a importância contestadora da ordem sociopolítica vigente durante o regime militar através de muitas obras de literatura infantil” (Rodrigues, 2021, 67). Trabalhos de outros pesquisadores (Dias, 2019; Morais, 2011) também revelam essa tentativa de esperançar por meio da Literatura Infantil durante o período militar, período este de forte censura sobre todas as formas de artes públicas, como é o caso da literatura.

Pensamos que essas pesquisas específicas no campo literário podem auxiliar no entendimento de como as obras literárias podem nos afetar de muitas maneiras sensoriais (lembremos que as obras literárias infantis são textos multimodais por excelência), que tais obras podem auxiliar-nos a pensar sobre o mundo em que vivemos e sobre como fazer sentido sobre ele.

Vale ressaltar que muitas foram as autoras que escreveram obras para o público infantil durante a ditadura militar. Muitas delas premiadas com o Prêmio Jabuti de Literatura Infantil, um dos mais importantes da Literatura Brasileira: Maria José Dupré, Rachel de Queiroz, Camila Cerqueira César, Lygia Bojunga, Maria Thereza Cunha de Giacomo, Ofélia Fontes, Ana Maria Machado, Elvira Vigna, Mirna Pinsky, Silvia Orthof.

Reforçamos, ainda, que a Lei nº 14.986, de 26 de setembro de 2024, modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir as abordagens fundamentadas nas experiências e perspectivas femininas nos currículos do Ensino Fundamental e Médio, em instituições de ensino públicas e privadas. Isso nos traz mais incentivo para pesquisar, sob uma abordagem feminista, sobre a relevância das obras infantis das autoras da época selecionada.

Compreendemos que reafirmar a importância das produções femininas na América Latina é ir de encontro à valorização dos saberes e fazeres femininos e reafirmar a importância das mulheres em um ambiente de homens ensinados a serem violentos e veream as mulheres como seus objetos. Butler (2018, s/p) diz-nos que “Tornar-se homem, nessa perspectiva, consiste em exercer o poder sobre a vida e a morte das mulheres; matar é prerrogativa do homem a quem foi atribuído um determinado tipo de masculinidade.” Daí a relevância de ensinar às meninas a tornarem-se mulheres fortes, críticas e independentes e de ensinar aos meninos a tornarem-se homens humanizados e que respeitem as pessoas por quem elas são, valorizando-as em suas singularidades.

Ainda, sobre a situação histórica (de ontem e hoje) da Literatura Infantil brasileira, a professora Ana Crélia Dias, pesquisadora do PPGLLit e do ProfLetras (UFRJ), informa-nos sobre tal literatura durante o período da ditadura (1964-1985):

Conhecidos como “filhos de Lobato”, autores responsáveis pelo conhecido boom da literatura infantil na década de 1970 do século passado, em pleno período ditatorial, desdobraram as lições lobatianas: dali saíram os reis mandões de Ruth Rocha; as crianças não-silenciáveis de Ana Maria Machado; as fadas nada típicas de Sylvia Orthof; e as crianças e animais na experiência da dor de existir em um ambiente opressor de Lygia Bojunga. (...) A literatura infantil produzida no referido período passou ao largo dos olhares da censura. Se na década de 1970 do século 20 a censura manteve-se

distante desse tipo de obra que ali se produzia, não podemos dizer o mesmo em relação aos tempos atuais. (Dias, 2019, p. 1-2)

A partir da citação anterior da professora Dias, verificamos que a literatura brasileira atravessou vários momentos históricos problemáticos. No entanto, lembremos que a literatura está sempre num campo de batalhas e é, na atualidade, lida por muitos grupos sociais a partir de um olhar extremamente conservador, moralista e puritano.

Também, Josenildo Oliveira de Moraes, em sua dissertação intitulada “A literatura infantil como instrumento de denúncia da ditadura militar”, de 2011, defendida na Universidade Estadual da Paraíba (UFPB), revela-nos alguns ensinamentos ofertados às crianças a partir dos criativos temas das obras de Literatura Infantil publicadas durante a ditadura militar:

[...] escritores que vivenciaram este momento e tiveram que aprender a driblar o regime de censura estabelecido. Assim, fazendo uso de metáforas e alegorias, eles deixaram para a criança leitora exemplos de como esse sistema de governo foi cruel, tirano e contrário ao que se pode esperar de alguém que se coloque a serviço da população. (Moraes, 2011, p. 99)

Nesse sentido, compreendemos a Literatura Infantil brasileira como um campo frutífero para muitas pesquisas, principalmente quando focamos em determinados períodos históricos e buscamos verificar as riquezas trazidas a tal literatura pelas mulheres escritoras que tiveram obras publicadas durante o regime ditatorial.

Considerações Finais

Este texto buscou compreender sobre a Literatura Infantil escrita por mulheres durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), tentando entender como esta literatura pôde ser benéfica para as crianças, especialmente para as meninas, que puderam se ver espelhadas nas personagens femininas

destacadas como personagens principais, inteligentes, criativas, indagadoras etc.

Ainda, a Literatura Infantil mostra sua importância no processo de ensino-aprendizagem de leitura e escrita nos primeiros anos de alfabetização, incentivando uma aproximação com os livros e as letras. Para além de seu aspecto lúdico, criativo e multimodal, ela transmite mensagens que podem incentivar as crianças a ações eticamente mais conscientes.

No entanto, não podemos nos esquecer que, no Brasil, o pouco acesso das crianças mais vulneráveis a livros de Literatura Infantil deve ser levado em conta para que haja mais estudos nesta área, pois percebemos que as obras nos deixam ver que os livros de Literatura Infantil escritos por mulheres durante a ditadura militar revelam mensagens de liberdade e otimismo que tocam os pequenos e fazem com que as crianças tenham esperança em uma vida melhor. Esperançar por meio da ludicidade parece ser, pois, o foco de desta literatura, mas não o único de seus objetivos.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Brasília: MEC, 1996. Atualizada até 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.986, de 26 de setembro de 2024.** Brasília: MEC, 2024.

BUTLER, Judith. Judith Butler: “De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público?” Babelia. **El país Brasil**, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judith-butler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html> Acesso em: 04 dez. 2024.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. 4^a ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, pág. 169-191, 2004.

COSTA, Marta Morais da. **Literatura Infantil**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

DIAS, Ana Crélia. Territórios em conflito. A literatura infantil tem sido alvo do conservadorismo nos tempos atuais. **Rascunho**. Ensaios e resenhas. P. 1-3, Ago. 2019. Disponível em: <<https://rascunho.com.br/ensaios-e-resenhas/territorios-em-conflito/>>. Acesso em: 26 nov. 2024.

FREIRE, Paulo. Ensinar, Aprendendo. In: **O Comunitário**. Publicação da Escola Comunitária de Campinas. Março de 1994, edição número 38, ano VI, pág. 5-9. Disponível em <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/3010> Acesso em: 26 nov. 2024.

GONÇALVES, Luciano; SIMON, Rodrigo. 'O texto da mulher é muito forte no Brasil'; leia entrevista inédita com Edla van Steen. 06 Abr. 2018. **Folha de São Paulo**. São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/04/o-texto-da-mulher-e-muito-forte-no-brasil-leia-entrevista-inedita-com-edla-van-steen.shtml> Acesso em: 03 dez. 2024.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: uma nova outra história**. Curitiba: PUCPRESS, 2017.

OLIVEIRA, Rúbia de Cássia. A literatura infantil no Brasil: possibilidades formativas. **Revista Inter-Ação**. UFG, Goiânia, v. 28, n. 2, p. 219–235, 2007. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/2d16b1b2-cda7-496f-8f74-20bf238edbc2/content> Acesso em: 08 nov. 2024.

RODRIGUES, Wallace. Arte de guerrilha no Brasil ditatorial: O caso das produções de Cildo Meireles e Hélio Oiticica pela via filosófica de Giorgio Agamben. **Palíndromo**. Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais – CEART/UDESC, nº 8, p. 99-114, 2012. Disponível em: <<https://www.periodicos.udesc.br/index.php/palindromo/article/view/3456/0>>. Acesso em: 26 nov. 2024.

RODRIGUES, Wallace. Mensagens de liberdade na literatura durante a ditadura militar (1964-1985): o caso de “A bolsa amarela”, de Lygia Bojunga. In: BATISTA, Fabiano Eloy Atílio (Org.). **A arte e a cultura e a formação humana**. Vol. 2. 1ed. Ponta Grossa/PR: Atena, v. 2, p. 61-70, 2022a.

RODRIGUES, Wallace. Por uma literatura nem não infantil assim: literatura e resistência. **Revista Humanidades & Inovação**. UNITINS, Palmas/TO, v. 8, n. 33, p. 60-68, 2021.

RODRIGUES, Wallace. Reflexões sobre multiletramentos e textos multimodais em ambientes educacionais. **Linguagens: revista de Letras, Artes e Comunicação.** FURB, v. 16, p. 107-119, 2022b.

ROJO, Roxane. Entrevista – Outras maneiras de ler o mundo. IN: Educação no Século XXI: Multimetramentos. São Paulo: **Fundação Telefônica**, volume 3, págs. 7-11, 2013. Disponível em: https://www.fundacaotelefonicavivo.org.br/wp-content/uploads/2013/03/caderno3_multiletramentos.pdf?x27464 Acesso em: 04 dez. 2024.

ROJO, Roxane. **Letramento e capacidades de leitura para a cidadania.** São Paulo: SEE: CENP, 2004. Disponível em: file:///C:/Users/Samsung_i3/Downloads/Letramento_e_capacidade_de_leitura_pra_cidadania_2004.pdf Acesso em: 08 nov. 2024.

SIMÕES, Lucila Bonina Teixeira. Literatura infantil: entre a infância, a pedagogia e a arte. **Cadernos de Letras da UFF.** Dossiê: O lugar da teoria nos estudos linguísticos e literários, v. 23, n. 46, p. 219-242, 2013.

SOARES, Magda. **A escolarização da literatura infantil e juvenil.** In: EVANGELISTA, et al (Org.).**A escolarização da leitura literária.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola.** São Paulo: Global, 2003.

ZILBERMAN, Regina; AGUIAR, Vera Teixeira de; ROLLA, Angela da Rocha. A literatura infantil na pré-escola. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 74, n. 177, 1 jun. 1993.

ZILBERMAN, Regina. Literatura Infantil para crianças que aprendem a ler. **Caderno de Pesquisa.** São Paulo, n. 52, págs. 78-83, fev. 1985.

OS GÊNEROS TEXTUAIS E O ENSINO DA LINGUAGEM

Karla Almeida Cardoso¹

Renata de Almeida Oliveira²

RESUMO

Este trabalho tem a finalidade de rebater a valia da colocação dos gêneros textuais no processamento de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, uma vez que acreditamos que eles colaboram, consideravelmente, no progresso do dialeto e funcionam como instrumento e ferramenta de trabalho para professores. O aprendizado com gêneros textuais no ensino de língua portuguesa, enquanto ferramenta educativa trabalha a maneira delineada no realizar discursivo e confirma que a dialeto ultrapassa as margens da maneira inteiramente linguística, ajudando para o progresso de capacidades tanto linguística como formal e comunicativa. Percebemos durante esta pesquisa, que o treino com gêneros textuais é de necessário valia no processamento de ensino-aprendizado da língua. Por fim, o trabalho em sala de aula com os vários gêneros contribui para o estudante ter acesso à língua em desempenho, o que lhes permite maiores condições para obter e elaborar vários textos.

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem, Gêneros Textuais, Linguística.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes (PPGHCA/AfyA UNIGRANRIO)

² Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Cultura e Artes (PPGHCA/AfyA UNIGRANRIO)

Abstract:

This work aims to refute the value of placing textual genres in the teaching-learning process of the Portuguese language, as we believe that they collaborate considerably in the progress of the dialect and function as an instrument and work tool for teachers. Learning with textual genres in the teaching of Portuguese, as an educational tool, works the way outlined in the discursive realization and confirms that the dialect goes beyond the margins of the entirely linguistic way, helping the progress of both linguistic formal and communicative skills. We realized during this research that training with textual genres is of necessary value in the teaching-learning process of the language. Finally, the work in the classroom with the various genres helps the student to have access to the language in performance, which allows them better conditions to obtain and elaborate several texts.

KEY-WORDS: Teaching-learning, Textual Genres, Linguistics

INTRODUÇÃO

Na perspectiva educativa, percebe-se que as teorias mais recentes de aprendizagem de dialeto reiteram o papel dos gêneros textuais no ensino de linguagem, no momento em que usados como ferramenta para a vida comunitária, assinalando o comprometimento e a atenção da instituição de ensino em difundir a dialeto como observável a partir de um gênero e a valia desse gênero na vida não acadêmica do indivíduo.

O Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e os Métodos Curriculares Nacionais (PCN) são metas e incisivos, no momento em que tratam da instrução e da divulgação do dialeto enquanto gêneros textuais nas escolas, porém por este alarde é preciso comunicar que esse recurso educativo, indispensável às aulas de linguagem, são textos localizados na vida diária, com padrões sociocomunicativos característicos, definidos por composições funcionais, metas enunciativas e estilos diversos (MARCUSCHI, 2008).

Nos panoramas do letramento, a qualidade trabalhada pela instituição de ensino deu lugar a uma propensão de formadores de teoria, ou seja, as teorias do letramento vêm revelando, em detalhes cada vez mais instigantes, as naturezas sócio-históricas da forma de escrita. Deste modo, qual a importância da literatura no processo de alfabetização?

O letramento, intuito ampliado da alfabetização, possibilita ao principiante a alcada da utilização do texto e do hábito em suas atividades cotidianas e, para que esse aluno se aproprie da agilidade de adaptar a texto e a hábito nos costumes sociais, faz-se preciso o comportamento do texto. A partir deste conceito, as crianças precisam de norteamentos para suas leituras, é preciso que exista em dependência de exposição técnicas para o treino, gerando dessa maneira, a alcada dos conteúdos por parte dos alunos. O educador possui o papel de muita valia neste processamento, uma vez que serão as técnicas e a didática do mesmo que possibilitarão a criança em seu progresso.

No caso da nossa população brasileira, é muito valorizado o papel da leitura e escrita. Ao longo bastante tempo apenas houve a receio nas instituições de ensino, mais rigorosamente nas classes ditas de alfabetização, de que os alunos aprendessem as técnicas referentes ao inscrever e ao ler sem observar a valia de adaptar a leitura e escrita nos costumes sociais das crianças para a formação das mesmas enquanto os membros da sociedade letrada. O letramento se constrói com o treino de escrita e leitura dentro de um entrecho que faça parte da vida tangível das crianças, vai além de alfabetizar somente. Deste modo, o objetivo deste trabalho é apresentar a importância da literatura no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Marchuschi (2008), conceitos sobre os gêneros textuais, existentes de diversas formas como costumes sociocomunicativas, são dinâmicos e apresentam variações nas suas construções, o que acaba gerando mais gêneros textuais. Assim, este trabalho se justifica pela importância da Leitura e escrita no processo de alfabetização.

DESENVOLVIMENTO

A alfabetização não se limita somente na codificação e decodificação em ler, porém no progresso das aptidões de entender, expor, apreciar, desenvolver novos significados, produzindo discernimento.

Alfabetização é o processo da construção da língua escrita, padronizadamente aceita, por uma sociedade funcionalmente letrada. Este processo é constituído cognitivamente por cada pessoa em interação com os membros da sociedade da qual está inserida. Tem a finalidade de levar o indivíduo a perceber, questionar e analisar suas condições de vida, transformando-a e ampliando-a (SOARES, 1985, p.37).

Acredita-se que a escrita e a leitura sejam a acesso de chegada para a colocação na população letrada em que vivemos, uma vez que por meio da apoderação destas aptidões o lecionando se apropria dos saberes acumulados pela humanidade, tornando-se um ser globalmente comunitário.

"Se entende por métodos de alfabetização um conjunto de procedimentos que, fundamentados em teorias e princípios, oriente, a aprendizagem inicial da leitura e da escrita" (SOARES, 2016, p.16).

Soares (2013, p. 93) afirma que método: "É a soma de ações baseados em um conjunto coerente de princípios ou de hipóteses psicológicas, linguísticas, pedagógicas, que respondem a objetivos determinados".

Em seu livro intitulado 'A pedagogia da Autonomia', Freire (2011) defende uma educação livre e uma pedagogia em que o oprimido passa a ser protagonista de sua própria história. Neste sentido, Sousa (2018) destaca a importância do aluno participativo e não apenas um espectador do seu processo de ensino e aprendizagem. Seguindo esta direção, a autora *loc. cit.* destaca a literatura como uma ferramenta para o alcance do protagonismo estudantil, por meio da valorização da arte como um procedimento aos processos de aprendizagem. Ainda segundo a mesma autora, "é a arte que proporciona a singularização dos objetos, sendo assim capaz de causar, mesmo que inconscientemente, a reflexão, a surpresa, o estranhamento e a desautomatização do indivíduo" (SOUSA, 2018, p. 160).

Seguindo esta direção de pensamento, desde a publicação da Lei de Diretrizes e Bases, a literatura passou a ser considerado um importante instrumento de comunicação da cultura brasileira para a sua população (BRASIL, 1996). Contudo, segundo Sousa (2018) ainda hoje a maior parte das aulas de literatura consideram como método um estudo historiográfico tradicional, por meio do qual a construção do conhecimento sobre tais temas tona-se desmotivadora e cansativa, especialmente para os adolescentes.

Já parra Zinani e Santos (2009), uma alternativa para tornar este processo de aprendizagem literária mais agradável aos olhos dos alunos de ensino médio é a associação das aulas de gêneros textuais às aulas de literatura, de modo que o aluno consiga dialogar especificamente com cada objeto artístico ao invés de ver o texto literário como um objeto estático. Para Santos e Zinani (2009), a figura do professor mediador na condução da leitura se faz essencial para que a escola atinja seu objetivo de se formar cidadãos ativos na sociedade e críticos aos acontecimentos:

A mediação do docente na condução da leitura de textos literários, pode determinar a construção de um leitor produtor de sentidos, afinal, não basta somente decodificar o que está escrito na página, e sim, ter a oportunidade de alargar seu horizonte de expectativas para se tornar um apreciador da palavra artística. Assim, viabiliza-se uma visão de ensino de literatura que transgrida o processo de respostas pré-determinadas para dar lugar a uma diversidade de alternativas possíveis em que o aluno se percebe um ser humano capaz de pensar criticamente. Se a instituição objetiva a formação de pessoas, a literatura deveria ter um lugar em destaque nos currículos escolares devido a potencialidade de transgressão que lhe é inerente. Porém, por fugir aos padrões tradicionais de ensino, os gêneros textuais literários, não são trabalhados em sua potencialidade artística, principalmente, nas últimas séries do ensino fundamental. Caso o professor de Língua Portuguesa não perceba a importância de seu papel como mediador de leitura, privará a criança da mobilização necessária para otimizar o processo de leitura do texto literário em seus mais diversos gêneros (SANTOS; ZINANI, 2009, p. 6).

Assim, seguindo esta direção de pensamento supracitado, o presente desenvolvimento se subdividiu em três seções: [i] a literatura na formação do eu

crítico, por meio da qual se apresentou um histórico da literatura nos sistemas educacionais e seu papel fundamental na construção do senso crítico social; [ii] os gênero textuais, por meio dos quais abordou-se sobre os principais gêneros textuais abordados no ensino médio da educação básica; [iii] a literatura pela óptica dos gêneros textuais, por meio da qual foram abordadas algumas vias de associação dos conteúdos, a partir de uma análise de alguns autores mais cobrados nos conteúdos avaliativos das escolas.

CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A alfabetização e letramento são processos sobre os quais constantemente foi instigado a supervisionar e de que forma acontecem no âmbito escolar, especialmente nos Anos Iniciais. Supervisionar este processo é relevante para que, o trabalho na Educação Infantil seja significativo para os indivíduos que lhe atuam (FERREIRO, 1996).

Alfabetização e letramento ainda que tenham suas especificidades, caminham juntas no processamento de escrita e leitura, e nesse intuito, ser letrado é realizar o utilização de ler e escrever (RANGEL, 2008).

De acordo com Soares (2004, p.1) “a alfabetização é desenvolvida através das práticas sociais de escrita e leitura”.

Rangel (2008), afirma que em seu sentido próprio e específico, a alfabetização engloba o processo de aquisição do código escrito, das habilidades de escrita e leitura. Assim, alfabetizar significa obter a habilidade de codificar a língua oral em escrita e de decodificar a língua escrita em leitura.

A alfabetização como um processamento que necessita ser apresentado em execução o quanto antes pelos educadores, porém esse é a grande dificuldade. A etapa da Educação Infantil não é o local no qual se ensina escrever e ler formalmente, porém oferece vagas para que posteriormente, nas próximas séries se iniciem a alfabetização definitiva (FERREIRO, 1996).

A LITERATURA NA FORMAÇÃO DO EU CRÍTICO

Conforme descrito por Sousa (2018), a literatura consiste em uma experiência inovadora, a partir de um texto, e socialmente impõe um limite entre o leitor e o contexto em que ele vive. Em outras palavras, a literatura proporciona ao leitor uma surpresa e até um estranhamento ao perceber que o ato de ler pode lhe causar uma desautomatização do indivíduo. É capaz também de problematizar verdades estabelecidas (ROSA, 2001). De acordo com a autora *loc cit.* é necessário viver a literatura e para isso, se faz também ideal que se abra a cabeça para o novo e para o diferente: “as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores diferentes, e a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça, para o total” (ROSA, 2001, p. 438).

Neste sentido, segundo Rosa (1964) é papel do professor despertar o aluno da inércia, a partir de um texto literário, propondo estratégias que favorecem que esses aceitem tal estranhamento e abram suas mentes para uma nova percepção. Barthes (1987) ressalta que são muitos os caminhos que podem ser seguidos pelos leitores, desde fruição ao gozo. Em consonância, Chklovski (2002) destaca que o único compromisso do leitor com a literatura deve ser o de se permitir comover e envolver, ainda que este processo não seja nem tão simples, nem tão fácil.

Para Sousa (2018), o ensino de literatura atualmente é um desafio para o professor, mas que pode ser uma importante ferramenta multidisciplinar e transdisciplinar. “A literatura assume diversos saberes. Num romance como, por exemplo, Robinson Crusoé, existe um saber histórico, social, geográfico, técnico, antropológico e botânico” (p 161).

Ainda segundo Sousa (2018), desde a publicação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a literatura passou a ser considerada como um instrumento para a expressão cultura, sendo que deve haver certo grau de comprometimento com a educação dos jovens frequentadores do ensino médio:

[...] ensino de literatura no ensino médio, deve ser comprometido com o desenvolvimento de habilidades de leitura, com objetivo de que o aluno se transforme em um leitor competente de textos literários. Além disso, como a literatura é, a um só

tempo, linguagem, discurso e objeto artístico, precisa ser tomada tanto em sua dimensão comunicativo-interativa, estética e dialógica quanto em sua dimensão histórica, ideológica e social (CEREJA, 2005, *apud* SOUZA, 2018, p 162).

Neste sentido, Wittke (2012) sugere mudanças na metodologia de ensino deste nível escolar, no que tange o ensino da literatura em sala de aula, e propõe a adoção desta disciplina a parte da dos principais gêneros textuais frequentemente escritos no Brasil. Para Abreu (2004) *apud* SOUSA (2018) faz-se necessária a mudança de postura das escolas e dos professores, ao que se refere a disciplina de literatura. Isso porque, segundo Sousa (2018), a escola deve priorizar pela promoção da criatividade no processo de construção do conhecimento do aluno e pelo aluno.

GÊNEROS TEXTUAIS

A definição do que é um gênero textual pode, por vezes, se confundir aos tipos textuais. Na direção correta da compreensão destes termos, entende como gênero textual, os diferentes formatos que um dado texto assume para desempenhar suas funções sociais (WITTKE, 2012). O autor *loc. cit.* destaca que, portanto, seguindo tal linha de pensamento, é possível compreender o gênero textual como “artefatos culturais historicamente construídos e usados pelo homem” (WITTKE, 2012, p. 21). Ainda segundo o mesmo autor, o que diferencia um gênero textual do outro são suas caracterizações, como vocabulários específicos e empregos sintáticos, em conformidade com o papel social que exercem.

Sob tais condições, compete ao docente de língua proporcionar oportunidades para que a criança estude os mais distintos tipos de gêneros textuais, sua funcionalidade e estrutura, para que se torne capaz de reconhecê-los, compreendê-los e construí-los de maneira adequada em seus diversos eventos sociais (WITTKE, 2012, p. 21).

Nesse sentido, Brait (2002) *apud* Wittke (2012) destaca que a utilização dos gêneros textuais no ensino de literatura deve considerar os diferentes aspectos sobre cada um; o processo de produção; a circulação; e a recepção. Assim, se faz necessário compreender sobre cada um dos principais gêneros textuais, nas subseções abaixo.

Para Farias (2014), o gênero textual é, na verdade, uma questão de uso e a tipologia uma questão de forma. Wittke (2012) corrobora com o citado, conforme abaixo:

Partindo do princípio de que o gênero textual é uma questão de uso, e a tipologia textual, de forma, quando nos referimos à segunda modalidade, lembram-nos das três estruturas características que organizam a sequenciação linguística e formal de dado texto, segundo as intenções manifestadas por seu produtor: narração, descrição e dissertação. Enquanto a narração tem como principal intenção contar uma história; a descrição tem o objetivo de apresentar, classificar e/ou analisar um objeto, um conceito, uma cena, um local etc.; já a dissertação tem como objetivo informar sobre determinado assunto, de modo mais ou menos argumentativo ou opinativo. Em abordagens teóricas atuais, o terceiro elemento tem sido denominado de argumentação (outros autores dividem a dissertação em argumentação e exposição), e duas novas categorias textuais foram acrescentadas às três anteriores: o diálogo ou conversação (em que prevalece a conversa – oral e escrita – entre dois ou mais interlocutores) e a injunção (modalidade em que o produtor manifesta a intenção de levar seu interlocutor a praticar atos ou executar ações, intenciona passar instruções, orientações de como fazer) (WITTKE, 2012, p. 22).

Nessa perspectiva, Wittke (2012) destaca que à medida que as modalidades textuais circulam na sociedade, elas passam a desempenhar o papel de gêneros textuais, de modo que seja ampliado seu círculo de atuação.

Gêneros textuais orais

Em seu livro sobre gêneros Textuais, Farias (2014) elenca oito gêneros textuais que se encaixam na categoria de orais, cujo uso é atualmente adotado nos trabalhos pedagógicos.

O primeiro gênero textual que destacado por Farias (2014) é a comunicação oral. De acordo com o autor *loc. cit.*, essa consiste “na apresentação oral de tema específico, por um indivíduo ou mais pessoas, para uma plateia definida” (FARIAS, 2014, p. 21). Ainda segundo este autor, em salas de aula este gênero se expressa nas

apresentações avaliativas dos alunos e, até mesmo, nas aulas dialogadas ministradas pelo professor.

O segundo gênero destacado por Farias (2014) é a conferência, que se difere do primeiro, supracitado, por o orador ser contratado ou convidado para expor um dado assunto científico, literário e polêmico. Já o debate, segundo o autor *loc. cit.*, consiste em uma conversa entre os atores sociais envolvidos, utilizado na prática didático-pedagógica para que o educador possa receber como retorno, aquilo que os alunos compreenderam sobre um dado tema explanado.

Farias (2014) ainda menciona o depoimento como um gênero textual importante para o âmbito educacional, porém é mais utilizado no jurídico e policial. Segundo o autor *loc. cit.*, em juízo, um depoimento é um relato oral sobre um determinado fato, que pode ou não ser transscrito por um escrivão:

O depoimento é mais utilizado no âmbito policial e jurídico. É um relato oral de testemunha com os interesses de quem profere ou serve como prova testemunhal. Em juízo, o depoimento é aquilo que uma ou mais testemunhas afirmam verbalmente. Em delegacias de polícia, os depoimentos orais são registrados pelo escrivão policial para encaminhar para autoridade competente (FARIAS, 2014, p. 22).

Em continuidade à definição dos gêneros textuais, Farias (2014) define a entrevista como uma conversa que pode ser aplicada em diferentes contextos, a partir de uma técnica e cujo objetivo é, geralmente, a seleção de um determinado candidato, a um determinado cargo. Segundo o autor *loc. cit.*, a entrevista também pode atuar no âmbito informacional, como àquelas realizadas por jornais e revistas.

Outro gênero destacado por Farias (2014) é a exposição oral, que apresenta características análogas às da comunicação oral. Já a palestra, segundo o autor *loc. cit.*, é um gênero análogo à aula, que geralmente é dirigida a um público específico. Por fim, o autor ainda destaca o relato de experiência que, nada mais é, do que uma narração verbalizada.

Gêneros textuais impressos

De acordo com Farias (2014), os gêneros textuais impressos podem ser inúmeros e, por isso, ele os agrupa em sete tipos de discursos: acadêmico; religioso; jornalístico; publicitário; literário; cotidiano; e escolar. Segundo o autor *loc. cit.*, a tirinha, a notícia, a charge e até a crônica são gêneros textuais que fazem parte do discurso jornalístico.

Sobre esses, Farias (2014) destaca que a tirinha está geralmente presente em quase todos os jornais impressos e, normalmente apresenta de três até quatro quadros, cujo texto tem uma característica sincrética que alia a linguagem verbal da linguagem visual; já a charge utiliza principalmente a linguagem visual para ridicularizar uma determinada situação.

Ainda segundo Farias (2014), a crônica se caracteriza pela crítica que faz à sociedade, tendo sido amplamente utilizada por escritores muito famosos:

Crônica - consiste em uma reflexão crítica a partir de um fundo cronológico, ou seja, de algum acontecimento do cotidiano social. Quase todos os veículos jornalísticos possuem um cronista. Há escritores que ficam conhecidos e consagrados a partir da qualidade das crônicas que publicam. É o caso de Moacyr Scliar, Luís Fernando Veríssimo, Martha Medeiros e Fernando Sabino. Leia um exemplo de crônica, de Fernando Sabino (FARIAS, 2014, p. 26).

Já no eu tange o discurso Farias (2014) destaca o anúncio; o cartaz; e o panfleto como os mais comumente trabalhados nas escolas. Segundo o autor *loc. cit.*, o anuncio tem caráter informacional; o cartaz tem um caráter de divulgação; e o panfleto apresenta um texto publicitário curto e informativo.

No âmbito do discurso acadêmico, os quatro mais utilizados são a monografia; o artigo científico; o resumo; e a resenha. Para Farias (2014) a monografia se diferencia do artigo científico pela estrutura mais coesa da segunda. Já a resenha e o resumo, ainda segundo o autor *loc. cit.*, se diferencia um do outro porque enquanto o primeiro se caracteriza por um texto curto indicando ou não uma dada leitura; o segundo versa sobre as partes mais relevantes da obra apresentada.

Já no discurso literário, Farias (2014) destaca quatro gêneros textuais: a biografia; o poema; a fábula e o conto. Segundo o autor *loc. cit.*, a biografia se caracteriza pelo registro escrito de uma narração oral, que pode ou não ser organizada cronologicamente. Ainda segundo o mesmo autor, o poema é tratado-se de uma composição em versos e estrofes que, geralmente, apresenta rima.

Ainda segundo Farias (2014), a fábula é uma narrativa bem breve, escrita em verso ou em prosa, cujos personagens são, normalmente, animais e que, ao final, há sempre uma conclusão moral e ética para o leitor.

Por fim, o conto, segundo Farias (2014), é uma narrativa muito utilizada na literatura e que apresenta uma boa descrição do tempo; espaço; e personagens.

Já no que se regerem os gêneros textuais de discursos cotidianos, Farias (2014) destaca as listas de compra, os bilhetes, as cartas, as receitas, dentre outros. Ainda segundo o autor *loc. cit.*, um bilhete se diferencia de uma carta pela simplicidade e informalidade de apresentação e escrita do primeiro. Por fim, no discurso escolar o mesmo autor destaca as provas; os livros e as apostilas.

Gêneros textuais digitais

Segundo Marcuschi (2004) *apud* Farias (2014), com o avanço tecnológico surgiram gêneros textuais digitais antes não vistos. Esses, normalmente, apresentam alguma menção à textos orais ou impressos, e, portanto, podem também, ser mencionados como uma intertextualidade.

Faria (2014) destaca alguns destes gêneros: o chat, cujo objetivo é transcrever uma conversa que antes seria via oral; o blog, que se assemelha aos diários pessoais, porém agora virtuais; os e-mails, que se aproximam das cartas, bilhetes e documentos oficiais; as videoaulas que substituem as aulas diálogos expositivas orais; as videoconferências, que enfatizam o diálogo; e as *web pages* digitais, como por exemplo revistas *online*, que se aproximam do texto jornalístico.

A LITERATURA PELA ÓTICA DOS GÊNEROS TEXTUAIS DE DISCURSO LITERÁRIO

De acordo com Gonçalves (2011), nas escolas, os gêneros textuais vão muito além de um instrumento de comunicação, eles são, também, um objetivo utilizado para o processo de ensino e de aprendizagem. Sendo assim, segundo o autor *loc. cit.*, entende-se como tal qualquer texto ligado às atividades sociais e linguísticas que estejam diretamente relacionadas à instituição escolar.

Para Silva (2012), as teorias de gêneros textuais no ensino médico enfrentam paradigmas teórico-metodológicos da tradição do ensino de língua portuguesa, a partir da inclusão de novos objetos de ensino:

Este estudo mostrou que diferentes paradigmas sobre ensino da Língua Portuguesa informam os exercícios didáticos investigados, mesmo quando se observa esforços para a inovação das práticas pedagógicas em função de resultados mais produtivos na formação do aluno no Ensino Médio. Inúmeros são os fatores ou forças que atuam sobre essas práticas, limitando as transformações necessárias no trabalho desenvolvido na disciplina escolar, o que não nos autoriza a responsabilizar professores ou autores de materiais didáticos pelos resultados indesejados. Não nos interessa, por exemplo, acusar a escola básica de incapacidade de trabalhar cooperativamente, de maneira que os projetos pedagógicos, interdisciplinares ou de letramento, realmente funcionem e deixem de existir apenas nos documentos institucionais escritos. Porém, na posição de pesquisadores e formadores de professores, podemos nos perguntar: o que estamos negligenciando em nossa prática profissional, uma vez que os resultados trazidos pelas teorias linguísticas para o trabalho pedagógico, desenvolvido no estudo da língua materna, no Ensino Médio brasileiro, ainda são bastante tímidos? (SILVA, 2012, p. 414).

Ainda segundo Silva (2012), estes questionamentos supracitados precisam fazer parte do cotidiano dos linguistas para se vislumbrar um mais estável, de modo que se evite o retorno do paradigma prescritivista revigorado pelo fracasso da denominada educação linguística. O autor *loc. cit.* ainda lembra que as universidades precisam ensaiar mais a interdisciplinaridades, de modo que os gêneros textuais atuais como objeto ligante

Para Silva, Nascimento e Silva (2015), inúmeras vezes a realidade das escolas não contribui para o avanço do ensino:

A deficiência do aluno quanto às atividades de leitura/escrita também é outro ponto a ser considerado. Mas, em torno do professor, sempre deve haver a persistência em querer que dê certo. Foi o que ocorreu: muita dificuldade e muito empenho para que ao final os discentes pudessem elaborar uma propaganda social, e terem mais intimidade com a leitura e escrita de um texto. Ao incorporar tais práticas de leituras e compreensão de textos, o docente poderá encontrar muitos desafios, porém, usando os gêneros como ferramentas de reflexão, para auxílio e trabalho em sala de aula, é possível avançarmos um pouco (SILVA, NASCIMENTO; SILVA, 2015, p. 7)

Camilo et al. (2012, p. 12) enfatiza sobre a “necessidade do trabalho coletivo a partir do planejamento de ensino, no próprio ambiente escolar voltado para a discussão da interdisciplinaridade necessária a esse novo cenário educacional”.

Santos e Zinani (2009) destacam que quando associada à leitura, a literatura faz uso de uma linguagem verbal coerente e compreensível, que favorecem o processo de ensino e aprendizagem do aluno. Já Zinani e Santos (2009) ressaltam que o texto literário transmite uma sensação de participação ao jovem estudante, favorecendo sua adesão ao contexto escolar e contribuindo com o processo de construção do eu crítico que o aluno representa na instituição escolar. Ainda segundo o autor *loc cit.*, quando aluno e professor se tornam investigadora há maior sucesso no processo de ensino e de aprendizagem ao qual a escola se propõe a mediar:

essa modalidade de abordagem do texto literário transmite ao jovem a ideia de que a educação é uma construção realizada pelo sujeito, e que uma das melhores maneiras de atingi-la é através do desenvolvimento da atitude de pesquisador em sala de aula, atitude esta que se fundamenta na necessidade do valor da leitura. Também é fundamental a adesão do contexto escolar, a fim de propiciar não só condições materiais como também o apoio e a aceitação para a realização do trabalho, visto que o espírito aberto constitui uma valiosa ferramenta de sucesso. Na medida em que aluno e professor se tornarem investigadores, e a sala de aula for considerada um laboratório, certamente, haverá uma qualificação maior dos processos de ensino e

aprendizagem e um aprimoramento mais significativo dos integrantes da realidade educacional SANTOS; ZINANI, 2009, p. 10).

Textos biográficos

O texto biográfico é aquele que o narrador conhece mais a vida da personagem do que a vida daqueles que conviveu Ele tem por objetivo relatar alguma coisa ocorrida, sob o ponto de vista de quem viveu (CYNTRÃO, 2006). Assim, tal gênero textual pode ser trabalhado na literatura com o estudo acerca do Quinhentismo. De acordo com o autor *loc. cit.*, a carta de Pero Vaz de Caminha foi o primeiro texto biográfico construído no Brasil. Esta, tinha por objetivo, relatar os ocorridos durante a navegação e as primeiras impressões que os portugueses tiveram ao descer na terra dos índios

Poemas

Os poemas podem ser trabalhados nas aulas de literatura com uma análise dos escritos de Vinicius de Moraes, quando como por exemplo se apresenta o Soneto da fidelidade, demonstrando aos alunos o caráter estrutural de tal literatura e enfatizando as rimas presentes neste tipo de escrita. Deste modo, o aluno se sentirá mais familiarizado a entender que é rima, o que é verso e o que é estrofe (FARIAS, 2014)

Soneto da fidelidade

De tudo ao meu amor serei atento
Antes, e com tal zelo, e sempre, e tanto
Que mesmo em face do maior encanto
Dele se encante mais meu pensamento.

Quero vivê-lo em cada vão momento
E em seu louvor hei de espalhar meu canto
E rir meu riso e derramar meu pranto
Ao seu pesar ou seu contentamento

E assim, quando mais tarde me procure
Quem sabe a morte, angústia de quem vive
Quem sabe a solidão, fim de quem ama

Eu possa me dizer do amor (que tive):
Que não seja imortal, posto que é chama
Mas que seja infinito enquanto dure

Vinícius de Moraes

CONCLUSÃO

Conclui-se que os alunos constroem seus próprios conhecimentos e, por este motivo, os educadores precisam apresentar significado aos conteúdos passados para as crianças.

As práticas precisam ser motivadoras e o educador necessita passar confiança para seus alunos. Os gêneros textuais precisam ser adequados às necessidades de cada criança. Deste modo, este trabalho tratou a importância da inserção de gêneros textuais no processo de ensino aprendizagem letramento e o quanto é fundamental disponibilizar textos que fazem parte do cotidiano dos alunos, favorecendo deste modo, o aprendizado além da influencia à escrita e leitura.

O educador precisa escolher o modo adequado de conduzir seu trabalho no processo de ensino-aprendizagem e se adaptar às necessidades dos alunos. Ele deve observar e incentivar os alunos a se expressarem, propondo atividades que geram prazer para os mesmos e que façam parte do seu conteúdo do dia a dia, proporcionando assim um aprendizado prazeroso.

Assim fica claro que os professores precisam assumir seu papel e visar à transformação da realidade relacionada ao processo de alfabetização, pesquisando e adquirindo novos conhecimentos relacionados aos métodos de ensino disponíveis para cada situação e, assim proporcionando um processo de ensino-aprendizagem eficiente.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos ...[et al].Práticas de letramento no ensino: leitura, escrita e discurso. Organização Djane Antonuccce Correia São Paulo; Parábola Editora ; Ponta Grossa, PR:UEPG, 2007.
- BAKTIN, Mikhail. Estética da criação verbal.São Paulo: Martins Fontes, (1979). 2003. 4 Ed.
- BARTHES, Roland. Aula. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1992
- CANDIDO, Antonio. Vários escritos. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004.
- FERREIRO, Emilia. Alfabetização em Processo. São Paulo: Cortez, 1996. 144p.
- FARIAS, Isabel Maria Sabino de; et al. Didática e docência: aprendendo a profissão. 4. ed., nova ortografia. Brasília: Liber livro, 2014.
- FIORIN, Joe Luiz. Introdução ao pensamento de Baktin. São Paulo: Ática, 2006.
- KOCH, Ingedore Villaça e Elias, Vanda Maria . Ler e compreender: os sentidos do texto. 2 . São Paulo: Contexto, 2006 p. 10-11
- SOARES, Magda Becker. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Disponível em: <http://www.anped.org.br//26/outros-textos//semagdsoares.doc>, _____, Magda Becker. Leitura e escrita. 26ª Reunião Anual da ANPED, Poços de Caldas, 2003.

WITTKE, C.I.; SCHNEUWLY, B. A didática na formação do professor de línguas sob a perspectiva do pesquisador Bernard Schneuwly. *Calidoscópio*, v. 14, n. 2, p. 350-361, mai/ago 2016.

ZINANI, C.J.a. SANTOS, S.R.P. Ensino de Literatura e Gêneros Textuais - Um Desafio Do Nosso

ECONOMIA AZUL E ÁREAS ATRATIVAS NO TURISMO DE SOL E PRAIA NO SUDESTE DO BRASIL

Ingrid Tavares Costa¹

Rafael Granville Oliveira²

Camilah Antunes Zappes³

Resumo: Economia Azul é um conceito que busca aliar desenvolvimento econômico, sustentabilidade e integração social na conservação de recursos marinhos e costeiros, sendo o turismo um dos principais setores. O objetivo deste trabalho é mapear áreas atrativas do Turismo de sol e praia prioritárias à Economia Azul na Região Metropolitana do Espírito Santo (ES), sudeste do Brasil. O estudo foi realizado nos municípios de Serra, Vitória, Vila Velha e Guarapari a partir de 37 entrevistas com stakeholders atuantes do turismo, guiadas por um questionário semiestruturado com uso de imagem de satélite dos municípios. Os dados foram compilados no Sistema de Informações Geográficas Participativo (SIG-P) para interpolação dos dados de percepções no SIG-QGIS, para o Mapeamento Participativo (MP). Os quatro municípios possuem formas de uso do litoral em comum sendo ‘praias’ (n= 30, 81%), ‘esportes e lazer’ (n= 19, 51%), ‘pesca’ (n= 16, 43%), ‘bares e restaurantes’ (n= 15, 41%). O MP permitiu identificar as formas de uso, atrativos e áreas de concentração turísticas, além de identificar uma percepção limitada dos entrevistados sobre discussões da ONU. Estes resultados indicam a importância em promover diálogo entre os *stakeholders* na definição de ações voltadas à gestão e desenvolvimento da Economia Azul para o ES.

Palavras-chaves: Mapeamento Participativo; *Stakeholders*; Desenvolvimento Sustentável

¹ Programa de Pós-Graduação em Oceanografia Ambiental; Grupo de Pesquisa Ecologia Humana do Oceano; Departamento de Oceanografia e Ecologia; Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

² Gerência de Estudos e Negócios, Secretaria de Estado de Turismo do Espírito Santo; Grupo de Pesquisa Ecologia Humana do Oceano.

³ Programa de Pós-Graduação em Oceanografia Ambiental; Grupo de Pesquisa Ecologia Humana do Oceano; Departamento de Oceanografia e Ecologia; Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Abstract: Blue economy is a concept that aims to match economic development, sustainability and social integration in the marine and coast resources conservation, with tourism being one of the main sectors. The objective of this work is to map priority sun and beach attractive tourism areas to the blue economy in Metropolitan Region of Espírito Santo (ES), southeastern Brazil. The study was developed in the municipalities of Serra, Vitória, Vila Velha and Guarapari through 37 interviews with tourism active stakeholders, guided by a semi structured questionnaire with satellite images of the municipalities. The collected data was compiled on the Participative Geographic Information System (PGIS) and the perception data was interpolated on QGIS in order to develop a Participative Map (PM). All four municipalities have similar coast utilization as 'beaches' (n= 30, 81%), 'sports and leisure' (n= 19, 51%), 'fishing' (n= 16, 43%), 'bars and restaurants' (n= 15, 41%). The PM allowed for the identification of forms of use, attractions, and areas of tourist concentration, in addition to identifying a limited perception among interviewees about UN discussions. Those results indicate the importance of dialogue promotion between stakeholders on defining proper actions to the management and development of blue economy to the ES.

Keywords: Participatory Mapping; Stakeholders; Sustainable Development

Introdução

Atrativos turísticos são locais, eventos, características naturais ou culturais que têm o potencial de atrair visitantes (BENI, 2000, 517 p.). A partir deste conceito, as zonas costeiras são áreas para o desenvolvimento do 'turismo de sol e praia' devido seus atrativos naturais (JURDANA & FRLETA, 2015, p. 193–200). A proximidade deste segmento com o mar permite a realização de atividades recreativas de esporte e lazer, além de oportunidades para desfrutar da gastronomia local e cultural costeira (JEDRZEJCZAK, 2004, p. 109-119; ONOFRI & NUNES, 2013, p. 49–56). A exploração desses atrativos gera oportunidades de emprego, estimula o investimento em infraestrutura e serviços turísticos o que contribui para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de países e estados litorâneos

(CARVACHE-FRANCO et al., 2021, p. 1-15; SRINIVASAN et al., 2022, p. 153-189; HULU et al., 2023, p. 31-39; ASUAD-SANÉN et al., 2024, p. 47-77)

No Brasil, o turismo é uma importante atividade indutora para a economia já que em 2022 contribuiu para o crescimento de 2,9% do PIB e faturamento de US\$ 41,7 (R\$ 208 bilhões, valores em real brasileiro em 2024) (Mtur, 2023). Atualmente, o setor já representa 8% do PIB do país ocupando a 14º do ranking de crescimento da ONU Turismo na América do Sul (Mtur, 2024). O Turismo de sol e praia no país é um forte segmento devido aos mais de 7 mil quilômetros de litoral de clima tropical e rica biodiversidade costeira e marinha.

No sudeste do Brasil, o estado do Espírito Santo (ES) se destaca pela diversidade de atrativos turísticos, mas o segmento de sol e praia é um dos principais. Após a queda das atividades características do turismo (ACTs) em virtude da pandemia do Covid-19 em 2020 e início de 2021, o ES acumulou crescimento de +17% de ACTs em 12 meses seguidos (IJSN, 2022). No estado, entre os meses de janeiro e março de 2023, as ACTs cresceram +2% em comparação ao mesmo trimestre de 2022. Esse aumento totalizou U\$ 81,8 mil (R\$ 407,59 milhões, valores em real brasileiro em 2024) da massa de rendimento do setor, com destaque para a Região Metropolitana que gerou +1.671 postos de trabalhos (IJSN, 2023).

Apesar do saldo econômico positivo este crescimento é intensificado pela sazonalidade do segmento ‘turismo de sol e praia’ na alta temporada de verão na Região Metropolitana do ES. Este segmento sobrecarrega a infraestrutura, serviços, além de danos ambientais e culturais (BAÑOS CASTIÑEIRA & BLASCO, 2020, p. 272 – 282; ABREU et al., 2021, p. 330–346). Desta forma, os desafios do Turismo de sol e praia relacionados à Economia Azul estão relacionados à impactos ambientais com a intensificação do uso da costa, degradação de ecossistemas costeiros, urbanização descontrolada, poluição e superexploração dos recursos naturais (GARCÉS-ORDÓÑEZ et al., 2020, p.111558; RIBEIRO et al., 2023, p. e04436).

Diante disso, a gestão do turismo no ES é pautada pelo ‘Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do ES 2025’, ‘Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030’ e ‘Rota Estratégica para o Futuro do

Espírito Santo – Turismo 2035'. Estes documentos sugerem ações estratégicas para o desenvolvimento do turismo no estado com o objetivo principal de posicionar o ES como destino turístico sustentável, competitivo e acessível. Apesar de serem iniciativas governamentais baseadas na sustentabilidade, não é mencionado diálogo com as diretrizes globais da Agenda 2030 e Década da Ciência Oceânica (2021 – 2030) da Organização das Nações Unidas (ONU). A intercorrelação destas discussões atualmente é reconhecida como instrumentos-base para impulsionar o crescimento econômico sustentável da Economia Azul.

A Economia Azul emerge como um conceito que busca aliar desenvolvimento econômico a partir da integração social para a conservação de recursos marinhos e costeiros, sendo o turismo um dos principais setores (HAZRA & BHUKTA, 2022). No ES essa discussão ainda é incipiente e inicial nos órgãos gestores, nas instituições de ensino e pesquisa, bem como não há literatura sobre o tema. Neste sentido, o objetivo deste estudo é mapear as áreas de concentração de atrativos turísticos ligadas ao segmento de sol e praia prioritárias para a Economia Azul na Região Metropolitana do ES, sudeste do Brasil. Os resultados poderão contribuir na formulação de propostas de cogestão e governança socioambiental em consonância com a Economia Azul, e, assim, colaborar para a execução do planejamento estadual voltado à gestão do turismo.

Metodologia

Área de estudo

O presente estudo foi realizado nos municípios de Serra ($20^{\circ}07'44"S$; $40^{\circ}18'29"O$), Vitória ($20^{\circ}19'20"S$; $40^{\circ}20'17"O$), Vila Velha ($20^{\circ}19'50"S$; $40^{\circ}17'32"O$) e Guarapari ($20^{\circ}39'28"S$; $40^{\circ}30'39"O$), localizadas na Região Metropolitana do estado do Espírito Santo (ES) sudeste do Brasil (Figura 1). O Turismo de sol e praia é um dos principais segmentos turísticos do ES, já que o estado possui 400 quilômetros de costa e recebe intenso fluxo de turistas especificamente para aproveitar o litoral. Estes quatro municípios são destaques de fluxo turístico nas

Pesquisa de Demanda Turística da Temporada de Verão realizadas anualmente pela Secretaria de Estado de Turismo (SETUR/ES).

Nestas pesquisas, no ano de 2023 foram entrevistados 1.240 turistas/excursionistas distribuídos entre os municípios: Serra - 259; Vitória - 265; Vila Velha - 267 e Guarapari – 449. A maior parte dos turistas/excursionistas (83%) buscam principalmente ‘Lazer/Passeio’ envolvendo atrativos naturais (praias, rios, cachoeiras e montanhas). O gasto médio para 4 pessoas é de aproximadamente US\$ 1.000 (~R\$ 5 mil reais, valores em real brasileiro em 2024) e envolve hospedagem, deslocamento, alimentação, passeios e compras, com tempo de permanência médio de duas semanas (SETUR-ES, 2023).

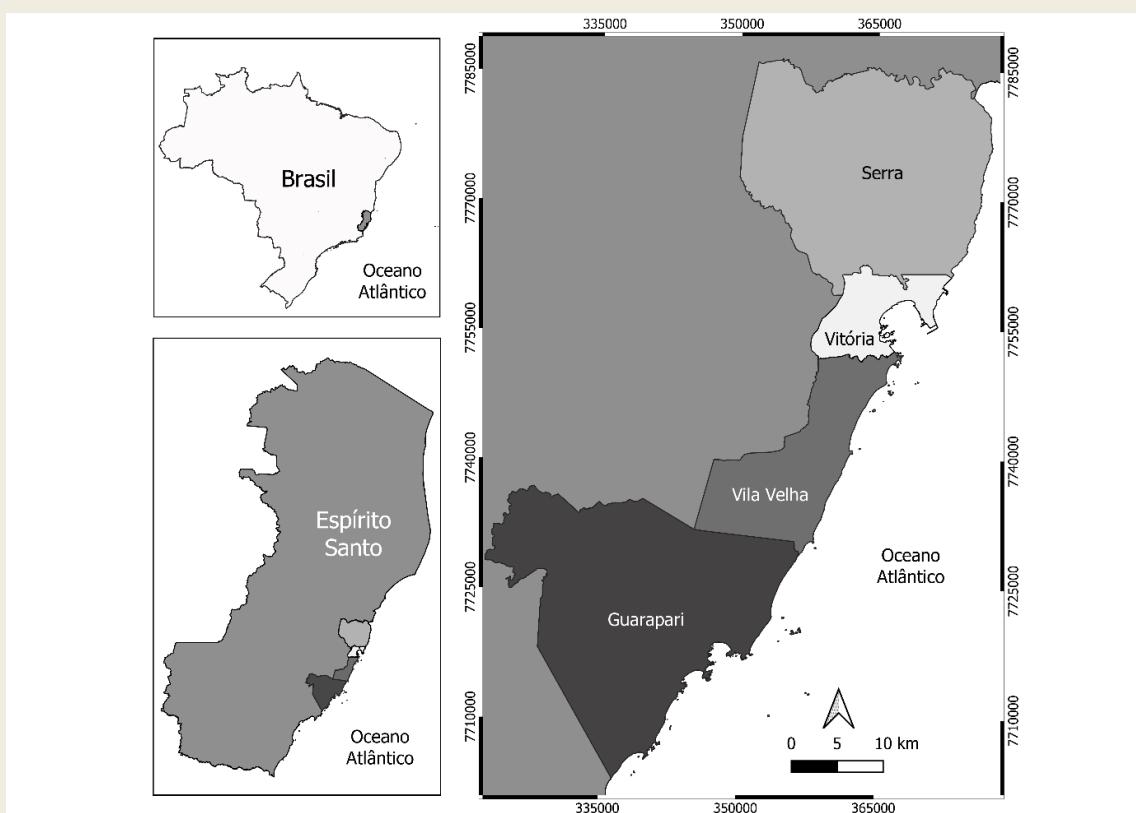


Figura 1 - Localização dos municípios estudados (Serra, Vitória, Vila Velha e Guarapari) na Região Metropolitana do estado do Espírito Santo, sudeste do Brasil.

Procedimentos

Para entender a percepção sobre o uso da costa pelo Turismo de sol e praia, foram realizadas 37 entrevistas com stakeholders atuantes na gestão pública e/ou no ramo econômico do turismo (áreas pública e/ou privada). Para escolha dos entrevistados foi utilizado o método bola-de-neve em que um entrevistado indicava outro possível entrevistado (BAILEY, 1982, 439 p.). As entrevistas seguiram um questionário semiestruturado (Clifford, 1998) com perguntas envolvendo os seguintes temas: 1) perfil dos entrevistados; 2) discussões da ONU; 3) formas de uso do litoral; e 4) contribuição econômica do oceano para o setor na Região Metropolitana do ES.

Após a aplicação do questionário era apresentado um mapa referente ao município do entrevistado para que ele pudesse identificar as áreas de concentração atrativas ao segmento de sol e praia. Com estas informações foi possível elaborar o mapeamento participativo (MP). Esta ferramenta da cartografia social propõe a construção de mapas interativos e multidimensionais, incorporando conhecimentos e percepções da população local para alcançar objetivos em comum (BROWN et al., 2018, p. 141-151; TYPHINA & JAMESON, 2019, p. 667-688). O MP foi dividido em três etapas: 1) apresentação da imagem de satélite do município; e 2) sobreposição de uma folha transparente no mapa para que o entrevistado delimitasse as áreas turísticas e atrativas. Estes dados foram compilados no Sistema de Informações Geográficas Participativo (SIG-P) para interpolação dos dados de percepções no SIG-QGIS e elaboração do MP.

Análise de dados

As respostas do questionário foram separadas em categorizadas para facilitar a análise (CARTER et al., 2014, p. 545–547). Em seguida, os dados foram organizados para realizar a análise descritivas básica a partir de porcentagem das formas de uso da costa pelo segmento de sol e praia. Os dados do MP das concentrações e atrativos turísticos foram integrados à análise de cada município no software QGIS, resultando no SIG-P. Os mapas gerados foram analisados de acordo com: 1) formas de uso; 2) áreas de concentrações turísticas; 3) atrativos

turísticos de sol e praia. Por fim, os resultados da análise foram interpretados na perspectiva da Economia Azul afim de potencializar de forma sustentável as áreas atrativas para o segmento.

Resultados e Discussões

Dentre os entrevistados, 51% (n=19) são mulheres e 49% (n=18) homens com ensino superior completo e faixa etária de 27 a 65 anos. A atuação destes stakeholders envolve as categorias: gestão pública municipal (n=22; 60%), [distribuídos em Guarapari (n=9), Vitória (n=6), Vila Velha (n=4) e Serra (n=3)]; gestão pública estadual (n=10, 27%); e iniciativas públicas e/ou privadas (n=5, 13%).

Em relação ao conhecimento sobre Economia Azul, 65% (n=24) conhece ou tem familiaridade, enquanto 35% (n=13) afirma não ter conhecimento prévio. Quanto à Década da Ciência Oceânica ou Década do Oceano, 54% (n=20) desconhece e em relação à ‘Agenda 2030 da ONU’ 97,3% (n=36) conhecem. Todos os entrevistados reconhecem a contribuição econômica do oceano para o turismo da Região Metropolitana do ES. De acordo com os entrevistados, o uso do litoral pelo turismo de sol e praia na região ocorre principalmente pelas ‘praias’ (n= 30, 81%), ‘esportes e lazer’ (n= 19, 51%), ‘pesca’ (n= 16, 43%), e ‘bares e restaurantes’ (n= 15, 41%). O número de respostas maior que o número de entrevistado é justificado, pois um mesmo stakeholder respondeu mais de uma opção.

Os entrevistados descrevem atrativos característicos de cada município, o que amplia e diversifica as áreas de concentração do Turismo de sol e praia na Região Metropolitana. Estes atrativos são ‘ilhas costeiras’ nos municípios de Vitória e Vila Velha; ‘parques’ na Serra e ‘passeios de escuna’ em Guarapari. A capital Vitória foi o único município mencionado ser sede de ‘projetos ambientais’ e do turismo de ‘observação de baleias’ (Tabela 1). Os pontos/atrativos e as áreas de concentração turísticas identificados no MP demonstram o uso do litoral pelo segmento de sol e

praia em cada município (Figura 2). Na capital Vitória e o município de Vila Velha é possível visualizar maior intensidade de uso da costa.

Tabela 1 – Percepção de stakeholders sobre o uso do litoral pelo segmento Turismo de sol e praia da Região Metropolitana, costa central do estado do Espírito Santo, sudeste do Brasil.

Formas de uso/Município	Serra	Vitória	Vila Velha	Guarapari
Praias (sol, mar, caminhadas, quiosques, comércio de ambulantes)	X	X	X	X
Esporte e Lazer (<i>Wind surf, surf, kitesurf, remada, natação, bodyboard, mergulho, canoa havaiana, caiaques, competições, corridas, vôlei</i>)	X	X	X	X
Pesca	X	X	X	X
Bares e restaurantes	X	X	X	X
Passeios (ilhas, parques e escunas)	X	X	X	X
Projetos ambientais		X		
Observação de baleias		X		

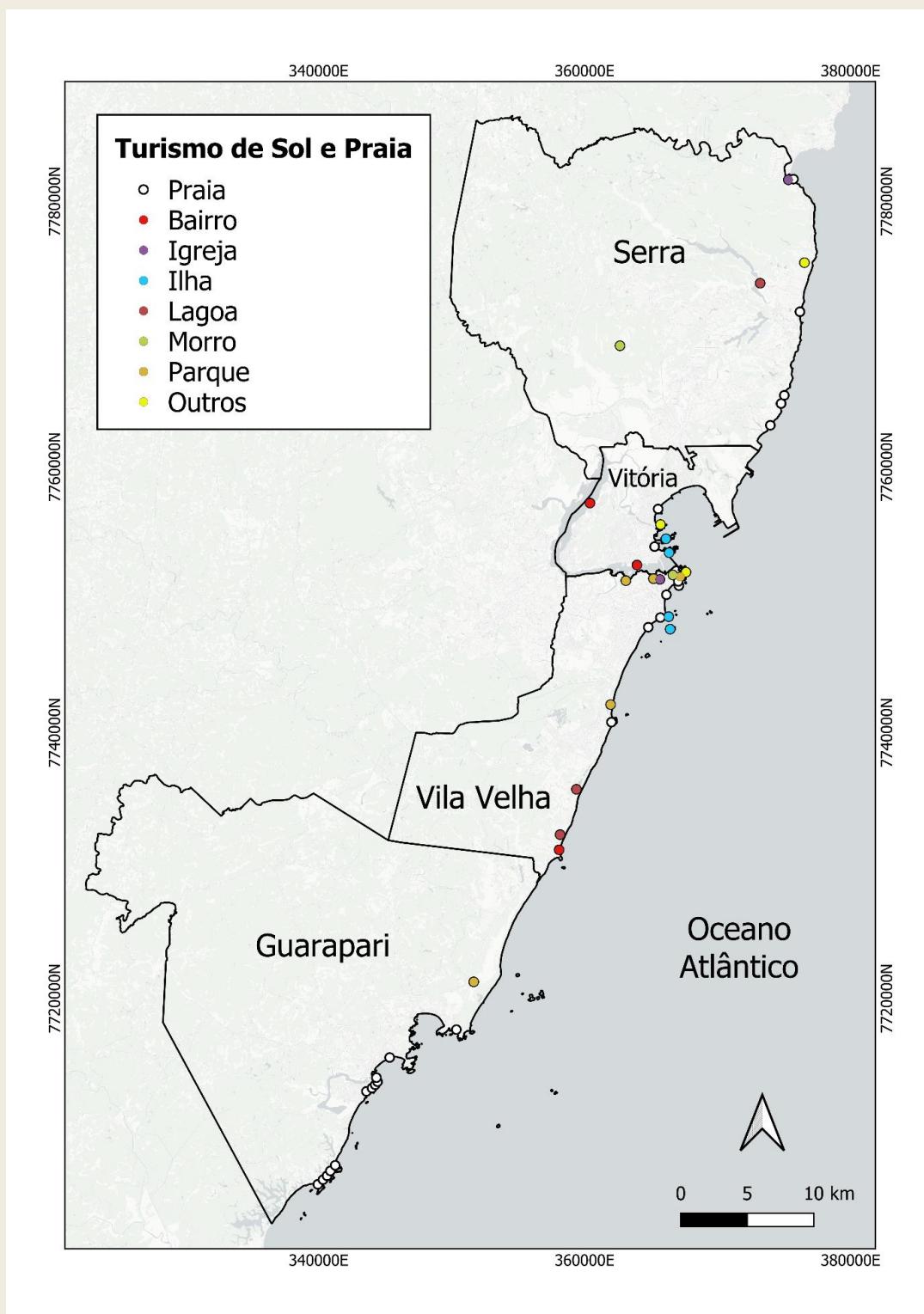


Figura 2 – Áreas de concentração atrativas do Turismo de sol e praia na costa central, Região Metropolitana do estado do Espírito Santo, sudeste do Brasil.

Economia Azul é uma proposta de modelo econômico voltado ao desenvolvimento sustentável e que surge do uso descontrolado de recursos naturais das regiões costeira e marinha (MITRA et al., 2022, 184 p.). Este modelo exige comprometimento da gestão pública e privada na implementação de políticas adequadas voltadas à colaboração entre diferentes stakeholders e governança socioambiental. Neste estudo foi identificado um obstáculo que pode interferir na gestão sustentável do turismo no Espírito Santo (ES), pois as discussões sobre Economia Azul, Década do Oceano e Agenda 2030 ainda são ou desconhecidas ou incipientes na percepção dos entrevistados. O fato dos entrevistados apresentarem desconhecimento em parte destes temas pode limitar discussões de governança socioambiental para o ES. Estas são discussões mundiais que interferem inclusive em parcerias e decisões políticas entre países e estados (BORNEMANN & CRISTEN, 2021, p. 187-199).

Mesmo que a Economia Azul seja uma discussão recente, desde 2015 a Agenda 2030 juntamente com os ODS são marcos referenciais na orientação de planejamentos direcionados ao desenvolvimento sustentável global (ONU, 2015). Desta forma, a omissão da Agenda 2030 e dos ODS nos documentos estaduais '**Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do ES 2025**' e '**Rota Estratégica para o Futuro do Espírito Santo – Turismo 2035**' lançados em 2021 e 2023, respectivamente, gera contradição. Apesar dos entrevistados reconhecerem a importância da 'sustentabilidade', pouco é aplicado ou discutido para ações futuras no ES, já que estes documentos oficiais nem citam os acordos mundiais.

A ausência da discussão dos ODS é percebida especialmente quando se trata do ODS-14 (vida na água), diretamente ligado à Economia Azul. A proposta da governança socioambiental estadual (ESG-ES - Environmental, Social and Governance) apresenta 499 projetos, sendo que apenas 4 (quatro) atuam no ODS-14 e nenhum destes relacionados ao ramo econômico do turismo⁴. Ainda que conceitualmente Economia Azul e ESG sejam distintas, ambas abordagens buscam

⁴ Disponível em: <https://portalesg.es.gov.br/>. Acesso em: 15 Mar, 2024.

promover o desenvolvimento na tríade da sustentabilidade ambiental, social e econômico.

Neste estudo foram identificados os usos e áreas da costa voltados ao Turismo sol e praia, além de reconhecer que este ocorre integrado ao Turismo de Esportes, Turismo de Pesca, Turismo de Aventura e Turismo de Saúde. Esta informação permite direcionar estratégicas de planejamento colaborativos entre os diferentes segmentos turísticos e seus stakeholders voltadas à governança socioambiental. Essa integração multisectorial abre possibilidades de diversidade da oferta turística, o que enriquece a experiência dos visitantes e amplia o potencial econômico da Região Metropolitana do ES. Ainda há as ACTs relacionadas a estes segmentos cujas estratégias de funcionamento devem ser também inseridas nos planejamentos como transporte, alimentação, receptivo e eventos (MTur, 2021).

A identificação dos segmentos turísticos e ACTs correlacionados ao Turismo de sol e praia é importante para aprofundar discussões estaduais voltadas à Economia Azul. A compreensão deste cenário permite propor ações específicas que maximizem benefícios econômicos, sociais e ambientais da Região Metropolitana, mas que podem ser modelos para outras áreas da costa do ES. Um exemplo é o entendimento das formas de uso dos espaços costeiros por visitantes que possibilita direcionar investimentos em melhorias estruturais compatíveis com os princípios da Economia Azul. Tais ações podem ser fortalecidas quando integradas às pesquisas e ações realizadas por órgãos estaduais como a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI), Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), além das secretarias municipais. A realização de pesquisas envolvendo o turismo contribui para avaliar a efetividade de ações implementadas, permitindo adaptações ao planejamento estratégico estadual. Isso inclui a implementação de práticas de gestão ambiental, promoção de turismo sustentável e valorização de comunidades locais para maior fluxo econômico (SAARINEN, 2006, p. 1121-1140; XAVIER & BASSETTI, 2016, p. 57 - 71; ABREU et al., 2021, p. 330–346).

No mapeamento participativo (MP) este movimento econômico no litoral foi indicado pelos entrevistados. Os principais atrativos estão localizados nas áreas de

concentração turística possibilitando diferentes formas de uso da costa relacionado ao Turismo de sol e praia. Ao longo da costa do ES, a beleza natural dos municípios favorece o fluxo econômico deste segmento turístico, sendo Vila Velha citada com mais atrativos próximos. Esta proximidade possibilita e amplia as áreas de concentração turística do município, já que permite interconexão com os segmentos do turismo de aventura e religioso. Além disso, atividades como os passeios de escuna em Guarapari e o turismo de observação de baleias em Vitória agregam valor à oferta turística, atraem um público específico e contribuem na diversificação da economia da Região Metropolitana. Isso porque em uma mesma estadia o turista pode usufruir de todos estes atrativos o que diferencia a região de outros destinos turísticos do estado. A diversificação de atrativos e pontos turísticos é importante para ampliar o ramo econômico, reduzir a dependência do turismo sazonal e vulnerável a crises (SOLARIN et al., 2023, p. 543-564).

A capital Vitória é frequentemente destacada como centro do turismo de observação de baleias. Os municípios de Serra, Vila Velha e Guarapari são localizados e utilizam o mesmo litoral de Vitória, o que sugere facilidade de acesso às áreas de avistagem de cetáceos. Por exemplo, passeios às ilhas costeiras são realizados de pequenas embarcações originárias de Vila Velha e de grandes escunas de Guarapari. Por isso, é importante identificar se outros municípios da Região Metropolitana também oferecem essa atividade de maneira informal a fim de contribuir na elaboração de protocolos de segurança, como controle do tráfego de embarcações e diretrizes para aproximação junto aos cetáceos evitando colisões.

De acordo com os stakeholders, o município de Vitória é o único com sede de projetos ambientais. Este resultado indica uma percepção limitada já que os demais municípios litorâneos da Região Metropolitana também sediam ações e projetos socioambientais. Isto pode indicar a necessidade de maior visibilidade pública dos diversos projetos para que alcancem stakeholders não apenas na bolha da gestão política e econômica, mas além destas. Ainda, este resultado enfatiza novamente a lacuna de conhecimento na percepção dos entrevistados sobre discussões

mundiais da ONU que são aplicadas por instituições de pesquisa e ensino, e organizações não-governamentais ambientais na costa central do ES.

Entretanto, para a efetividade da Economia Azul no Turismo de sol e praia é importante a integração e cooperação entre diversos stakeholders, incluindo gestão pública, iniciativa privada, sociedade civil, comunidades tradicionais, instituições de ensino e pesquisa e Terceiro Setor (KELLY, 2022, p. 259–270). Para esta integração é preciso ocorrer diálogo permanente entre os grupos no estabelecimento de metas conjuntas e mecanismos eficazes de governança socioambiental considerando as especificidades da região (CISNEROS-MONTEMAYOR et al.; 2019, p. 103702; IOC-UNESCO, 2023). Portanto, é fundamental inserir discussões mundiais em planejamentos regionais a fim de orientar políticas e práticas junto à Economia Azul. A promoção do Turismo de sol e praia sustentável na Região Metropolitana do ES contribui na divulgação e reconhecimento público da importância do oceano na manutenção das atividades turísticas e economia do estado. A seguir são apresentadas propostas de ações voltadas ao fortalecimento da Economia Azul do turismo de sol e praia no ES (Figura 3). Nesta proposição são indicadas ações necessárias identificadas neste estudo, sendo correlacionadas às ações do projeto Rota Estratégica para o Futuro do Espírito Santo-Turismo 2035 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, a serem discutidas junto aos principais stakeholders.



Figura 3 - Propostas de ações para uma Economia Azul do Turismo de sol e praia, estado do Espírito Santo, Sudeste do Brasil.

Considerações Finais

Neste estudo foi possível identificar as formas de uso, atrativos e áreas de concentração turísticas prioritárias à Economia Azul a partir da percepção de stakeholders da Região Metropolitana do ES. Estas são informações que retratam a percepção dos envolvidos com o Turismo de sol e praia, mas que também indicam lacunas de conhecimento que precisam ser preenchidas. Tais lacunas envolvem a limitação de discussão dos entrevistados sobre os temas Década do Oceano, Agenda 2030 e ausência destes em documentos oficiais do ES. A integração e o diálogo entre diferentes stakeholders é importante para criar redes colaborativas voltadas à governança socioambiental que integre Economia Azul no planejamento de ações para a Região Metropolitana do estado.

Agradecimentos

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (Código 001); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ/PQ (Processo: 304179/2022-1).

Referências

- ABREU, J. S.; OLIVEIRA, R. G.; ZAPPES, C. A. Interferência do turismo na pesca artesanal: uma abordagem da oceanografia socioambiental no sudeste do Brasil. *Revista de Geografia*, v. 38, n. 1, p. 330–346, 2021.
- ASUAD-SANÉN, N. E.; CLEOFAS, O. C.; ROMO, A. M., & MENDOZA, J. A. H. Estimación del PIB turístico por localidad, municipio y entidad federativa de México en 2018. *El Trimestre Económico*. v. 91, n. 361, p. 47-77, 2024.
- BAILEY, K. D. *Methods of Social Research*. Nova York: The Free Press, Macmillan Publishers. 439 p., 2ed. 1982.

- BAÑOS CASTIÑEIRA, C. & BLASCO, V. Overtourism in coastal destinations. Considerations about beach spaces and water demand management. *Centro Nacional de Información Geográfica*, p. 272 – 282, 2020.
- BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: SENAC, 3.ed., 517 p., 2000.
- BORNEMANN, B. & CHRISTEN, M. A New Generation of Sustainability Governance: Potentials for 2030 Agenda Implementation in Swiss Cantons. *Politics and Governance*. v. 9, n. 1, p. 187-199, 2021.
- BROWN, G.; MCALPINE, C.; RHODES, J.; LUNNEY, D.; GOLDINGAY, R.; FIELDING, K.; HETHERINGTON, S.; HOPKINS, M.; MANNING, C.; WOOD, M.; BRACE, A. & VASS, L. Assessing the validity of crowds sourced wildlife observations for conservation using public participatory mapping methods. *Biological Conservation*. v. 227, p. 141-151, 2018.
- CARTER, N., BRYANT-LUKOSIUS, D., DICENSO, A., BLYTHE, J., & NEVILLE, A. J. The use of triangulation in qualitative research. *Oncology nursing forum*, v. 41, n. 5, p. 545–547, 2014.
- CARVACHE-FRANCO, M., CARVACHE-FRANCO, W., CARVACHE-FRANCO, O., & SOLIS-RADILLA, M. Tourism Market Segmentation Applied to Coastal and Marine Destinations: A Study from Acapulco, Mexico. *Sustainability*. v. 13, n. 24, p. 1-15, 2021.
- CISNEROS-MONTEMAYOR, A. M., MORENO-BAEZ, M., VOYER, M., ALLISON, E. H., CHEUNG, W. W. L., HESSING-LEWIS, M., OYINLOLA, M. A., SINGH, G. G., SWARTZ, W. & OTA, Y. Social equity and benefits as the nexus of a transformative Blue Economy: A sectoral review of implications. *Marine Policy*, v. 109, p. 103702, 2019.
- CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura do século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1998.
- GARCÉS-ORDÓÑEZ, O., ESPINOSA DÍAZ, L. F., PEREIRA CARDOSO, R., & COSTA MUNIZ, M. The impact of tourism on marine litter pollution on Santa Marta beaches, Colombian Caribbean. *Marine pollution bulletin*, v.160, p.111558, 2020.

HAZRA, S. & BHUKTA, A. *The blue economy: an Asian perspective*, Springer. 2022.

HULU, M., LEMY, D. M., PRAMEZWARY, A., JULIANA, J., & TIMBA, Y. Batam City Coastal Tourism Management: Economic Opportunities for Micro Small and Medium Enterprises in Tourism. *GATR Journal of Business and Economics Review*. v. 8, n.1, p. 31-39, 2023.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves. Boletim Economia do Turismo – 1º trimestre de 2022, 2022. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/boletins/Boletim_Turismo_1T2022.pdf>. Acesso em: nov. 2022.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves. Boletim Economia do Turismo – 1º trimestre de 2023, 2023. Disponível em: <<https://observatoriidoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Acervo/Boletim%20Economia%20do%20Turismo%20-%201%C2%BA%20Trimestre%202023.pdf>>. Acesso em: Ago. 2023.

IOC-UNESCO. Intergovernmental Oceanographic Commission. Marine Spatial Planning and The Blue Economy in Kenya. Paris. Nairobi. 178, 2023. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384930/PDF/384930eng.pdf.multi>>. Acesso em: nov. 2023.

JEDRZEJCZAK, M. F. The modern tourist's perception of the beach: Is the sandy beach a place of conflict between tourism and biodiversity. *Coastline Reports*, v. 2, p. 109-119, 2004.

JURDANA, D. & FRLETA, D. S. Offseason Tourist Expenditure in the Sun and Sea Destination. In: *Proceedings of the 9th International Conference on Business Administration (ICBA '15): Advances in Business and Economic Development*, Dubai, Business and Economics Series, No. 18, WSEAS Press, p. 193–200, 2015.

KELLY, M. M. R. Beyond stakeholder engagement in the coastal zone: Toward a systems integration approach to support just transformation of the blue economy. *The Geographical Journal*, v. 189, n. 3, p. 259–270, 2022.

MITRA, A.; ZAMAN, S. & PRAMANICK, P. *Blue Economy - A new Dimension for human Civilization*. New Millennium Graphics, 184 p., 2022.

Mtur - MINISTÉRIO DO TURISMO (2021). Segmentação do turismo - Marcos conceituais. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo>. Acesso em: 10 Mar, 2024.

Mtur - MINISTÉRIO DO TURISMO (2023). IBGE confirma atividade turística como importante indutora da economia brasileira. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/ibge-confirma-atividade-turistica-como-importante-indutora-da-economia-brasileira>. Acesso em: 27 Fev, 2024

Mtur - MINISTÉRIO DO TURISMO (2024). Turistas estrangeiros deixam R\$ 34,5 bi no Brasil em 2023 e país atinge o topo do ranking de crescimento da ONU Turismo na América do Sul. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/turistas-estrangeiros-deixam-r-34-5-bi-no-brasil-em-2023-e-pais-atinge-o-topo-do-ranking-de-crescimento-da-onu-turismo-na-america-do-sul>. Acesso em: 10 Fev, 2024.

ONOFRI, L. & NUNES, P. A. L. D. Beach ‘lovers’ and ‘greens’: A worldwide empirical analysis of coastal tourism. *Ecological Economics*. v. 88, p. 49–56, 2013.

ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando Nossa Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: dec. 2022.

RIBEIRO, H.; FREITAS, R.; RODRIGUES, C.; BEZERRA, F.; MARÇAL, C.; & ANAISSE, C. Water Quality and Environmental Challenges: A Study at Chapéu Virado and Farol Beaches, Mosqueiro Island, Pará-Belém. *Revista de Gestão Social e Ambiental*. v. 18, n. 3, p. e04436, 2023.

SAARINEN, J. Traditions of Sustainability in Tourism Studies. *Annals of Tourism Research.* v. 33, n. 4, p. 1121-1140, 2006.

SETUR-ES - Secretaria de Turismo do Espírito Santo. Pesquisa de Identificação do Perfil dos Turistas na Temporada de Verão – 2023. 2023. Disponível em: <https://observatoriodoturismo.es.gov.br/pesquisas-temporada-de-verao>. Acesso em: fev. 2023.

SOLARIN, S.; LASISI, T.; HOSSAIN, M. & BEKUN, F. V. Diversification in the tourism sector and economic growth in Australia: a disaggregated analysis. *International Journal of Tourism Research.* v. 25, n. 6, p. 543-564, 2023.

SRINIVASAN, M.; KAULLYSING, D.; BHAGOOLI, R.; & PRATT, S. Marine Tourism and the Blue Economy: Perspectives from the Mascarene and Pacific Islands. *Blue Economy*, p. 153-189, 2022.

TYPHINA, E. & JAMESON, J. K. Participatory mapping method: improving collaboration through attention to collective identity. *Journal of Applied Communication Research.* v. 47, n. 6, p. 667-688, 2019.

XAVIER, M. A. S. & BASSETTI, T. B. Turismo como aporte ao avanço do capital na vila de Itaúnas-ES e a cultura como expressão de resistência. *Geografares*, n. 18, p. 57 - 71, 2016.